

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA
BIÊNIO 2018/2019
DES. MARCELO CARVALHO SILVA

RELATÓRIO
DE
ATIVIDADES

BIÊNIO
2018-2019

Planejamento Estratégico

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E APRIMORAMENTO DA JUSTIÇA DE 1º GRAU
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA
ESTADO DO MARANHÃO

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES
BIÊNIO 2018-2019**

SÃO LUÍS/MA
2020



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos

Presidente do Tribunal de Justiça

Desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa

Vice-Presidente do Tribunal de Justiça

Desembargador Marcelo Carvalho Silva

Corregedor-Geral de Justiça

Kariny Reis Bogéa Santos

Juíza Coordenadora do Planejamento Estratégico da Corregedoria Geral de Justiça

Josane Araújo Farias Braga

Juíza de Direito Titular da 2ª Vara da Comarca de Vitorino Freire e
Coordenadora do Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais

Hayla Vanessa Araújo Castelo Branco

Coordenadora de Planejamento e Aprimoramento da Justiça de 1º Grau

Rafaela Feitosa Lopes

Chefe da Divisão de Projetos, Padronização e Rotinas

Caroline Duailibe dos Santos

Secretária do Corregedor-Geral de Justiça

Karlíane Fontinele Silva

Supervisora da Divisão de Correições e Inspeções

Ana Paula de Aguiar Almeida Fontenelle

Técnica Judiciária – Apoio Técnico-Administrativo

Kleyce Kelly Noletto Veiga

Auxiliar Judiciária – Apoio Administrativo

Juliana Farias de Sousa

Assessora de Juiz

Toni Frazão Ramos

Secretário de Administração

Conceição de Maria Carvalho de Andrade

Analista Judiciária

Cláudia de Cássia Ribeiro Baganha

Secretária Judicial

Bernardina Celestina Pires de Mendonça

Assistente de Informação

SUMÁRIO

1 – APRESENTAÇÃO.....	6
2 – DAS ATIVIDADES REALIZADAS.....	6
2.1 – DO PLANO DE GESTÃO DO BIÊNIO 2018-2019.....	6
2.2 – DA ESTRUTURAÇÃO DA COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E APRIMORAMENTO DA JUSTIÇA DE 1º GRAU.....	6
2.3 - DOS PROGRAMAS E PROJETOS.....	7
2.3.1 – DO PROGRAMA DE ENFRENTAMENTO DA TAXA DE CONGESTIONAMENTO PROCESSUAL NA JUSTIÇA ESTADUAL.....	7
2.3.1.1 – DO DIAGNÓSTICO DAS UNIDADES JUDICIAIS.....	7
2.3.1.2 - DAS VISITAS ESTRATÉGICAS.....	8
2.3.1.3 – DO RESULTADO DAS VISITAS ESTRATÉGICAS REALIZADAS NO BIÊNIO 2018-2019.....	9
2.3.1.4 – DO NÚCLEO DE APOIO ÀS UNIDADES JUDICIAIS – NAUJ.....	10
2.3.1.4.1 – DA ATUAÇÃO DO NAUJ NO BIÊNIO 2018-2019.....	11
2.3.1.4.1.1 – DA ATUAÇÃO DO NAUJ NA COMARCA DA ILHA DE SÃO LUÍS.....	11
2.3.1.4.1.2 – DA ATUAÇÃO DO NAUJ NAS COMARCAS DO INTERIOR.....	12
2.3.1.5 – DAS SEMANAS DA BAIXA PROCESSUAL.....	13
2.3.1.5.1 – DOS RESULTADOS DAS SEMANAS DE BAIXA PROCESSUAL NO BIÊNIO 2018-2019.....	14
2.3.1.6 – DO SELO UNIDADE DESTAQUE EM BAIXA PROCESSUAL.....	16
2.3.1.6.1 – DOS RESULTADOS DO SELO UNIDADE DESTAQUE EM BAIXA PROCESSUAL NO BIÊNIO 2018-2019.....	16
2.3.1.7 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DO PROGRAMA DE ENFRENTAMENTO DA TAXA DE CONGESTIONAMENTO PROCESSUAL.....	24
2.3.2 – DO PROJETO “FALA AÍ, JUIZ”.....	24
2.3.3 – DO PROJETO DAS CENTRAIS DE CUMPRIMENTO DE ATOS JUDICIAIS.....	25
2.3.4 – DO PROGRAMA DE TRANSFORMAÇÃO DAS SECRETARIAS JUDICIAIS DAS COMARCAS DO ESTADO DO MARANHÃO.....	26
2.3.5 – DOS POLOS JUDICIAIS.....	26
2.3.6 – DO PROJETO CASA DA JUSTIÇA.....	27
2.3.7 – DO DESENVOLVIMENTO DE NOVAS FUNCIONALIDADES DOS SISTEMAS DE GESTÃO DE DADOS.....	27
2.3.7.1 – DO SISTEMA PROMERITUS.....	27
2.3.7.2 – DO SISTEMA TERMOJURIS.....	29
2.3.7.2.1 – DO TERMOJURIS WEB.....	30
2.3.7.2.2 – DO APP TERMOJURIS.....	31
2.3.7.2.3 – DOS TREINAMENTOS DO SISTEMA TERMOJURIS.....	31
2.3.8 – DO PROJETO DA CENTRAL DE ANÁLISE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DE PRIMEIRO GRAU.....	31
2.3.8.1 – DO ACOMPANHAMENTO DA EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE CONGESTIONAMENTO PROCESSUAL E DO CUMPRIMENTO DAS METAS DO CNJ.....	32
2.3.9 – DO PRÊMIO DE RECONHECIMENTO DE PRODUTIVIDADE PARA MAGISTRADOS E SERVIDORES PELO CUMPRIMENTO DE METAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.....	36
2.3.10 – DO BANCO DE BOAS PRÁTICAS.....	37
2.3.11 – DO HOTSITE DA GESTÃO ESTRATÉGICA.....	38

2.3.12 – DO CURSO DE PADRONIZAÇÃO DE ROTINAS E PROCEDIMENTOS DE SECRETARIAS JUDICIAIS.....	38
2.4 – DOS PROVIMENTOS ATINENTES À GESTÃO ESTRATÉGICA DA CORREGEDORIA.....	39
2.5 – DO ACOMPANHAMENTO DO SISTEMA DIGIDOC.....	40



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

1 – APRESENTAÇÃO

Este relatório tem a finalidade de apresentar as atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Planejamento e Aprimoramento da Justiça de Primeiro Grau da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Maranhão.

2 – DAS ATIVIDADES REALIZADAS

2.1 – DO PLANO DE GESTÃO DO BIÊNIO 2018-2019

O Plano de Gestão foi elaborado com a finalidade nortear a atuação da Corregedoria Geral da Justiça no Biênio de 2018-2019, por meio da fixação de objetivos estratégicos, metas e ações para a consecução dos macrodesafios definidos pelo Conselho Nacional de Justiça.

Conciliando continuidade e inovação, foram mantidas as ações desenvolvidas pelas gestões anteriores e foram lançados novos projetos, visando o aprimoramento da prestação jurisdicional.

Ao final do biênio, pode-se afirmar que o plano foi executado e que os resultados esperados foram alcançados.

2.2 – DA ESTRUTURAÇÃO DA COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E APRIMORAMENTO DA JUSTIÇA DE 1º GRAU

Tendo em vista que o Planejamento Estratégico contribui para o estabelecimento de metas, desenvolvimento de ações estratégicas visando o alcance dos objetivos da Corregedoria, o Corregedor-geral da Justiça, dedicou-se a melhorar estruturar o setor, fornecendo os recursos humanos e materiais necessários.

Com a ampliação das atividades realizadas, foi necessária a disponibilização de espaço e designação de servidores, o que possibilitou o desenvolvimento das atividades descritas neste relatório.



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

2.3 - DOS PROGRAMAS E PROJETOS

2.3.1 – DO PROGRAMA DE ENFRENTAMENTO DA TAXA DE CONGESTIONAMENTO PROCESSUAL NA JUSTIÇA ESTADUAL

O Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual foi elaborado no início do biênio com o objetivo de desenvolver ações que pudessem contribuir para a diminuição das taxas de congestionamento de julgamento e de baixa processual no 1º grau de jurisdição.

Para o desenvolvimento do programa foram previstas ações estratégicas como visitas técnicas às unidades judiciais com elevadas taxas de congestionamento, treinamentos para aperfeiçoamento da gestão das unidades judiciais, mutirões para secretaria e gabinete, semanas de baixas processuais e premiação para as unidades que diminuíram as taxas de congestionamento de baixa processual.

A partir do diagnóstico das unidades judiciais foram identificadas as unidades mais sobrecarregadas e/ou com as maiores taxas de congestionamento, sendo planejadas ações que contribuíssem para o aumento da qualidade dos serviços prestados aos jurisdicionados.

Além do amplo trabalho direcionado a todas unidades judiciais, foram instaurados ciclos de acompanhamento daquelas que figuravam na faixa de maior criticidade, e a Coordenadoria de Planejamento passou a acompanhar mensalmente a evolução indicada.

Ao final do biênio foi apurado que a taxa de congestionamento de baixa processual teve uma redução de 15,54% e a taxa de congestionamento de julgamento processual uma redução de 8,78%.

O programa foi destacado como boa prática no relatório da última inspeção realizada pelo Conselho Nacional de Justiça, bem como selecionado na 15ª edição do Prêmio Innovare.

2.3.1.1 – DO DIAGNÓSTICO DAS UNIDADES JUDICIAIS

Antecedendo as visitas estratégicas, é elaborado o Diagnóstico da Unidade Judicial (DUJ), relatório elaborado por uma equipe multidisciplinar formada pela Coordenadoria de Planejamento e Aprimoramento da Justiça de 1º grau, Divisão de Estatística e Informática.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

A ferramenta possibilita a análise compilada de dados, com a apresentação da evolução do desempenho da unidade. A visualização dos dados que precisam ser melhorados embasa a tomada de decisão do gestor da unidade e também a atuação da Corregedoria Geral da Justiça.

Cabe ressaltar que a ferramenta foi automatizada e está disponível para todas unidades no sistema TermoJuris, auxiliando na gestão das unidades judiciais.

2.3.1.2 - DAS VISITAS ESTRATÉGICAS

O Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual propôs a realização de visitas estratégicas às unidades judiciais mais sobrecarregadas, identificadas a partir da comparação dos grupos de unidades similares estabelecidos no **Provimento nº 02/2018**.

Nas visitas realizadas durante todo o biênio, o Corregedor-geral e sua equipe puderam conhecer *in loco* a realidade das unidades judiciais, identificando as principais dificuldades, bem como planejar ações que pudessem efetivamente melhorar as rotinas executadas.

Ouvidos informalmente juízes e servidores, com total respeito ao sigilo, apresentado o diagnóstico da unidade, são sugeridas ações para a diminuição da taxa de congestionamento, podendo o Corregedor-Geral da Justiça de logo adotar providências urgentes.

A equipe da Corregedoria, durante as visitas, executa atividades de capacitação e orientação para os servidores da secretaria e do gabinete, abordando a gestão de fluxos, rotinas, processos do trabalho, gestão de dados. Na ocasião é realizado treinamento sobre a utilização do sistema TermoJuris, para o acompanhamento estatístico dos principais indicadores e também das metas de produtividade.

Durante a visita é elaborado o Relatório de Visita Estratégica (RVE), contendo as necessidades da unidade, as impressões da equipe, as sugestões apresentadas, as determinações do Corregedor-Geral e também um plano de ações preparatórias. Uma via do relatório ao final é entregue ao magistrado.

Detectada a necessidade de outras ações corretivas e de apoio, o Corregedor- Geral da Justiça determinou a atuação do Núcleo de Apoio a Unidade Judicial (NAUJ).



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

2.3.1.3 – DO RESULTADO DAS VISITAS ESTRATÉGICAS REALIZADAS NO BIÊNIO 2018-2019

No ano de 2018 foram alcançadas **23 (vinte e três)** Comarcas do Maranhão, sendo atendidas **47 (quarenta e sete)** unidades judiciais.

COMARCA	PERÍODO
AÇAILÂNDIA	07 a 09/08/2018
AMARANTE DO MARANHÃO	15 a 16/05/2018
BACABAL	13 a 15/08/2018
BARRA DO CORDA	30 a 31/10/2018
BARREIRINHAS	09 a 10/04/2018
BREJO	04 a 05/10/2018
CAROLINA	17 a 19/12/2018
CAXIAS	17 a 18/09/2018
CHAPADINHA	01 a 03/10/2018
COELHO NETO	19 a 29/09/2018
GRAJAÚ	28 a 29/11/2018
MATÕES	08 a 20/04/2018
MONTES ALTOS	17 a 18/05/2018
PARNARAMA	09 a 10/05/2018
PINHEIRO	10 a 13/07/2018
SANTA HELENA	18 a 19/04/2018
SANTA LUZIA DO PARUÁ	05 a 06/06/2018
SÃO BENTO	16 a 17/04/2018
SÃO MATEUS	26 a 27/03/2018
TIMON	12 a 14/09/2018
TUTÓIA	28 a 30/05/2018
VARGEM GRANDE	11 a 12/04/2018
VITÓRIA DO MEARIM	07 a 08/06/2018



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

No ano de 2019 foram alcançadas **11 (onze)** Comarcas do Maranhão e atendidas **17 (dezesete)** unidades judiciais.

COMARCA	PERÍODO
BALSAS	12 a 14/02/2019
SÃO MATEUS	08 a 12/04/2019
BARREIRINHAS	18 a 23/02/2019
VARGEM GRANDE	11 a 15/06/2019
PINHEIRO	03 a 05/04/2019
2ª VARA CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	08 e 25/04/2019
TIMON	22 a 26/07/2019
OLHO D'ÁGUA DAS CUNHÃS	01/08/2019
PAULO RAMOS	30/07/2019
VITORINO FREIRE	31/07/2019
SÃO LUÍS GONZAGA	02/08/2019

2.3.1.4 – DO NÚCLEO DE APOIO ÀS UNIDADES JUDICIAIS – NAUJ

O Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais – NAUJ foi instituído por meio do **Provimento nº 20/2018**, sendo estruturado em regime de colaboração e pelo esforço concentrado de magistrados e servidores com o objetivo de implementar ações de apoio às unidades do 1º grau, visando a otimização da tramitação dos processos.

Dentre as atribuições do núcleo, destaca-se a organização e coordenação de forças-tarefas para análise processual, com foco na prolação de sentenças e cumprimento/movimentação dos processos.

Durante o biênio o NAUJ atuou na Comarca da Ilha de São Luís e também em diversas comarcas do interior do Estado.

As atividades do NAUJ se desenvolvem por meio de duas equipes de trabalho: a Equipe de apoio jurisdicional, composta por juízes, auxiliados pelos analistas judiciários e assessores, designados pelo Corregedor-Geral da Justiça para proferir sentenças, despachos e decisões, bem como realizar audiências; e a Equipe de apoio de secretaria: composta por técnicos judiciários, auxiliares judiciários – apoio administrativo, assessores de administração, oficiais de



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

justiça e outros servidores designados pelo Corregedor-Geral da Justiça, que atuam nas secretarias judiciais das unidades em atendimento, apresentando rotinas padronizadas, movimentando processos, dando cumprimento aos comandos judiciais e cumprindo mandados.

2.3.1.4.1 – DA ATUAÇÃO DO NAUJ NO BIÊNIO 2018-2019

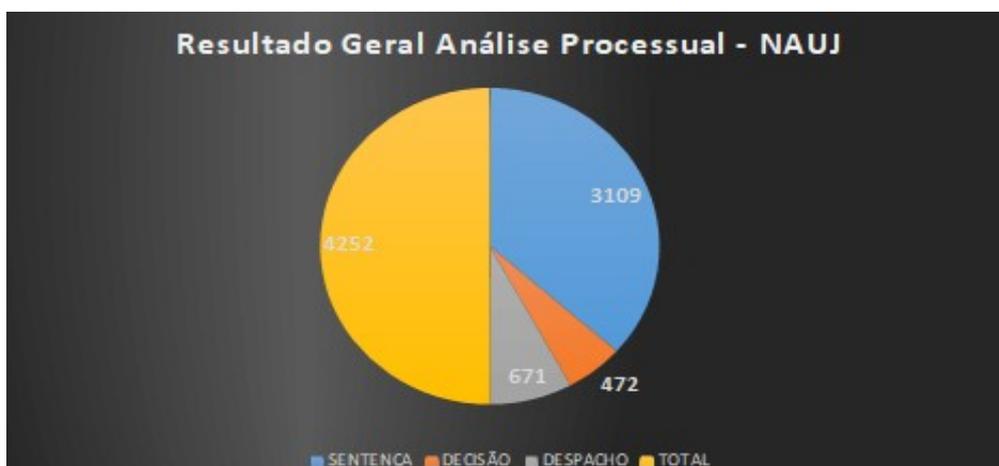
2.3.1.4.1.1 – DA ATUAÇÃO DO NAUJ NA COMARCA DA ILHA DE SÃO LUÍS

A atuação do NAUJ na Comarca da Ilha teve início em dezembro do ano de 2018, sob a coordenação da Dra. Josane Araújo Farias Braga, juíza de direito titular da 2ª Vara da Comarca de Vitorino Freire.

A maioria dos processos tramitava no meio físico e era de alta complexidade em razão da matéria, demandando maior tempo para análise, o que resultou na permanência do Nauj por mais tempo nas unidades, bem como em menor número de processos analisados.

Inicialmente, foram incluídas no cronograma as Varas Cíveis e as da Fazenda Pública mais sobrecarregadas, além das que o Conselho Nacional de Justiça determinou acompanhamento.

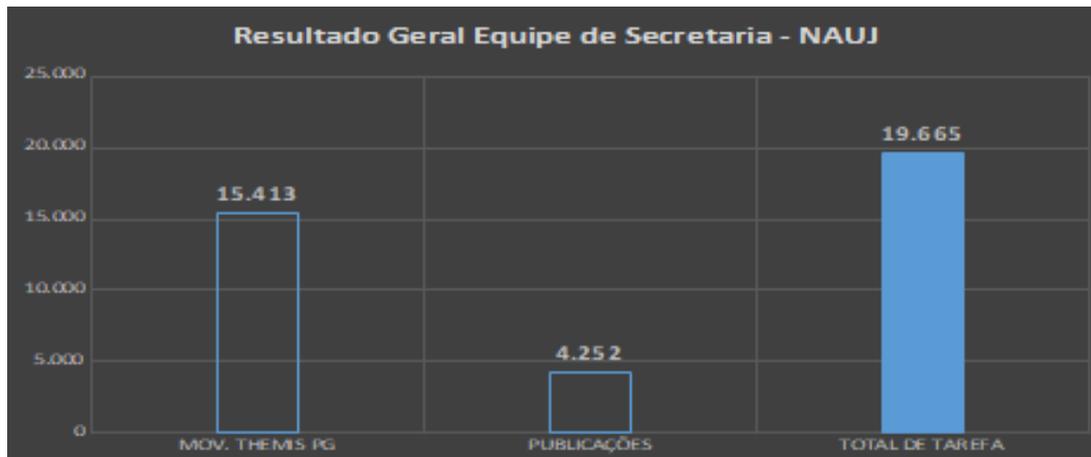
Ao longo do **biênio 2018-2019** foram atendidas a 1ª, 7ª e 13ª Varas Cíveis do Termo Judiciário de São Luís; 2ª, 3ª e 5ª Varas da Fazenda Pública do Termo Judiciário de São Luís; e 1ª e 2ª Varas Criminais do Termo Judiciário de São José de Ribamar, e foram analisados **4.252 (quatro mil duzentos e cinquenta e dois)** processos, sendo proferidas **3.109 (três mil cento e nove)** sentenças; **472 (quatrocentos e setenta e dois)** decisões e **671 (seiscentos e setenta um)** despachos.





**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

Do trabalho realizado pela equipe da secretaria do núcleo resultou um total de **19.665 (dezenove mil, seiscentos e sessenta e cinco)** tarefas, sendo **15.413 (quinze mil, quatrocentos e treze)** movimentações no sistema Themis PG e **4.252 (quatro mil, duzentos e cinquenta e duas)** publicações no Diário Eletrônico de Justiça.



2.3.1.4.1.2 – DA ATUAÇÃO DO NAUJ NAS COMARCAS DO INTERIOR

A atuação do NAUJ nas Comarcas do interior do Estado do Maranhão ocorreu por meio das equipes de apoio jurisdicional e de apoio de secretaria.

A equipe de apoio jurisdicional, composta por juízes voluntários, auxiliados pelos analistas judiciários ou assessores, atuou proferindo sentenças, despachos e decisões, bem como realizando audiências. Por outro lado, a equipe de apoio de secretaria, composta por técnicos judiciários, auxiliares administrativos, assessores de administração, e outros servidores designados pelo corregedor-geral da Justiça, atuou nas secretarias judiciais das unidades em atendimento, movimentando e dando cumprimento aos comandos judiciais.

As unidades que receberam o auxílio do núcleo foram selecionadas mediante prévio diagnóstico elaborado pela Corregedoria Geral de Justiça, usando como critério as elevadas taxas de congestionamento de julgamento e de baixa processual, elevados acervos e quantidades de processos com excesso de prazo. Foram contempladas a Vara Única da Comarca de Barreirinhas, a 1ª Vara da Comarca de Vargem Grande, a Vara Única da Comarca de São Mateus e a 4ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Também foram deferidos pelo Corregedor-geral da Justiça a realização de mutirões solicitados pelos magistrados das seguintes unidades judiciais: 1ª Vara Cível da Comarca de Bacabal, 2ª Vara Cível da Comarca de Bacabal, 2ª Vara Criminal da Comarca de Bacabal, Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Bacabal, 4ª Vara da Comarca de Pedreiras, 4ª Vara da Comarca de Santa Inês, 1ª Vara da Comarca de Coroatá, Vara Única da Comarca de Parnarama, 2ª Vara da Comarca de Itapecuru Mirim e Vara Única da Comarca de Turiaçu.

Analisando os dados das unidades que receberam o apoio do NAUJ e daquelas que foram contempladas com a realização de mutirões, observa-se considerável redução das taxas de congestionamento de julgamento, conforme tabela abaixo:

UNIDADES JUDICIAIS (ATUAÇÃO DO NAUJ)	TAXA DE CONGESTIONAMENTO DE JULGAMENTO EM DATA ANTERIOR À ATUAÇÃO DO NAUJ	TAXA DE CONGESTIONAMENTO DE JULGAMENTO EM 31/12/2019	DIFERENÇA
VARA ÚNICA DE BARREIRINHAS	84,62%	76,10%	8,52%
1ª VARA DE VARGEM GRANDE	87,22%	78,79%	8,42%
VARA ÚNICA DE SÃO MATEUS	89,3%	65,18%	24,12%
4ª VARA CÍVEL DE IMPERATRIZ	79,17%	73,75%	5,42%
UNIDADES JUDICIAIS (MUTIRÕES AUTÔNOMOS)	TAXA DE CONGESTIONAMENTO DE JULGAMENTO EM DATA ANTERIOR À REALIZAÇÃO DO MUTIRÃO	TAXA DE CONGESTIONAMENTO DE JULGAMENTO EM 31/12/2019	DIFERENÇA
1ª VARA CÍVEL DE BACABAL	82,91%	48,77%	34,14%
2ª VARA CÍVEL DE BACABAL	71,35%	54,38%	16,97%
2ª VARA CRIMINAL DE BACABAL	77,80%	51,45%	26,35%
JECCRIM DE BACABAL	43,15%	35,20%	7,95%
4ª VARA DE PEDREIRAS	74,28%	64,53%	9,75%
4ª VARA DE SANTA INÊS	48,63%	51,53%	-2,9%
1ª VARA DE COROATÁ	77,38%	75,51%	1,86%
VARA ÚNICA DE PARNARAMA	71,96%	64,79%	7,16%
2ª VARA DE ITAPECURU MIRIM	43,19%	42,35%	0,83%
VARA ÚNICA DE TURIAÇU	75,89%	72,29%	3,59%

2.3.1.5 – DAS SEMANAS DA BAIXA PROCESSUAL

As Semanas de Baixas Processuais foram instituídas pelo **Provimento nº 10/2018**, com a finalidade de duas vezes por ano concentrar esforços para a redução do estoque de



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

processos, com conseqüente diminuição da taxa de congestionamento de baixa processual das unidades do Estado.

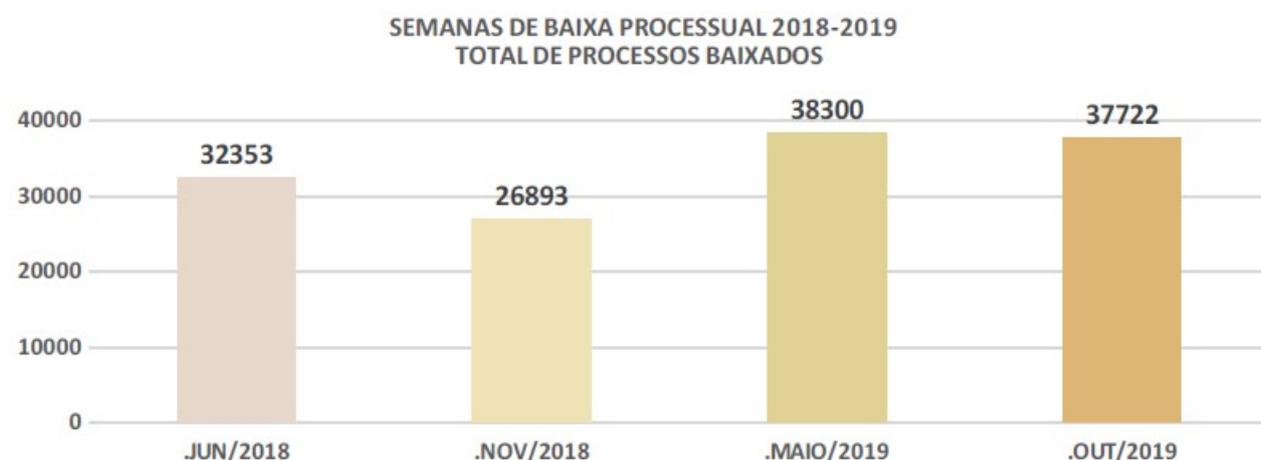
Para fins de realização dos mutirões de baixa processual, os juízes titulares, auxiliares ou substitutos, deverão determinar aos secretários judiciais e servidores que, em regime de mutirão, identifiquem todos os processos julgados e não baixados, com o objetivo de adotar as medidas necessárias para o arquivamento definitivo.

Cabe ressaltar que, no ano de 2019, foi editado o **Provimento nº 17/2019**, que alterou os critérios para realização e acompanhamento dos resultados das Semanas de Baixas Processuais.

2.3.1.5.1 – DOS RESULTADOS DAS SEMANAS DE BAIXA PROCESSUAL NO BIÊNIO 2018-2019

Os resultados obtidos nas Semanas de Baixas Processuais foram muito positivos. No **ano de 2018** foram baixados **59.246 (cinquenta e nove mil, duzentos e quarenta e seis)** processos. No mesmo ano, o Corregedor-geral da Justiça determinou que a Diretoria de Informática procedesse ao arquivamento definitivo dos processos que estavam com o status “arquivado provisoriamente” há mais de 5 (cinco) anos. As medidas adotadas resultaram no total de **98.812 (noventa e oito mil, oitocentos e doze)** processos baixados.

No **ano de 2019**, a realização das Semanas de Baixas Processuais resultaram na baixa de **76.022 (setenta e seis mil e vinte e dois)** processos.



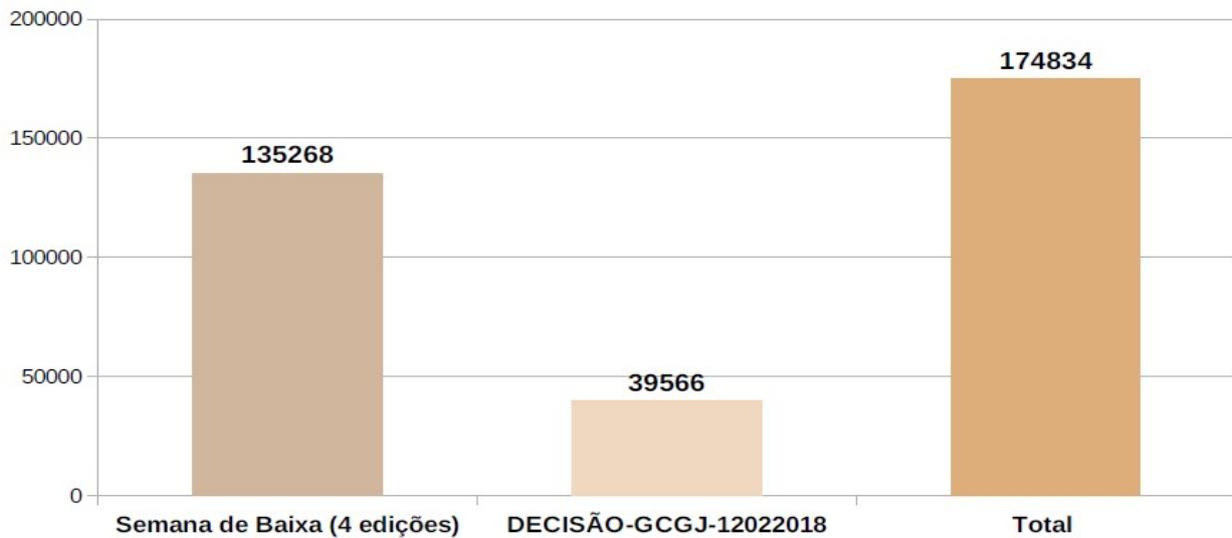
Somando as quatro edições da Semana de Baixa Processual e com a DECISÃO-CGJ – 12022018,



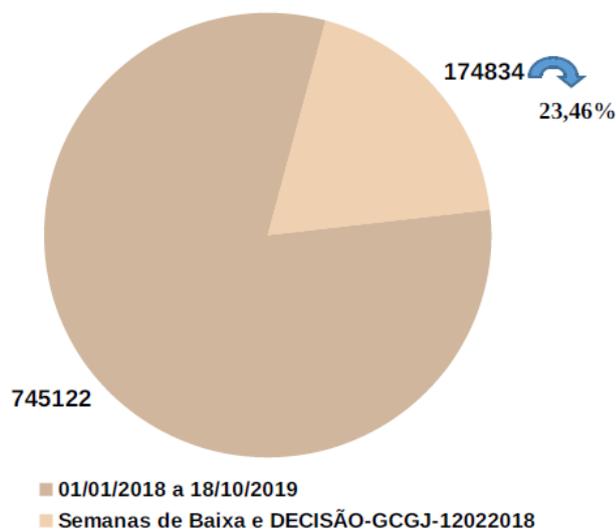
ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

foram baixados **174.834** (cento e setenta e quatro mil, oitocentos e trinta e quatro) processos, o que representou **23,46%** do total de processos baixados do acervo nos anos de 2018 e 2019.

SEMANAS DE BAIXA PROCESSUAL E DECISÃO-GCGJ-12022018
PROCESSOS BAIXADOS



IMPACTO DAS SEMANAS DE BAIXA E DECISÃO-GCGJ-12022018
SOBRE O TOTAL DE PROCESSOS BAIXADOS DE 2018 A 2019





ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

2.3.1.6 – DO SELO UNIDADE DESTAQUE EM BAIXA PROCESSUAL

O Selo “Unidade Destaque Em Baixa Processual”, instituído por meio do **Provimento nº 11/2018** e posteriormente alterado pelo **Provimento nº 35/2018**, reconhece os esforços empreendidos por magistrados e servidores para um melhor desempenho no que se refere à diminuição da taxa de congestionamento de baixa processual.

O Selo contempla as categorias Ouro (taxa de congestionamento **menor ou igual a 50%**), Prata (taxa de congestionamento **acima de 50% até 60%**) e Bronze (unidades que não se enquadram nas faixas acima indicadas mas que conseguiram reduzir o percentual da taxa de congestionamento em **pelo menos 10%** no período de apuração). O Selo é concedido de acordo com a taxa de congestionamento apurada ao final de cada ano, após levantamento dos resultados pelos sistemas de informação processual.

A instituição do Selo “Unidade Destaque Em Baixa Processual” considerou, entre outros, a Política Nacional de Atenção Prioritária da Justiça de 1º Grau, o Planejamento Estratégico da Corregedoria, as metas anuais de produtividade e o papel da Corregedoria Geral da Justiça de zelar pelo aprimoramento da Justiça de 1º Grau.

2.3.1.6.1 – DOS RESULTADOS DO SELO UNIDADE DESTAQUE EM BAIXA PROCESSUAL NO BIÊNIO 2018-2019

Após apuração das taxas de congestionamento de baixa processual das unidades judiciais no **ano de 2018**, verificou-se que **24 (vinte e quatro)** unidades alcançaram a categoria ouro, **22 (vinte e dois)** unidades alcançaram a categoria prata e **35 (trinta e cinco)** alcançaram a categoria bronze, totalizando **78 (setenta e oito)** unidades premiadas.

Foi realizada a solenidade de entrega dos certificados às unidades premiadas no dia 22 de fevereiro de 2019 no auditório do Fórum Desembargador Sarney Costa.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

UNIDADE	TAXA DE CONG. DE BAIXA EM 30/11/2018	SELO
TURMA RECURSAL DA COMARCA DE PRESIDENTE DUTRA	31,11%	OURO
TURMA RECURSAL DA COMARCA DE CHAPADINHA	36,60%	OURO
2ª VARA DA FAMÍLIA DA COMARCA DE IMPERATRIZ	38,27%	OURO
10º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	38,73%	OURO
5ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	41,07%	OURO
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE BALSAS	41,08%	OURO
9º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	43,43%	OURO
JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DA COMARCA DE IMPERATRIZ	43,92%	OURO
2ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	45,14%	OURO
TURMA RECURSAL DA COMARCA DE PINHEIRO	46,26%	OURO
2º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	46,52%	OURO
1ª VARA DA COMARCA DE SANTA LUZIA	46,59%	OURO
2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE IMPERATRIZ	46,72%	OURO
1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE IMPERATRIZ	47,20%	OURO
1º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	47,82%	OURO
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE AÇAILÂNDIA	47,92%	OURO
7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	48,07%	OURO
VARA ÚNICA DA COMARCA DE CURURUPU	48,29%	OURO
2ª VARA ESPECIAL DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	48,37%	OURO
VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO BERNARDO	49,30%	OURO
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	49,74%	OURO
VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE TIMON	50,67%	PRATA
3º JUIZADO ESPECIAL DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	50,83%	PRATA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE PEDREIRAS	51,51%	PRATA
5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	51,51%	PRATA
4ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	52,51%	PRATA
2ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE AÇAILÂNDIA	52,68%	PRATA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE TIMON	55,60%	PRATA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE BACABAL	56,06%	PRATA
13º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	56,66%	PRATA
14º JUIZADO CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	56,72%	PRATA



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

1ª VARA DA FAMÍLIA DA COMARCA DE IMPERATRIZ	56,79%	PRATA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE CAXIAS	57,48%	PRATA
3ª VARA DA FAMÍLIA DA COMARCA DE IMPERATRIZ	58,38%	PRATA
2ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	58,40%	PRATA
TURMA RECURSAL DA COMARCA DE IMPERATRIZ	58,60%	PRATA
3ª VARA DA COMARCA DE SANTA INÊS	58,62%	PRATA
8º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	58,84%	PRATA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE PAÇO DO LUMIAR	59,04%	PRATA
TURMA RECURSAL DA COMARCA DE CAXIAS	59,14%	PRATA
4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	59,35%	PRATA
3ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	59,69%	PRATA
2ª VARA DA COMARCA DE PORTO FRANCO	59,76%	PRATA

UNIDADE	TAXA DE CONG. DE BAIXA EM 01/01/2018	TAXA DE CONG. DE BAIXA EM 30/11/2018	REDUÇÃO	SELO
4ª VARA DA COMARCA DE SANTA INÊS	94,55%	70,16%	-25,80%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	83,68%	64,76%	-22,62%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE TURIAÇU	87,37%	68,36%	-21,75%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE SANTA LUZIA DO PARUÁ	81,42%	63,96%	-21,45%	BRONZE
12º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	84,75%	66,95%	-21,01%	BRONZE
1ª VARA DA COMARCA DE BURITICUPU	84,89%	69,36%	-18,29%	BRONZE
6ª VARA CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	76,51%	62,87%	-17,82%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE CÂNDIDO MENDES	80,11%	65,90%	-17,74%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE PAULO RAMOS	90,86%	74,84%	-17,63%	BRONZE
2ª VARA DA COMARCA DE GRAJAÚ	82,11%	68,14%	-17,02%	BRONZE
12ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	78,95%	65,59%	-16,92%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALTO PARNAÍBA	82,58%	68,78%	-16,71%	BRONZE
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TIMON	99,92%	83,24%	-16,70%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE SANTO ANTÔNIO DOS LOPES	83,90%	70,75%	-15,68%	BRONZE
VARA DA FAMÍLIA DA COMARCA DE TIMON	76,76%	65,10%	-15,20%	BRONZE
1º JUIZADO ESPECIAL DAS RELAÇÕES DO CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	71,91%	61,48%	-14,51%	BRONZE
2ª VARA DA COMARCA DE SANTA LUZIA	75,17%	63,97%	-14,90%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE PINDARÉ MIRIM	83,00%	71,55%	-13,79%	BRONZE
1ª VARA DA COMARCA DE SANTA HELENA	86,57%	74,75%	-13,66%	BRONZE
AUDITORIA DA JUSTIÇA MILITAR	100,00%	86,57%	-13,43%	BRONZE



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

3ª VARA DO TERMO JUDICIÁRIO DE PAÇO DO LUMIAR	99,81%	86,42%	-13,42%	BRONZE
1ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	80,80%	70,06%	-13,29%	BRONZE
3ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	82,75%	72,20%	-12,76%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE TIMBIRAS	77,63%	68,05%	-12,34%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE SANTA QUITÉRIA	81,38%	71,49%	-12,15%	BRONZE
6ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	72,94%	64,10%	-12,11%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE VITÓRIA DO MEARIM	93,34%	82,06%	-12,08%	BRONZE
1ª VARA CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	86,00%	76,03%	-11,58%	BRONZE
2ª VARA DA COMARCA DE VITORINO FREIRE	83,08%	73,71%	-11,29%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE CARUTAPERA	80,50%	71,62%	-11,03%	BRONZE
4ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	86,56%	77,36%	-10,63%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE OLHO D'ÁGUA DAS CUNHÃS	83,52%	74,80%	-10,44%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO JOÃO DOS PATOS	77,34%	69,31%	-10,38%	BRONZE
2ª VARA DA COMARCA DE ZÉ DOCA	75,30%	67,60%	-10,23%	BRONZE
1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAXIAS	73,71%	66,30%	-10,07%	BRONZE

No ano de **2019**, o resultado alcançado foi ainda melhor que do ano anterior. Após apuração das taxas de congestionamento de baixa processual das unidades judiciais no ano de 2019, verificou-se que **50 (cinquenta)** unidades alcançaram a categoria ouro, **41 (quarenta e uma)** unidades alcançaram a categoria prata e **50 (cinquenta)** alcançaram a categoria bronze, totalizando **141 (cento e quarenta e uma)** unidades premiadas.

A solenidade de entrega dos certificados às unidades premiadas está prevista para o mês de março de 2020.

UNIDADE	TAXA DE CONG. DE BAIXA EM 01/01/2019	TAXA DE CONG. DE BAIXA EM 31/12/2019	SELO
VARA ÚNICA DA COMARCA DE CURURUPU	30,98%	15,36%	OURO
TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	56,02%	19,72%	OURO
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE BALSAS	47,79%	20,31%	OURO
7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	47,13%	24,17%	OURO
3º JUIZADO ESPECIAL DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	53,38%	25,75%	OURO
TURMA RECURSAL DA COMARCA DE BALSAS	80,65%	27,23%	OURO
2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE IMPERATRIZ	46,80%	27,92%	OURO
TURMA RECURSAL DA COMARCA DE PINHEIRO	39,28%	32,25%	OURO



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

UNIDADE	TAXA DE CONG. DE BAIXA EM 01/01/2019	TAXA DE CONG. DE BAIXA EM 31/12/2019	SELO
13º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	49,54%	32,53%	OURO
9º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	43,96%	32,67%	OURO
TURMA RECURSAL DA COMARCA DE CHAPADINHA	36,45%	32,95%	OURO
3º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	81,25%	34,38%	OURO
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE PINHEIRO	64,16%	34,68%	OURO
1ª VARA DA COMARCA DE SANTA LUZIA	43,71%	35,31%	OURO
3ª VARA DA COMARCA DE SANTA INÊS	66,65%	35,35%	OURO
10º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	36,32%	35,90%	OURO
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE PEDREIRAS	49,29%	36,07%	OURO
6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	53,45%	37,35%	OURO
2º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	47,11%	37,37%	OURO
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE SANTA INÊS	68,11%	38,06%	OURO
5ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	43,30%	38,58%	OURO
11º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	62,48%	39,55%	OURO
5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	44,08%	39,56%	OURO
1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE IMPERATRIZ	41,48%	40,04%	OURO
VARA DA FAMÍLIA DA COMARCA DE BACABAL	86,23%	40,30%	OURO
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE CAXIAS	52,48%	40,89%	OURO
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE AÇAILÂNDIA	41,98%	41,10%	OURO
VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE TIMON	54,36%	41,90%	OURO
2ª VARA DA FAMÍLIA DA COMARCA DE IMPERATRIZ	42,75%	42,49%	OURO
12º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	64,59%	42,91%	OURO
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE BACABAL	49,08%	44,11%	OURO
2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	56,36%	45,36%	OURO
1º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	46,40%	45,92%	OURO
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE PAÇO DO LUMIAR	50,53%	45,95%	OURO
JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DA COMARCA DE IMPERATRIZ	39,45%	46,02%	OURO
1ª VARA DA COMARCA DE BURITICUPU	64,72%	46,49%	OURO
VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	66,20%	47,26%	OURO
TURMA RECURSAL DA COMARCA DE BACABAL	60,04%	47,29%	OURO
2ª VARA DA COMARCA DE SANTA LUZIA	67,50%	47,59%	OURO
1ª VARA DA FAMÍLIA DA COMARCA DE IMPERATRIZ	64,19%	47,70%	OURO



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

UNIDADE	TAXA DE CONG. DE BAIXA EM 01/01/2019	TAXA DE CONG. DE BAIXA EM 31/12/2019	SELO
1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TIMON	60,19%	47,82%	OURO
2ª VARA ESPECIAL DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	50,14%	48,52%	OURO
CENTRAL DE INQUÉRITOS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	42,88%	48,52%	OURO
2ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	47,82%	48,56%	OURO
1º JUIZADO ESPECIAL DAS RELAÇÕES DO CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	49,75%	48,72%	OURO
14º JUIZADO CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	51,07%	48,77%	OURO
VARA ÚNICA DA COMARCA DE PENALVA	68,46%	48,88%	OURO
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE TIMON	50,39%	49,30%	OURO
1ª VARA DA COMARCA DE JOÃO LISBOA	69,63%	49,61%	OURO
JUIZADO ESPECIAL DO TRÂNSITO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	58,13%	49,94%	OURO
VARA DA FAMÍLIA DA COMARCA DE TIMON	73,22%	50,43%	PRATA
4ª VARA CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	63,70%	51,36%	PRATA
2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	55,05%	51,54%	PRATA
6ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	64,55%	52,15%	PRATA
TURMA RECURSAL DA COMARCA DE PRESIDENTE DUTRA	31,66%	52,40%	PRATA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO JOÃO BATISTA	85,50%	52,42%	PRATA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE CODÓ	54,11%	52,45%	PRATA
1ª VARA DA COMARCA DE VITORINO FREIRE	81,90%	52,66%	PRATA
6ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	89,79%	52,72%	PRATA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE BOM JARDIM	73,28%	52,97%	PRATA
AUDITORIA DA JUSTIÇA MILITAR	90,31%	53,04%	PRATA
1ª VARA DA COMARCA DE PINHEIRO	85,69%	53,12%	PRATA
2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TIMON	61,21%	53,35%	PRATA
1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BACABAL	85,04%	53,50%	PRATA
1ª VARA DA COMARCA DE TUNTUM	77,08%	53,81%	PRATA
8º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	54,25%	53,94%	PRATA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE ICATU	79,82%	54,00%	PRATA
2ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE AÇAILÂNDIA	58,14%	54,11%	PRATA
12ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	60,07%	54,53%	PRATA
CENTRAL DE INQUÉRITOS E CUSTÓDIA DA COMARCA DE IMPERATRIZ	44,53%	54,55%	PRATA
2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BACABAL	85,47%	55,24%	PRATA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE POÇÃO DE PEDRAS	62,47%	55,69%	PRATA
2ª VARA DA COMARCA DE ITAPECURU MIRIM	72,53%	55,82%	PRATA



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

UNIDADE	TAXA DE CONG. DE BAIXA EM 01/01/2019	TAXA DE CONG. DE BAIXA EM 31/12/2019	SELO
7ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	92,25%	55,85%	PRATA
TURMA RECURSAL DA COMARCA DE CAXIAS	52,42%	55,87%	PRATA
4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	58,22%	55,94%	PRATA
1ª VARA CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	53,16%	56,95%	PRATA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE SANTO ANTÔNIO DOS LOPES	69,52%	57,60%	PRATA
10ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	73,71%	57,69%	PRATA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE OLHO D'ÁGUA DAS CUNHÃS	68,29%	57,86%	PRATA
3ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	77,66%	58,34%	PRATA
1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAXIAS	58,93%	58,40%	PRATA
1ª VARA DA COMARCA DE PEDREIRAS	66,62%	58,44%	PRATA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE JOSELÂNDIA	72,79%	58,47%	PRATA
1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	64,81%	58,80%	PRATA
9ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	80,94%	59,07%	PRATA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	43,69%	59,19%	PRATA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE IGARAPÉ GRANDE	70,16%	59,72%	PRATA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE GUIMARÃES	63,96%	59,75%	PRATA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE LORETO	71,30%	59,94%	PRATA
14ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	87,30%	59,95%	PRATA

UNIDADE	TAXA DE CONG. DE BAIXA EM 01/01/2019	TAXA DE CONG. DE BAIXA EM 31/12/2019	DIFERENÇA	SELO
2ª VARA CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	93,93%	62,04%	-31,89%	BRONZE
6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	91,59%	60,50%	-31,09%	BRONZE
1ª VARA DE INTERDIÇÃO E SUCESSÕES: TUTELA, CURATELA E AUSÊNCIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	88,27%	60,99%	-27,28%	BRONZE
4ª VARA DA COMARCA DE PEDREIRAS	99,33%	74,00%	-25,33%	BRONZE
2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE BACABAL	99,07%	74,04%	-25,03%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO VICENTE FERRER	84,97%	60,65%	-24,32%	BRONZE
VARA DE FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TIMON	86,79%	64,15%	-22,64%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE CEDRAL	81,38%	60,10%	-21,28%	BRONZE
11ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	85,11%	64,28%	-20,83%	BRONZE
8ª VARA CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	87,89%	69,57%	-18,32%	BRONZE
3ª VARA DO TERMO JUDICIÁRIO DE PAÇO DO LUMIAR	88,41%	70,51%	-17,90%	BRONZE



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

UNIDADE	TAXA DE CONG. DE BAIXA EM 01/01/2019	TAXA DE CONG. DE BAIXA EM 31/12/2019	DIFERENÇA	SELO
2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE AÇAILÂNDIA	77,60%	60,68%	-16,92%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	83,31%	66,51%	-16,80%	BRONZE
2ª VARA DE EXECUÇÕES CRIMINAIS E PENAS ALTERNATIVAS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	100,00%	83,22%	-16,78%	BRONZE
10ª VARA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	93,85%	77,75%	-16,10%	BRONZE
13ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	84,57%	68,85%	-15,72%	BRONZE
1ª VARA DA COMARCA DE BARREIRINHAS	92,33%	76,62%	-15,71%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE AMARANTE DO MARANHÃO	87,36%	71,97%	-15,39%	BRONZE
7ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	87,95%	72,85%	-15,10%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO MATEUS	94,09%	79,02%	-15,07%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO	80,45%	65,39%	-15,06%	BRONZE
1ª VARA DA COMARCA DE ARAIOSES	85,79%	71,28%	-14,51%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO	79,17%	65,21%	-13,96%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE MATINHA	79,48%	65,58%	-13,90%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE VITORIA DO MEARIM	82,98%	69,14%	-13,84%	BRONZE
1ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	90,51%	76,95%	-13,56%	BRONZE
2ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	80,82%	67,32%	-13,50%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE BACURI	79,26%	65,80%	-13,46%	BRONZE
1ª VARA DA COMARCA DE LAGO DA PEDRA	84,82%	71,74%	-13,08%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE MATÕES	84,25%	71,19%	-13,06%	BRONZE
1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE BACABAL	83,34%	70,32%	-13,02%	BRONZE
2ª VARA DA COMARCA DE PINHEIRO	80,74%	67,86%	-12,88%	BRONZE
JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA, ESTADUAL E MUNICIPAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	76,37%	63,51%	-12,86%	BRONZE
15ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO LUÍS	86,01%	73,30%	-12,71%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE URBANO SANTOS	87,44%	74,74%	-12,70%	BRONZE
2ª VARA DA COMARCA DE COELHO NETO	85,23%	72,77%	-12,46%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE PASTOS BONS	72,86%	60,81%	-12,05%	BRONZE
2ª VARA DA COMARCA DE ESTREITO	76,73%	65,21%	-11,52%	BRONZE
1ª VARA DA COMARCA DE MARACAÇUMÉ	78,17%	66,81%	-11,36%	BRONZE
1ª VARA DA COMARCA DE BREJO	78,06%	66,95%	-11,11%	BRONZE
1ª VARA ESPECIAL DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	80,54%	69,45%	-11,095	BRONZE



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

UNIDADE	TAXA DE CONG. DE BAIXA EM 01/01/2019	TAXA DE CONG. DE BAIXA EM 31/12/2019	DIFERENÇA	SELO
4ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	79,40%	68,48%	-10,92%	BRONZE
1ª VARA DA COMARCA DE ZÉ DOCA	82,04%	71,49%	-10,55%	BRONZE
1ª VARA DA COMARCA DE GRAJAÚ	83,14%	72,70%	-10,44%	BRONZE
16ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	77,25%	66,90%	-10,35%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE SANTA QUITÉRIA	72,75%	62,42%	-10,33%	BRONZE
5ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	77,51%	67,23%	-10,28%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE PINDARÉ MIRIM	73,26%	63,05%	-10,21%	BRONZE
1ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE AÇAILÂNDIA	74,82%	64,63%	-10,19%	BRONZE
1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAXIAS	76,29%	66,16%	-10,13%	BRONZE

2.3.1.7 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DO PROGRAMA DE ENFRENTAMENTO DA TAXA DE CONGESTIONAMENTO PROCESSUAL

Pela primeira vez, a Corregedoria Geral da Justiça solicitou ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão recursos orçamentários específicos para a execução de um programa.

Do montante total designado para o Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual foram destinados **54,79%** para mutirões do Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais em todo o Estado do Maranhão; **9,70%** foram destinados para treinamentos do referido núcleo; e **18,15%** foram destinados para o acompanhamento dos trabalhos *in loco* pelo Corregedor e sua equipe nas comarcas do Estado do Maranhão.

2.3.2 – DO PROJETO “FALA AÍ, JUIZ”

O Conselho Nacional de Justiça definiu como um dos objetivos estratégicos do Macrodesafio “Garantia dos Direitos da Cidadania”, para cumprimento no período de 2015 a 2020, a ampliação do acesso do cidadão ao Poder Judiciário Estadual visando democratizar a relação com os órgãos judiciais.



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

Nesse sentido, foi idealizado o projeto “Fala aí, Juiz”, com a finalidade de esclarecer posicionamentos judiciais que, frequentemente, não são bem compreendidos pela população em geral.

Utilizando linguagem simples, o projeto consiste em produzir e divulgar entrevistas em espaços públicos, possibilitando que um juiz esclareça as dúvidas da sociedade em relação a assuntos que normalmente não são bem compreendidos pelo público externo.

Ao longo do biênio foram produzidos **9 (nove) vídeos** com abordagem sobre os seguintes temas: Adoção, Audiência de Custódia, Conciliação, Direito de Família, Divórcio, Execução Penal, Improbidade Administrativa, Lei Maria da Penha e Tribunal do Júri.

O projeto “Fala aí, juiz!” está disponibilizado no canal Corregedoria Geral da Justiça da plataforma Youtube (<https://www.youtube.com/channel/UCuaiU2uHYxRjRjteMPdgbZA/playlists>) e também é veiculado no programa “Justiça Cidadã” da TV Assembleia, exibido aos sábados.

2.3.3 – DO PROJETO DAS CENTRAIS DE CUMPRIMENTO DE ATOS JUDICIAIS

O projeto tem por objetivo unificar as secretarias judiciais, concentrando em uma só estrutura a realização dos serviços de secretaria para cumprimento de despachos, decisões e sentenças exarados em processos eletrônicos, permitindo que os servidores lotados nas secretarias das unidades atendidas impulsionem somente os processos físicos.

As centrais de cumprimento de atos judiciais devem ser instaladas preferencialmente nas sedes dos polos judiciais, atendendo as demais unidades que os integram, possibilitando, assim, a otimização de recursos humanos e materiais, a implantação de nova metodologia com a padronização dos processos e das rotinas de trabalho, melhorias no ambiente organizacional das unidades, além do aumento da produtividade dos servidores.

O estudo foi concluído e o projeto está em fase de verificação de disponibilidade orçamentária e de pessoal para a sua implantação.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

2.3.4 – DO PROGRAMA DE TRANSFORMAÇÃO DAS SECRETARIAS JUDICIAIS DAS COMARCAS DO ESTADO DO MARANHÃO

O Programa de Transformação das Secretarias Judiciais das Comarcas do Estado do Maranhão foi instituído por meio da **Portaria Conjunta nº 25/2019**, tendo como finalidade expandir para as comarcas do Estado do Maranhão o exitoso projeto das secretarias judiciais únicas digitais.

Com as Secretarias Judiciais Únicas Digitais é possível reunir em apenas uma secretaria judicial o cumprimento e execução das determinações judiciais proferidas nos processos judiciais eletrônicos de várias unidades, agilizando a tramitação processual.

Nesse sentido, a Corregedoria Geral da Justiça pretende implantar a Secretaria Judicial Única Digital das Varas Cíveis do Termo Judiciário de São Luís e a Secretaria Judicial Única Digital de Competência Cível da Comarca de Timon, o que deve ser concretizado no 1º trimestre de 2020.

2.3.5 – DOS POLOS JUDICIAIS

Visando uma melhor distribuição e organização dos serviços administrativos da Corregedoria Geral da Justiça, foi proposta a reorganização dos polos judiciais.

A medida considerou ainda requerimentos de juízes de comarcas do interior do Estado que relataram, durante reuniões realizadas com os membros da Mesa Diretora do Poder Judiciário, dificuldades em razão da distância entre as comarcas e as sedes dos polos aos quais pertenciam.

Desse modo, os polos judiciais foram redefinidos por meio dos **Provimentos CGJ nº 43/2018, 14/2019 e 19/2019**, que estabeleceu novas sedes para os polos judiciais, quais sejam, Bacabal, Balsas, Barra do Corda, Chapadinha, Imperatriz, Itapecuru Mirim, Pinheiro, Santa Inês, São João dos Patos, São Luís e Timon, bem como criou o Polo Judicial de Caxias, totalizando **12 (doze)** polos judiciais.



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

2.3.6 – DO PROJETO CASA DA JUSTIÇA

O Projeto Casa da Justiça foi elaborado visando a facilitação do acesso à justiça a partir da descentralização dos serviços judiciais, com a instalação das unidades em locais estratégicos, atendendo áreas com grande concentração populacional.

Com a iniciativa, busca-se a instalação de novas unidades judiciais nos bairros da zona metropolitana de São Luís, de forma planejada, considerando o índice populacional e reduzindo tempo e custos com deslocamento do jurisdicionado.

O piloto do projeto foi implantado em 2014, para melhor atender a população da residente na região Itaqui-Bacanga (Vila Embratel, Mauro Fecury, Maracanã, Anjo da Guarda), que conta com aproximadamente **155 (cento e cinquenta e cinco)** mil pessoas.

O prédio especialmente construído no campus da Universidade Federal do Maranhão, tem capacidade para comportar até dez unidades judiciais. Atualmente a “Casa da Justiça Universitária” conta com um Juizado Especial instalado.

A Corregedoria propôs a instalação no local de mais cinco unidades judiciais, como por exemplo, Vara de Família, Vara Cível, Vara do Idoso e Juizado Especial Criminal. Com isso, o projeto vai possibilitar mais oportunidades de extensão e de pesquisa aos estudantes de graduação e pós-graduação dos cursos de Direito, Serviço Social, Psicologia, entre outros.

2.3.7 – DO DESENVOLVIMENTO DE NOVAS FUNCIONALIDADES DOS SISTEMAS DE GESTÃO DE DADOS

2.3.7.1 – DO SISTEMA PROMERITUS

O Sistema Promeritus foi desenvolvido para facilitar a aferição da produtividade e da presteza do magistrado para fins de promoção, remoção e acesso ao segundo grau de jurisdição.

Essa ferramenta garante a segurança das informações, vez que os dados funcionais de cada magistrado são incluídos automaticamente nos processos de promoção e remoção.

Visando o aprimoramento do sistema, a atual gestão desenvolveu e implantou novas funcionalidades, tais como:



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

- a. Inclusão no aspecto quantitativo do número de despachos e de decisões interlocutórias, que representam grande parte da produção do magistrado;
- b. Elaboração de tabela de correspondência de movimentações do sistema da Vara de Execução Penal e movimentações constantes no glossário do Conselho Nacional de Justiça, para que toda a produção pudesse ser computada;
- c. Inclusão do número de processos conclusos há mais de 100 (cem) dias, no lugar de número de processos com atraso injustificado;
- d. Para as unidades com competência exclusiva para a execução penal, a meta de julgamento foi substituída por de todos os pedidos formulados durante o ano;
- e. Previsão do tempo médio para a prolação de sentença, contado a partir da chegada do juiz na unidade judicial;
- f. Melhor adequação aos termos da Resolução nº 106 do Conselho Nacional de Justiça;
- g. Comparação da produtividade do juiz com a produtividade do grupo de unidades similares;
- h. Detalhamento do percentual atingido da meta fixada pela Corregedoria Geral da Justiça a cada ano;
- i. Fixação dos limites referenciais máximos a serem observados na fixação da meta de audiências a serem realizadas;
- j. Inclusão do campo unificado geral – 48 (quarenta e oito) meses, que informa o percentual de produtividade alcançado em todo o período de avaliação;
- k. Inclusão do campo número de processos distribuídos proporcional ao tempo trabalhado, facilitando a elaboração da justificativa se não alcançado o percentual de 100% da meta fixada pela Corregedoria;
- l. Inclusão do campo percentual de julgamento em relação ao número de processos distribuídos durante todo o período de avaliação;
- m. Adaptação da tabela que apresenta as metas de julgamento, constando a meta anterior da Corregedoria Geral da Justiça e a Meta 1 do Conselho Nacional de Justiça (a partir de abril de 2019).

Foi ainda elaborado o Relatório de Produtividade de Magistrado (RPM), instrumento que traça um perfil completo da atuação do juiz na unidade judicial.



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

Cabe ressaltar, que a Corregedoria continua desenvolvendo novos estudos com a finalidade de aprimorar a gestão de dados de produtividade dos magistrados maranhenses.

2.3.7.2 – DO SISTEMA TERMOJURIS

O sistema TermoJuris foi criado na gestão da Desembargadora Anildes Cruz, como parte do processo de modernização do Poder Judiciário do Maranhão, com o objetivo de instrumentalizar a informação, por meio da extração de dados qualitativos e quantitativos, possibilitando a tomada assertiva de decisões estratégicas.

Por ser uma ferramenta de grande relevância para auxiliar na gestão das unidades judiciais, no ano de 2018 a Corregedoria deu continuidade ao projeto, com a implementação da Versão 2.0 do sistema. A partir de estudos feitos por uma comissão designada pelo Corregedor Marcelo Carvalho Silva, foram desenvolvidas novas funcionalidades pela Diretoria de Informática e Automação do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

Dentre as inovações da Versão 2.0, destaca-se a disponibilização de planilhas e gráficos que detalham o acervo total, o acervo não julgado e as taxas de congestionamento. No menu Taxa de Congestionamento, no gráfico de barras de processos distribuídos, julgados e baixados, foi criada uma extensão da linha temporal de mais dois anos; e de mais seis anos na linha temporal das taxas de congestionamento.

Foi também adicionado um filtro para identificação dos processos conclusos há menos de 100 (cem) dias e de todos processos conclusos, bem como para aqueles que aguardam movimentação em secretaria há menos de 100 (cem) dias e de todos os processos que aguardam movimentação.

Foram feitas melhorias nos painéis Meta Nacional; Homologação de Acordo; Audiências e Sessões do Júri; Produtividade Magistrado; e criados novos painéis, como o do Diagnóstico de Unidade Judicial – DUJ, que permite a análise compilada de dados dos últimos anos de cada unidade.; Produtividade do Servidor; Quadrante de Criticidade; Panorama de Processos Conclusos; Panorama de Processos Aguardando Movimentação e Glossário.

Foram disponibilizados três perfis de acesso: perfil Corregedoria, perfil Magistrado e perfil Secretário Judicial.



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

O perfil Corregedoria permite que a mesa diretora do Tribunal de Justiça, tenha amplo acesso aos dados, de forma agrupada ou individual, com aletas visuais gráficos.

O perfil Magistrado permite a visualização dos dados da unidade em que atua de forma detalhada, disponibilizando elementos para que possam ser traçadas estratégias para o alcance de resultados positivos.

O perfil Secretário Judicial fornece ao usuário dados que possibilitam um melhor acompanhamento e planejamento de ações que possam melhorar os processos de trabalho das secretarias judiciais.

Também, foi disponibilizada a Versão 1.1 do glossário com a finalidade de estabelecer definições, instruções e critérios para uma melhor utilização do sistema.

Ressalta-se que a Corregedoria Geral da Justiça continua investindo no aprimoramento da ferramenta, tendo encaminhado à Diretoria de Informática e Automação mais de 50 solicitações, que vão sendo cumpridas por ordem de prioridade.

No relatório da última inspeção realizada pelo Conselho Nacional de Justiça, o sistema foi destacado como boas práticas utilizada pela Corregedoria Geral da Justiça.

2.3.7.2.1 – DO TERMOJURIS WEB

Com o objetivo de observar os princípios de publicidade e transparência, a Corregedoria Geral da Justiça lançou e disponibilizou no portal eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, para fins de consulta pública, a versão TermoJuris Web.

A versão Web cumpre o determinado no **Provimento nº 33/2019**, de iniciativa do corregedor-geral da Justiça, Desembargador Marcelo Carvalho Silva, que determina a divulgação mensal dos dados de produtividade dos juízes e das unidades jurisdicionais do Estado do Maranhão, coletados pelo sistema de gerenciamento processual TermoJuris.

São apresentados dados individualizados sobre a produtividade mensal de juízes titulares e auxiliares, com informações do acervo, taxa de congestionamento e número de despachos, decisões e sentenças.



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

2.3.7.2.2 – DO APP TERMOJURIS

A Corregedoria Geral da Justiça participou dos estudos que resultaram no desenvolvimento da versão aplicativo da ferramenta TermoJuris.

O acesso público dos dados de produtividade da Justiça de 1º Grau atende a previsão constitucional do acesso à informação como direito fundamental; do acesso a informações sobre atos de governo na disciplina da Administração Pública (art. 37, § 3º, II, CF) e ainda a exigência de publicidade dos julgamentos e fundamentação das decisões judiciais (art. 93, XI, CF).

O aplicativo TermoJuris está disponível nas lojas de aplicativos do Android (Play Store) e iOS (Apple Store).

2.3.7.2.3 – DOS TREINAMENTOS DO SISTEMA TERMOJURIS

A realização de treinamentos sobre o sistema TermoJuris surgiu da necessidade de capacitar magistrados e secretários judiciais quanto às funcionalidades do sistema, para uma melhor utilização e aproveitamento da ferramenta, dando maior autonomia às unidades judiciais.

Foram alcançadas aproximadamente **100 (cem)** pessoas, entre magistrados e servidores da Corregedoria e da Justiça de 1º Grau.

2.3.8 – DO PROJETO DA CENTRAL DE ANÁLISE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DE PRIMEIRO GRAU

A Central de Análise de Desempenho da Justiça de Primeiro Grau foi inaugurada no dia 8 de março de 2019, com o objetivo de facilitar o acompanhamento do desempenho das unidades judiciais e contribuir para o planejamento das ações estratégicas da Corregedoria Geral de Justiça.

A Central é composta por uma equipe multidisciplinar formada por juízes auxiliares e servidores da Coordenadoria de Planejamento e Aprimoramento da Justiça de Primeiro Grau, da Divisão de Estatística e da Assessoria de Informática, responsáveis pelo acompanhamento dos resultados e pelo envio de alertas às unidades, que chamam a atenção para aspectos que precisam ser melhorados e apresentam sugestões.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

A Central conta com **06 (seis)** monitores e outros equipamentos de informática, instalados na Coordenadoria de Planejamento, que possibilitam a apresentação dos diversos menus dos sistemas de gestão.

Entre as principais atribuições da Central de Análise de Desempenho da Justiça de Primeiro Grau, destaca-se o acompanhamento do acervo, da quantidade de processos com excesso de prazo, da produtividade, do cumprimento das metas do CNJ e da evolução das taxas de congestionamento das unidades judiciais.

2.3.8.1 – DO ACOMPANHAMENTO DA EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE CONGESTIONAMENTO PROCESSUAL E DO CUMPRIMENTO DAS METAS DO CNJ

Uma das principais atividades desempenhadas pelo Planejamento Estratégico da Corregedoria Geral da Justiça é o acompanhamento mensal da evolução das taxas de congestionamento processual de baixa e de julgamento, como também do cumprimento das metas do Conselho Nacional de Justiça.

A Divisão de Estatística emite mensalmente relatórios de acompanhamento das taxas de congestionamento processual e das metas do Conselho Nacional de Justiça que subsidiam as ações institucionais. Esses relatórios são disponibilizados no *hotsite* da Gestão Estratégica da Corregedoria Geral da Justiça.

A partir desse acompanhamento, o Corregedor-Geral da Justiça recomendou aos juízes de 1º grau que concentrassem esforços para o cumprimento da Meta 1 do Conselho Nacional de Justiça (RECOM-GCGJ - 72019), tendo encaminhado nota explicativa da Divisão de Estatística.

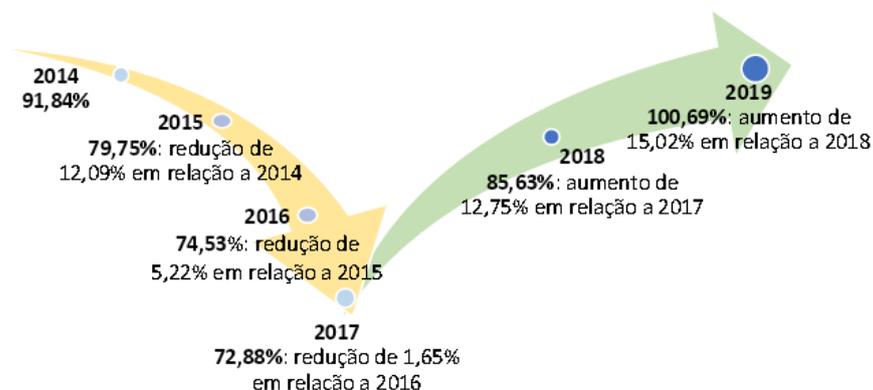
Como resultado das ações estratégicas desenvolvidas no biênio, pode-se destacar um progresso expressivo no desempenho das unidades judiciais no que se refere a taxa de congestionamento e cumprimento das metas nacionais.

A Justiça de 1º Grau do Estado do Maranhão alcançou **quatro das seis metas nacionais**, quais sejam: Meta 1, Meta 2, Meta 3 e Meta 6.

Quanto à **Meta 1**, que consiste no julgamento de número de processos superior à quantidade de processos distribuídos, foi alcançado o percentual de **100,69%**, apresentando um aumento de **15,02%** entre os dois últimos anos. Essa meta não era cumprida desde 2014.

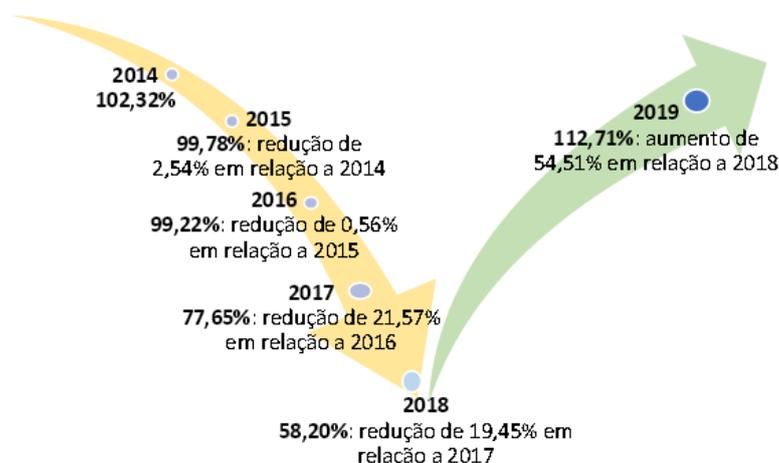
**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

Evolução no 1º Grau – 2014 a 2019



A **Meta 2** consiste no julgamento de pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2015 no 1º grau, até 31/12/2019. No particular o resultado merece especial destaque, vez que cumprido o percentual de **112,71%**, superando em **54,51%** o percentual registrado em 2018.

Evolução no 1º Grau – 2014 a 2019

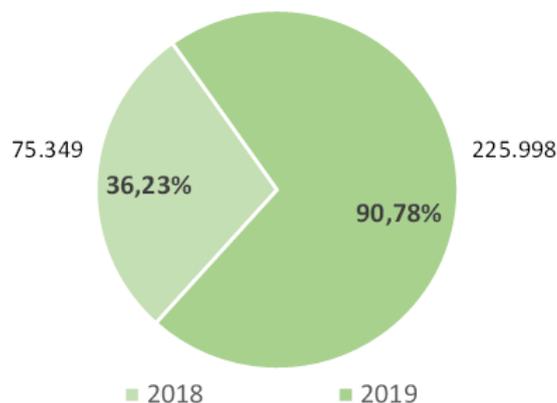


A **Meta 3** objetivou aumentar o índice de Conciliação em dois pontos percentuais em relação ao ano anterior e apresentou o melhor resultado, alcançando o percentual de **237,47%** de cumprimento. Em 2018, o percentual foi de **36,23%** em **75.349 (setenta e cinco mil, trezentos e quarenta e nove)** conciliações pré-processuais e processuais realizadas. Em 2019, as conciliações na fase pré-processual e os acordos da fase processual subiram para **225.998 (duzentos e vinte e cinco mil, novecentos e noventa e oito)**, perfazendo o percentual de **90,78%**.



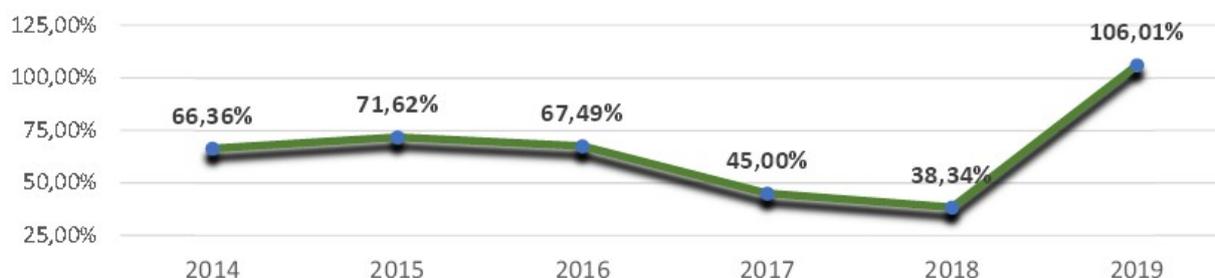
ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

PERCENTUAL DE CONCILIAÇÃO



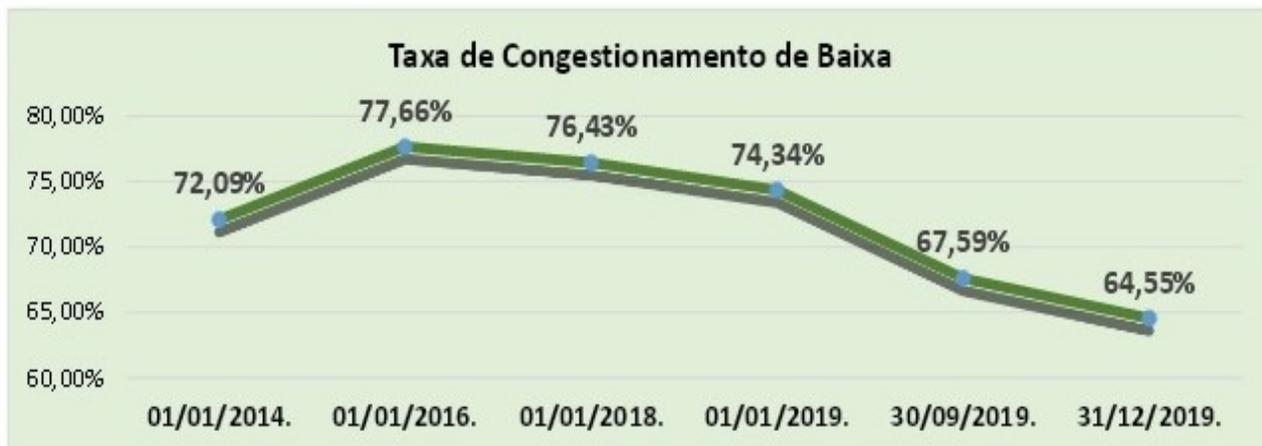
O índice de cumprimento da **Meta 6**, que consistiu em julgar, até 31/12/2019, 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau, passou de **38,34%** em 2018 para **106,01%** em 2019. Entre os dois últimos anos, houve um aumento no cumprimento da meta de **176,49%**. Foi a primeira vez que a meta foi cumprida nos últimos seis anos.

META 6 CNJ - 1º GRAU

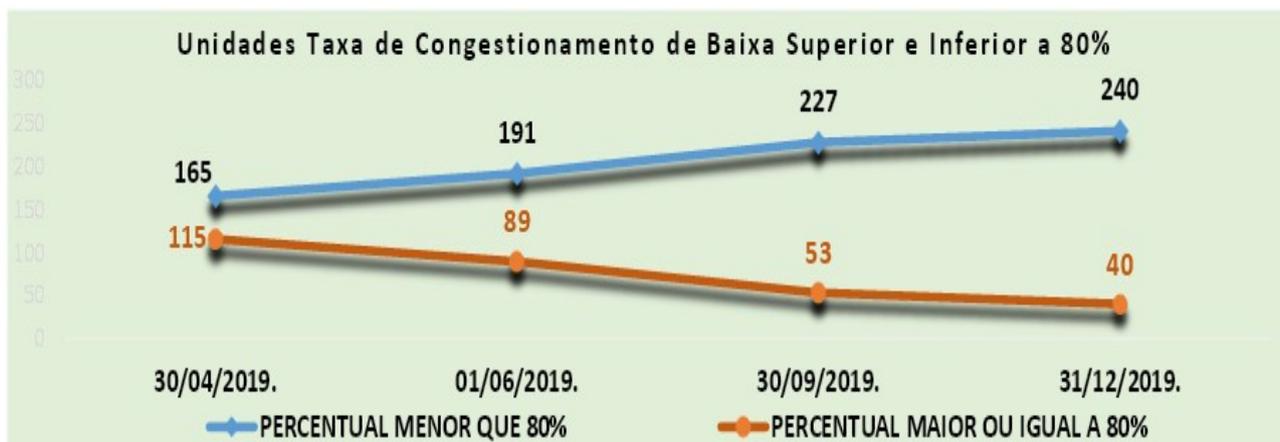


A taxa de congestionamento processual de baixa é um indicador adotado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para medir a efetividade do Tribunal em um período, considerando o total de casos novos que ingressaram, os casos baixados e o estoque pendente ao final do período anterior ao período base.

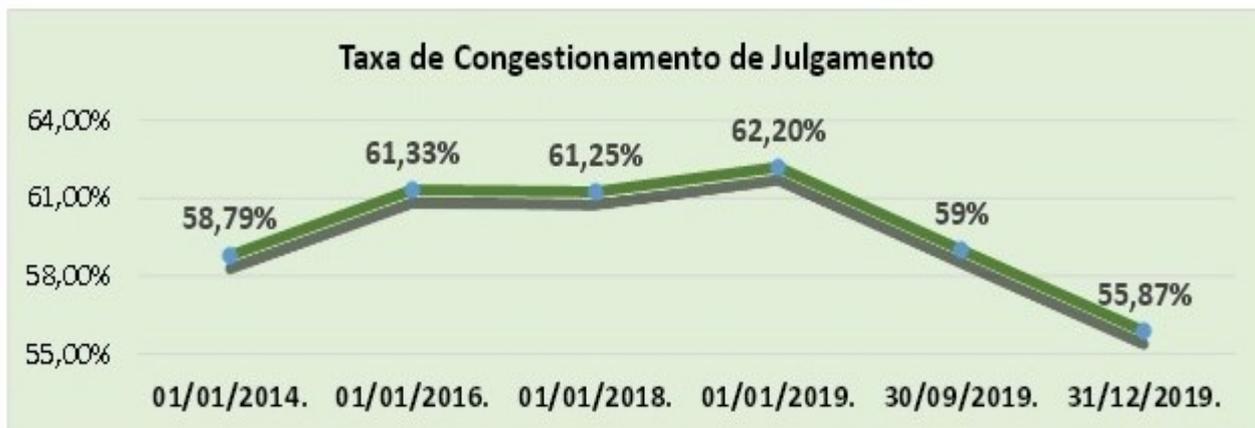
Em 2018 o Corregedor-geral da Justiça, Des. Marcelo Carvalho Silva, lançou o Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual. Ao final do biênio a taxa de congestionamento de baixa processual nas unidades da Justiça de 1º Grau foi reduzida de 76,43% para **64,55%**, a menor taxa registrada nos últimos cinco anos.



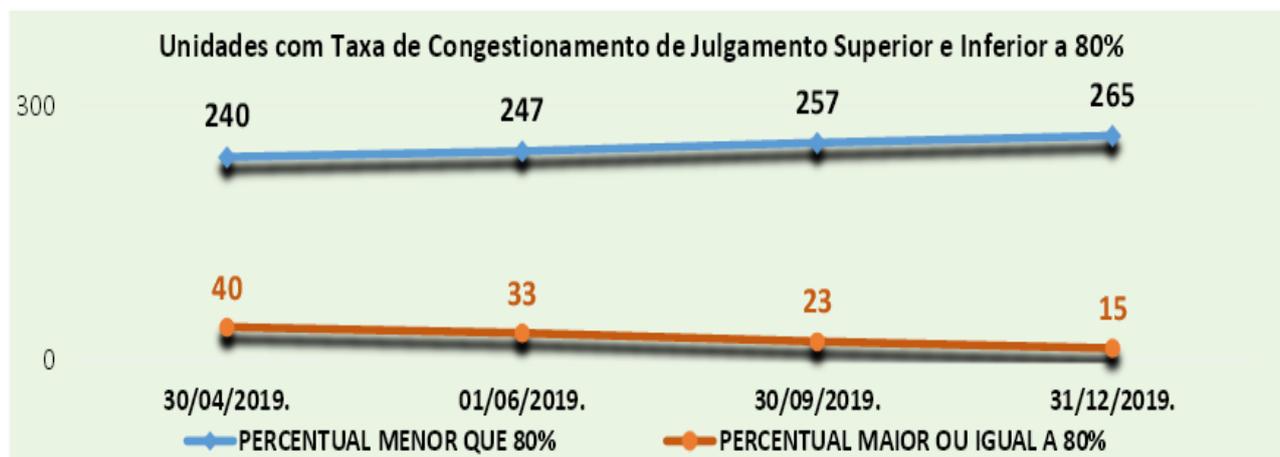
Em abril de 2019, **115 (cento e quinze)** unidades se encontravam na faixa mais crítica de congestionamento (percentual igual ou maior que 80%). No final do ano, apenas **40 (quarenta)** unidades permaneceram nessa faixa, o que representa uma redução de **65,21%**.



Semelhantemente, a taxa de congestionamento de julgamento das unidades da Justiça de 1º grau em 01/01/2018 foi reduzida de 61,25% para **55,87%**, evidenciando uma redução de **8,78%**.



Em 30 de abril de 2019, **40 (quarenta)** unidades se encontravam na faixa mais crítica de congestionamento (percentual igual ou maior que 80%). No final do ano, apenas **15 (quinze)** unidades permaneceram nessa faixa, o que representa uma redução de **62,5%**.



2.3.9 – DO PRÊMIO DE RECONHECIMENTO DE PRODUTIVIDADE PARA MAGISTRADOS E SERVIDORES PELO CUMPRIMENTO DE METAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

A Corregedoria Geral da Justiça, por meio do **Provimento nº 52/2019**, instituiu o Prêmio de Reconhecimento de Produtividade para magistrados e servidores pelo Cumprimento das Metas fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça.



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

A premiação será concedida anualmente às unidades jurisdicionais do Poder Judiciário maranhense que atingirem 100% de cumprimento em uma ou mais metas. Os dados estatísticos serão contabilizados no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

Os troféus e certificados serão entregues em solenidade especialmente designada para este fim, e as unidades premiadas receberão destaque no portal eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – na página da Corregedoria Geral da Justiça.

CUMPRIMENTO DAS METAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	
METAS	QUANTIDADE DE UNIDADES JUDICIAIS
META 1	148
META 2	254
META 3	21
META 4	124
META 6	152
META 8	39

2.3.10 – DO BANCO DE BOAS PRÁTICAS

O Banco de Boas Práticas do Poder Judiciário do Estado do Maranhão foi idealizado em 2019 com a finalidade de reconhecer a capacidade de criar e implementar ações sociais e de gestão, valorizando e motivando magistrados e servidores.

Nem toda boa prática desenvolvida por servidores e magistrados do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão está registrada. A identificação, catalogação e disseminação de boas práticas realizadas por magistrados e servidores nas unidades judiciais, em um canal eletrônico, possibilita a expansão do conhecimento, a troca de experiências, o compartilhamento de ideias e o enriquecimento mútuo.

As iniciativas podem ser inscritas por servidores e magistrados, por meio do formulário eletrônico disponível na página eletrônica da Gestão Estratégica da Corregedoria-Geral da Justiça. Após prévia avaliação da Divisão de Projetos, Padronização e Rotinas, as práticas são submetidas ao Corregedor-geral, que decide pela inclusão ou não no Banco de Boas Práticas.



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

2.3.11 – DO HOTSITE DA GESTÃO ESTRATÉGICA

Para uma maior publicidade das ações, estudos, projetos e programas, foi idealizado o *hotsite* da Gestão Estratégica da Corregedoria Geral da Justiça. O espaço apresenta muitas informações relevantes, distribuindo o conteúdo nas seguintes abas: Projetos, Banco de Boas Práticas, Estatística, Legislação e Plano de Gestão.

Entre as informações disponibilizadas, o *hotsite* reúne na aba “Projetos” as informações de 16 projetos desenvolvidos pela Corregedoria, entre eles: Banco de Boas Práticas; Casa da Justiça; Casamentos Comunitários; Central de Análise de Desempenho da Justiça de Primeiro Grau; Construindo a Justiça; Digitalizar Já; “Fala aí, juiz!”; Jurado Voluntário; Mega Leilão Estadual; Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais; Numopede; Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual; Reconhecer é Amar; Selo “Unidade Destaque em Baixa Processual”; Semana de Baixa Processual e Termojuris.

No Banco de Boas Práticas é possível inscrever práticas e consultar boas práticas já cadastradas.

Na aba Estatística são disponibilizadas mensalmente a Evolução das Taxas de Congestionamento, Índice de Virtualização, Acompanhamento das Metas da Corregedoria Geral da Justiça e do Conselho Nacional de Justiça, bem como as Tabelas de Classes e Assuntos Processuais – TJMA.

A página também exhibe a aba Legislação, que elenca os provimentos da Corregedoria Geral da Justiça dos anos de 1989 a 2020, e a aba Plano de Gestão, que reúne os planos dos biênios de 2012 a 2019.

2.3.12 – DO CURSO DE PADRONIZAÇÃO DE ROTINAS E PROCEDIMENTOS DE SECRETARIAS JUDICIAIS

A partir da análise dos dados das unidades judiciais e das visitas estratégicas, foi verificado que a gestão das secretarias judiciais acontece de forma distinta entre as unidades, com diversas metodologias de trabalho. Assim, concluiu-se pela necessidade de melhorar a qualidade dos serviços, racionalizando e padronizando as rotinas de trabalho.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

A Corregedoria Geral da Justiça instituiu um Grupo de Trabalho composto por magistrados e servidores com a finalidade de unificar o conteúdo do curso de Padronização de Rotinas e Procedimentos de Secretarias Judiciais, que já era oferecido há algum tempo. O curso foi formatado pelos juízes Rodrigo Otávio Terças Santos e Douglas Lima da Guia, com a colaboração das secretárias judiciais Ana Priscila Costa Andrade e Anna Carolina Pinheiro Vale.

2.4 – DOS PROVIMENTOS ATINENTES À GESTÃO ESTRATÉGICA DA CORREGEDORIA

Durante o biênio 2018-2019, O Corregedor-geral da Justiça editou diversos provimentos visando o aprimoramento da prestação jurisdicional, instituindo projetos e disciplinando a aferição da produtividade dos magistrados. São eles:

a. **Provimento nº 2/2018** alterado pelo **Provimento nº 12/2018**: dispõe sobre os critérios estatísticos para mensuração do volume de produção dos magistrados, estabelecendo metas de produtividade às unidades jurisdicionais;

b. **Provimento nº 10/2018** alterado pelo **Provimento nº 40/2018** e **Provimento nº 17/2019**: institui a Semana de Baixas Processuais, a ser realizada na terceira semana dos meses de maio e outubro, de cada ano em todas as unidades do Poder Judiciário de 1º grau, constituída de mutirões para fins de baixa processual;

c. **Provimento nº 11/2018** alterado pelo **Provimento nº 35/2018** e **Provimento nº 16/2019**: institui o selo unidade destaque em baixa processual no âmbito da Justiça de 1º grau do Maranhão. O Selo visa reconhecer o desempenho das unidades judiciais de 1º grau, no que se refere à diminuição da taxa de congestionamento de baixa processual;

d. **Provimento nº 20/2018** alterado pelo **Provimento nº 36/2018**: institui o Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais – NAUJ;

e. **Provimento nº 43/2018** alterado pelo **Provimento nº 14/2019** e **Provimento nº 19/2019**: altera a divisão das Comarcas do Estado do Maranhão em Polos Judiciais;

f. **Provimento nº 44/2018**: estabelece o procedimento a ser observado pelos juízes durante o plantão judiciário em relação a adolescentes apreendidos em flagrante;



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

g. **Provimento nº 18/2019:** estabelece regras para mensuração dos critérios de produtividade dos magistrados, para fins de promoção, remoção e acesso ao segundo grau de jurisdição por merecimento;

h. **Provimento nº 46/2019:** regulamenta os mutirões de análise processual realizados pelo Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais (NAUJ) na Comarca da Ilha de São Luís;

i. **Provimento nº 51/2019:** institui, como ação permanente, o Banco de Boas Práticas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Maranhão;

j. **Provimento nº 52/2019:** institui, no âmbito da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Maranhão, o Prêmio de Reconhecimento de Produtividade para magistrados e servidores pelo Cumprimento de Metas do Conselho Nacional de Justiça.

Cabe destacar que todos os provimentos elaborados foram organizados e encontram-se disponíveis no portal eletrônico da Corregedoria Geral de Justiça, sendo atualizado permanentemente.

2.5 – DO ACOMPANHAMENTO DO SISTEMA DIGIDOC

A Coordenadoria de Planejamento e Aprimoramento também realiza o acompanhamento de processos, requisições e documentos no sistema Digidoc, com a elaboração de pareceres, despachos, além de minutas de decisões, provimentos, recomendações e portarias.

Dentre as principais demandas recebidas, destacam-se os seguintes temas: criação e instalação de varas judiciais, pedidos de mutirão, reclamações da Ouvidoria, produtividade de magistrados, Informações sobre Metas do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, solicitações sobre o sistema TermoJuris. Além disso, o setor também trabalha na elaboração de planos de ação e na análise dos dados compilados das unidades judiciais.

O acompanhamento das unidades que apresentaram um resultado indesejado, bem como daquelas que o CNJ determinou fossem acompanhadas por um prazo específico, também é feito no sistema Digidoc. Para uma melhor gestão dos processos foi solicitada a criação dos assuntos “Ciclo de Acompanhamento de Unidade Judicial”, “Ciclo de Acompanhamento da Meta 1”, “Ciclo de Acompanhamento da Taxa de Congestionamento Processual”, dentre outros.

ANEXO 1

Matérias Jornalísticas

Biênio 2018-2019



Reunião na tarde desta terça-feira (9) discutiu a implantação da SEJUD para varas cíveis da capital (Foto: Josy Lord)

DIGITALIZAÇÃO | CGJ estuda reunir processos eletrônicos das varas cíveis da capital em Secretaria Única

10

JAN

Com o objetivo de reduzir o acervo e otimizar o tempo de tramitação dos processos judiciais nas Varas Cíveis de São Luís, a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) iniciou estudos visando à implantação de uma Secretaria Judicial Única Digital (SEJUD) específica para essas unidades judiciais. O projeto da nova SEJUD foi discutido em reunião nesta terça-feira, 9, entre o diretor da CGJ-MA, juiz Marcelo Moreira; juízes auxiliares da Corregedoria – Kariny Reis, Jaqueline Caracas, Raimundo Bogéa, Gladiston Cutrim e Francisca Galiza; dos juízes da Comissão Sentenciante Itinerante, Marcelo Oka e Alistelman Mendes Dias Filho; e servidores que atuam na Comissão, responsáveis pela elaboração e operacionalização do projeto.

A Secretaria Digital, caso venha a ser implantada, o será de forma gradual, com prioridade para as varas cíveis que possuem maior acervo processual e taxa de congestionamento, atuando exclusivamente na tramitação dos processos eletrônicos cíveis da capital.

A SEJUD já funciona desde setembro do ano passado para as varas e juizado da Fazenda Pública da capital. Nos dois primeiros meses, a secretaria arquivou um total de 4 mil processos e tem feito uma média mensal de 42.869 tarefas, sendo que antes de seu funcionamento a média era de 12.544 movimentações realizadas.

O funcionamento da unidade é dividido em três partes: processamento (cumprimento das deliberações do gabinete do magistrado); movimentação (controle de prazos, etc); e atendimento ao público. Os servidores realizam tarefas relativas a atos ordinatórios, citação, intimação e certidões, remessa e arquivamento de processos, entre outras.

Segundo o diretor da Corregedoria, juiz Marcelo Moreira, o principal objetivo do projeto de Secretaria Única das varas cíveis é garantir a razoável duração dos processos, conforme constatado com a implantação do modelo nas varas da fazenda pública, e sua

efetiva implantação levará em consideração amplo estudo de viabilidade, com a participação dos juízes responsáveis pelas varas cíveis da capital. "O que a CGJ pretende é criar melhores condições de trabalho para os magistrados, o que impactará positivamente na prestação jurisdicional e na redução de custos", observa.

Juliana Mendes

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/419774>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

 É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



Ilustração: Asscom CGJMA.

PROVIMENTO | CGJ fixa metas de produtividade para 2018 e critérios para produção de juízes

06

FEV

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) publicou [Provimento](#) que estabelece novos critérios estatísticos de mensuração do volume de produção dos juízes do Estado, fixando também novas metas de produtividade às unidades judiciais para o ano de 2018.

De acordo com o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, o Provimento contempla situações que não estavam previstas em normativos anteriores, reunindo mais informações em relação ao que é produzido pelos juízes estaduais, além de atualizar as metas com base em alterações de competência, novas unidades instaladas e nos conceitos adotados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). “O objetivo é considerar critérios objetivos que possibilitem aferir corretamente o volume de produção dos juízes do Estado”, observa.

Segundo o Provimento, o volume de produção dos magistrados será mensurado por diversas variáveis, como número de audiências designadas e realizadas; número de audiências de instrução designadas e realizadas; número de conciliações realizadas; número de despachos; número de sentenças proferidas (julgamentos), por classe processual e com priorização dos processos mais antigos; número de acórdãos e decisões proferidas em turmas recursais; tempo médio de processos na unidade jurisdicional; adiamento, redesignação ou cancelamento injustificados de audiências e sessões; número de sessões do tribunal do júri realizadas – especificando-se a quantidade das que tratam sobre crimes de feminicídio; número de pedidos de benefícios registrados/distribuídos e decididos em execução penal; tempo médio para prolação de sentença, entre outras. O documento esclarece a forma como serão computadas todas as variáveis e os conceitos que devem ser considerados.

Os juízes também serão avaliados no quesito “presteza”, levando em consideração a “dedicação” do juiz, assim como a

celeridade na prestação jurisdicional. Para o quesito “dedicação”, será considerada a participação efetiva do juiz em iniciativas institucionais, como campanhas de enfrentamento à violência contra a mulher; casamentos comunitários; campanhas para erradicação do subregistro; mutirões e outros projetos do Poder Judiciário. Já a celeridade na prestação jurisdicional será extraída dos dados lançados nos sistemas de acompanhamento processual, levando em consideração a observância dos prazos processuais e computando-se os processos com prazos vencidos e atrasos injustificados, assim como o tempo médio para prolação de sentença.

A presteza é avaliada com base do art. 7º da [Resolução nº 106/2010 do CNJ](#) e do art. 150 do [Regimento Interno do TJMA](#).

METAS – O Provimento também fixa as metas quantitativas de produtividade (anuais e mensais), para as unidades jurisdicionais de cada entrância. Respeitando a similaridade entre elas, as unidades do Estado foram reunidas por grupos de acordo com a competência e o acervo processual.

A meta anual de julgamentos para cada grupo é obtida por uma fórmula que considera a quantidade de ações distribuídas e o acervo processual de cada grupo. A meta mensal de julgamentos foi calculada com base na meta anual dividida pelo número de meses do ano.

Quando forem instaladas novas varas ou juizados, a CGJ-MA baixará provimento fixando as metas específicas para a nova unidade, recalculando as metas das demais unidades atingidas, conforme critérios já definidos no Provimento. As metas do ano de 2017, para as unidades atingidas por essa regra, foram recalculadas, conforme [Anexo III](#) do Provimento.

2017 – Em 2017, a Justiça de 1º Grau do Maranhão registrou 331.258 sentenças; 305.371 decisões; 836.970 despachos, totalizando 1.473.599 procedimentos. Os dados constam do sistema TermoJuris, que gerencia as informações de tramitação processual da Justiça de 1º Grau do Estado.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/420072>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

 É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



Ilustração. (Arte: Eduardo Sales)

VÍDEO | Juízes esclarecem dúvidas da comunidade no quadro “Fala Aí, Juiz”

07

MAR

Com o objetivo de aproximar a comunidade dos serviços prestados pela Justiça, juízes maranhenses responderão dúvidas de cidadãos através do quadro [“Fala Aí, Juiz”](#), um projeto da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), que também será veiculado no “Justiça Cidadã”, programa do Poder Judiciário que estreia no mês de abril na TV Assembleia.

Em referência ao Dia Internacional da Mulher (8 de março), a primeira edição traz a juíza da 2ª Vara da Mulher, Lúcia Helena Barros Heluy, que esclarece dúvidas comuns das pessoas sobre a Lei Maria da Penha.



Na próxima edição, juízes vão explicar questões sobre execução penal e saída temporária.

FALA AI, JUIZ – O projeto foi idealizado pela juíza Kariny Reis Bogea Santos, titular do Juizado Especial de Santa Inês, atualmente na função de auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça.

Segundo ela, o objetivo é levar à população em geral esclarecimentos sobre posicionamentos judiciais que geralmente não são bem compreendidos, mostrando quais fundamentos legais levam os juízes a tomarem determinadas decisões, considerando ainda que muitas decisões judiciais e os próprios juízes são alvos de críticas causadas pela incompreensão. “Longe de tratar de casos concretos, pretende-se falar sobre os diversos tipos de provimentos judiciais, de vários ramos do Direito, de forma genérica e em linguagem simples”.

Juízes de todo o Estado serão convidados, levando em conta suas afinidades com a matéria a ser discutida.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgi/visualiza/publicacao/420395>

🖨️ Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

“ É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. ”



Corregedor reuniu-se com juiz titular da comarca de São Mateus

VISITA | Corregedor realiza visita técnica para avaliar situação da comarca de São Mateus

27

MAR

Nesta segunda-feira (26), o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, acompanhado dos ^{2018 09:47}corregedores Raimundo Bogéa e Kariny Reis, iniciou uma visita técnica no fórum da comarca de São Mateus, para conversar com juízes, servidores e advogados com o fim de conhecer melhor a situação da Comarca e planejar ações que contribuam para reduzir o acervo. Atualmente a Comarca conta com aproximadamente 16 mil processos ativos, dos quais mais de 5 mil já se encontram sentenciados.

Na ocasião, corregedor-geral reuniu-se com o juiz titular da comarca, Marco Aurélio Barreto Marques, que ressaltou que grande parte da demanda recebida é oriunda do Município de Alto Alegre (termo judiciário de São Mateus). O juiz afirmou ainda que a comarca de Alto Alegre foi criada em 2005, mas ainda não foi instalada, aumentando a demanda de São Mateus em cerca de seis mil processos, relatando também que a regular tramitação dos feitos vem sendo afetada em razão da insuficiência de servidores, que atualmente são quatro. Também participou da reunião o juiz de Bacabal, Marcelo Frazão Pereira.

O corregedor Marcelo Carvalho afirmou que a equipe da CGJ-MA vai elaborar um plano de ação que será apresentando ao Pleno do TJMA, propondo medidas que possam atualizar as tarefas a serem realizadas, com o fim de agilizar a tramitação.

Os quatro servidores da comarca também reuniram-se com o corregedor e relataram problemas como sobrecarga de trabalho e excesso de processos por servidor – cerca de quatro mil.

O desembargador Marcelo Carvalho reuniu-se ainda com advogados e a presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB Subseção – Bacabal), Marlúcia Viana, que reforçaram os pedidos de mais agilidade aos processos da comarca e urgência para instalação da comarca de Alto Alegre, o que contribuirá para a redução do acúmulo de processos em São Mateus.

O corregedor reafirmou que o objetivo da visita da CGJ é buscar a solução do problema, afirmando que a equipe da Corregedoria está à disposição da comunidade. Ele informou que após a definição das medidas a serem tomadas na comarca, realizará uma nova visita para avaliar os resultados. “Temos que reavaliar a situação da comarca, seja no excesso do número de processos, seja no déficit no número de servidores”, afirmou.

SANTA RITA – Ainda nesta segunda-feira (27), o corregedor-geral da Justiça visitou as instalações do Fórum da comarca de Santa Rita, onde verificou a boa organização dos trabalhos e estrutura da unidade. O desembargador conversou com advogados da cidade, que elogiaram o trabalho do juiz Samir Mohana, titular de Santa Rita.

Em conversa com os servidores, o corregedor reforçou a importância do bom atendimento ao público e do empenho nas funções. “Precisamos melhorar a produtividade ao máximo, levando ao cidadão uma resposta satisfatória do Poder Judiciário”, observou.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/420672>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

“ É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. ”



Ilustração

META 4 | Corregedor recomenda participação de juízes no projeto “Maranhão contra a Corrupção”

03

ABR

Diante da grande demanda de ações de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública ajuizadas na Justiça de 1º Grau do Estado, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, recomendou aos juízes de Direito de todo o estado a participação das unidades judiciais que possuem essas competências no mutirão “Maranhão contra a Corrupção” (22 de maio a 1º de junho), no sentido de que empreendam esforços para o cumprimento da Meta 4 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). 2018 11:20

A Justiça de 1º Grau do Maranhão possui atualmente em tramitação 4.931 processos que tratam de atos de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública, cometidos por agentes públicos. As informações constam do banco que reúne os dados dos sistemas de tramitação processual da Justiça de 1º Grau. Segundo o relatório, tramitam em todo o Estado 3406 ações de âmbito cível (ações de improbidade) e 1525 de âmbito criminal (ações penais).

A terceira edição do projeto “Maranhão contra a Corrupção” acontece de 22 de maio a 1º de junho, com a priorização do julgamento e movimentação de processos envolvendo atos de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública. No dia 21 de maio, os juízes que integram o movimento também participam de um seminário sobre improbidade administrativa, com palestras e debates envolvendo a matéria.

Segundo o corregedor-geral, desembargador Marcelo Carvalho Silva, as edições anteriores do mutirão demonstraram que os julgamentos de processos dessa matéria têm aumentado consideravelmente nos últimos anos, contribuindo efetivamente para que o Judiciário maranhense melhore o índice de cumprimento da Meta 4 do CNJ. “Objetivamos dar prioridade ao julgamento dessas ações e instrução dos feitos, em especial aos processos que se encontram parados há mais de 100 dias”, observa.

META 4 - A Meta 4 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) objetiva priorizar o julgamento de processos relativos à corrupção e improbidade administrativa, identificando e julgando, até 31 de dezembro de 2018, 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até 31/12/2015, em especial a corrupção ativa e passiva, peculato e concussão.

PROJETO - O “Movimento contra a Corrupção” é um trabalho conjunto da Justiça estadual, Ministério Público estadual e Tribunal de Contas do Estado, com participação de juízes federais, procuradores da República, Advocacia Pública Municipal, Estadual e Federal, além de Polícia Civil e Federal.

Ano passado, 78 comarcas do Maranhão participaram do movimento, com a prolação de 243 sentenças e 389 decisões, além de 697 despachos e 45 audiências, resultando em 1.374 atos processuais.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgi/visualiza/publicacao/420757>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

“” É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. ””



Corregedor da Justiça conversa com servidores da Comarca de Rosário.

AValiação | Corregedor realiza visita na comarca de Rosário

09

ABR

Na manhã desta segunda-feira (9), o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, realizou ^{2018 12:50} visita para avaliar a situação da comarca de Rosário, quando conversou com a juíza da 1ª Vara e diretora do fórum, Karine Lopes de Castro, e com os servidores da comarca.

De entrância intermediária, a comarca de Rosário funciona com duas varas judiciais e possui como termo judiciário o município de Bacabeira. Atualmente, tramitam na comarca cerca de 4700 processos.

Na ocasião, a juíza relatou a situação da unidade prisional de Rosário, que atualmente abriga 107 presos, sendo 72 condenados e 35 provisórios, superando o limite da unidade, que é de 70 presos. Em razão da superlotação, a magistrada determinou a interdição da unidade prisional para recebimento de novos presos.

O corregedor determinou a averiguação da situação dos presos, principalmente os provisórios, solicitando informações dos juízes responsáveis pelos processos. A unidade prisional de Rosário recebe presos das comarcas de Humberto de Campos, Morros, Icatu, Barreirinhas e Santa Rita.

Durante a visita, o corregedor verificou problemas estruturais no fórum, como infiltrações no Salão do Júri e problemas elétricos, que foram imediatamente encaminhadas para resolução pela Diretoria de Engenharia do Tribunal de Justiça (TJMA), por ordem do presidente do TJ, desembargador Joaquim Figueiredo.

O desembargador conversou com os servidores de Rosário, ressaltando a boa organização dos serviços da comarca e a importância do trabalho dos servidores para a garantia de uma boa prestação jurisdicional e de respostas em tempo razoável à sociedade. “Contamos com o trabalho de servidores competentes e dedicados a prestar um atendimento digno à comunidade”, frisou.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/420822>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

“ É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. ”



Fórum da Comarca de Barreirinhas (252 km da Capital), unidade inspecionada pelo corregedor-geral nesta segunda-feira (9).

VISITA ESTRATÉGICA | Corregedoria Geral da Justiça avalia situação da comarca de Barreirinhas

10

ABR

Nesta segunda-feira (9), o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, iniciou uma visita estratégica na comarca de Barreirinhas, com o objetivo de identificar problemas que impactam negativamente a taxa de congestionamento processual da comarca e propor plano de ações que possam contribuir para a celeridade e redução emergencial do acervo. A visita, que segue até esta quarta-feira, 11, tem a participação dos juízes auxiliares da CGJ-MA Kariny Reis e Raimundo Bogéa e servidores da Corregedoria. Em seguida, o corregedor e a equipe seguirão para a comarca de Vargem Grande.

Atualmente, há mais de 11 mil processos em tramitação na comarca de Barreirinhas, sendo que cerca de 5 mil estão julgados, registrando uma média mensal de 170 novos processos no último ano. Há dez anos, a comarca atuava com pouco mais de três mil processos, mas registrou um aumento expressivo na distribuição processual a partir de 2011. Segundo dados do IBGE Cidade, o município de Barreirinhas tem uma população estimada em 62,5 mil pessoas.

O corregedor-geral explicou ao juiz titular da unidade, Fernando Jorge Pereira, que o objetivo da visita estratégica é conhecer de perto a realidade e buscar - em conjunto com o juiz e os servidores - soluções que ajudem a sanear a comarca. “Sabemos que é muito difícil para um juiz dar conta dessa quantidade de processos e outras demandas urgentes que chegam diariamente”, ressaltou.

O juiz Fernando Jorge Pereira relatou as principais demandas e as maiores dificuldades da comarca, sugerindo a realização de um mutirão para reduzir a quantidade de processos de forma emergencial, assim como solicitando a instalação da segunda vara de Barreirinhas, criada em 2013 mas ainda não instalada. Ele frisou ainda o alto índice de demandas envolvendo violência contra as

mulheres na comarca, com pedidos de medidas protetivas de urgência. “Uma vara judicial já não supre a demanda da comarca, que aumentou oito mil processos em 10 anos”, avaliou.

No decorrer da visita, a equipe da CGJ-MA está realizando a verificação dos procedimentos de secretaria e organização da comarca, sugerindo medidas de padronização para facilitar o cumprimento de atos processuais. “Ao final, vamos sugerir um plano de ação para ser executado na comarca com o apoio da Corregedoria buscando reduzir a taxa de congestionamento de baixa e julgamento”, informa a juíza Kariny Reis.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/420831>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

“ É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. ”



Corregedor Marcelo Carvalho conversa com o titular de Barreirinhas, juiz Fernando Jorge Pereira, durante visita.

BARREIRINHAS | CGJ-MA lança Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual

11

ABR

2018 12:01

Com o objetivo de desenvolver ações efetivas que possam contribuir para a diminuição das taxas de congestionamento de julgamento e de baixa processual na Justiça de 1º Grau do Maranhão, foi lançado nesta terça-feira (10), na comarca de Barreirinhas, o Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual (PETCP) da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA). O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, fez a entrega do Programa e Plano de Ações ao juiz titular da comarca, Fernando Jorge Pereira, durante visita estratégica realizada para identificar as principais dificuldades que impactam no funcionamento da unidade. O corregedor-geral esteve acompanhado dos juízes auxiliares Raimundo Bogéa e Kariny Reis e servidores da CGJ-MA.

Na ocasião, o desembargador explicou que o objetivo das visitas estratégicas e da implantação do Programa é auxiliar os juízes na busca por soluções para melhorar os serviços judiciais, com a elaboração de plano de ações para a unidade, medidas de apoio e acompanhamento dos resultados. “A Corregedoria busca apoiar servidores e magistrados na adoção de medidas efetivas que otimizem a gestão processual”, disse.

O PETCP faz parte do Planejamento Estratégico da CGJ-MA e será executado até dezembro de 2019 nas comarcas que possuem maiores taxas de congestionamento no Estado. Até o final de 2018, a CGJ-MA objetiva implementar as medidas de enfrentamento nas dez comarcas que apresentam as maiores dificuldades. O Programa também atende ao macrodesafio ligado à celeridade e produtividade, definido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para ser buscado até 2020 pelo Poder Judiciário.

Segundo a juíza Kariny Reis, auxiliar da CGJ-MA e responsável pelo Planejamento Estratégico, o Programa consiste na identificação dos principais fatores que impactam no adequado andamento das atividades nas unidades judiciais, com a fixação de metas corretivas e medidas de acompanhamento, apoio e orientação a juízes e servidores, apresentação de diretrizes de gerenciamento e organização interna; sugestão de novas rotinas, padronizações e sistemas incrementais e de um padrão de eficiência para as secretarias judiciais. “Ao final de cada ano, a expectativa é que as unidades atendidas consigam melhorar as taxas de congestionamento de julgamento e de baixa processual, oferecendo à sociedade uma prestação judicial mais célere”, explica.

PETCP – O Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual será desenvolvido em duas frentes: a primeira dirigida a todas as unidades da Justiça de 1º Grau e consistente na sensibilização e incentivo dos juízes e magistrados a continuarem buscando a diminuição do acervo processual; e a segunda voltada às unidades mais sobrecarregadas/congestionadas, que receberão o suporte necessário para que tenham condições de alcançar melhores resultados.

Para acompanhar a implantação e a evolução do programa, será instituído o Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais da Corregedoria Geral da Justiça, composto por juízes e servidores que atuarão em ações de apoio e orientação às unidades sobrecarregadas.

O Programa também prevê a realização de mutirões e da Semana de Baixa Processual, a ser realizada a cada semestre, quando todas as unidades deverão realizar esforço concentrado para movimentar os processos julgados, de modo que o trâmite seja impulsionado ao trânsito em julgado e a baixa processual seja agilizada, com diminuição do acervo processual. O mutirão poderá contar com a colaboração de juízes e servidores de comarcas menos congestionadas, e será denominado “Amor pelo Judiciário”. Ao

final de cada ano, será conferido pelo Corregedor-geral da Justiça o Selo Unidade Destaque em Baixa Processual, nas categorias ouro, prata e bronze.

BARREIRINHAS – Primeira comarca a receber a implementação do Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual, a comarca de Barreirinhas possui atualmente mais de 11 mil processos em tramitação, sendo que cerca de cinco mil já estão julgados, e registrou em 2017 uma distribuição média mensal de 170 processos.

A partir do diagnóstico elaborado com a visita estratégica do corregedor-geral e equipe da CGJ-MA, foram propostas medidas iniciais voltadas à melhoria dos resultados da unidade, como triagem e contagem física dos processos; padronização e racionalização de procedimentos da secretaria e gabinete; alteração de layout, entre outros.

O juiz Fernando Jorge Pereira apontou o aumento da demanda processual na comarca, ressaltando a necessidade de instalação da 2ª Vara e a importância das medidas de apoio levadas pela Corregedoria à unidade. “Temos uma equipe competente e com esta ação concreta da CGJ acreditamos que os resultados da comarca serão cada vez melhores”, frisou.

O magistrado, que também responde pela zona eleitoral de Barreirinhas, realizou mais de 8200 atos processuais na comarca em 14 meses de efetivo exercício, com a prolação de 780 sentenças, 2212 audiências, 4023 despachos e 1238 decisões.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/420852>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

 É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



Corregedor reuniu-se com advogados da comarca

MELHORIAS | CGJ-MA adota medidas e designa juiz substituto para comarca de Vargem Grande

13

ABR

Nesta quarta-feira (11) e quinta-feira (12), a Corregedoria Geral da Justiça realizou visita de avaliação na comarca de Vargem Grande, com o objetivo de dar continuidade às medidas de enfrentamento da taxa de congestionamento processual nas unidades judiciais do Estado. O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, determinou a designação de um juiz substituto para auxiliar temporariamente na comarca junto do titular, juiz Paulo de Assis Ribeiro. Atualmente, tramitam na comarca de Vargem Grande mais de 16 mil processos, com uma distribuição média de 187 novas demandas por mês registrada em 2017.

O corregedor-geral reuniu-se com um grupo de advogados militantes em Vargem Grande, que relataram uma série de dificuldades em razão do elevado quantitativo de processos e sobrecarga de servidores e magistrado, o que causa atraso na tramitação das ações. Eles pediram atenção do Tribunal de Justiça para a comarca, com a realização de mutirões para prolação de sentenças, audiências e cumprimento de atos processuais, e pediram urgência na instalação da 2ª Vara.

Também reunidos com o corregedor-geral, os servidores apontaram insuficiência de pessoal para suprir a demanda da comarca; problemas estruturais como vazamentos, infiltrações, falta de água, comprometimento da rede elétrica e frequentes quedas da conexão de rede, o que muitas vezes inviabiliza o trabalho. O fórum está passando por uma reforma emergencial no telhado e pintura parcial, realizada pela Diretoria de Engenharia do TJMA, após determinação imediata do presidente, desembargador Joaquim Figueiredo, ao tomar conhecimento da situação.

O juiz Paulo de Assis Ribeiro, titular na comarca desde setembro de 2015, reafirmou as deficiências estruturais, lógicas e insuficiência de servidores, assim como a necessidade de instalação da 2ª Vara.

O corregedor manifestou preocupação com a situação de acúmulo processual, problemas estruturais e insalubridade do Fórum, informando que a situação foi repassada ao presidente do TJMA e será levada ao conhecimento do Pleno do Tribunal de Justiça. O desembargador comprometeu-se ainda em buscar junto ao TJ e outras autoridades do Estado melhorias tanto das instalações quanto das condições de trabalho. “Temos um presidente sensível aos problemas do Judiciário e que se preocupa com os servidores e com a busca por melhores condições”, afirmou.

Além do corregedor-geral, desembargador Marcelo Carvalho Silva, participaram da visita de avaliação os juízes auxiliares da CGJ-MA Kariny Reis (Planejamento Estratégico) e Raimundo Bogéa e equipe de servidores.

PETCP – A comarca de Vargem Grande receberá ações de apoio por meio do Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual (PETCP) da CGJ-MA, que consiste em desenvolver medidas efetivas que possam contribuir para a diminuição das taxas de congestionamento de julgamento e de baixa processual na Justiça de 1º Grau do Maranhão. Além da designação de juiz substituto, outras medidas serão implementadas por meio do Plano de Ações elaborado pela equipe da CGJ-MA.

O PTECP faz parte do Planejamento Estratégico da CGJ-MA e será executado até dezembro de 2019 nas comarcas que possuem maiores taxas de congestionamento no Estado. Até o final de 2018, a CGJ-MA objetiva implementar as medidas de enfrentamento nas dez comarcas que apresentam as maiores dificuldades. O Programa também atende ao macrodesafio ligado à celeridade e produtividade, definido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para ser buscado até 2020 pelo Poder Judiciário.

COMARCA - De entrância intermediária, a comarca de Vargem Grande pertence ao polo judicial de São Luís e atende aos

termos judiciais de Nina Rodrigues e Presidente Vargas. Os três municípios somam uma população estimada em 82 mil habitantes (IBGE Cidades). Já criada, a segunda vara judicial ainda não se encontra instalada.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgi/visualiza/publicacao/420890>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

“ É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. ”



Corregedor conversou com a juíza de Morros, Adriana Chaves

AVALIAÇÃO | Corregedor realiza visita na comarca de Morros

16

ABR

2018 08:10

Na última sexta-feira (13), o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, esteve visitando as instalações do fórum da comarca de Morros e conversando com servidores e com a juíza titular, Adriana da Silva Chaves, a fim de conhecer a situação de funcionamento e estrutura da comarca.

Na visita, o corregedor constatou a boa organização dos procedimentos e gestão de processos na unidade, que recebe em média 140 novas demandas por mês e atua com cerca de 3.500 processos, oriundos também dos termos judiciais de Cachoeira Grande e Presidente Juscelino.

A juíza Adriana Chaves repassou ao corregedor informações da unidade, como o projeto de campanha de esclarecimentos à comunidade local sobre os direitos da Lei Maria da Penha, com o fim de estimular as denúncias que ainda são poucas na comarca. “Temos uma equipe muito competente e organizada”, frisou a juíza.

O corregedor informou que a Corregedoria também pretende levar para os povoados da região campanha de erradicação do sub-registro; sobre a solicitação feita à Defensoria Pública Estadual (DPE) para a disponibilização de defensor público para Morros; entre outros. “A CGJ-MA coloca-se à disposição para ouvir servidores e magistrados do 1º Grau”, frisou.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/420909>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

“ É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. ”



Corregedor da Justiça dialoga com juíza titular de Santa Helena, magistrada Cynara Freire.

VISITA ESTRATÉGICA | Corregedoria avalia medidas de melhoria na comarca de Santa Helena

20

ABR

Nestas quarta-feira (18) e quinta-feira (19), o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho, acompanhado da juíza auxiliar Kariny Reis e equipe de servidores, estiveram realizando visita estratégica para avaliar a situação da comarca de Santa Helena, com o objetivo de elaborar plano de ações que contribuam com o aumento da celeridade e redução do acervo de processos judiciais na comarca.

Santa Helena é a quinta comarca a receber as ações do Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual (PETCP), da Corregedoria Geral da Justiça. O Programa objetiva identificar, nas comarcas com maiores dificuldades do Estado, os principais problemas que impactam na taxa de congestionamento, avaliando medidas imediatas e a médio prazo que possam agilizar o funcionamento e oferecer respostas mais rápidas aos processos.

Atualmente, tramitam na comarca de Santa Helena cerca de 10700 processos, registrando um crescimento de mais de sete mil ações nos últimos dez anos e uma demanda média de 145 novas ações ao mês. A comarca também atende ao termo judiciário de Turilândia e, juntos, os dois municípios têm uma população estimada em 67,5 mil habitantes. A comarca é de entrância intermediária, porém a segunda vara ainda não foi instalada.

Durante a visita, o corregedor-geral reuniu-se e conversou com a juíza titular, Cynara Elisa Gama Freire, com os servidores do fórum e com o defensor público da comarca, Pablo Diórgenes Furtado, ressaltando a boa organização dos processos, padronização dos procedimentos e a adequada estrutura física da unidade, que já prevê a instalação da segunda vara.

A pedido da magistrada, o desembargador solicitou ao corregedor-geral do Ministério Público, Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, a designação de um promotor de Justiça para atuar exclusivamente em Santa Helena, tendo em vista a alta demanda de audiências em processos criminais e outras que precisam da atuação do MP. O corregedor do MPMA informou que um promotor será designado nos próximos dias.

A juíza Cynara Elisa Gama ressaltou o comprometimento dos servidores da comarca e a boa estrutura física, de equipamentos e lógica, afirmando porém que a alta demanda processual - que inclui ações trabalhistas e previdências - e o crescimento do acervo apontam a necessidade de instalação da 2ª Vara. Em 2017, a juíza proferiu 1242 sentenças e realizou 1418 audiências.

PETCP - O Programa de Enfrentamento também prevê a realização de mutirões e da Semana de Baixa Processual, a ser realizada a cada semestre, quando todas as unidades deverão realizar esforço concentrado para movimentar os processos julgados, de modo que o trâmite seja impulsionado ao trânsito em julgado e a baixa processual seja agilizada, com diminuição do acervo processual.

Também já receberam a visita estratégica da Corregedoria as comarcas de São Mateus; Barreirinhas; Vargem Grande e São Bento. Em São Mateus e Vargem Grande, o corregedor designou juízes substitutos para auxiliarem os titulares, contribuindo com o impulsionamento dos processos. Todas as comarcas também tiveram elaborado um plano de ações a serem adotadas pelas secretarias, e terão o acompanhamento da CGJ para futuras medidas.

CONCILIAÇÃO – Durante a visita à comarca de São Bento, na última terça-feira (17), o corregedor-geral assinou Recomendação aos juízes de direito de todo o Estado, no sentido de que facultem às partes a utilização de plataformas digitais de conciliação antes do ajuizamento de processos no âmbito da Justiça de 1º Grau.

Segundo o corregedor-geral, a avaliação das comarcas com maiores dificuldades do Estado tem mostrado a elevada distribuição de novas ações e o conseqüente crescimento dos acervos processuais, realidade incompatível com a estrutura de pessoal e financeira do Poder Judiciário, exigindo medidas alternativas que garantam o amplo acesso à Justiça e a resolução das demandas em tempo hábil. “Hoje enfrentamos uma cultura da judicialização, sendo necessário buscar formas alternativas de solução de conflitos buscando diminuir o índice de novas ações na Justiça”, avaliou.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/421003>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

 É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



Ilustração

MUTIRÃO | Corregedoria institui Semanas de Baixa Processual e Selo Unidade Destaque

02

MAI

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) publicou os Provimentos [Nº 10/2018](#) e [Nº 11/2018](#), que ^{2018 08:06} instituem, respectivamente, as Semanas de Baixas Processuais e o Selo “Unidade Destaque em Baixa Processual”. As Semanas de Baixas Processuais acontecerão em formato de mutirão em todas as unidades judiciais de primeiro grau, na segunda semana dos meses de junho e novembro de cada ano. Já o Selo “Unidade Destaque em Baixa Processual” vai reconhecer as unidades que se destacarem na diminuição da taxa de congestionamento processual durante o ano.

A instituição da Semana da Baixa Processual (Prov. Nº 10/2018) considerou, entre outros, a necessidade de concentrar esforços para uma prestação jurisdicional mais célere; a taxa de congestionamento evidenciada pelo Relatório Justiça em Números 2017/Ano-base 2016, do CNJ; que uma das metas prioritárias do Poder Judiciário é a efetiva redução do estoque de processos; e o princípio constitucional da duração razoável do processo.

O Provimento Nº 10/2018 estabelece os procedimentos durante a Semana de Baixa Processual, que se constituirá de mutirões para fins de baixa processual. Durante o período, o secretário judicial e os servidores deverão proceder à análise de todos os processos julgados e não baixados, para fins de arquivamento daqueles com trânsito em julgado; ou sua remessa ao órgão devido.

Ficam os juízes autorizados a procederem, mediante portaria, à suspensão do atendimento ao público e dos prazos processuais durante a Semana de Baixas Processuais em todas as unidades judiciárias de primeiro grau, juizados especiais e turmas recursais, sem prejuízo da prática dos atos urgentes. O quantitativo dos processos baixados na semana será acompanhado por sistema desenvolvido para tal fim e publicado diariamente no sítio da Corregedoria Geral da Justiça ao final de cada dia.

SELOS - Já o Provimento Nº11/2018 considera, entre outros, a Política Nacional de Atenção Prioritária da Justiça de 1º Grau; o Planejamento Estratégico da Corregedoria; as metas anuais de produtividade; e o papel da CGJ de zelar pelo aprimoramento da Justiça de 1º Grau.

O Selo Unidade Destaque em Baixa Processual visa reconhecer o desempenho das unidades judiciais de 1º Grau, no que se refere à diminuição da taxa de congestionamento de baixa processual, contemplando as categorias: Ouro (taxa de congestionamento de baixa menor ou igual a 50%); Prata (taxa de congestionamento de baixa acima de 50% até 60%) e Bronze (as unidades que não se enquadrarem nas faixas acima indicadas mas conseguirem reduzir o percentual da taxa de congestionamento de baixa em pelo menos 10% no período de apuração). O Selo será concedido de acordo com a Taxa de Congestionamento apurada a cada ano, através do sistema TermoJuris.

De acordo com o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, as duas medidas derivam do Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual, implantado pela Corregedoria com o fim de identificar as comarcas que apresentam maiores dificuldades no Estado, buscando as ações e medidas necessários à melhoria efetiva dos serviços daquela unidade. “O nosso objetivo é ajudar essas unidades que estão com as maiores taxas de congestionamento e acervos de processos, com o fim de otimizar a tramitação e de reduzir o quantitativo”, avalia.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgi/visualiza/publicacao/421149>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

“ É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. ”



Pleno do TJMA (Foto: Arquivo TJMA)

PLENO | Corregedor-geral apresenta situação de comarcas visitadas aos membros do TJMA

02

MAI

Nesta quarta-feira (2), durante sessão administrativa do Pleno do Tribunal de Justiça (TJMA), o corregedor-geral da ^{2018 13:04} Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, apresentou aos membros da Corte relatório sobre a situação das cinco comarcas do interior do Estado visitadas por equipe da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) durante os meses de março e abril. O corregedor fez a entrega do Diagnóstico das Unidades Judiciais e apresentou vídeo demonstrando a realidade processual e física das comarcas.

Ele pediu a atenção do Tribunal para as dificuldades das cinco comarcas, que estão entre aquelas com os maiores acervos e taxas de congestionamento processual. “Estou trazendo ao conhecimento do Tribunal aquilo que foi verificado e as medidas já tomadas e planejadas pela Corregedoria com o fim de otimizar o funcionamento das unidades”, disse o corregedor.

SÃO MATEUS - São Mateus foi a primeira comarca visitada pelo corregedor-geral e equipe da CGJ-MA (27 e 28/03), onde foi constatado um acervo de aproximadamente 16 mil processos no acervo ativo. Na ocasião, foi designado um juiz substituto para auxiliar o titular na comarca, Marco Aurélio Barreto Marques, com o fim de reduzir o quantitativo de processos, principalmente mais antigos e atendendo a reivindicação de partes e advogados.

BARREIRINHAS - Outra comarca a receber a visita estratégica da Corregedoria foi Barreirinhas (9 e 10 de abril), onde atualmente tramitam mais de 11 mil processos, sendo que cerca de 5 mil estão julgados, registrando uma média mensal de 170 novos processos no último ano. Há dez anos, a comarca atuava com pouco mais de três mil processos, mas registrou um aumento expressivo na distribuição processual a partir de 2011.

Na ocasião foi lançado o Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual (PETCP) da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA). O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, fez a entrega do Programa e Plano de

Ações ao juiz titular da comarca, Fernando Jorge Pereira, e explicou que o objetivo do Programa é auxiliar os juízes na busca por soluções para melhorar os serviços judiciais, com a elaboração de plano de ações para a unidade, medidas de apoio e acompanhamento dos resultados.

A partir do diagnóstico elaborado, foram propostas medidas iniciais voltadas à melhoria dos resultados da unidade, como triagem e contagem física dos processos; padronização e racionalização de procedimentos da secretaria e gabinete; alteração de layout, entre outros.

VARGEM GRANDE - A terceira comarca a receber a visita foi Vargem Grande (11 e 12/04), onde tramitam mais de 16 mil processos, com uma distribuição média de 187 novas demandas por mês registrada em 2017. Na ocasião, também foi designado um juiz substituto para auxiliar temporariamente na comarca junto do titular, juiz Paulo de Assis Ribeiro.

O corregedor também ressaltou ao Pleno a situação física do Fórum, que apresenta problemas estruturais.

SÃO BENTO – Quarta comarca a receber a visita do corregedor e equipe da CGJ-MA (16 e 17/04), São Bento possui atualmente quase 12 mil ações em trâmite e recebe mensalmente uma média de 185 novos processos.

Durante a visita, por sugestão do juiz titular, Ivis Monteiro Costa, o corregedor emitiu Recomendação aos juízes de direito de todo o Estado, no sentido de que facultem às partes a utilização de plataformas digitais de conciliação antes do ajuizamento de processos no âmbito da Justiça de 1º Grau. Segundo a Recomendação, durante o atendimento às partes, os servidores poderão sugerir a tentativa de acordo por meio das plataformas online www.consumidor.gov.br (Ministério da Justiça) e <https://www.cnj.jus.br/mediacaodigital/> (Conselho Nacional de Justiça), antes de ingressar em Juízo ou no curso da ação. A comarca poderá disponibilizar acesso às plataformas de solução virtual nos fóruns e juizados, designando servidor capacitado para auxiliar o cidadão e prestando os esclarecimentos sobre a ferramenta.

SANTA HELENA – Santa Helena foi a quinta comarca visitada (18 e 19/04), onde tramitam na comarca cerca de 10700 processos e registrando um crescimento de mais de sete mil ações nos últimos dez anos, com uma demanda média de 145 novas ações ao mês. A comarca também atende ao termo judiciário de Turilândia.

No relatório apresentado, foi destacado que a insuficiência de servidores e magistrados e o crescimento da distribuição e acervo são os principais fatores levantados pelos juízes e advogados das comarcas como impactantes nos resultados.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/421158>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

“ É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. ”



Corregedor-geral, des. Marcelo Carvalho Silva, durante conversa com juiz e servidores.

VISITA | Corregedor-geral reúne com juiz e servidores de Matões

10

MAI

Nesta quarta-feira (9), o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, reuniu-se com os servidores e o juiz da comarca de Matões, Marcos Aurélio Veloso de Oliveira Silva, quando conversou sobre a situação da unidade judicial. A comarca de Matões recebeu visita estratégica de equipe da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) nestas terça-feira (8) e quarta-feira (9), formada por servidores e pelos juízes auxiliares da CGJ Kariny Reis e Raimundo Bogéa.

O corregedor explicou aos servidores o objetivo das visitas implementadas pela CGJ-MA, que é conhecer de perto a realidade das comarcas, principalmente aquelas com maiores taxas de congestionamento do Estado, com o fim de identificar as principais dificuldades que possam impactar no funcionamento e propor medidas de melhoria.

O juiz e servidores informaram sobre a boa organização dos serviços e atendimento do fórum e entrosamento da equipe de servidores e magistrado, relatando algumas necessidades de material e serviços para melhoria da unidade, como o incremento no quadro de servidores, principalmente de analista judicial.

O desembargador agradeceu ao empenho dos servidores da unidade, ressaltando a boa organização dos processos e gestão do fórum e agradecendo pelo bom atendimento prestado à comunidade local. “Registro grande satisfação em conhecer a união da equipe e saio muito feliz com esta comarca”, afirmou.

O juiz Marcos Aurélio Veloso também agradeceu a presença do corregedor, ressaltando que é um ato importante para as comarcas, que muitas vezes são vista apenas através dos dados e números, o que pode causar impressões diferentes da realidade. “Temos um Poder Judiciário respeitado e reconhecido pela comunidade local, que confia no nosso trabalho e busca ajuda para seus problemas”, disse.

SITUAÇÃO - Durante a visita, foi constatado que, das 7.500 ações em tramitação na comarca de Matões, mais de quatro mil

tratam sobre empréstimos consignados, as quais estão suspensas por decisão tomada no Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR ° 53983/2016) que discute a matéria no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

De entrância inicial (vara única), a comarca de Matões pertence ao polo judicial de São João dos Patos e o fórum funciona no endereço Av. Mundico Moraes, nº. 872 - Centro. CEP.: 65.645 -000.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgi/visualiza/publicacao/421257>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

“ É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. ”



Durante a visita o corregedor reuniu com magistrada, servidores e advogados da comarca.

VISITA ESTRATÉGICA | Corregedoria designa juiz substituto para comarca de Parnarama

11

MAI

2018-11-17

Nestas quarta-feira (9) e quinta-feira (10), o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, acompanhado de equipe da CGJ-MA e dos juízes auxiliares Raimundo Bogéa e Kariny Reis, realizou visita estratégica na comarca de Parnarama (458 km de São Luís), com o fim de avaliar a situação da unidade. O corregedor determinou a designação de um juiz substituto para atuar na comarca, auxiliando a magistrada titular Sheila Silva Cunha no impulsionamento dos processos, com o fim de reduzir o acervo.

Atualmente, a comarca de Parnarama conta um acervo ativo de 7.750 processos, registrando uma média de distribuição de 143 novas ações por mês.

Durante a visita, o desembargador reuniu-se com a juíza Sheila Silva Cunha, o promotor de Justiça Nelson Nedes, a tabeliã do Cartório local, advogados e servidores da comarca, que relataram as principais dificuldades e necessidades de melhoria dos serviços da unidade judicial. Ele explicou o objetivo das visitas estratégicas da Corregedoria, de avaliar a situação das comarcas com as maiores taxas de congestionamento e maiores acervos processuais do Estado, identificando os problemas que impactam negativamente no funcionamento e buscando medidas de melhoria.

Entre os relatos estão a insuficiência de servidores; alguns problemas estruturais do Fórum; necessidade de mutirões e dificuldades causadas pela má qualidade da rede de internet disponível na cidade, oferecido pela operadora Claro, que muitas vezes dificulta o trabalho e comunicações. Também foi levantado o fato de a comarca de Parnarama ter apresentado dificuldades nos últimos anos, situação que vem melhorando desde a posse da juíza Sheila Cunha, em dezembro do ano passado, que está trabalhando para organizar os processos e a gestão do fórum.

A juíza agradeceu a presença do corregedor, que é o primeiro a visitar a unidade, e as medidas tomadas para reforçar o funcionamento da comarca, frisando o comprometimento da equipe de servidores com o trabalho e com o bom atendimento ao jurisdicionado. “Acreditamos que a comarca vai melhorar cada vez mais com a ajuda da Corregedoria, garantindo o bom atendimento da população da região”, observou.

O corregedor afirmou que a CGJ-MA vai acompanhar as comarcas visitadas, avaliando os diagnósticos elaborados para implementar medidas que contribuam na otimização da tramitação processual. “Ouvimos os advogados e ficamos sensibilizados com a situação, por isso esperamos retornar nas comarcas e verificar bons resultados e melhorias nas condições de trabalho de juízes e servidores”, disse.

RECOMENDAÇÃO – O desembargador Marcelo Carvalho informou aos participantes da reunião sobre a Recomendação emitida a todos os juízes do Estado, para que apreciem todos os pedidos pendentes de tutela de urgência e benefício da gratuidade da Justiça requeridos nas ações que tratam sobre empréstimos consignados, antes de sobrestá-los, conforme determinado por [decisão](#) no Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR N° 53983/2016) em trâmite no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que trata da matéria.

A Recomendação foi emitida após a constatação de que as comarcas de Matões e Parnarama somam mais de sete mil ações que tratam sobre empréstimos consignados.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/421299>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

“ É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. ”



Ilustração (Tiago Erre)

PLANEJAMENTO | Corregedoria Geral da Justiça pública Plano de Gestão para o biênio 2018/2019

16

MAI

Já está disponível na página da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) o [Plano de Gestão do órgão para o biênio 2018-2019](#).^{2018.07.53} O documento traz os objetivos, as metas e as ações a serem implantados no período – algumas já em andamento –, propondo uma gestão compartilhada entre magistrados e servidores, além de parcerias com as demais instituições essenciais à Justiça, e contemplando tanto a continuidade de ações implantadas por corregedores anteriores, como novas medidas e projetos que visam ao alcance de melhores resultados pela Justiça de 1º Grau e serventias extrajudiciais.

A Justiça, Credibilidade, Celeridade, Modernidade, Acessibilidade, Transparência, Responsabilidade Social e Ambiental, Imparcialidade, Ética, Comprometimento, Probidade e Valorização das Pessoas são os atributos de valor à sociedade que foram considerados no Planejamento.

O primeiro macrodesafio é a Garantia dos Direitos da Cidadania, que tem os objetivos de ampliar o acesso à Justiça na sociedade maranhense; [empreender esforços em busca da erradicação do sub-registro civil no Estado](#); adequar o atendimento dispensado a crianças e adolescentes; e [contribuir para a regularização fundiária nas Comarcas do Estado do Maranhão](#).

Em relação ao macrodesafio “Combate à corrupção e à improbidade administrativa”, o Plano de Gestão prevê como objetivos estratégicos [priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos e de improbidade administrativa](#); e atuar na prevenção de desvio de conduta, bem como no aperfeiçoamento dos mecanismos de controle, orientação e fiscalização dos gastos públicos.

Para o terceiro macrodesafio - Celeridade e produtividade nos trâmites processuais – o objetivo é propiciar maior agilidade nos trâmites dos processos judiciais e dos processos administrativos.

O macrodesafio “Adoção de soluções alternativas de conflito” tem o objetivo de [estimular a adoção de soluções alternativas para resolução de demandas, reduzindo a judicialização](#). Tem como meta garantir a homologação de acordos pré-processuais e conciliações em número superior à média das sentenças homologatórias nas unidades jurisdicionais correlatas, por meio do apoio à instalação de novos Centros Judiciários de Soluções de Conflitos; à ampliação da capacitação de servidores como conciliadores; de estudo para a implementação de práticas de "Constelação Familiar" para ajudar a solucionar conflitos judiciais, e do incentivo à utilização das plataformas públicas digitais “[consumidor.gov.br](#)”, “[Mediação Digital](#)” do CNJ e “[Attende](#)”.

Em relação ao macrodesafio “Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes”, está previsto como objetivo priorizar o julgamento dos maiores litigantes e recursos repetitivos, aumentando em 10% o IRDR (Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas). A Corregedoria, através da Coordenação do Conselho de Supervisão dos Juizados, atuará em conjunto com o Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos (NURER/STJ) para cumprimento da referida meta, adotando o procedimento de identificação das ações de maiores litigantes que possam ser enquadradas em IRDR. Também prevê como medidas inaugurar as atividades do Núcleo de Monitoramento do Perfil de Demandas – NUMOPEDE; atualizar levantamento dos maiores litigantes no âmbito dos juizados especiais; instituir Banco de Dados dos maiores litigantes; identificar as ações de cunho repetitivo em tramitação nos juizados especiais; e apoiar o projeto “Fórum de Debates”, promovido pela Associação dos Magistrados.

Para o macrodesafio “Impulso às execuções fiscais”, o Plano de Gestão prevê como meta a implementação de quatro melhorias na gestão desse tipo de execuções, para que possam ser solucionadas em menor tempo e com maior eficiência - Efetuar levantamento nos processos paralisados há mais de 100 (cem) dias; Incentivar o uso das ferramentas disponíveis para a resolução da execução (BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD); Firmar parcerias para realização de mutirões; e Ampliar o projeto “Responsabilidade Fiscal e Cidadania” - Portaria conjunta 7/2016 - para redução do acervo e distribuição de execuções fiscais.

O macrodesafio “Aprimoramento da gestão da justiça criminal” será executado pela CGJ-MA com base no objetivo de aprimorar a gestão da Justiça Criminal, conferindo maior celeridade e eficiência, tendo como metas reduzir em 20% o tempo de duração dos processos em relação ao tempo calculado em março/2018; aumentar em 10% as decisões que apliquem penas e medidas alternativas, em relação ao ano anterior; realizar ao menos 3 (três) ações que contribuam para a adequada aplicação da Lei de Execução Penal (LEP) nos processos judiciais e nas unidades prisionais; triplicar o número de unidades que desenvolvem o projeto Justiça Restaurativa; e implementar ao menos quatro medidas que resultem no fortalecimento da rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres.

O oitavo macrodesafio é o “Aperfeiçoamento da gestão de custos”, que tem como objetivos promover a gestão dos materiais, visando a equidade na distribuição dos itens entre as unidades judiciais e [aprimorar a gestão orçamentária e de custos, permitindo a melhor alocação dos recursos e a redução de despesas](#). Para tal, foram traçadas como metas promover duas ações que visem a adequação da distribuição do material segundo o perfil da unidade judicial; diminuir o valor da despesa por processo baixado em relação ao ano anterior e implantar Selo Digital em 20 Comarcas do Estado do Maranhão.

O último macrodesafio diz respeito à “Instituição da governança judiciária”, que objetiva garantir a agilidade dos trâmites processuais administrativos e judiciais, com a padronização de rotinas e ampliar o acesso à informação. As metas previstas são atualizar e detalhar os principais processos das unidades administrativas e judiciais, elaborando manuais de rotinas e fluxos; e divulgar no portal da Corregedoria Geral da Justiça 100 % dos [provimentos](#) expedidos.

NOVAS AÇÕES – Entre as novas ações propostas para o biênio 2018-2019 da CGJ-MA, estão a contribuição com a ampliação do projeto “[Certidão on line](#)”, de iniciativa do Tribunal de Justiça, para que as certidões cíveis também sejam expedidas eletronicamente; [a implantação do projeto “Fala Aí Juiz”](#) - consistente na gravação de vídeos em espaços públicos - para que um juiz esclareça a população acerca de posicionamentos judiciais que geralmente não são bem compreendidos; a implantação do projeto “Palavra do Corregedor”, com a realização de palestras pelo Corregedor-Geral de Justiça durante as correições nas Comarcas do Maranhão; o apoio à ampliação do projeto de “Depoimento Especial” implementado pelo TJMA, por meio da Coordenadoria de Infância e Juventude, com o levantamento das unidades que já utilizam a metodologia do depoimento especial, e recomendação aos juízes para que empreendam esforços no sentido de utilizar a metodologia do depoimento especial; o apoio à Semana da Infância promovida pela Coordenadoria da Infância e Juventude do TJMA, com a realização de mutirão, ações sociais, elaboração de cartilha e realização ações de conscientização para prevenir desvios de conduta; [a viabilização de parceria entre a CGJ-MA, o TJMA e a Secretaria Estadual de Segurança Pública para integração das delegacias da mulher ao processo judicial eletrônico](#), possibilitando que os pedidos de medidas protetivas de urgência sejam encaminhados eletronicamente; [a instalação de uma Turma Recursal Temporária em São Luís](#), visando diminuir o tempo de julgamento dos recursos interpostos contra os provimentos judiciais dos Juizados Especiais e apoio à instalação de duas Turmas Recursais Permanentes, com três juízes titulares cada; a implantação do “[Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual](#)” na Justiça Estadual, com a realização da “[Semana da Baixa Processual](#)” em todas as unidades jurisdicionais, de modo a diminuir a taxa de congestionamento de baixa e adoção do “[Selo Unidade Destaque em Baixa Processual](#)” para unidades que se destaquem no enfrentamento da taxa de congestionamento de baixa; [a expansão do projeto da](#)

[Secretaria Judicial Eletrônica Única para as Varas Cíveis da Capital](#), entre outras.

MULHER – O Plano de Gestão prevê também ações de combate à violência doméstica e familiar contra as mulheres, entre elas a edição de [portaria conjunta com a presidência do Tribunal de Justiça para regulamentar intimações das partes em processos de violência doméstica e familiar, via whatsapp](#); [a edição de portaria conjunta com a presidência do Tribunal de Justiça para regulamentar prazo para notificação do autor da violência acerca das Medidas Protetivas de Urgência](#) deferidas pelos magistrados das unidades judiciárias com competência na matéria; [o apoio ao Programa Justiça pela Paz em Casa promovido pelo CNJ](#); [o apoio às iniciativas da CEMULHER](#) para o enfrentamento à violência doméstica, tais como semana estadual de valorização da mulher, capacitação na rede pública de ensino sobre violência contra mulher, entre outras.

PLANEJAMENTO - O Plano de Gestão foi elaborado para contemplar projetos que foram concebidos para a consecução dos Macrodesafios definidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em alinhamento com o Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão para o período 2016-2020, havendo também a previsão de metas próprias da CGJ-MA.

Na apresentação, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, afirma que a gestão pretende conciliar inovação – para atender os desafios existentes –, e continuidade, mantendo relevantes ações de gestões anteriores, e buscando uma prestação jurisdicional que priorize qualidade, celeridade, eficácia e eficiência nos serviços prestados ao cidadão maranhense, concentrando esforços para desenvolver projetos que possibilitem um melhor desempenho das atividades, em especial a Erradicação do Sub-registro no Estado do Maranhão, o Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Redução da Taxa de Congestionamento do Poder Judiciário do Estado do Maranhão. “Dessa forma, apresentamos os objetivos, as metas e as ações que serão implementados, propondo uma gestão compartilhada entre magistrados e servidores, além de parcerias com as demais instituições essenciais à Justiça”, observa.

Juliana Mendes

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA)

asscom_cgj@tjma.jus.br

(98) 3198-4624

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/421339>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

“É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte.”



Durante a visita, o corregedor-geral conheceu a realidade da Comarca de Amarante, e implantou o PETCP.

VISITA ESTRATÉGICA | Corregedor avalia situação da comarca de Amarante do Maranhão

17

MAI

Como parte do Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual (PETCP), a comarca de Amarante do Maranhão (608 km de São Luís) recebeu, nestas terça-feira (15) e quarta-feira (15), visita estratégica da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), com o objetivo de identificar as principais dificuldades que possam impactar no funcionamento dos serviços judiciais da unidade e buscar medidas de melhoria. A visita foi feita pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, acompanhado do juiz auxiliar Raimundo Bogéa e equipe de servidores.

De entrância inicial (vara única), a comarca de Amarante conta hoje com um acervo de sete mil processos, apresentando uma crescente distribuição média mensal – que em 2017 foi de 265 novos processos por mês e atingiu o total de quase 3.500.

O corregedor-geral esteve reunido com os servidores e o juiz da unidade, Thiago Henrique Oliveira de Ávila, que relataram dificuldades como insuficiência de servidores para a demanda apresentada, problemas estruturais no fórum, como rachaduras, oscilações de corrente elétrica e inoperância das linhas telefônicas. Eles também ressaltaram a necessidade de construção de Salão do Júri e instalação de equipamentos de segurança na comarca.

O magistrado informou que entrou em exercício na comarca em novembro de 2017, de forma que ainda está promovendo a construção de uma nova padronização dos fluxos processuais para o gabinete, com a finalidade de otimizar os trabalhos e aumentar a produtividade. “Agradecemos muito a atenção da Corregedoria e esperamos que as medidas possam otimizar as condições de funcionamento da comarca”, frisou.

O desembargador Marcelo Carvalho fez a entrega do Programa de Enfrentamento à Taxa de Congestionamento Processual e do Plano de Ações imediatas ao juiz Thiago Oliveira de Ávila, solicitando uma visita da Diretoria de Engenharia do TJMA para avaliar a situação do fórum, assim como para verificar a rede elétrica e de pontos lógicos em virtude da implantação do sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) na comarca, em agosto deste ano. “Verificamos que um dos principais problemas é a insuficiência do quadro de servidores, situação que requer medidas que contribuam para a melhoria das condições de trabalho”, observou.

Entre as ações inicialmente propostas estão a necessidade de contagem do acervo processual físico, cumprimento das determinações judiciais, juntada de expedientes e triagem dos processos na secretaria; realização de treinamento para desenvolvimento de equipes; e reorganização do fluxo de rotinas de secretaria judicial, com implementação de técnicas organizacionais para otimização do trabalho.

PROGRAMA – As visitas estratégicas da CGJ-MA fazem parte do Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual, após a identificação das comarcas que apresentam maiores acervos e maiores taxas de congestionamento no Estado.

A partir de março deste ano, já foram visitadas as comarcas de São Mateus, Barreirinhas, Vargem Grande, São Bento, Santa Helena, Parnarama e Matões, onde foi realizada a análise e elaborados Planos de Ações para otimização da tramitação processual, e tomadas medidas efetivas, a exemplo da designação de juízes substitutos para Vargem Grande e Parnarama, entre outras.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/421349>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

“ É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. ”



VISITA | Corregedor-geral instaura investigação para apuração de fatos na comarca de Montes Altos

18

MAI

2018 14:43

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, editou Portaria determinando a apuração de fatos na comarca de Montes Altos, envolvendo a retenção de 2400 petições iniciais na secretaria judicial, na fase de pré-distribuição, sem devido o cadastramento das partes e assunto. A investigação foi instaurada durante visita realizada pelo corregedor à comarca, nestas quinta-feira (17) e sexta-feira (18), acompanhado do juiz auxiliar Raimundo Bogéa e equipe da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA).

A instauração do procedimento considerou o fato constatado pelo juiz Ítalo Lopes Gondim, quando assumiu a titularidade da unidade, em novembro de 2017, que também foi levado ao conhecimento do Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). As petições iniciais foram cadastradas durante mutirão determinado pela desembargadora Anildes Cruz, então corregedora-geral da Justiça, no período de 20 de novembro a 13 de dezembro de 2017.

O corregedor-geral também considerou que a retenção das petições constitui violação de dever funcional, que afeta a normal e regular entrega da prestação jurisdicional, e o dever da Corregedoria de promover a apuração dos fatos que possam constituir infração funcional.

O juiz auxiliar da CGJ-MA Raimundo Bogéa foi designado para realizar a coleta de depoimentos dos servidores efetivos lotados na Vara Única da comarca de Montes Altos, objetivando colher informações sobre os fatos noticiados e apurar eventuais responsabilidades funcionais. Após a conclusão das oitivas, o procedimento será encaminhado para análise do corregedor-geral.

MONTES ALTOS – Situada a 666 Km de São Luís, a comarca de Montes Altos faz parte do polo judicial de Imperatriz, atendendo aos municípios de Ribamar Fiquene e Sítio Novo (termos judiciários).

Atualmente, tramitam na vara única da unidade quase nove mil processos, sendo aproximadamente quatro mil deles relacionados a ações tratando sobre empréstimos consignados, matéria afeta ao IRDR (Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas) em tramitação do Tribunal de Justiça (TJMA).

Durante a visita, o corregedor-geral conversou com os servidores e com o juiz Glender Malheiros (titular da 1ª Vara de João Lisboa, respondendo por Montes Altos), para conhecer a situação e verificar as principais dificuldades. Ele entregou ao magistrado o Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual, da CGJ-MA, e o Plano de Ações elaborado pela equipe, contendo sugestões imediatas de melhoria da gestão processual.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

www.twitter.com/CGJ_MA

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/421373>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

 É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



Ilustração

VÍDEO | Juíza Lícia Cristina esclarece dúvidas sobre Adoção

29

MAI

Já está disponível em nosso [canal no Youtube](#) mais uma edição do "Fala Aí, Juiz!". Desta vez, a convidada foi a juíza Lícia Ferraz Ribeiro, auxiliar da capital respondendo pela 1ª Vara da Infância. 2018.08.42

A magistrada esclarece dúvidas comuns da população a respeito das regras e procedimentos da Adoção. Assista:

Fala Aí, Juiz! Adoção



O quadro Fala Aí, Juiz! é apresentado durante o programa "Justiça Cidadã", exibido todos os sábados na TV Assembleia, produzido pelas Assessorias de Comunicação do TJMA e da CGJ-MA.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgi/visualiza/publicacao/421484>

🌱 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

“ É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. ”



Corregedor conversa com servidores de Tutóia.

ENFRENTAMENTO | Corregedor-geral realiza visita de avaliação na comarca de Tutóia

30

MAI

Nesta quarta-feira (30), o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, acompanhado de equipe de servidores da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), finalizou visita estratégica iniciada segunda-feira (28) na comarca de Tutóia, com o objetivo de avaliar a situação e identificar as principais dificuldades da unidade.

De entrância inicial, a comarca de Tutóia conta atualmente com um acervo ativo de quase sete mil processos. A média de distribuição na comarca é de 221 novos processos por mês, segundo dados registrados no ano passado.

Os servidores da comarca apresentaram a situação física, informações sobre a gestão processual e as principais necessidades da unidade. As instalações prediais do Fórum apresentam-se em bom estado de conservação, atendendo às condições de salubridade.

O corregedor-geral explicou aos servidores os objetivos da visita, e entregou cópias do Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual (PETCP) e o Plano de Ações elaborado pela equipe da CGJ-MA, contendo sugestões imediatas de aprimoramento da gestão processual, como práticas que possibilitem um melhor acompanhamento dos prazos processuais e devolução de mandados por oficiais de justiça e a observação à Recomendação 2/2018, que dispõe sobre a utilização das plataformas digitais, com disponibilização de um servidor e uma máquina para atendimento da população, entre outros. Os documentos serão repassados ao juiz titular da unidade, Francisco Eduardo Girão Braga, que se encontra em gozo de licença de 10 dias, respondendo pela unidade o juiz Marcelo Fontenelle (titular da 1ª Vara de Araióses).

PRESÍDIO – Nesta terça-feira (29), o desembargador também esteve visitando as instalações da Unidade Prisional de Tutóia, solicitando ao juiz que proceda à análise prioritária dos processos relacionados aos presos da comarca, a fim de verificar a situação de cada um.

Em contato com o secretário estadual de Administração Penitenciária, Murillo Andrade, o corregedor foi informado que o Governo do Estado já finalizou licitação para construção de novas instalações com a abertura de 84 novas vagas na unidade da comarca de Tutóia, e a imediata instalação de quatro exaustores para melhoria da ventilação nas celas. Em contato com o defensor público geral do Estado, também ficou definido que a Defensoria encaminhará defensores para atenderem aos presos, que relataram falta de condições de arcar com advogados.

PROGRAMA - Tutóia foi a décima comarca a receber a visita do corregedor, que também já esteve em São Mateus, Barreirinhas, Vargem Grande, São Bento, Santa Helena, Parnarama, Matões, Amarante do Maranhão e Montes Altos. As visitas de avaliação fazem parte do Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual, implantado pela Corregedoria com o objetivo de identificar as principais dificuldades que impactam no funcionamento das unidades e desenvolver ações efetivas que possam contribuir para a diminuição das taxas de congestionamento de julgamento e de baixa processual.

Em todas as comarcas visitadas pela Corregedoria, são elaborados Planos de Ações para otimização da tramitação processual, e tomadas medidas efetivas, a exemplo da designação de juízes substitutos para Vargem Grande e Parnarama, entre outras.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/421504>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

 É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



Corregedor reuniu-se com servidores de Santa Luzia do Paruá

ENFRENTAMENTO | Corregedoria realiza visita estratégica na comarca de Santa Luzia do Paruá

06

JUN

Como parte do Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual (PETCP), a comarca de Santa Luzia do Paruá (403 km de São Luís) recebeu, nestas terça-feira (5) e quarta-feira (6), visita estratégica da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), com a presença do corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, dos juízes auxiliares Raimundo Bogéa e Kariny Reis e equipe de servidores. Santa Luzia do Paruá foi a décima primeira comarca a receber a visita de avaliação do corregedor, com o objetivo de identificar as principais dificuldades no funcionamento dos serviços judiciais das unidades e buscar medidas de melhoria.

A comarca de Santa Luzia do Paruá está entre aquelas com maior acervo e distribuição mensal do Estado, atuando com mais de oito mil processos no acervo ativo e média de distribuição de 230 novas ações por mês. A comarca é titularizada pelo juiz Rodrigo Costa Nina e também atende aos termos judiciais de Presidente Médici e Nova Olinda do Maranhão. Em 2017, a vara única recebeu 2766 novos casos, julgou 2682 e baixou 2131 processos.

Durante a visita, o corregedor-geral e equipe conversaram com os servidores, que levantaram a necessidade de lotação de mais servidores na unidade; construção de Salão do Júri; apoio para instalação da comarca de Olinda Nova do Maranhão, entre outros. “Ressaltamos o esforço do magistrado e equipe de servidores na organização dos trabalhos da unidade, diante do alto volume processual e distribuição”, observou.

O desembargador Marcelo Carvalho Silva entregou aos servidores o Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual (PETCP) da CGJ-MA e Plano de Ações, contendo relatório com a situação identificada durante a visita e ações inicialmente propostas para otimização da gestão processual. Os documentos serão repassados ao juiz Rodrigo Nina, em gozo de férias.

Entre as ações, estão o deslocamento de equipes para realização das atividades de cumprimento de atos judiciais; práticas para melhor acompanhamento de prazos processuais e melhor fluidez no desenvolvimento do trâmite processual e observação da Recomendação N° 02/2018 da CGJ-MA, que dispõe sobre a utilização das plataformas digitais e disponibilização de servidor para prestar esse atendimento ao público.

LINHA DO TEMPO

Abaixo, resumo das visitas do corregedor-geral às comarcas do Estado. Clique nas setas para visualizar.

Loading

PROGRAMA –As visitas estratégicas da CGJ-MA fazem parte do Programa de Enfrentamento à Taxa de Congestionamento Processual, após a identificação das comarcas que apresentam maiores acervos e maiores taxas de congestionamento no Estado.

A partir de março deste ano, já foram visitadas as comarcas de São Mateus, Barreirinhas, Vargem Grande, São Bento, Santa Helena, Parnarama, Matões, Amarante do Maranhão, Montes Altos e Tutóia, onde foi realizada a análise e elaborados Planos de Ações para otimização da tramitação processual, e tomadas medidas efetivas, a exemplo da designação de juízes substitutos, entre outras.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/421551>

Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



Corregedor entregou Plano de Ações elaborado para a unidade

VISITA ESTRATÉGICA | Fórum de Vitória do Mearim passará a funcionar em novo endereço

Corregedor também visitou instalações do fórum de Arari nesta sexta-feira (8)

08

JUN

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, esteve realizando visita estratégica na comarca de Vitória do Mearim nestas quinta-feira (7) e sexta-feira (8), para avaliar de perto a situação da unidade judicial. Com a visita, foi constatada a inviabilidade da continuidade do funcionamento dos serviços no endereço atual, em razão de problemas estruturais do antigo prédio que abriga o fórum judicial. O corregedor esteve acompanhado dos juízes auxiliares da CGJ-MA Raimundo Bogéa e Kariny Reis, e equipe de servidores.

O desembargador Marcelo Carvalho conversou com o juiz titular da comarca, Milvan Gedeon Gomes, e com os servidores, que relataram os problemas apresentados na estrutura do fórum, como rachaduras, infiltrações, umidade, oscilações elétricas e vazamentos. “Verificamos uma situação de insalubridade que põe em risco a saúde dos servidores e magistrado”, avaliou o corregedor.

Em contato com o presidente do Tribunal de Justiça (TJMA), desembargador Joaquim Figueiredo, e considerando o princípio da harmonia entre os Poderes, o interesse público e a situação emergencial apresentada, que exige melhores e mais dignas condições de atendimento ao público, o município de Vitória disponibilizou um prédio para funcionamento temporário do fórum, e comprometeu-se a efetivar a doação de um terreno para o Judiciário, a fim de que seja construído um novo fórum para a comarca. Após a formalização da doação e análise orçamentária para realização do procedimento licitatório, o presidente do TJMA e o corregedor-geral farão o lançamento da pedra fundamental de construção de novo fórum para a comarca de Vitória do Mearim.

LINHA DO TEMPO - Clique nas setas para saber mais sobre as visitas da CGJ-MA às comarcas do Estado:

Loading

SITUAÇÃO – A comarca de Vitória do Mearim conta atualmente com um acervo ativo de mais de oito mil processos. Em 2017, a distribuição média na unidade foi de 117 novos processos por mês. De entrância inicial, a comarca faz parte do polo judicial de Bacabal, e atende a uma população estimada em 32.267 (IBGE Cidades).

Durante a visita, o magistrado e servidores pediram apoio para a mudança do local de funcionamento do Fórum; construção do novo Fórum da comarca; designação de promotor de Justiça substituto e para instalação de Defensoria Pública na comarca.

O corregedor entregou ao juiz Milvan Gomes o Plano de Ações contendo ações preparatórias para melhoria dos fluxos processuais e planejamento de atividades. Entre as ações, estão o deslocamento de equipes para realização do trabalho de cumprimento de atos judiciais e mutirão para análise dos processos conclusos há mais de 100 dias. Após a mudança de endereço, a unidade deverá implantar uma nova rotina dos processos de trabalho na secretaria e gabinete, com o fim de otimizar o fluxo e obter melhores resultados. “Estamos muito gratos pela visita da Corregedoria e pelas ações de melhoria alcançadas para a comarca”, disse o juiz.

ARARI – Na manhã desta sexta-feira (8), a equipe da Corregedoria também realizou visita de cortesia no fórum da comarca de Arari, onde o corregedor visitou as instalações e verificou as principais necessidades, conforme relatos dos servidores, que informaram alguns problemas estruturais e necessidades imediatas a serem repassadas à direção do TJMA.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/421586>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



Ilustração

MUTIRÃO | Unidades judiciais do Maranhão baixaram mais de 12 mil processos em dois dias

13

JUN

Desde esta segunda-feira (11), as unidades judiciais da Justiça de 1º Grau do Maranhão baixaram o total de 12.118 ^{2018 16:26} processos, que foram arquivados definitivamente e retirados dos acervos. Até esta terça-feira (12), 248 unidades judiciais, entre varas e juizados de todo o Estado iniciaram o procedimento, que faz parte da I Semana de Baixa Processual, instituída pela Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) por meio do Provimento [Nº 10/2018](#), e faz parte do Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual.

Entre as unidades que baixaram a maior quantidade de processos nos dois primeiros dias do mutirão estão a comarca de Vitória do Mearim (413 processos), o 12º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de São Luís (413), a 1ª Vara da comarca de Colinas (318) e as comarcas de Santa Luzia do Paruá (315) e São Bernardo (309). A baixa processual ocorre com a retirada dos processos judiciais de forma definitiva dos sistemas, em razão de arquivamento.

As informações diárias sobre a quantidade de processos baixados durante a Semana de Baixa estão sendo divulgados na página da CGJ-MA, no menu “[Downloads](#)”. Segundo informações da base de dados da Diretoria de Informática do TJMA, antes do início da Semana de Baixa Processual existiam na Justiça de 1º Grau 460.271 processos já julgados e não baixados.

A Semana de Baixa Processual acontece até a próxima sexta-feira (15), com o objetivo principal de reduzir o acervo de processos e a taxa de congestionamento nas unidades judiciais de 1º Grau do Maranhão. O esforço concentrado também consiste na realização de intimações e certificações de trânsito em julgado, e são realizados por todos os servidores das unidades, com a supervisão do juízes titulares, auxiliares ou substitutos.

Segundo a juíza Kariny Reis, auxiliar da CGJ-MA responsável pelo Planejamento Estratégico, a ideia do mutirão é estimular a inclusão do procedimento de baixa processual na rotina das unidades judiciais durante todo o ano, considerando a constatação de que existe uma grande quantidade de processos já julgados e não baixados, o que causa a elevação dos acervos e impacta no funcionamento. Ela ressalta que a iniciativa já vem sendo executada com êxito pela Justiça de outros Estados, contribuindo ainda para a garantia da segurança jurídica. “O procedimento de baixa processual é importante também para tornar os julgamentos definitivos de uma forma mais rápida e para que os processos sejam agilizados e não fiquem acumulados nos acervos”, observa.

PROVIMENTO – Segundo o Provimento N° 10/2018, assinado pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, a instituição da Semana de Baixa Processual considerou, entre outros, a necessidade de concentrar esforços para uma prestação jurisdicional mais célere; a taxa de congestionamento evidenciada pelo Relatório Justiça em Números 2017/Ano-base 2016, do CNJ; que uma das metas prioritárias do Poder Judiciário é a efetiva redução do estoque de processos; e o princípio constitucional da duração razoável do processo.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/421648>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

 É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



Ilustração

MUTIRÃO | Unidades judiciais do Maranhão baixaram mais de 32 mil processos durante Semana de Baixa

19

JUN

No período de 11 a 15 de junho, as unidades judiciais da Justiça de 1º Grau do Maranhão baixaram o total de 32.353 processos, ^{2018 09:20} que foram arquivados definitivamente e retirados dos acervos de 266 unidades judiciais, entre varas e juizados de todo o Estado. O procedimento de baixa processual ocorre com a retirada dos processos judiciais de forma definitiva dos sistemas, em razão de arquivamento.

O número é resultado da primeira Semana de Baixa Processual, instituída pela Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) por meio Provimento Nº 10/2018, que faz parte do Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual.

Segundo o relatório, os processos baixados que já estavam julgados representaram 83,64% (27002 processos) do total de baixados, e 16,54% foram processos não julgados (5351) – duplicidades, declinações de competência, inquéritos, etc.

O resultado durante a Semana de Baixa representou em média 6470 processos baixados por dia, número quase cinco vezes maior do que a média diária registrada nos quatro semestres de 2016 e 2017.

As unidades judiciais que registraram a maior quantidade de processos baixados foram a comarca de Turiaçu (1912 processos); o 12º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de São Luís (1061 processos); a comarca de Vitória do Mearim (1022); de Santa Luzia do Paruá (841) e de São Mateus (834). As informações diárias sobre a quantidade de processos baixados durante a Semana de Baixa estão disponíveis na página da CGJ-MA, no menu “Downloads”.

A juíza Kariny Reis, auxiliar da CGJ-MA responsável pelo Planejamento Estratégico, avalia que os resultados da primeira Semana de Baixa foram muito positivos para desafogar as unidades do interior, retirando do acervo as demandas já finalizadas e que continuavam constando dos registros.

A magistrada ressalta que a ideia do mutirão é estimular a inclusão do procedimento de baixa processual na rotina das unidades judiciais durante todo o ano, considerando que muitos processos permaneciam nas unidades após o julgamento. “Os resultados mostram que o esforço concentrado das unidades para realizar a baixa de processos alcançou um resultado que vai impactar de forma muito positiva no acervo processual”, observa.

PROVIMENTO – Segundo o Provimento Nº 10/2018, assinado pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, a instituição da Semana de Baixa Processual considerou, entre outros, a necessidade de concentrar esforços para uma prestação jurisdicional mais célere; a taxa de congestionamento evidenciada pelo Relatório Justiça em Números 2017/Ano-base 2016, do CNJ; que uma das metas prioritárias do Poder Judiciário é a efetiva redução do estoque de processos; e o princípio constitucional da duração razoável do processo.

A medida também obedece meta do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que determina o aumento da taxa de processos baixados pelos tribunais brasileiros.

Assessoria de Comunicação
Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão
asscom_cgj@tjma.jus.br
www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/421706>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

“É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte.”



“ É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. ”



Ilustração

FALA AÍ, JUIZ | Juíza Lívia Aguiar esclarece pontos sobre Direito de Família

26

JUN

A juíza Lívia Maria Costa Aguiar participa do quadro "Fala Aí, Juiz", esclarecendo dúvidas sobre Direito de Família. Assista: ^{2018 12:33}

FALA AÍ JUIZ! DIREITO DE FAMILIA



QUADRO - O "Fala Aí, Juiz" aborda temas normalmente incompreendidos pela população, para explicar determinadas decisões judiciais, posicionamentos jurídicos ou normas legais.

Assessoria
Coordenadoria
de Comunicação Social
do Poder Judiciário
do Maranhão
www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgi/visualiza/publicacao/421781>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.



Consultor do Prêmio Innovare reuniu-se com equipes responsáveis pelos projetos inscritos (Foto: Josy Lord)

PREMIAÇÃO | Projetos do Judiciário maranhense concorrem à 15ª edição do Prêmio Innovare

26

JUN

Cinco projetos do Poder Judiciário maranhense estão concorrendo ao Prêmio Innovare de 2018, a maior premiação da área jurídica brasileira. Este ano, além dos prêmios para as categorias tradicionais, o Innovare escolherá, entre todos os selecionados, uma prática que melhor represente os esforços para o combate à corrupção. O consultor do Innovare Marco Lara esteve reunido com os responsáveis pelos projetos nesta segunda-feira (25), para conhecer de perto a execução das práticas que serão avaliadas pelos julgadores. 2018 08:49

COMBATE À CORRUPÇÃO - Entre os projetos inscritos pelo Judiciário maranhense está o “Movimento Maranhão contra a Corrupção”, por meio do qual unidades judiciais de 1º Grau de todo o Estado concentram esforços para priorizar o impulsionamento e o julgamento de ações judiciais envolvendo casos de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública. O mutirão também é realizado por promotores de Justiça e representantes de outros órgãos parceiros.

Este ano, o Movimento realizou a terceira edição, com a participação de quase 70 unidades judiciais de todo o Estado, no período de 22 de maio a 8 de junho. O Movimento foi aberto com a realização do 3º Seminário de Improbidade Administrativa e Crimes contra a Administração Pública, com cerca de 250 participantes entre servidores e magistrados, representantes MPMA, delegados das Polícias Federal e Civil, comunidade jurídica e acadêmica e população em geral.

CURURUPU - Outro projeto que participa da Premiação é o “Justiça Itinerante”, foi elaborado com o objetivo de facilitar o acesso à Justiça e fomentar a cidadania em comunidades da zona rural da região do município de Cururupe, sob coordenação do Poder Judiciário local., levando atendimento às comunidades e ilhas distantes dos dois municípios que formam a comarca – Cururupe e Serrano do Maranhão.

Segundo o cronograma, o povoado Tapera de Baixo e Povoado Aliança, pertencentes a Cururupu, serão os próximos povoados a serem visitados pelo projeto, recebendo atendimentos diversos como expedição de Certidão de Nascimento, casamento comunitário, divórcio, curatela, audiências, e outros serviços oferecidos pelos parceiros institucionais da Ação.

CARUTAPERA - Outra prática do Judiciário estadual inscrita nesta Edição do Prêmio é o projeto denominado “Inclusão com Justiça”, da comarca de Carutapera e que será estendido à comarca de Santa Inês, criado nos termos do art. 8º e 10º da Lei de Inclusão (Lei nº. 13.146/2015), que tem por finalidade a criação de um sistema de garantias de proteção às crianças e adolescentes com deficiência, prevendo a inclusão escolar e o tratamento de saúde individualizado e envolvendo o Poder Judiciário, as Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social, se utilizando de todas as instituições e profissionais já existentes na Comarca.

Também objetiva garantir aos pais e responsáveis participação direta no processo inclusivo da criança e do adolescente, através da criação de grupos de participação na elaboração das diretrizes de programas municipais; garantir a todas as pessoas com deficiência, conhecimento e acesso aos programas municipais destinados a esse público, com elaboração de uma cartilha com direitos e obrigação, bem como a descrição de todos os programas à disposição no município, no âmbito das três secretarias; e criação de uma equipe multidisciplinar específica para acompanhamento e tratamento das pessoas com deficiência inseridas nos programas municipais.

CGJ – O Judiciário estadual também concorre à Premiação com dois projetos desenvolvidos pela Corregedoria Geral da Justiça. O primeiro é o quadro “Fala Aí, Juiz”, por meio do qual magistrados de todo Estado prestam esclarecimentos à população a respeito de temas normalmente incompreendidos relacionados a decisões judiciais, posicionamentos jurídicos ou legislação.

Outro projeto concorrente é o Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual (PETCP), implementado pela CGJ-MA para identificar as principais dificuldades que impactam no funcionamento das unidades judiciais de 1º Grau e desenvolver ações efetivas que possam contribuir para a diminuição das taxas de congestionamento de julgamento e de baixa processual.

PRÊMIO - Desde 2004 o Prêmio Innovare vem contribuindo para estimular e disseminar práticas que colaboram para aprimorar a Justiça brasileira. Ao longo dos anos, 175 trabalhos foram premiados entre as mais de 6 mil práticas inscritas em temas como acesso à Justiça, informatização, desburocratização, garantia de direitos, Sistema Penitenciário, apoio à criança, entre outros. Neste período, o Innovare seguiu modernizando sua atuação, abrindo espaço também para a participação da população em geral, em 2015, com a criação da categoria Justiça e Cidadania.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/421772>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

“ É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. ”



ilustração cgj

ORGANIZAÇÃO | Corregedoria regulamenta realização de atos ordinatórios pelas Secretarias Judiciais

10

JUL

Com o objetivo de conferir maior celeridade aos processos judiciais na Justiça de 1º Grau do Estado, a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), por meio do [Provimento Nº 22/2018](#), regulamentou a prática de determinados atos judiciais (sem cunho decisório) a serem executados exclusivamente pelos secretários judiciais e/ou servidores autorizados, nas unidades judiciais de 1º Grau do Estado. A medida não impede regulamentação própria e/ou complementar pelo juiz da unidade judiciária, segundo a necessidade da sua competência específica.

O Provimento considerou os princípios constitucionais da eficiência na prestação dos serviços públicos de qualquer natureza e da razoável duração do processo; normas contidas na Constituição Federal e no Código de Processo Civil, que legitimam os servidores à prática de atos processuais de mero impulso do feito; e a necessidade de desconcentrar, facilitar e agilizar a atividade jurisdicional, com a delegação dos atos sem caráter decisório à Secretaria Judicial, objetivando maior celeridade ao trâmite processual.

O documento enumera 65 atos ordinatórios a serem realizados pelas Secretarias das unidades judiciais, que deverão ser certificados nos processos, com menção expressa ao Provimento, podendo ser revistos, de ofício, pelo juiz, ou a requerimento das partes.

Entre os atos citados no documento para serem executados pelos servidores estão a juntada de expedientes de qualquer natureza (exemplos: petições, procurações, ofícios, guias, avisos de recebimento, laudos, esclarecimentos de laudo pericial, contas de custas,

cálculos, cartas precatórias, e outros); intimação da parte autora ou demandada para a realização de determinados atos; concessão de vista, nos casos especificados; entre outros.

Segundo o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, a medida objetiva contribuir com o aumento da celeridade na tramitação dos feitos, ao relacionar os principais atos a serem delegados aos servidores, que antes dependiam exclusivamente dos juizes. “Dessa forma, buscamos garantir ao magistrado maior segurança e otimização do tempo, em respeito aos princípios da Administração Pública, em especial da eficiência”, avalia.

Assessoria de Comunicação
Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão
asscom_cgj@tjma.jus.br
www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgi/visualiza/publicacao/421920>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

 É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



ilustração cgj

NAUJ | Corregedoria Geral da Justiça institui Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais

11

JUL

Com o objetivo de implementar ações de apoio e de orientação às unidades judiciais da justiça de 1º grau e de otimizar a tramitação dos processos, a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), por meio do [Provimento Nº 20/2018](#), instituiu o Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais (NAUJ), que atuará na efetivação de medidas de suporte às unidades judiciais mais sobrecarregadas no Estado. A instituição do Núcleo está prevista no Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual e no Plano de Gestão da CGJ-MA, biênio 2018/2019. O NAUJ ficará sediado no Fórum Desembargador Sarney Costa, em local designado pelo Corregedor-geral da Justiça.

Segundo o Provimento assinado pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, a implantação do Núcleo considerou a política nacional de atenção prioritária ao 1º grau de jurisdição, instituída pela Res. 194, CNJ; os índices de congestionamento processual nas unidades judiciais de 1º grau; assim como a necessidade de se desenvolver uma padronização de rotinas e fluxos de movimentação de processos físicos e/ou eletrônicos nas Secretarias Judiciais e Gabinetes de magistrados.

O NAUJ será presidido pelo Corregedor-geral da Justiça e integrado pelo juiz diretor da Secretaria da Corregedoria; pelo juiz responsável pelo Planejamento Estratégico da Corregedoria; pelos juízes corregedores; pelo Coordenador de Planejamento e por servidores da Corregedoria, contando com um quadro fixo de servidores, que atuarão de forma presencial ou remota na organização e desenvolvimento das atividades.

A atuação do núcleo será determinada pelo Corregedor-geral da Justiça, em função dos dados estatísticos da unidade judicial, antes ou depois de realizada Visita Estratégica ou a correição geral ordinária na unidade.

O Provimento estabelece os procedimentos para atuação do NAUJ nas unidades judiciais, pelo prazo que será definido pelo corregedor. Na comarca da Ilha, o Núcleo poderá atuar com até 15 juízes auxiliares; e no interior, com até 15 juízes substitutos, designados pelo corregedor. Os juízes e servidores que participarem do NAUJ atuarão em regime de colaboração, não sendo necessário o afastamento das funções e sendo cabível o pagamento de diárias nas hipóteses previstas na Resolução – GP nº 39/2018. Será feita anotação nas respectivas fichas funcionais da participação dos juízes e dos servidores que voluntariamente contribuírem com as unidades em atendimento pelo NAUJ, para fins de promoções/remoções por merecimento e progressão na carreira.

Segundo o corregedor, desembargador Marcelo Carvalho Silva, a instituição do Núcleo é uma forma de buscar maior equilíbrio entre as forças de trabalho, para que as unidades judiciais menos sobrecarregadas possam contribuir com a melhoria daquelas com mais dificuldades, de forma que todos contribuam com o objetivo de oferecer um trabalho cada vez mais eficiente à população. “Somos servidores do mesmo Poder Judiciário, e a contribuição de cada um é muito importante na busca por bons resultados”, avalia.

NAUJ – Segundo o Provimento, o NAUJ terá as atribuições de auxiliar a unidade jurisdicional atendida, contribuindo para que os feitos sejam impulsionados, mediante a análise e a consequente movimentação dos processos; apresentar sugestão de padronização de rotinas e fluxos processuais, contribuindo para otimizar a tramitação dos processos nas secretarias judiciais e nos gabinetes; organizar e coordenar a realização de forças-tarefas; apresentar de sugestões a serem adotadas pelas unidades jurisdicionais, objetivando racional gerenciamento de rotinas e fluxos de processos e melhoria do ambiente organizacional; entre outras.

Assessoria de Comunicação
Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão
asscom_cgj@tjma.jus.br
www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/421931>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

 É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



Corregedor reuniu com advogados de Pinheiro nesta quinta, 11

BAIXADA | Corregedor-geral reúne com advogados da comarca de Pinheiro

11

JUL

2018 15:32

Nesta quarta-feira (11), o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, reuniu-se com um grupo de advogados militantes de Pinheiro, para receber as principais demandas da classe sobre o funcionamento da comarca. A reunião aconteceu no Fórum local, com a participação do juiz Holídice Cantanhede, titular do Juizado Especial. Desde a última terça-feira (9), equipe de servidores da CGJ-MA e o juiz auxiliar Raimundo Bogéa prestaram orientações aos servidores e juízes de Pinheiro, propondo medidas de gestão para otimização do fluxo processual nas secretarias judiciais, a partir do diagnóstico de cada unidade.

O corregedor apresentou aos advogados o Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual, da CGJ-MA, que objetiva oferecer medidas de apoio às unidades judiciais mais congestionadas do Estado, por meio da identificação dos problemas e implementação de ações de melhoria - como a atuação do Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais – NAUJ, entre outras. Ele falou sobre as comarcas já visitadas pela equipe da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) e as medidas implementadas.

O desembargador também ressaltou a ampliação da implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) na Justiça de 1º Grau e informou sobre os principais atos da CGJ-MA editados para agilizar a tramitação processual no Estado, como os Provimentos que tratam da ampliação das audiências de Custódia e da regulamentação da execução de atos ordinatórios pelas secretarias judiciais.

Os advogados ressaltaram o bom trabalho desenvolvido pelos juízes da comarca de Pinheiro, relatando dificuldades relacionadas a estrutura física, deficiência do número de servidores, excesso da demanda processual e necessidade de instalação da terceira vara. Eles também ressaltaram problemas relacionados à má qualidade da rede de internet oferecida na cidade, o que dificulta a adaptação ao Processo Judicial Eletrônico (PJe).

O desembargador Marcelo Carvalho Silva explicou sobre as dificuldades orçamentárias do Poder Judiciário, principalmente em relação à nomeação de novos servidores. Ele informou que a CGJ incluirá Pinheiro entre as comarcas a serem atendidas pelo Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais (NAUJ), que atuará implementando ações de apoio e de orientação para otimizar a tramitação dos processos. “Levaremos todas as reivindicações apresentadas pelos juízes e advogados aos membros do TJMA, especialmente ao presidente, buscando melhorias nas condições e nos serviços da comarca”, afirmou.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/421938>

Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte.



Apresentação foi feita na sessão Plenária desta quarta-feira (18) (Foto: Ribamar Pinheiro)

RELATÓRIO | Corregedor apresenta aos membros do TJMA situação de comarcas visitadas

18

JUL

Durante a sessão Plenária Administrativa desta quarta-feira (18), o corregedor-geral da Justiça, desembargador ^{2018 12:50} ~~Marcelo~~ Carvalho Silva, apresentou aos membros da Corte relatório sobre a situação de sete comarcas do interior do Estado visitadas nos meses de maio e junho por equipe da Corregedoria. O corregedor relatou a realidade encontrada nas unidades, por meio de vídeo resumindo a situação física dos fóruns e os dados processuais de cada unidade.

O desembargador ressaltou o apoio prestado pela Presidência do TJMA, por meio do desembargador Joaquim Figueiredo, na busca por melhorias nas condições estruturais e de trabalho no âmbito da Justiça de 1º Grau. “Estou trazendo ao conhecimento do Tribunal o que foi constatado nas visitas e as principais necessidades das nossas comarcas com mais dificuldades”, observou.

Loading

MATÕES – A equipe da CGJ-MA e o corregedor-geral visitaram a comarca de Matões no dia 9 de maio, onde conversou com o juiz e servidores, que informaram sobre a boa organização do trabalho e relataram algumas necessidades para melhoria das condições de serviço. Lá foi constatado um acervo de 7500 processos, dos quais mais de quatro mil tratam sobre empréstimos consignados – suspensos por força de IRDR.

PARNARAMA – Durante a visita à comarca de Parnarama (9 e 10/05), o corregedor designou um juiz substituto para auxiliar a titular no impulsionamento e redução do acervo processual de 7750 processos. Os operadores do direito na comarca pediram a lotação de mais servidores e a realização de mutirões de julgamento.

AMARANTE DO MARANHÃO – Na comarca de Amarante (15 e 16/05), o corregedor verificou problemas estruturais no fórum, como rachaduras e oscilações da rede elétrica. O acervo na comarca é de sete mil, registrando ainda uma crescente distribuição mensal.

MONTES ALTOS – Na visita à comarca de Montes Altos (17 e 18/05), o corregedor determinou a instauração de procedimento para apuração de fatos envolvendo a retenção de 2400 petições iniciais na secretaria, ocorrido em 2017. Lá foi constatado o acervo de quase 10 mil processos, sendo quatro mil relacionados a empréstimos consignados. No ano passado, a unidade registrou uma distribuição média mensal de 438 processos.

TUTÓIA – Em Tutóia (28-30/05), a equipe constatou um acervo de quase sete mil processos. O corregedor também realizou visita na Unidade Prisional da cidade, onde verificou as condições e solicitou apoio da SEAP e Defensoria Pública em relação medidas de melhoria e assistência jurídica aos presos.

SANTA LUZIA DO PARUÁ – Em Santa Luzia do Paruá (5 e 6/06), os servidores pediram incremento no quadro da unidade, construção do Salão do Júri e apoio para instalação da comarca de Olinda Nova do Maranhão. A comarca atua com um acervo de oito mil processos e distribuição média mensal de 230 ações.

VITÓRIA – Em Vitória do Mearim (7 e 8/06), o corregedor verificou a inviabilidade de continuidade do funcionamento dos serviços no prédio do fórum, em razão de problemas como infiltrações, vazamentos, umidade e oscilações da rede elétrica. O acervo da comarca conta mais de oito mil processos, com uma distribuição média mensal de 117 processos.

PLANO DE AÇÃO - Em todas as comarcas visitadas, a equipe da CGJ-MA elaborou Diagnóstico da Unidade Judicial, propondo medidas imediatas para melhoria do fluxo e da gestão processual.

As visitas fazem parte do [Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual \(PETCP\)](#), lançado pela CGJ-MA com o objetivo de identificar os principais problemas das unidades judiciais mais sobrecarregadas no Estado, buscando a implementação de ações que possam otimizar a tramitação dos feitos.

Entre as medidas previstas no Programa, a CGJ instituiu, por meio do [Provimento N° 20/2018](#), o Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais (NAUJ), que atuará na efetivação de medidas de suporte às unidades judiciais. Também já receberam a visita estratégica da equipe da CGJ-MA as comarcas de São Mateus, Barreirinhas, Vargem Grande, São Bento e Santa Helena.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/422034>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



Ilustração.

RESULTADOS | Comarcas atendidas por equipe da CGJ-MA apresentam melhorias no funcionamento

25

JUL

2018 12:28

As unidades judiciais visitadas pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, alcançaram melhores resultados após as medidas de apoio implementadas por meio do Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual. A maioria das comarcas que receberam as visitas estratégicas da equipe da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) apresentaram melhores dados em relação às taxas de congestionamento de julgamento e de baixa; acervo ativo; processos conclusos e processos há mais de 100 dias na Secretaria.

As visitas aconteceram de março a junho, nas doze comarcas onde foram identificados os maiores acervos processuais e taxas de congestionamento. O corregedor e a equipe de servidores e juízes auxiliares estiveram em São Mateus, Barreirinhas, Vargem Grande, São Bento, Santa Helena, Matões, Parnarama, Amarante do Maranhão, Montes Altos, Tutóia, Santa Luzia do Paruá e Vitória do Mearim.

As medidas propostas pela equipe consistem em práticas para melhor acompanhamento de prazos e melhor fluidez no desenvolvimento do trâmite processual. A próxima etapa do Programa de Enfrentamento será a atuação do Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais (NAUJ), com a efetivação de medidas de suporte e orientação às unidades judiciais.

Desde o início da realização das visitas, as comarcas de Montes Altos, Barreirinhas, Matões, Parnarama, São Mateus, Vargem Grande, Santa Luzia do Paruá e Vitória do Mearim apresentaram redução nas respectivas taxas de Congestionamento de Julgamento e

julgaram o total de 4.124 processos.

As comarcas de Montes Altos, Matões, Parnarama, São Mateus, Vargem Grande, Santa Luzia do Paruá e Vitória do Mearim também apresentaram redução na Taxa de Congestionamento de Baixa. Entre as unidades judiciais que mais baixaram processos durante a Semana de Baixa Processual – 11 a 15 de junho -, quatro delas estão entre as atendidas pela CGJ: Vitória do Mearim (1022 processos baixados), Santa Luzia do Paruá (841 processos baixados), São Mateus (834 processos baixados) e Vargem Grande (804 processos).

Destaca-se o aumento do número de julgamentos nas comarcas de Parnarama, São Mateus e Vargem Grande, para onde o corregedor designou juízes substitutos para auxiliarem os titulares.

Em relação aos processos há mais de 100 dias na Secretaria Judicial, as comarcas de Montes Altos, Parnarama, São Mateus, Vargem Grande, Amarante, Santa Luzia do Paruá e São Bento retiraram o total de 1902 processos dessa situação. Já os processos conclusos há mais de 100 dias reduziram nas comarcas de Barreirinhas, Santa Helena e Vitória do Mearim, passando de 10.847 para 7.998 processos nas três unidades.

TUTÓIA – A comarca de Tutóia também promoveu melhorias com as implementações sugeridas pela CGJ, como atualização das audiências, controle e atualização dos cadastros de presos provisórios da unidade. Após a visita, a comarca realizou 6.188 movimentações em processos, sendo que durante a Semana de Baixa Processual foram realizadas 1873 movimentações e baixados definitivamente 335 processos.

A pedido do corregedor-geral, também foi promovida força-tarefa em Tutóia, no período de 18 a 22 de junho, com a participação de defensores públicos, quando foram analisados 34 processos de réus presos.

BARREIRINHAS - No período de 2 de abril a 26 de junho, a comarca de Barreirinhas realizou o total de 3770 atos processuais, sendo 281 julgamentos, 479 decisões e 3010 despachos, além de 178 audiências. O resultado foi reconhecido pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-subseção Barreirinhas), que emitiu Nota promovendo elogios ao magistrado e servidores da unidade pelo bom desempenho no período.

REFORMAS – Após as visitas, o corregedor solicitou ao TJMA a realização de alguns serviços de reforma e adequações estruturais dos fóruns visitados. Em Vargem Grande, já foram concluídas as reformas emergenciais e se encontra em fase de licitação o projeto de ampliação do prédio, para permitir a instalação da 2ª Vara.

Em Amarante do Maranhão, onde foram constatadas rachaduras nas paredes, também já foram finalizados serviços de reforma. Em São Bento, os serviços de reparação do prédio estão previstos para o mês de agosto, de acordo com cronograma da Diretoria de Engenharia do TJ.

Já em Vitória do Mearim, onde o município de Vitória destinou a doação de um terreno para construção de novo fórum para a comarca, a Diretoria de Engenharia já realizou vistoria técnica no terreno, que está sendo objeto de apreciação pela presidência do TJ.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, ressalta o esforço das equipes de servidores e magistrados das comarcas, que trabalharam para alcançar melhores resultados apesar das dificuldades, ressaltando o apoio do presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, que tem atendido os pleitos e investido na melhoria da Justiça de 1º Grau. “Com o esforço concentrado e atuação do NAUJ, por meio do Programa de Enfrentamento, continuaremos a ter melhores resultados no atendimento e tempo de resposta do Poder Judiciário à sociedade”, avalia.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgi/visualiza/publicacao/422112>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

 É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



FALA AÍ, JUIZ | Juiz Douglas Lima esclarece dúvidas sobre Divórcio

01

AGO
2018 11:51

Está no ar, no canal da CGJ-MA no Youtube, mais uma edição do quadro "Fala Aí, Juiz!". Desta vez, os assuntos abordados são divórcio e alienação parental, com a participação é do juiz Douglas Lima da Guia, titular da comarca de Cururupu. Assista:

FALA AÍ, JUIZ | Divórcio



O "Fala Aí, Juiz" aborda temas jurídicos, para explicar à população determinadas decisões judiciais, posicionamentos jurídicos ou normas legais.

Assessoria de Comunicação
Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão
asscom_cgj@tjma.jus.br
www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/422189>

Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.



Corregedor Marcelo Carvalho reuniu com advogados da Comarca de Açailândia.

REUNIÃO | Advogados de Açailândia apresentam demandas ao corregedor-geral da Justiça

08

AGO

2018 07:38

Nesta terça-feira (7), o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, reuniu-se com advogados de Açailândia e comarcas próximas, quando apresentaram as principais necessidades da categoria em relação aos serviços judiciais na região. O corregedor-geral esteve acompanhado da juíza Kariny Reis, auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, responsável pelo planejamento estratégico.

Participaram da reunião a presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-Subseção de Açailândia), Stela Chaves, o vice-presidente, Daniel Galvão, além de outros advogados e conselheiros da OAB.

Os advogados levantaram a necessidade de medidas por parte da direção do Judiciário maranhense para conferir mais agilidade à tramitação processual na comarca de Açailândia, solicitando principalmente a instalação da Vara da Fazenda Pública, já criada por lei. Segundo eles, a medida otimizaria o trabalho e desafogaria a 1ª Vara Cível – a qual afirmaram ser a principal problemática da comarca, em razão do elevado acervo processual.

Eles ressaltaram o crescimento demográfico e o desenvolvimento da região, o que tem provocado o aumento da demanda processual e, em consequência, elevado o tempo de espera pelas decisões judiciais.

Outra questão levantada foi a necessidade de reforma e ampliação do fórum da comarca, para permitir a instalação da vara da Fazenda Pública e uso do Salão do Júri; e melhorias nas acomodações oferecidas.

Os advogados pediram ainda melhorias de caráter administrativo, como relacionadas à realização de atos ordinatórios por parte das Secretarias Judiciais – de acordo com o Provimento Nº 22 da CGJ-MA; ao cumprimento de determinações contidas em despachos judiciais; às prerrogativas e regras de atendimento aos advogados pessoalmente e por telefone, entre outros.

O advogado Danilo Chammas ressaltou o aumento dos conflitos agrários na região e a necessidade de medidas por parte do Poder Judiciário para buscar a solução das disputas de terra, evitando o aumento de processos judiciais relacionados.

O corregedor-geral, desembargador Marcelo Carvalho Silva, manifestou sua preocupação com a situação de acúmulo processual da comarca, afirmando que a equipe da CGJ-MA está realizando diagnóstico e elaborará Plano de Ações para adoção de melhorias imediatas nas secretarias judiciais, a fim de otimizar o fluxo processual e a regularização de realização de atos ordinatórios.

O desembargador explicou sobre a impossibilidade imediata de nomeação de servidores e juízes, em razão das limitações orçamentárias do Poder Judiciário, afirmando que levará a situação ao conhecimento do Pleno do TJ.

Ele solicitou aos advogados a apresentação por escrito de todas as demandas, para que sejam estudadas naquilo que se refere às atribuições da Corregedoria ou encaminhadas ao presidente do Tribunal, desembargador Joaquim Figueiredo. “Adotaremos algumas medidas imediatamente, a fim de melhorar o funcionamento das unidades, com o objetivo de implementar outras soluções a médio prazo”, disse.

VISITA – A comarca de Açailândia está recebendo visita estratégica de equipe da Corregedoria Geral da Justiça até esta quinta-feira (9), com o objetivo de identificar os principais problemas nas unidades judiciais e implementar medidas de melhoria.

A medida faz parte do Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual, da CGJ-MA, que tem o objetivo de desenvolver ações efetivas que possam contribuir para a diminuição das taxas de congestionamento de julgamento e de baixa processual na Justiça de 1º Grau do Maranhão.

O Programa está previsto no Plano de Gestão da CGJ-MA para o biênio 2018/2019, e também prevê medidas como a Semana de Baixa Processual e a atuação do Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais (NAUJ) – por meio da implementação de ações de apoio e de orientação às unidades judiciais da justiça de 1º grau.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/422291>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

“ É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. ”



Corregedor entregou relatório aos juízes de Açailândia

VISITA ESTRATÉGICA | Corregedoria avalia situação da comarca de Açailândia

09

AGO

Nestas terça-feira (7) e quarta-feira (8), a comarca de Açailândia (região tocantina) recebeu visita estratégica de ^{2018 14:13}equipe da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), com o objetivo de avaliar as principais problemáticas no funcionamento das unidades judiciais e implantar medidas de melhoria. A visita foi coordenada pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, acompanhado pela juíza Kariny Reis, auxiliar da CGJ-MA responsável pelo Planejamento Estratégico.

O corregedor-geral conversou com servidores e com os juízes Clécia Pereira Monteiro, Pedro Guimarães Júnior e Franklin Brandão Júnior, que relataram dificuldades na estrutura física do Fórum José Ribamar Fiquene, como infiltrações que provocam problemas elétricos. Eles ressaltaram a necessidade de ampliação do Fórum, que foi construído em 2002 para abrigar cinco unidades judiciais, mas atualmente já abriga seis varas judiciais e um juizado especial, onde trabalham cerca de 110 servidores, incluindo terceirizados.

Segundo os magistrados e servidores da comarca, o espaço físico é insuficiente para instalar novos setores e salas de depoimento especial, necessitando ainda de mais banheiros, Salão do Júri – que foi adaptado para receber a 2ª Vara Criminal -, entre outras melhorias para garantir um melhor atendimento ao crescente número de jurisdicionados da região. Segundo informações dos juízes, o Tribunal de Justiça já autorizou a realização de reforma no Fórum, para resolução de problemas emergenciais como troca do piso, rede elétrica, reforma do teto e parte logística. Outra medida será a mudança de local de funcionamento do Juizado Especial, que passará a funcionar em prédio próximo ao Fórum. “A ampliação das instalações do Fórum de Açailândia é uma necessidade e essencial para oferecer o atendimento adequado às centenas de pessoas que diariamente frequentam o local”, observou a juíza Clécia Monteiro.

Reunidos com o corregedor-geral da Justiça na última terça-feira (7), advogados militantes na comarca também levantaram a

necessidade de medidas por parte da direção do Judiciário maranhense para conferir mais agilidade à tramitação processual, solicitando principalmente a instalação da Vara da Fazenda Pública, já criada por lei. Segundo eles, a medida otimizaria o trabalho e desafogaria a 1ª Vara Cível – a qual afirmaram ser a principal problemática da comarca, em razão do elevado acervo processual – atualmente superior a 10.500 processos e com uma distribuição média de 183 processos ao mês.

O corregedor entregou aos magistrados o Relatório da Visita Estratégica, contendo medidas imediatas de melhoria nas rotinas, no qual foram abordadas técnicas nas secretarias e gabinetes de cada unidade judicial, sendo sugerido a implantação de novas metodologias e ferramentas com a finalidade de contribuir com a otimização dos processos de trabalho e com o aumento da produção processual.

O desembargador disse que a instalação da vara da Fazenda Pública já foi autorizada pelo presidente do TJ, desembargador Joaquim Figueiredo, dependendo da disponibilização de espaço físico – o que será avaliado com a mudança do Juizado Especial para novo prédio. “O objetivo da Direção do TJ é a adequar as condições físicas e melhorias gerais na comarca, o que está sendo buscado de acordo com a disponibilidade orçamentária”, observou.

COMARCA – De entrância intermediária, a comarca de Açailândia funciona atualmente com duas varas cíveis; duas varas criminais e duas varas de Família e um Juizado Especial Cível e Criminal. Pertencente ao polo judicial de Imperatriz, a comarca de Açailândia também atende ao jurisdicionado dos municípios de Cidelândia e São Francisco do Brejão, termos judiciários.

ITINGA – Nesta quarta-feira (8), o corregedor-geral também esteve visitando as instalações da comarca de Itinga do Maranhão, a 125 km de Imperatriz. Lá, o desembargador conversou com servidores e com a magistrada titular Alessandra Lima Silva, para conhecer a estrutura física e situação processual.

De entrância inicial, a comarca de Itinga conta atualmente com um acervo aproximado de 3.800 processos, e uma distribuição média mensal de 127 processos – registrada em 2017.

Assessoria de Comunicação
Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão
asscom_cgj@tjma.jus.br
www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/422340>

🖨️ Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

“É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte.”



Corregedor conversou com juízes e servidores de Bacabal

VISITA ESTRATÉGICA | Corregedoria implementa melhorias na comarca de Bacabal

16

AGO

Nesta quarta-feira, 15, a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) concluiu visita estratégica iniciada na segunda-feira ^{2018.07.49} (13) na comarca de Bacabal, com a presença do corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, da juíza auxiliar Kariny Reis (Planejamento Estratégico) e equipe de servidoras, que propuseram novas metodologias e ferramentas para otimização das rotinas e aumento da produção processual.

A visita faz parte do Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual (PETCP), da CGJ-MA, que objetiva identificar as principais dificuldades que possam impactar no funcionamento das unidades da Justiça de 1º Grau, propondo novos procedimentos que contribuam com a melhoria dos serviços.

O corregedor-geral conversou com os servidores das unidades judiciais e com os juízes Vanessa Ferreiras Pereira Lopes (1ª Vara), Marcelo Frazão Pereira (2ª Vara), Jorge Antônio Sales Leite (3ª Vara) e João Paulo Mello (4ª Vara), explicando o objetivo da visita e dos atos e recomendações emitidos pela Corregedoria - como o Provimento que regulamentou a realização de atos ordinatórios pelas secretarias judiciais e a priorização da política de conciliação por parte do Judiciário maranhense.

O corregedor parabenizou os juízes da comarca pelo interesse demonstrado e por terem efetivamente participado, junto aos servidores, dos três dias de orientações e dinâmicas promovidas pela equipe da CGJ, recebendo as novas metodologias e procedimentos de trabalho sugeridos. “Saímos muito felizes da comarca de Bacabal, onde os juízes abraçaram as técnicas e demonstraram vocação e compromisso com a qualidade dos serviços oferecidos ao cidadão, destinatário final da nossa atividade”, observou.

Os juízes relataram algumas dificuldades na estrutura física, como problemas elétricos e infiltrações - que já estão sendo solucionados por equipe da Diretoria de Engenharia do TJMA, ressaltando a necessidade de lotação de analistas judiciários e da instalação da 5ª Vara, principalmente em razão do crescimento da demanda processual a cada ano.

Eles reconheceram a contribuição da equipe da CGJ no trabalho das comarcas visitadas, por meio das orientações e abordagens que objetivam otimizar os fluxos e possibilitar melhorias na gestão processual e nos serviços jurisdicionais prestados à população, assim como as medidas tomadas pela Corregedoria junto à Justiça de 1º Grau, a exemplo da Semana de Baixa Processual. “É uma iniciativa muito positiva porque não somente aponta os erros, mas sugere as formas para saná-los”, avaliou o juiz Jorge Leite.

RELATÓRIO – A equipe da CGJ verificou as boas condições gerais de funcionamento do Fórum de Bacabal - que abriga quatro varas, um juizado especial e uma turma recursal, já possuindo estrutura para receber a 5ª Vara, criada por lei e aguardando instalação.

O Relatório de Visita Estratégica destacou abordagens com especificidades técnicas nas secretarias e gabinetes de cada unidade judicial, sugerindo novas ferramentas para o aumento da produção processual, como melhor acompanhamento dos prazos processuais – proporcionando mais fluidez no trâmite processual; observação da [Recomendação N° 02/2018](#) – que dispõe sobre a utilização de ferramentas de conciliação digital na Justiça de 1º Grau; observação do [Provimento N° 16/2018](#), que dispõe sobre a destinação de bens apreendidos em processos criminais, com o objetivo de recuperar o espaço destinado ao depósito dos bens; a eliminação de autos processuais, entre outras.

O corregedor-geral também manifestou apoio para instalação de sala do PROCON-MA no fórum de Bacabal; de posto de registro civil na maternidade do município e para instalação da 5ª Vara da comarca.

COMARCA – De entrância intermediária, a comarca de Bacabal possui atualmente quatro varas judiciais, um juizado e uma turma recursal, atendendo também as populações dos municípios de Bom Lugar, Conceição do Lago Açu e Lago Verde. Juntos, os quatro municípios somam uma população estimada em mais de 151 mil habitantes.

A comarca atua hoje com um total de aproximadamente 19 mil processos – sendo 5.600 na 1ª Vara; 2.900 na 2ª Vara; 3.600 na 3ª Vara; 4.600 na 4ª Vara e 2.600 no Juizado Especial Cível e Criminal.

LINHA DO TEMPO - MAIS SOBRE AS VISITAS DO CORREGEDOR ÀS COMARCAS DO INTERIOR DO ESTADO:

Loading

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgi/visualiza/publicacao/422419>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



Corregedor Marcelo Carvalho durante conversa com juízes da comarca de Buriticupu. (Imagem: Jô Fernandes/Buriticupu).

INSTITUCIONAL | Corregedor-geral visita comarca de Buriticupu

06

SET

Servidores e magistrados da comarca de Buriticupu (417 km de São Luís) receberam nesta quarta-feira (5) a visita do ^{2018 12:38}corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, que avaliou o funcionamento e as principais necessidades de melhoria nas unidades judiciais.

O corregedor-geral conversou com os juízes Raphael Leite Guedes (1ª Vara) e Duarte Henrique Ribeiro de Souza (2ª Vara), que informaram sobre alguns problemas estruturais no prédio do Fórum e solicitaram medidas para melhoria na prestação jurisdicional.

Eles relataram dificuldades como oscilações na rede elétrica, vazamentos e acúmulo de água da chuva em algumas áreas do prédio. Também pediram apoio da Direção para instalação da comarca de Bom Jesus das Selvas – atualmente termo judiciário de Buriticupu –, a criação da 3ª Vara e um Juizado na comarca; aparelhamento do Tribunal do Júri; e o incremento no quadro de servidores, principalmente oficial de Justiça, ressaltando o aumento da demanda processual registrado na comarca nos últimos anos.

Outro problema relatado pelos juízes foi o volume de materiais e equipamentos inservíveis depositados no Fórum, solicitando a remoção e destinação para permitir a utilização do espaço físico para outros serviços das varas judiciais.

O corregedor-geral solicitou o envio dos materiais depositados para a capital, a fim de que tenham uma destinação através do Núcleo de Gestão Socioambiental do TJMA. Ele ressaltou o empenho dos magistrados e servidores na prestação dos serviços judiciais, apesar das dificuldades apresentadas, afirmando que levará as demandas apresentadas ao Pleno do TJMA, para encaminhamento das providências.

COMARCA – De entrância intermediária, a comarca de Buriticupu pertence ao polo judicial de Imperatriz, e atua hoje com aproximadamente 11800 processos judiciais, sendo 6.250 na 1ª Vara e 5.550 na 2ª Vara.

A 2ª Vara Judicial de Buriticupu – criada em 2008, conforme Lei Complementar nº 119 –, foi instalada em abril do ano passado, tendo iniciado suas atividades com cerca de 6.500 processos judiciais. A unidade tem competência para julgar processos relacionados aos direitos de Comércio; Crime; Família; Infância e Juventude; Processamento e julgamento dos crimes de competência do juiz singular e do Tribunal do Júri; Presidência do Tribunal do Júri; Entorpecentes; Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; Habeas Corpus e Juizado Especial.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/422720>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

 É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



Ilustração.

PRODUTIVIDADE | Juízes de 1º Grau realizaram quase 800 mil tarefas processuais no primeiro semestre de 2018

12

SET

Os juízes maranhenses de 1º Grau realizaram 778.810 tarefas processuais no primeiro semestre de 2018, segundo dados extraídos do sistema de gerenciamento processual Termojúris, da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA). Os magistrados proferiram no período, 124.415 mil sentenças; 204.012 mil decisões; e 450.383 mil despachos, que finalizaram e/ou impulsionaram as ações judiciais em trâmite no Judiciário estadual maranhense.

O relatório registra também a realização de 109.697 mil audiências, e 312 sessões do Tribunal do Júri. Em comparação ao mesmo período do ano passado, o percentual atingindo no primeiro semestre de 2018 representa um crescimento 5,7% no volume de atos praticados pelos juízes, delineando uma curva crescente de produtividade na comparação entre os dois períodos (2017-2018).

Para o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, o balanço parcial positivo é fruto do compromisso de magistrados e servidores, além das ações efetivas implementadas pelo Judiciário desde o início da atual gestão, por meio do Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processo (PETCP), lançado no último dia 10 de abril na Comarca de Barreirinhas, e trabalhado em diversas comarcas do Maranhão.

O programa objetiva a diminuição das taxas de congestionamento de julgamento e de baixa processual na Justiça de 1º Grau do Maranhão. “Nas visitas buscamos apoiar servidores e magistrados na adoção de medidas efetivas que otimizem a gestão processual”, disse o corregedor.

O PETCP faz parte do Planejamento Estratégico da CGJ-MA e será executado até dezembro de 2019 nas comarcas com maiores taxas de congestionamento no Estado. O Programa também atende ao macrodesafio ligado à celeridade e à produtividade, definido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para ser buscado até 2020 pelo Poder Judiciário.

Márcio Rodrigo

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/422766>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

 É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



Corregedor-geral reuniu-se com magistrados de Timon nesta quinta-feira, 13

INTERIOR | Corregedor-geral realiza visita de avaliação na comarca de Timon

14

SET

Nestas quinta-feira (13) e sexta-feira (14), o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, visitou as instalações e conversou com magistrados e servidores da comarca de Timon (428 km da capital). O corregedor esteve acompanhado do juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) Raimundo Bogéa e equipe de servidores.

O desembargador reuniu-se com os juízes Elismar Marques (Vara de Execuções Penais), Josemilton Silva Barros (1ª Vara Criminal), Raquel Araujo Castro (1ª Vara Cível), Francisco Soares Reis (2ª Criminal e diretor do Fórum), Rosa Maria Duarte (Vara da Família) e Weliton Sousa Carvalho (Vara da Fazenda Pública), que falaram sobre a situação de cada unidade judicial e solicitaram algumas medidas para melhoria dos serviços.

Os magistrados trataram de temas como segurança do Fórum; destinação de materiais apreendidos em processos judiciais; enfrentamento ao sub-registro e ampliação do uso da política de conciliação pelo Judiciário maranhense.

Os juízes e servidores solicitaram algumas melhorias estruturais no prédio; apoio da Direção para instalação da 3ª Vara Criminal; criação do projeto “Justiça Itinerante” como forma de enfrentamento ao sub-registro na região; curso de qualificação para atualização jurídica de servidores; alterações de competência nas unidades judiciais em relação às audiências de custódia; ampliação do quadro de servidores do Setor Psicossocial e instalação de sala de atendimento; realização de estudo quanto à segurança do Fórum e apoio para instalação de Centro Estadual de Apoio às Vítimas (CEAV) na comarca.

Durante a visita, foi verificado que a maioria das unidades adota uma racionalização e padronização das rotinas de trabalho no gabinete e secretaria judicial. Os servidores receberam orientações sobre gestão processual, com sugestões de implantação de novas metodologias, rotinas e fluxos processuais que possibilitem melhor resultado, como práticas para melhor acompanhamento dos prazos processuais.

Entre as medidas, o corregedor-geral solicitou uma visita da Divisão de Serviços e Obras, para elaboração de parecer técnico sobre os serviços necessários no prédio do Juizado Especial.

Ele ressaltou o empenho dos servidores e juizes da comarca, na busca de uma boa prestação jurisdicional e atendimento de qualidade ao público. “Verificamos que as unidades apresentam boa organização processual e trabalham para manter acervos processuais reduzidos”, avaliou.

TIMON – De entrância intermediária, a comarca de Timon atua com nove unidades judiciais, sendo duas varas cíveis; duas varas criminais; uma vara de Família; uma vara de Execuções Penais; uma vara da Fazenda Pública; uma vara da Infância e Juventude e um Juizado Especial Cível e Criminal, que totalizam um acervo ativo de aproximadamente 22 mil processos judiciais em tramitação.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/422804>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

 É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



Corregedor reuniu-se com juízes de Caxias nesta quarta-feira, 19

INTERIOR | Corregedoria realiza visita estratégica na comarca de Caxias

20

SET

A comarca de Caxias (361 quilômetros da capital) recebeu visita estratégica da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA)^{2018 13:35}, com o objetivo de avaliar o funcionamento das unidades judiciais e implementar medidas de melhoria nos serviços prestados. A visita aconteceu desde terça-feira (17), com a presença de equipe de servidores e do corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, que conversou com servidores e reuniu-se com os juízes da comarca nesta quarta-feira, 19.

Os magistrados levantaram a necessidade de medidas de melhoria na segurança do Fórum; reforma das casas de propriedade do Poder Judiciário no centro da cidade, para instalação de arquivo; alguns reparos na estrutura física; realização de treinamento para os servidores sobre o Processo Judicial Eletrônico (PJe) e rotinas de Secretaria Judicial, para melhoria do fluxo processual; alterações de competência da 2ª Vara Cível; lotação de mais servidores em razão do aumento da demanda processual, entre outros.

Entre as ações executadas de imediato pela CGJ, os servidores receberam orientações sobre especificidades técnicas nas secretarias judiciais e gabinetes, com a sugestão de implantação de novas metodologias e ferramentas, para contribuir com a otimização dos processos de trabalho (rotinas e procedimentos) e consequente aumento da produção processual. Também foi sugerida a adoção de práticas para melhor acompanhamento dos prazos processuais, proporcionando melhor fluidez no desenvolvimento do trâmite processual e diminuindo as demandas represadas nas secretarias; observação da Recomendação 02/2018 da CGJ, que dispõe sobre a utilização das plataformas digitais; do Provimento 16/2018, que dispõe sobre a destinação de bens apreendidos, com o objetivo de recuperar as salas usadas para depósito de bens apreendidos, ampliando o espaço para acomodação das Varas.

O corregedor-geral solicitou ao Corpo de Bombeiros e Vigilância Sanitária a elaboração de laudo quanto aos bens apreendidos que encontram-se no pátio do Fórum. “Nosso objetivo é reduzir o problema de acumulação de materiais apreendidos nos fóruns do interior, de acordo com o Provimento N° 16/2018, para que tenham uma destinação e não permaneçam indefinidamente nos fóruns”, observa.

CAXIAS - Com instalações amplas e bem conservadas, o fórum de Caxias abriga atualmente seis varas judiciais, um juizado especial e uma turma recursal, contando com um Salão do Júri. De entrância intermediária, também atende às populações dos municípios de Aldeias Altas e São João do Sóter (termos judiciários).

Inaugurado em dezembro de 2011, o Fórum de Caxias possui 6.300 m2 de área construída num terreno de 23 mil m2, localizada no bairro Campo de Belém. A unidade foi construída para abrigar cinco varas e um juizado especial cível e criminal; contando com um salão do júri com capacidade para 179 lugares, estacionamento para 135 veículos, gabinetes para juízes; recepção, almoxarifado, depósitos, dois elevadores; centro de processamento de dados, copa/refeitório, salas para arquivos, audiências e oficiais de justiça, espaço para OAB e Ministério Público; sanitários, inclusive adaptados para pessoas com necessidades especiais, dentre outras dependências.

Atuam na comarca os juízes Sidarta Gautama Farias Maranhão (1ª Vara Cível); Ailton Gutemberg Carvalho Lima (2ª Vara Cível); Antonio Manoel Araujo Velozo (3ª Vara Cível); Paulo Afonso Vieira Gomes (1ª Vara Criminal); Anderson Sobral de Azevedo (2ª Vara Criminal); Marcela Santana Lobo (3ª Vara Criminal) e João Pereira Neto (Juizado Especial Cível e Criminal).

Em todas as unidades, tramitam atualmente o total de mais de 35 mil processos judiciais.

PROGRAMA – As visitas de avaliação fazem parte do Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual, implantado pela Corregedoria com o objetivo de identificar as principais dificuldades que impactam no funcionamento das unidades e desenvolver ações efetivas que possam contribuir para a diminuição das taxas de congestionamento de julgamento e de baixa processual.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/422867>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

 É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



Corregedor reuniu-se com os juízes de Coelho Neto nesta quinta-feira, 20

INTERIOR | Corregedor-geral visita comarca de Coelho Neto

21

SET

2018 11:16

Nesta quinta-feira (20), o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, concluiu visita estratégica na comarca de Coelho Neto (365 Km da capital), iniciada na última quarta-feira (19) por equipe de servidores da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), a fim de planejar ações de aprimoramento das rotinas diárias executadas pelas unidades jurisdicionais.

O corregedor-geral reuniu-se com os juízes da 1ª e 2ª Varas da comarca, Paulo Roberto Brasil Teles de Menezes e Manoel Felismino Gomes Neto, que relataram a situação de funcionamento das unidades e solicitaram algumas medidas para melhoria dos serviços, como reparos na estrutura física, melhoria na qualidade da rede de internet e troca de mobiliário do Salão do Júri. Também solicitaram instalação de sala de Depoimento Especial para a 1ª Vara; nomeação de servidores; estruturação do setor Psicossocial; treinamento para servidores, entre outros.

No relatório da visita, foi constatada a racionalização e padronização das rotinas de trabalho nas secretarias e gabinetes. Os servidores foram orientados sobre novas rotinas e metodologias que possibilitem melhores resultados no acompanhamento dos prazos e na produtividade.

A equipe da CGJ-MA também propôs que a comarca observe a Recomendação nº 2/2018 – que trata sobre a utilização de plataformas de mediação digital, facultando às partes uma tentativa de conciliação antes do ajuizamento da ação; do Provimento Nº 16/2018 – que dispõe sobre a destinação de bens apreendidos em procedimentos criminais com trâmite nas unidades judiciais do Poder Judiciário, considerando a necessidade de espaço e visando melhoria na segurança do Fórum; e que a comarca proceda com a baixa patrimonial dos bens móveis inservíveis, e à devolução de ativos de tecnologia da informação, conforme resoluções vigentes,

objetivando a liberação de espaço físico.

COMARCA – Pertencente ao polo judicial de Caxias, a comarca de Coelho Neto foi instalada em 2007, e também atende às populações de Afonso Cunha e Duque Bacelar (termos judiciários).

A 1ª Vara é competente para processar e julgar os feitos de ordem Cível, Criminal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal e Saúde Pública. Atualmente, a unidade está com um acervo ativo de aproximadamente cinco mil processos e uma distribuição média mensal de quase 200 processos.

À 2ª Vara compete processual e julgar os processos das áreas Cível, Criminal, Família e Infância e Juventude. O acervo ativo da unidade está com aproximadamente 5.400 processos, com distribuição média mensal de aproximadamente 215 processos.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/422878>

🖨️ Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

“ É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. ”



Ilustração

RESULTADOS | Comarca de Parnarama registra avanços na produtividade e atendimento

27

SET

A comarca de Parnarama (458 de São Luís) registrou avanços na prestação jurisdicional em 2018, com melhorias tanto na área administrativa quanto processual, alcançando mais de 1350 processos julgados; 4300 decisões e mais de dois mil despachos, totalizando quase 50 mil movimentações de expediente na Secretaria. Os melhores resultados implicam na redução das taxas de congestionamento de julgamento e de baixa processual e do acervo processual na comarca.

Parnarama recebeu visita estratégica da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) em maio deste ano, quando foram propostas práticas para melhor acompanhamento de prazos e melhor fluidez no desenvolvimento do trâmite processual, de acordo com o Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual (PETCP).

Segundo a juíza Sheila Silva Cunha, titular de Parnarama desde janeiro deste ano, a equipe da comarca seguiu as propostas previstas no Plano de Ações elaborado durante a visita da Corregedoria, já tendo concluído a reorganização física dos processos na secretaria e gabinete; o cadastramento das classes processuais de acordo com a tabela do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no sistema Themis PG e reorganização do layout da unidade judiciária. Estão em andamento a contagem de todos os processos físicos da unidade e a consulta processual de todos os inquéritos lançado no sistema Themis PG.

Em 2018, Parnarama já recebeu aproximadamente mil processos, mantendo o acervo com cerca de 7.100, menor que a quantidade registrada em maio deste ano (7750). “Conseguimos diminuir a taxa de congestionamento de baixa de 84,5% para 70%, por meio do esforço da equipe e do apoio da Direção do Poder Judiciário”, ressalta.

AVALIAÇÃO – O advogado Ronaldo Pinheiro de Moura ressalta as melhorias apresentadas na comarca de Parnarama após a chegada da juíza Sheila Silva Cunha, tanto em relação ao trabalho administrativo quanto na tramitação processual, frisando a melhor organização da secretaria; definição e divisão de tarefas entre os servidores; atualização diária do sistema Themis PG – o que evita a necessidade de deslocamento dos advogados até a comarca; além da implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe), em 30 de julho, de acordo com o cronograma do Poder Judiciário.

O advogado militante na comarca também destaca a melhoria na produtividade processual, com aumento na quantidade de sentenças, despachos e decisões. “Podemos ver que hoje a realidade é outra e os processos estão tramitando mais rápido, apesar das dificuldades como insuficiência de servidores, principalmente analista judiciário”, avalia.

Para o advogado Lucas de Andrade Veloso, também militante em Parnarama, a chegada da magistrada representou uma mudança na relação do Judiciário local com a sociedade da cidade, renovando a crença na Justiça após um período de dificuldades na gestão dos processos. “A juíza Sheila Cunha também tem uma preocupação social e uma atenção com os usuários, papel que a sociedade também espera hoje de um juiz”, observa.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/422947>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

 É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



Corregedor Marcelo Carvalho Silva, visitou o fórum de Chapadinha, reunindo-se com servidores e com a magistrada Welinne de Souza Coelho, titular da 2ª Vara e respondendo pela 1ª Vara.

VISITA ESTRATÉGICA | Corregedor-geral avalia situação da comarca de Chapadinha

04

OUT

Com o objetivo de conhecer e avaliar o funcionamento dos serviços judiciários na comarca de Chapadinha, o ^{2018 15:37}corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, visitou o fórum judicial nesta quarta-feira (3), reunindo-se com servidores e com a magistrada Welinne de Souza Coelho, titular da 2ª Vara e respondendo pela 1ª Vara. Equipe da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) coordenada pela juiz Raimundo Boga (auxiliar da CGJ) realizou Visita Estratégica na comarca, com o objetivo de identificar as principais dificuldades que estão impactando os serviços forenses.

Os servidores e a juíza relataram sobrecarga de trabalho, principalmente em razão da cumulação das duas unidades judiciárias, diretoria do Fórum, justiça eleitoral e presídio local (com 250 presos) pela juíza Welinne Coelho, em razão do afastamento legal do outro juiz titular. Também solicitaram reforma e ampliação da estrutura predial do Fórum, considerando insuficiente o espaço físico destinado ao funcionamento das unidades, assim como melhorias e adequações.

Eles também indicaram a ampliação da estrutura para abrigar mais uma unidade judicial, com a alteração das competências da 3ª Vara – já criada e aguardando instalação – em Juizado Especial Cível e Criminal, o que otimizará o atendimento dos jurisdicionados da comarca; a realização de treinamentos para os servidores e reabertura do Centro Judiciário de Solução de Conflitos, considerando a existência de uma faculdade de Direito na cidade.

O corregedor-geral também reuniu-se com o presidente e a tesoureira da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA/Subseção Chapadinha), Audeson Oliveira Costa e Meuseana Almeida, que ratificaram o pedido de instalação de um juizado especial cível e criminal na comarca, afirmando que o mesmo pleito já foi apresentado ao presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, que sinalizou positivamente em relação à alteração das competências.

O desembargador Marcelo Carvalho Silva comprometeu-se em apresentar imediatamente projeto sobre a modificação da competência para contemplar a criação do Juizado Cível e Criminal à apreciação do Pleno do TJMA, ressaltando a relevância da instalação de um juizado na comarca para atender à grande demanda de processos do tipo na comunidade. “Verificamos a demanda maior dos processos é relacionada aos juizados, e uma preocupação da atual mesa diretora do TJMA é atender as demandas daqueles que efetivamente precisam dos serviços da Justiça”, observou.

Durante a visita, os servidores foram orientados sobre abordagens pela equipe da CGJ-MA, propondo novas rotinas e técnicas de gestão processual na secretaria e gabinete, e adoção de metodologias e ferramentas, com o objetivo de contribuir com a otimização da tramitação processual e aumento da produção.

Entre as medidas tomadas, o corregedor-geral informou que vai solicitar a realização de uma vistoria técnica pela Diretoria de Engenharia do TJMA, a respeito dos problemas estruturais; e determinou o envio de materiais de informática e bens patrimoniais em desuso na comarca para o setor responsável pelo descarte.

O desembargador reconheceu a necessidade de designação de um juiz substituto para Chapadinha, considerando o quantitativo de processos em trâmite e a dificuldade em oferecer um bom atendimento com apenas uma magistrada. “Reconhecemos o esforço da juíza e da equipe, mas pretendemos priorizar a designação de mais um juiz para a comarca assim que possível”, afirmou.

CHAPADINHA – De entrância intermediária, a comarca de Chapadinha atualmente possui duas varas instaladas, que também atendem à demanda judicial do município de Mata Roma (termo judiciário).

Atualmente, tramitam nas duas unidades quase 18 mil processos judiciais, registrando uma média de distribuição de aproximadamente 230 novos processos ao mês.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/423071>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

 É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



Corregedor-geral, des. Marcelo Carvalho Silva, durante conversa com juiz e servidores de Brejo.

INTERIOR | Corregedor-geral visita comarca de Brejo

05

OUT

A comarca de Brejo (315 quilômetros de São Luís) recebeu visita estratégica da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) nestas quarta-feira (3) e quinta-feira (5), com a presença de equipe de servidores, coordenada pelo juiz Raimundo Bogéa, e do corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva. A visita teve o objetivo de avaliar o funcionamento da comarca, após levantamento de dados relativos ao acervo e tramitação processual, objetivando identificar as principais dificuldades e buscar medidas de melhoria.

Os servidores foram orientados sobre o planejamento de ações de aprimoramento das rotinas diárias executadas, com o fim de gerar reflexos na qualidade dos serviços prestados a advogados e jurisdicionados da comarca.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, conversou com os servidores e com o juiz titular Edmilson da Costa Lima, que levantaram a necessidade de lotação de mais servidores; realização de treinamentos e pediram apoio para instalação da 2ª Vara – já criada por lei.

O magistrado titular apresentou relatório da Correição realizada na unidade, pontuando ações para melhor desenvolvimento das atividades na unidade judicial e ressaltando a grande demanda de processos. O juiz informou a atuação para priorizar a instrução de processos criminais e realização de sessões do Tribunal do Júri.

Na visita, foi constatada uma racionalização e padronização das rotinas de trabalho na secretaria, com a proposta de novas metodologias, rotinas e fluxos processuais para um melhor resultado e aumento da produtividade.

A equipe da CGJ também propôs a adoção de práticas que possibilitem um melhor acompanhamento dos prazos processuais, proporcionando melhor fluidez no desenvolvimento do trâmite processual e diminuindo as demandas represadas; assim como a observação da Recomendação 02/2018 da CGJ, que dispõe sobre a utilização das plataformas digitais.

De entrância intermediária, a comarca de Brejo pertence ao polo judicial de Chapadinha, com uma unidade criada e ainda não instalada. O Fórum de Brejo já possui estrutura para duas Varas, além de um Salão do Júri e Sala da OAB.

A comarca também atende à população do município de Anapurus (termo judiciário), registrando atualmente um acervo ativo de 6.500 processos e uma distribuição média de 171 novos processos por mês.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/423078>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

 É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



Fórum da Comarca de Barreirinhas.

MUTIRÃO | Barreirinhas recebe modelo organizacional padrão de gestão

11

OUT

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) realiza, no período de 15 a 20 de outubro, um mutirão para implantação ^{2018 09:27} de novo modelo organizacional de gestão processual na vara única da comarca de Barreirinhas. Essa será a segunda etapa do “Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual”, que tem o objetivo de reduzir o acúmulo da demanda judicial e agilizar a prestação jurisdicional na Justiça de 1º grau.

Um grupo de trabalho coordenado pelo juiz auxiliar da CGJ, Raimundo Bogéa, vai atuar com os servidores da vara na organização interna da secretaria judicial, fazendo a identificação, localização, triagem e separação dos processos, para, em seguida, implantar o “Modelo Organizacional Padrão” e adotar rotinas para melhorar a gestão processual e o fluxo dos serviços judiciários.

A comarca de Barreirinhas concentra uma alta demanda judicial, recebendo, em média, cerca de 170 novos processos ao mês. Somente este ano, já foram distribuídos 1.248 processos, julgados 1.190 e baixados 673.

Dados do sistema “Termojuris” do mês de outubro indicam que a vara única da comarca possui 11.879 processos em seu acervo, dos quais 6.833 estão sendo preparados para julgamento. Os demais incluem os processos julgados e ainda não baixados; os que se encontram suspensos; cartas precatórias e procedimentos pré-processuais.

CONGESTIONAMENTO - Conforme as estatísticas do sistema, esses números representam uma taxa de congestionamento nos julgamentos de 82,97% e na baixa, de 93,13%. São essas taxas que o projeto da Corregedoria pretende reduzir, de modo a impulsionar o andamento dos processos.

Essa medida foi tomada após a visita estratégica do corregedor geral da Justiça, desembargador à comarca, desembargador

Marcelo Carvalho, nos dias 9 e 10 de abril, quando foram identificadas dificuldades nos serviços judiciários que necessitam do suporte técnico para serem solucionadas por meio de um plano de ação com medidas a serem executadas por magistrados e servidores - incluindo o mutirão.

Para a juíza Kariny Reis, coordenadora de Planejamento Estratégico da CGJ, esse trabalho vai contribuir para agilizar os fluxos na secretaria para que as unidades consigam fazer uma melhor distribuição de tarefas por servidor e, com isso, agilizar o trâmite dos processos.

“Nós já colhemos os frutos desse projeto em algumas comarcas já visitadas. Desde a primeira visita à Barreirinhas, o juiz titular já conseguiu grandes avanços. A ideia da Corregedoria é apoiar a vara para que resultados ainda melhores sejam alcançados”, disse.

A equipe do mutirão é composta, além do juiz coordenador, pelos servidores Ana Priscila Andrade, Lorena Ribeiro, Maria Eugênia Colins, Patrícia Silva e servidores da vara local.

Helena Barbosa

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/423147>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

 É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



Equipe da CGJ-MA está em Barreirinhas realizando mutirão processual.

BARREIRINHAS | Mutirão da CGJ-MA movimentou quase 1200 processos no primeiro dia

16

OUT

2018 13:51

Nesta segunda-feira (15), a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) iniciou mutirão processual na comarca de Barreirinhas, realizando a triagem, localização e movimentação de 1.197 processos que aguardavam providências na Secretaria. O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, participou da abertura do movimento e falou sobre os objetivos da segunda etapa do Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual, por meio do Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais (NAUJ).

No primeiro dia do mutirão, aproximadamente 500 processos foram encaminhados ao Ministério Público Estadual (MPMA) para manifestação do órgão. Os trabalhos na comarca de Barreirinhas seguem até a próxima sexta-feira (20), com atuação de equipe coordenada pelo juiz auxiliar da CGJ-MA Raimundo Bogéa, com apoio do juiz titular Barreirinhas, Fernando Jorge Pereira, e participação de todos os servidores da unidade.

Durante o mutirão, o atendimento ao público está suspenso por meio da Portaria CGJ N° 5022/2018, a fim de garantir a organização interna dos processos na secretaria judicial. O trabalho resultará na implantação do “Modelo Organizacional Padrão”, com adoção de novas rotinas para melhorar a gestão processual e o fluxo dos serviços judiciários.

MUTIRÃO – O Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais (NAUJ) foi implantado pela CGJ-MA para oferecer apoio às unidades judiciais, com o fim de reduzir o acúmulo da demanda judicial e melhorar a qualidade dos serviços prestados pela Justiça de 1º Grau, buscando atuar para reduzir as taxas de congestionamento de julgamento e de baixa.

A comarca de Barreirinhas concentra uma alta demanda judicial, recebendo, em média, cerca de 170 novos processos ao mês. Somente este ano, já foram distribuídos 1.248 processos, julgados 1.190 e baixados 673.

Segundo dados do sistema “Termojuris”, a vara única da comarca possui 11.879 processos em seu acervo, dos quais 6.833 estão sendo preparados para julgamento. Os demais incluem os processos julgados e ainda não baixados; os que se encontram suspensos; cartas precatórias e procedimentos pré-processuais.

O mutirão foi preparado após a visita estratégica do corregedor geral da Justiça à comarca, nos dias 9 e 10 de abril deste ano, quando foram identificadas dificuldades nos serviços judiciários que necessitavam do suporte técnico para serem solucionadas, por

meio de um plano de ação com medidas a serem executadas por magistrados e servidores - incluindo o mutirão. Outras melhorias já foram executadas na comarca, com o apoio do presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, a exemplo de serviços de reparo na estrutura do fórum.

NAUJ – O Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais foi instituído através do [Provimento Nº 20/2018](#), com o objetivo de implementar ações de apoio e de orientação às unidades judiciais da Justiça de 1º Grau e de otimizar a tramitação dos processos, atuando na efetivação de medidas de suporte às unidades judiciais mais sobrecarregadas no Estado.

A instituição do Núcleo está prevista no Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual e no Plano de Gestão da CGJ-MA, biênio 2018/2019.

Segundo o Provimento, o NAUJ tem as atribuições de auxiliar a unidade jurisdicional atendida, contribuindo para que os feitos sejam impulsionados, mediante a análise e a consequente movimentação dos processos; apresentar sugestão de padronização de rotinas e fluxos processuais, contribuindo para otimizar a tramitação dos processos nas secretarias judiciais e nos gabinetes; organizar e coordenar a realização de forças-tarefas; apresentar de sugestões a serem adotadas pelas unidades jurisdicionais, objetivando racional gerenciamento de rotinas e fluxos de processos e melhoria do ambiente organizacional; entre outras.

Para a juíza Kariny Reis, coordenadora de Planejamento Estratégico da CGJ, o trabalho vai contribuir para agilizar os fluxos na secretaria para que as unidades consigam fazer uma melhor distribuição de tarefas por servidor e, com isso, agilizar o trâmite dos processos. “Nós já colhemos os frutos desse projeto em algumas comarcas já visitadas. Desde a primeira visita a Barreirinhas, o juiz titular já conseguiu grandes avanços. A ideia da Corregedoria é apoiar a vara para que resultados ainda melhores sejam alcançados”, avalia.

A equipe do mutirão é composta, além do juiz coordenador, pelos servidores Ana Priscila Andrade, Maria Eugênia Colins, Patrícia Silva, da 9ª Vara Cível da capital, Lorena Ribeiro (CGJ-MA), e pelos servidores da comarca de Barreirinhas Afonso Celso Carvalho, Lucinéa Rodrigues, Edivaldo Nunes, Pedro Albuquerque, Ivanilde Reis e Cláudio Roberto.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/423197>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

“É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte.”



Ilustração

FALA AÍ, JUIZ | Juiz Alexandre Abreu esclarece pontos sobre Conciliação

22

OUT

O juiz Alexandre Abreu é o convidado do quadro "Fala Aí, Juiz". O magistrado esclarece dúvidas de estudantes sobre a política de conciliação, uma das prioridades do Poder Judiciário, com o objetivo de agilizar a resolução de conflitos de forma mais rápida e reduzindo a judicialização. Assista:

FALA AÍ JUIZ | Conciliação



QUADRO - O "Fala Aí, Juiz" aborda temas jurídicos, para explicar à população determinadas decisões judiciais, posicionamentos jurídicos ou normas legais.

Assessoria de Comunicação
Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão
asscom_cgj@tjma.jus.br
www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgi/visualiza/publicacao/423248>
Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.



Fórum da Comarca de Barreirinhas.

PADRÃO | Novo modelo de gestão processual impulsiona demanda judicial em Barreirinhas

23

OUT

2018 14:39

A Corregedoria Geral da Justiça concluiu, em Barreirinhas, o mutirão realizado no período de 15 a 19 de outubro, que dotou a comarca de um novo modelo padrão de gestão dos serviços judiciários, com o objetivo de impulsionar a demanda e reduzir a taxa de congestionamento no julgamento e baixa de processos.

Equipes de funcionários da vara e indicados pela CGJ trabalharam na organização, triagem, movimentação e identificação de processos do mutirão. Foram adotados padrões de organização e localização dos autos na secretaria e gabinete, de modo que as informações e o manuseio dos processos pelos servidores ocorram no menor tempo possível.

Na secretaria judicial, foi feita a triagem dos processos, em ordem cronológica e por espécie e ato a ser executado. E no gabinete, a reestruturação do acondicionamento dos processos, com a separação dos autos por tipo de matéria e ordem cronológica de conclusão. Dentre as atividades realizadas, foram identificados os processos com prioridade legal. Já os processos com mandados pendentes de devolução pelos oficiais de justiça foram separados, possibilitando um melhor acompanhamento das diligências a serem cumpridas.

De acordo com o levantamento da equipe, 8.352 processos foram localizados no sistema de gerenciamento processual de 1º grau (Themis PG), e cadastrados os atos praticados nos processos físicos. Outros 539 processos foram movimentados e encaminhados à apreciação do Ministério Público. As prateleiras de acondicionamento dos processos foram identificadas com etiquetas, facilitando a rápida visualização. Ao final dos trabalhos, a nova dinâmica dos serviços deixou o espaço físico organizado e otimizado, permitindo melhor acesso ao acervo processual em tramitação.

A equipe também deu apoio na instalação de ar-condicionado e luminárias na sala destinada ao acervo processual em tramitação

e na limpeza da área externa do fórum.

PROJETO - As ações fazem parte do projeto “Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual”, desenvolvido pela gestão do corregedor geral, desembargador Marcelo Carvalho, cuja meta é reduzir as taxas de congestionamento em pelo menos 20 unidades, até o final do biênio 2018/2019.

Doze comarcas com maiores taxas de congestionamento foram selecionadas para receber o projeto. Em Barreirinhas – a primeira beneficiada - cerca de 170 novos processos dão entrada mensalmente. No início de outubro, o acervo da comarca contava com 11.879 processos no acervo judicial.

Segundo o juiz coordenador, mais de 9 mil processos foram movimentados. Os trabalhos começaram pela uniformização do fluxo processual na secretaria judicial e seguiram pela organização do acervo na secretaria e no gabinete do juiz, para facilitar a rotatividade do processo no trâmite processual.

“Apesar de ser uma comarca com quadro de pessoal completo, os servidores não tinham noção da quantidade diária de serviço e da demanda de urgência, porque não havia uma organização do fluxo dos processos. Hoje eles têm ideia de como podem trabalhar, porque todo o serviço está ordenado e identificado o tipo de procedimento que deve ser levado a efeito para aquele processo, visando maior agilidade no trâmite e diminuição do acervo”, ressaltou o juiz Raimundo Bogéa.

Para o juiz Fernando Jorge Pereira, titular da vara, o projeto de enfrentamento da taxa de congestionamento da CGJ é de grande importância para o Poder Judiciário. E a padronização de organização da secretaria judicial e de otimização de rotinas são importantes ferramentas para se alcançar melhores resultados na prestação jurisdicional”. “A troca de experiências entre a nossa equipe e a da Corregedoria na execução do projeto, só tem a melhorar a prestação dos serviços na comarca”, disse.

Helena Barbosa

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/423268>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

“ É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. ”



Ilustração.

EFICIÊNCIA | Produtividade de juízes alcança mais de 1 milhão de tarefas processuais em 2018

24

OUT

Os magistrados de 1º Grau do Maranhão já realizaram mais de 1,2 milhão de tarefas processuais em 2018. No apurado dos três primeiros trimestres deste ano, os juízes proferiram 203.889 sentenças; 306.998 decisões; e 657.638 despachos, que finalizaram e/ou impulsionaram as ações judiciais em trâmite no Judiciário estadual maranhense, segundo dados extraídos do sistema de gerenciamento processual Termojúris, da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA). Nos primeiros 23 dias deste mês de Outubro, os julgadores prolataram 17.205 sentenças; 21.354 decisões; e 41.013 despachos.

O relatório registra também a realização de 196.346 mil audiências, e 579 sessões do Tribunal do Júri. Segundo o sistema, o percentual de audiências realizadas em comparação ao número de atos designados alcançou o patamar de 98%. Neste mês de Outubro já foram realizadas 14.894 audiências nas comarcas judiciais de todo o Maranhão.

A atual gestão da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), que tem o desembargador Marcelo Carvalho Silva à frente, está priorizando a realização de ações efetivas nas unidades judiciais para combater a morosidade e contribuir a redução do acervo processual do Judiciário de 1º Grau, que no 1º Trimestre de 2018 alcançou o volume de 1,3 milhão de processos, segundo o Termojúris.

“O balanço parcial positivo de produtividade é fruto do compromisso de magistrados e servidores, além das ações efetivas implementadas pelo Judiciário desde o início da atual gestão, por meio do Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processo (PETCP), lançado no último dia 10 de abril na Comarca de Barreirinhas, e trabalhado em diversas comarcas do Maranhão”, frisou o corregedor.

O programa objetiva a diminuição das taxas de congestionamento de julgamento e de baixa processual na Justiça de 1º Grau do Maranhão. “Na semana passada iniciamos a segunda fase do projeto, por Barreirinhas, em um mutirão processual com magistrados e servidores da CGJ e comarca que impulsionou cerca de 9 mil processos”, ressaltou o Marcelo Carvalho.

O PETCP faz parte do Planejamento Estratégico da CGJ-MA e será executado até dezembro de 2019 nas comarcas com maiores taxas de congestionamento no Estado. O Programa também atende ao macrodesafio ligado à celeridade e à produtividade, definido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para ser buscado até 2020 pelo Poder Judiciário.

Márcio Rodrigo

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/423274>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

 É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



Corregedor Marcelo Carvalho conversa com magistrado Antônio Elias de Queiroga Filho, e servidores da 1ª Vara de Barra do Corda.

INTERIOR | Corregedoria realiza visita estratégica na comarca de Barra do Corda

05

NOV

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, acompanhado da juíza auxiliar Karine Reis ^{2018 10:03} (Planejamento Estratégico) e de equipe de servidores, realizaram visita estratégica na comarca de Barra do Corda, nos dias 30 e 31 de outubro, para avaliação das principais dificuldades enfrentadas pelos servidores e magistrados no desenvolvimento de suas funções.

Entre as dificuldades verificadas no fórum, foi identificado problema de oscilação da rede de internet, que impacta no acesso aos sistemas do Poder Judiciário, além de constantes problemas nas linhas telefônicas. As instalações prediais do Fórum encontram-se em bom estado de conservação, possuindo 02 (duas) Varas, 01 (um) Salão do Júri e 01 (uma) Sala da OAB.

Os servidores e os magistrados Iran Kurban Filho e Antonio Elias de Queiroga Filho também relataram a necessidade de correção de alguns problemas de segurança e mobiliário; de lotação de mais servidores; de treinamentos; de instalação da 3ª Vara na comarca, em razão do crescimento da demanda dirigida à Justiça na comarca nos últimos anos, entre outros.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, também reuniu-se com advogados militantes na região e com oficiais de Justiça da comarca, que reforçaram os pedidos por mais técnicos e auxiliares judiciários nas unidades, assim como oficiais de Justiça, tendo em vista a distância e dificuldades de deslocamento para alguns locais dos termos judiciários (Jenipapo dos Vieiras e Fernando Falcão).

Sobre a gestão processual, foi sugerida a adoção de medidas de racionalização e padronização de rotinas de trabalho nas secretarias e gabinetes, buscando otimizar a produção processual com a implantação de novos fluxos de trabalho.

A equipe da CGJ-MA também sugeriu a implantação de práticas para melhor acompanhamento dos prazos processuais, o que pode simplificar o trâmite processual e diminuir demandas reprimidas; o acompanhamento do desempenho das unidades por meio dos sistemas informatizados do Poder Judiciário; a devolução de materiais de tecnologia da informação que estão em desuso; entre outras.

O corregedor comprometeu-se em buscar apoio para realização do Congresso de Oficiais de Justiça do Estado do Maranhão; assim como empenhar-se para buscar a instalação da 3ª Vara de Barra do Corda, medida que também tem o apoio do presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo.

De entrância intermediária e pertencente ao polo judicial de Bacabal, a comarca de Barra do Corda é composta por duas varas, sendo a 1ª Vara com competências Cível; Criminal; Fazenda Estadual, Fazenda Municipal e Saúde Pública; e a 2ª Vara de competência Cível; Criminal; Família; Infância e Juventude.

Atualmente, o acervo ativo da comarca, entre processos físicos e eletrônicos, é de aproximadamente 15.500 processos. Também são atendidas em Barra do Corda as populações de Fernando Falcão e Jenipapo dos Vieiras, termos judiciários. A distribuição média mensal é superior a 200 processos para cada uma das varas.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/423408>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

 É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



ilustração cgj

RELATÓRIO | Produtividade de juízes no mês de outubro alcançou quase 30 mil sentenças

22

NOV

No último mês de outubro, os juízes de 1º Grau do Maranhão proferiram 29.419 sentenças, alcançando recorde^{2018 08:54} de produtividade mensal no ano de 2018. O resultado deste ano representa um crescimento de 8,66% no índice de produtividade mensal, se comparados ao mesmo período de 2017, quando magistrados sentenciaram 27.073 processos judiciais. Os dados são oriundos do sistema TermoJúris, da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA).

Também em outubro, foram assinadas 33.641 decisões e 74.201 despachos, que impulsionaram as ações em trâmite no Judiciário estadual maranhense. No apurado de janeiro a outubro de 2018, a magistratura alcançou o patamar de 1,34 milhão de tarefas processuais.

O relatório registra também a realização de 221.219 mil audiências, e 672 sessões do Tribunal do Júri. Neste mês de Novembro já foram realizadas 17.434 audiências e 61 sessões de júri nas comarcas judiciais de todo o Maranhão.

O corregedor Marcelo Carvalho Silva considera o número positivo como resultado do empenho dos magistrados e servidores e das ações efetivas implementadas nas unidades judiciais. A atual gestão da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) está priorizando o combate à morosidade, com foco na redução do acervo processual do Judiciário de 1º Grau, por meio do Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processo (PETCP), trabalhado em diversas comarcas do Maranhão.

“O Judiciário estadual de 1º Grau deve fechar o ano com um balanço positivo de produtividade, que sem dúvidas também é fruto do compromisso de magistrados e servidores com a sociedade”, frisou o corregedor-geral.

PROGRAMA - O PETCP faz parte do Planejamento Estratégico da CGJ-MA e será executado até dezembro de 2019 nas comarcas com maiores taxas de congestionamento no Estado. O Programa também atende ao macrodesafio ligado à celeridade e à produtividade, definido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para ser buscado até 2020 pelo Poder Judiciário.

Márcio Rodrigo

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/423579>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

 É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



Assessores da CGJ e magistrados trabalham para reduzir o índice de congestionamento processual na unidade.

MUTIRÃO | Corregedoria realiza esforço concentrado para reduzir acervo na 7ª Vara Cível da Capital

22

NOV

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) realiza, a partir desta semana, uma série de mutirões de análise processual em unidades judiciais da Comarca da Ilha de São Luís, com o objetivo de reduzir o índice de congestionamento processual e imprimir maior celeridade ao andamento das ações em trâmite no Judiciário. A 7ª Vara Cível da Capital é a primeira unidade a receber o mutirão, no período de 19 a 23 de novembro e de 3 a 7 de dezembro, com a presença de seis juízes trabalhando sob a coordenação da magistrada Josane Araújo Braga, titular da 2ª Vara de Vitorino Freire, designada pela CGJ para presidir os trabalhos.

Além da 7ª Vara, a 2ª Vara Criminal de São José de Ribamar; 1ª e 4ª varas da Fazenda Pública de São Luís; e a 1ª Vara da Mulher da Capital também receberão o mutirão em data a ser definida pela Corregedoria. O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, lembra que outras unidades da Comarca da Ilha deverão receber o mutirão da CGJ, em 2019. A atuação do grupo seguirá atendendo às unidades judiciais com maior taxa de congestionamento processual - índice que mede a efetividade da Justiça em um período, levando-se em conta o total de novos casos que ingressaram, os casos baixados e o estoque pendente ao final do período anterior ao tempo base.

“Os mutirões são coordenados pelo Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais (NAUJ) criado para identificar, diagnosticar, atuar na redução do quantitativo e melhorar a gestão processual das unidades judiciais do Estado. Nosso foco é buscar uma Justiça mais célere e eficaz para o cidadão”, ressaltou Marcelo Carvalho.

Além da juíza coordenadora Josane Braga, atuam no mutirão de forma voluntária os magistrados Gisa Benício (1ª Vara de

Estreito); Marcelle Farias Silva (1ª Vara de Santa Luzia); Karlos Alberto Mota (Comarca de Icatu); Ticiany Palácio (2ª Vara Cível de São José de Ribamar); Alistelman Dias Filho (Comarca de Bacuri); Anderson Sobral de Azevedo (2ª Vara Criminal de Caxias); Laysa de Jesus Paz Mendes (1ª Vara de Itapecuru-Mirim); Aureliano Ferreira (2ª Vara de Porto Franco); Antonio Elias Queiroga Filho (1ª Vara de Barra do Corda); Ricardo Augusto Moyses (Comarca de Monção); e Vanessa Ferreira Lopes (1ª Vara Cível de Bacabal).

NAUJ - Com o objetivo de implementar ações de apoio e de orientação às unidades judiciais da justiça de 1º grau e de otimizar a tramitação dos processos, a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), por meio do Provimento Nº 20/2018 (alterado pelo Provimento Nº 36/2018), instituiu o Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais (NAUJ), que atua na efetivação de medidas de suporte às unidades judiciais mais sobrecarregadas no Estado. A instituição do Núcleo está prevista no Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual e no Plano de Gestão da CGJ-MA, biênio 2018/2019.

Segundo o Provimento, o NAUJ tem as atribuições de auxiliar a unidade jurisdicional atendida, contribuindo para que os feitos sejam impulsionados, mediante a análise e a consequente movimentação dos processos; apresentar sugestão de padronização de rotinas e fluxos processuais, contribuindo para otimizar a tramitação dos processos nas secretarias judiciais e nos gabinetes; organizar e coordenar a realização de forças-tarefas; apresentar de sugestões a serem adotadas pelas unidades jurisdicionais, objetivando racional gerenciamento de rotinas e fluxos de processos e melhoria do ambiente organizacional; entre outras.

Márcio Rodrigo

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/423595>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

“ É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. ”



Ilustração.

MUTIRÃO | Semana de Baixa Processual da CGJ já arquivou quase 18 mil processos

30

NOV

Desde segunda-feira (26) até esta quarta-feira (28), as unidades judiciais da Justiça de 1º Grau do Maranhão baixaram o total de 17.589 processos, que foram arquivados definitivamente e retirados dos acervos. Até esta sexta-feira (30), 303 unidades judiciais, entre varas, juizados e os plantões judiciários de todo o Estado realizam o procedimento, que faz parte da II Semana de Baixa Processual, instituída pela Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) por meio do [Provimento Nº 10/2018](#), e faz parte do Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual.

As 10 unidades que baixaram a maior quantidade de processos nos três primeiros dias do mutirão foram a comarca de Carolina (692 processos), a 1ª Vara de Buriticupu (645), a comarca de São Bento (542), a 3ª Vara Cível de Imperatriz (499), 1ª Vara de Vargem Grande (441), a comarca de Matões (428), a 3ª Vara de Balsas (412), a 2ª Vara de Presidente Dutra (398), a Vara Única de Olho D'água das Cunhãs (346) e a comarca de Paulo Ramos (329). A baixa processual ocorre com a retirada dos processos judiciais de forma definitiva dos sistemas, em razão de arquivamento.

As informações diárias sobre a quantidade de processos baixados durante a Semana de Baixa estão sendo divulgados na página da CGJ-MA, no menu "[Downloads](#)". Na primeira semana de Baixa Processual realizada pela CGJ foram baixados mais de 32 mil ações judiciais.

A Semana de Baixa Processual acontece até esta sexta-feira (30), com o objetivo principal de reduzir o acervo de processos e a taxa de congestionamento nas unidades judiciais de 1º Grau do Maranhão. O esforço concentrado também consiste na realização de intimações e certificações de trânsito em julgado, e são realizados por todos os servidores das unidades, com a supervisão

do juízes titulares, auxiliares ou substitutos.

Segundo a juíza Kariny Reis, auxiliar da CGJ-MA responsável pelo Planejamento Estratégico, a ideia do mutirão é estimular a inclusão do procedimento de baixa processual na rotina das unidades judiciais durante todo o ano, considerando a existência de processos já julgados e não baixados, o que causa a elevação dos acervos e impacta no funcionamento. Ela ressalta que esta já é a segunda edição do projeto realizado pela CGJ em 2018, iniciativa que já vem sendo executada com êxito pela Justiça de outros Estados, contribuindo ainda para a garantia da segurança jurídica. “O procedimento de baixa processual é importante também para tornar os julgamentos definitivos de uma forma mais rápida e para que os processos sejam agilizados e não fiquem acumulados nos acervos”, observa.

PROVIMENTO – Segundo o Provimento Nº 10/2018, assinado pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, a instituição da Semana de Baixa Processual considerou, entre outros, a necessidade de concentrar esforços para uma prestação jurisdicional mais célere; a taxa de congestionamento evidenciada pelo Relatório Justiça em Números 2017/Ano-base 2016, do CNJ; que uma das metas prioritárias do Poder Judiciário é a efetiva redução do estoque de processos; e o princípio constitucional da duração razoável do processo.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/423705>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

 É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



Visita estratégica a Grajaú

INTERIOR | Comarca de Grajaú recebe visita estratégica da Corregedoria Geral

03

DEZ

Nas últimas quinta-feira (29) e sexta-feira (30), a Corregedoria Geral da Justiça realizou visita estratégica na comarca de Grajaú (542 km de São Luís), com a finalidade de conhecer de perto a situação da unidade judicial, após levantamento de dados feito por meio do Diagnóstico da Unidade Judicial para identificar as principais dificuldades que exigem ações de melhoria. O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, e a juíza auxiliar da CGJ-MA Kariny Reis (Planejamento Estratégico) visitaram as instalações do Fórum e conversaram com servidores e com o juiz titular da 2ª Vara, Alessandro Arrais Pereira.

O magistrado e os servidores levantaram alguns problemas estruturais no prédio, como infiltrações; problemas na rede elétrica; instalações antigas; oscilações de internet, entre outros. Eles pediram a construção de um novo fórum para a comarca de Grajaú, preparado para receber quatro unidades judiciais - tendo em vista o crescimento da demanda na comarca; a criação da 3ª Vara de Grajaú; e a realização de treinamento para os servidores.

O juiz Alessandro Arrais e o promotor de Justiça Cristian Boucinhas ressaltaram a importância da presença do corregedor-geral na comarca, que há muitos anos não recebia a visita de representantes da Corregedoria. “Um gesto que demonstra sensibilidade e humanização no trato de vivenciar a realidade da comarca e sentir o que a sociedade precisa do Poder Judiciário”, observou o juiz Alessandro Arrais.

Durante a visita, os servidores foram orientados por meio de abordagens específicas sobre o trabalho na secretaria judicial e gabinete, sendo sugerida a adoção de novas metodologias e ferramentas para otimização do fluxo processual e acompanhamento de prazos.

A unidade também foi orientada sobre a destinação de bens apreendidos em processos judiciais; sobre a baixa patrimonial de

bens móveis inservíveis e devolução de equipamentos; e sobre a expedição de edital para eliminação de processos físicos de juizados especiais arquivados há mais de 120 dias. O corregedor-geral, desembargador Marcelo Carvalho Silva, também determinou o recolhimento de processos antigos que estavam arquivados na comarca, para serem encaminhados ao Arquivo Judiciário do TJMA para avaliação do valor histórico dos documentos.

O corregedor relatou a situação estrutural do fórum ao presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo - que determinou o deslocamento imediato de uma equipe da Diretoria de Engenharia para verificação dos problemas -; manifestou seu apoio para instalação da 3ª Vara e para inclusão da comarca no seletivo de residentes e estagiários do Poder Judiciário.

DESAGRAVO – Durante a instalação do Posto Avançado de Registro Civil da Maternidade de Grajaú, realizada na sexta-feira (30), na presença de representantes dos Poderes Executivo e Legislativo municipais e pessoas da comunidade local, o corregedor-geral fez um desagravo em favor do juiz Alessandro Arrais, após a reprodução de ofensas e depoimentos em redes sociais e blogs da cidade, com acusações não comprovadas sobre a conduta profissional do magistrado.

O desembargador entregou ao vereador Arthur Carvalho, presidente da Câmara Municipal, o Relatório de Produtividade de Magistrado (RPM), instrumento desenvolvido pela Corregedoria que traça um perfil completo da atuação do juiz na unidade judicial. Segundo o levantamento de dados, o juiz Alessandro Arrais assumiu a 2ª Vara de Grajaú em março de 2016, recebendo um acervo ativo de 8.400 processos, número que atualmente baixou para 7.850 processos, apesar de a unidade ter recebido mais de 6 mil novos processos no período. “Afirmo perante todos o compromisso do magistrado com a prestação jurisdicional e seu empenho junto à sociedade grajauense”, observou o desembargador.

GRAJAÚ – De entrância intermediária, a comarca de Grajaú pertence ao polo judicial de Imperatriz, atendendo também às populações dos municípios de Formosa de Serra Negra e Itaipava de Grajaú (termos judiciários), o que totaliza uma população de mais de 105 mil habitantes.

Com competências para causas judiciais cíveis, criminais, família, infância e juventude, fazendas estadual e municipal e saúde pública, as duas varas somam atualmente um acervo ativo de aproximadamente 15.500 processos, registrando uma distribuição média mensal de 180 processos na 1ª Vara e de 190 na 2ª Vara.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

(98) 3198-4636/ 3198-4624

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/423731>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

“É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte.”

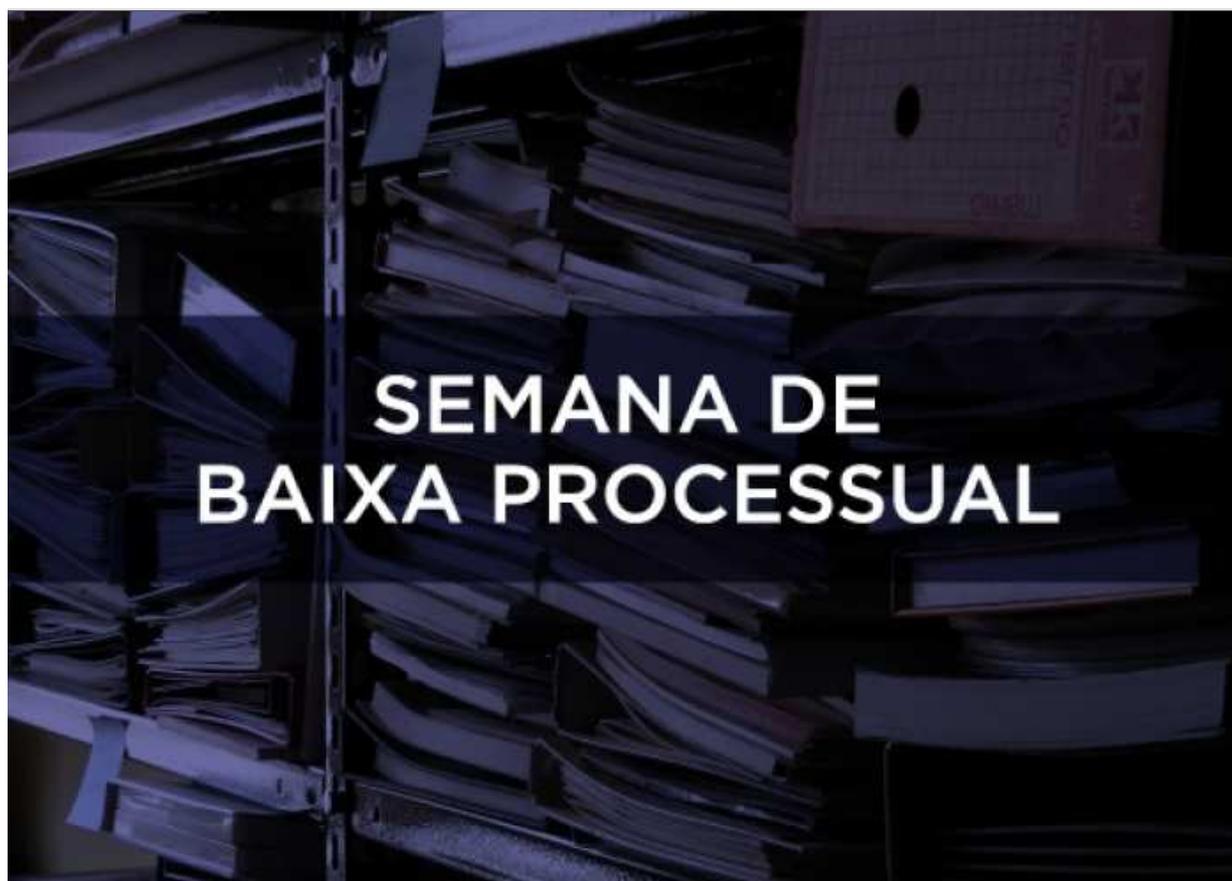


ilustração cgj

GESTÃO | Juízes do Maranhão baixaram quase 60 mil processos em 2018

06

DEZ

As unidades judiciais de 1º Grau do Maranhão baixaram o total de 59.246 processos judiciais durante as duas edições da ^{2018 09:11} Semana de Baixa Processual, editadas pela Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) nos meses de junho e novembro. Na última Semana de Baixa, realizada no período de 26 a 30 de novembro, foram arquivados definitivamente e retirados dos acervos judiciais 26.893 processos, oriundos de 303 unidades judiciais entre varas, juizados e plantões judiciários de todo o Estado. Na primeira Semana de Baixa, realizada no mês de junho, foram baixados 32.353 processos.

Segundo os resultados da II Semana de Baixa Processual, as 10 unidades que baixaram a maior quantidade de processos durante o mutirão foram a 1ª Vara de Buriticupu (1125); a vara única de Carolina (765); a vara única de Matões (745); a vara única de São Bento (661); a 1ª Vara de Vargem Grande (579); a 3ª Vara Cível de Imperatriz (535); a 3ª Vara de Balsas (532); a vara única de Turiaçu (474); a 2ª Vara de Presidente Dutra (428) e a 2ª Vara Cível de São José de Ribamar (424). A baixa ocorre com a retirada dos processos judiciais de forma definitiva dos sistemas de tramitação processual.

Segundo o relatório, os processos baixados dentre os julgados representaram 86,91%% (23373 processos) do total de baixados, enquanto 13,09% foram processos não julgados (3520) – duplicidades, declinações de competência, inquéritos, etc.

A Semana de Baixa Processual foi instituída pela CGJ-MA por meio do Provimento Nº 10/2018, com parte do Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual, com o objetivo principal de reduzir o acervo de processos e a taxa de congestionamento nas unidades judiciais de 1º Grau do Maranhão. O esforço concentrado também consiste na realização de intimações e certificações de trânsito em julgado, e são realizados por todos os servidores das unidades, com a supervisão do juízes titulares,

auxiliares ou substitutos.

Para o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, os resultados das duas primeiras edições do mutirão foram bastante positivos e contribuem para melhorar os índices de produtividade e para retirar dos acervos os processos judiciais já julgados de forma definitiva. “Certamente esses números impactarão positivamente nos resultados do trabalho da Justiça maranhense no ano de 2018, no objetivo de melhorar as taxas de congestionamento e reduzir os acervos” avaliou.

PROVIMENTO – Segundo o Provimento N° 10/2018, a instituição da Semana de Baixa Processual considerou, entre outros, a necessidade de concentrar esforços para uma prestação jurisdicional mais célere; a taxa de congestionamento evidenciada pelo Relatório Justiça em Números 2017/Ano-base 2016, do CNJ; que uma das metas prioritárias do Poder Judiciário é a efetiva redução do estoque de processos; e o princípio constitucional da duração razoável do processo. As informações completas sobre a quantidade de processos baixados durante a Semana de Baixa estão disponíveis divulgados na página da CGJ-MA, no menu “Downloads”.

Assessoria de Comunicação
Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão
asscom_cgj@tjma.jus.br
www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/423767>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

 É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



Ilustração.

RESULTADO | CGJ-MA divulga unidades vencedoras do Selo Unidade Destaque em Baixa Processual

18

DEZ

49 unidades judiciais de 1º Grau da Justiça maranhense receberão premiação do Selo Unidade Destaque em Baixa Processual, em reconhecimento ao desempenho positivo na diminuição da taxa de congestionamento de baixa processual durante o ano de 2018. De acordo com os resultados divulgados pelo Planejamento Estratégico da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), 7 unidades serão contempladas com a premiação na categoria Ouro – por terem registrado uma taxa de congestionamento menor que 50%; 9 unidades na categoria Prata – por terem registrado uma taxa entre 50% e 60%; e 33 unidades receberão o prêmio na categoria Bronze – aquelas que conseguiram reduzir o percentual da taxa de congestionamento de baixa em pelo menos 10%. A solenidade de entrega da premiação acontece no próximo ano, em data a ser definida.

De acordo com os resultados, as unidades vencedoras na categoria Ouro serão a 2ª Vara da Família da comarca de Imperatriz (38,27%); a 5ª Vara da Família do termo judiciário de São Luís (41,07%); 2ª Vara da Infância e Juventude do termo judiciário de São Luís (45,14%); a 1ª Vara da comarca de Santa Luzia (46,59%); a vara única da comarca de Cururupu (48,29%); 2ª Vara Especial de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do termo judiciário de São Luís (48,37%); e a vara única da comarca de São Bernardo (49,30%).

Na categoria Prata, serão contempladas a Vara da Infância e Juventude da comarca de Timon (50,67%); 4ª Vara da Família do termo judiciário de São Luís (52,51%); 2ª Vara de Família da comarca de Açailândia (52,68%); 1ª Vara da Família da comarca de Imperatriz (56,79%); 3ª Vara da Família da comarca de Imperatriz (58,38%); 2ª Vara da Família do termo judiciário de São Luís

(58,40%); 3ª Vara da comarca de Santa Inês (58,62%); a 3ª Vara da Família do termo judiciário de São Luís (59,69%); e a 2ª Vara da comarca de Porto Franco (59,76%).

As 33 unidades que conseguiram reduzir em pelo menos 10% a taxa de congestionamento de baixa processual e serão premiadas na categoria Bronze são: a 4ª Vara da comarca de Santa Inês; a Vara Única da comarca de São Raimundo Das Mangabeiras; a Vara Única da comarca de Turiaçu; a Vara Única da comarca de Santa Luzia do Paruá; 1ª Vara da comarca de Buriticupu; a 6ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís; a Vara Única da comarca de Cândido Mendes; a Vara Única da comarca de Paulo Ramos; a 2ª Vara da comarca de Grajaú; a 12ª Vara Cível do Termo Judiciário de São Luís; a Vara Única da comarca de Alto Parnaíba; a Vara da Fazenda Pública da comarca de Timon; a Vara Única da comarca de Santo Antônio Dos Lopes; a Vara Da Família da comarca de Timon; a 2ª Vara da comarca de Santa Luzia; a Vara Única da comarca de Pindaré Mirim; a 1ª Vara da comarca de Santa Helena; a Auditoria da Justiça Militar; a 3ª Vara do Termo Judiciário de Paço do Lumiar; a 1ª Vara da Família do Termo Judiciário de São Luís; a 3ª Vara Cível do Termo Judiciário de São José de Ribamar; a Vara Única da comarca de Timbiras; a Vara Única da comarca de Santa Quitéria; a 6ª Vara Cível do Termo Judiciário de São Luís; a Vara Única da comarca de Vitória do Mearim; a 1ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São José De Ribamar; 2ª Vara da comarca de Vitorino Freire; a Vara Única da comarca de Carutapera; a 4ª Vara Cível do Termo Judiciário de São Luís; a Vara Única da comarca de Olho D'água Das Cunhãs; a Vara Única da comarca de São João dos Patos; a 2ª Vara da comarca de Zé Doca; e a 1ª Vara Criminal da comarca de Caxias.

A juíza auxiliar da CGJ-MA Kariny Boga, responsável pelo Planejamento Estratégico, ressalta que os resultados demonstram o avanço da Justiça de 1º Grau no quesito baixa processual durante o ano de 2018, números que impactarão positivamente no alcance das metas e na redução do acervo processual, considerando que as unidades totalizaram aproximadamente 100 mil processos no período. “Ressaltamos o esforço dos servidores e magistrados para o alcance desse resultado, em especial das unidades que serão premiadas com o Selo Bronze, que com muita dificuldade conseguiram reduzir em mais de 10% suas taxas de congestionamento de baixa processual”, avalia.

Para o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, a redução do acervo em quase 100 mil processos representa um avanço e um dado relevante para o Judiciário maranhense, levando à sociedade a demonstração de dever cumprido. “Temos certeza que nossos servidores e magistrados trabalharão ainda mais em 2019, para o alcance de metas e resultados ainda melhores”, observou.

SELO - O Selo Unidade Destaque em Baixa Processual foi instituído pela Corregedoria Geral da Justiça por meio do Provimento Nº 11/2018, para reconhecer o desempenho das unidades judiciais de 1º Grau no que se refere à diminuição da taxa de congestionamento de baixa processual. A CGJ-MA também instituiu a Semana de Baixa Processual, por meio do Provimento Nº 10/2018, realizadas em formato de mutirão em todas as unidades judiciais de primeiro grau durante os meses de junho e novembro, alcançando quase 60 mil processos baixados nas duas edições deste ano.

A instituição do Selo Unidade Destaque considerou, entre outros, a Política Nacional de Atenção Prioritária da Justiça de 1º Grau; o Planejamento Estratégico da Corregedoria; as metas anuais de produtividade; e o papel da CGJ de zelar pelo aprimoramento da Justiça de 1º Grau.

As duas medidas derivam do Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual, implantado pela Corregedoria com o fim de buscar ações e medidas necessários à melhoria efetiva dos serviços.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/423912>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

 É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



Juíza Josane Farias (de crachá) e equipe de juízes do mutirão

CELERIDADE | Mutirão sentencia mais de 300 processos na 7ª Vara Cível de São Luís e 2ª Criminal de Ribamar

19

DEZ

A 7ª Vara Cível de São Luís e a 2ª Vara Criminal de São José de Ribamar foram submetidas ao Mutirão Processual desenvolvido pelo Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais (NAUJ), da Corregedoria Geral da Justiça, com o objetivo de impulsionar processos judiciais em relação à taxa de congestionamento. ^{2018,15:14}

Os mutirões foram realizados por uma equipe de magistrados voluntários, com apoio de servidores das unidades, nos períodos de 19 a 23/11, 3 a 7/12 e 17 a 19/12, na 7ª Vara Cível de São Luís, e de 10 a 14 e 17 a 19/12 na 2ª Vara Criminal de São José de Ribamar e serão retomados no dia 4 de fevereiro de 2019.

O esforço concentrado dos juízes foi direcionado à emissão de sentenças; mas também foram proferidas decisões e despachos em processos onde não foi possível sentenciar. Na 7ª Vara Cível da capital foram emitidas 233 sentenças, além de decisões e despachos. Na 2ª Vara Criminal de Ribamar, os magistrados proferiram 72 sentenças, decisões de pronúncia e despachos.

As atividades seguiram as recomendações do Conselho Nacional de Justiça na escolha das unidades com maiores taxas de congestionamento e na metodologia de trabalho adotada. Os processos são escolhidos conforme a ordem cronológica de antiguidade de conclusão na secretaria judicial. Os mais antigos são identificados, separados e etiquetados, e, em seguida encaminhados para cada juiz do mutirão, para julgamento. Após a decisão judicial, o NAUJ cadastra no Sistema Themis e publica a sentenças no Diário da Justiça Eletrônico, e devolve o processos cumpridos para a unidade.

A juíza Josane Farias Braga (titular da 2ª Vara da Comarca de Vitorino Freire) foi indicada pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, para coordenar os trabalhos, junto aos magistrados de outras unidades e juízes auxiliares de entrância final. A coordenadora ressaltou que os juízes colaboradores aderiram voluntariamente ao projeto, de acordo com a disponibilidade, sem afastamento de suas funções judicantes nas suas comarcas de origem e sem pagamento de diárias de deslocamento.

“Já temos um calendário de atuação nas varas previsto para o próximo ano inteiro, em outras comarcas e nas 1ª e 4ª Vara da Fazenda Pública e 1ª Vara Especial da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de São Luís, neste caso em apoio à iniciativa da Coordenadoria Estadual da Mulher do TJMA - CEMULHER”, informou a juíza.

EQUIPE - Atuaram sentenciando nos mutirões, além da coordenadora, os juízes auxiliares de entrância final Samira Barros Heluy, Antonio Agenor Gomes, Francisco Ferreira de Lima e Milvan Gedeon Gomes e, ainda, os juízes Gisa Fernanda Benício (Estreito), Marcelle Farias Silva (Santa Luzia), Karlos Alberto Mota (Icatu), Ticiany Maciel Palácio (Ribamar), Alistelman Dias Filho (Bacuri), Anderson Sobral de Azevedo (Caxias), Vanessa Pereira Lopes (Bacabal), Laysa Martins Mendes (Itapecuru-Mirim), Aureliano Coelho Ferreira (Porto Franco), Antonio de Queiroga Filho (Barra do Corda), Ricardo Augusto Moyses (Monção) e Vanessa Pereira Lopes (Bacabal).

Helena Barbosa
Assessoria de Comunicação
Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão
asscom_cgj@tjma.jus.br
www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/423929>

🖨️ Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

“” É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. ””



Corregedor Marcelo Carvalho conversa com advogados militantes em Carolina.

INTERIOR | Corregedor-geral recebe demandas de advogados e servidores de Carolina

19

DEZ

Nesta terça-feira (18), o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, acompanhado da juíza auxiliar Kariny Reis (Planejamento Estratégico) e equipe de servidores da Corregedoria, visitou o fórum da comarca de Carolina (817 km de São Luís), onde reuniu-se com servidores e advogados militantes na comarca, com o objetivo de conhecer as principais dificuldades da unidade judicial e buscar melhorias.

Os servidores solicitaram a realização de alguns reparos na estrutura do fórum; realização de treinamentos sobre o Processo Judicial eletrônico (PJe); criação e instalação da 2ª Vara da comarca de Carolina, em razão do crescimento da demanda judicial, entre outros.

Em reunião com o corregedor-geral, um grupo de 15 advogados também ressaltou a necessidade de criação e instalação da 2ª Vara de Carolina, frisando a elevação da demanda após a instalação de empreendimentos na região; e levantaram solicitações sobre atendimento aos advogados no fórum; uso do estacionamento; necessidade de nomeação de juiz substituto, entre outros.

O corregedor-geral, desembargador Marcelo Carvalho Silva, explicou sobre as dificuldades orçamentárias do Poder Judiciário em relação à nomeação de novos servidores e magistrados, informando que o Tribunal de Justiça deve realizar seleção para residentes de Direito no próximo ano, medida que ajudará a suprir a demanda da Justiça de 1º Grau. Ele afirmou ainda que nomeará um juiz substituto para funcionar junto ao titular da comarca de Carolina, atuando principalmente em relação aos processos conclusos há mais de 100 dias e mais antigos.

O desembargador afirmou ainda que uma equipe da CGJ-MA será deslocada no início de 2019 para realização de treinamento com os servidores sobre a operacionalização do sistema Processo Judicial Eletrônico (Pje) e adoção de novas rotinas de gestão processual. “O objetivo é oferecer melhores condições aos servidores e magistrados, de forma a atender melhor o jurisdicionado desta região”, frisou.

Os advogados elogiaram a iniciativa do corregedor em visitar pessoalmente as comarcas do interior para conhecer de perto as dificuldades, contribuindo com a melhoria dos serviços e prestação jurisdicional.

Durante a visita, a equipe da CGJ orientou os servidores da comarca sobre rotinas de fluxo processual, acompanhamento de

prazos e sugestões para melhoria da gestão processual na secretaria e gabinete, com o fim de otimizar a tramitação das ações e oferecer uma resposta mais rápida à sociedade.

CAROLINA – De entrância inicial, a comarca de Carolina pertence ao polo judicial de Balsas, de acordo com o Provimento Nº 43/2018 da Corregedoria Geral da Justiça, que redistribuiu as comarcas de todo o Estado em 11 polos judiciais. Titularizada pelo juiz Mazurkiévicz Saraiva de Sousa Cruz, a comarca não possui termos judiciários.

Atualmente, tramitam na vara única de Carolina aproximadamente 7.100 processos, sendo cerca de 6.500 físicos e 650 eletrônicos. Em 2017, a unidade judicial registrou uma distribuição média mensal de 152 novos processos e uma redução de mais de seis mil processos no acervo pendente de julgamento nos últimos cinco anos.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/423931>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

 É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



Disposição dos novos Polos Judiciais da CGJ.

ORGANIZAÇÃO | Corregedoria redistribui comarcas do Estado em 11 polos judiciais

09

JAN

O Judiciário de 1º de Grau do Estado do Maranhão passa a ter 11 Polos Judiciais, para melhor distribuição e organização dos serviços administrativos pela Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA). O corregedor-geral, desembargador Marcelo Carvalho Silva, atualizou as regras por meio do [Provimento n.º 43/2018](#), que estabelece como novas sedes dos polos judiciais as comarcas de Bacabal; Balsas; Chapadinhá; Imperatriz; Itapecuru-Mirim; Pinheiro; Barra do Corda; Santa Inês; São João dos Patos; Timon; e o termo judiciário de São Luís.

Para a nova divisão dos polos, o corregedor considerou a necessidade de direcionamento da atuação dos juízes auxiliares da CGJ, quanto à fiscalização, orientação e acompanhamento dos serviços judiciais e extrajudiciais nas comarcas do Estado.

A medida considerou ainda requerimentos de juízes de comarcas do interior, durante reuniões realizadas com os membros da Mesa Diretora do Poder Judiciário, quando relataram dificuldades em razão da distância entre as comarcas e as sedes dos polos aos quais pertenciam. “A mudança vai facilitar a organização dos serviços e diminuir a distância para o deslocamento dos magistrados e servidores quando precisarem comparecer à sede do polo”, explica o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva.

Para a juíza coordenadora de Planejamento Estratégico da CGJ, Kariny Reis, a mudança cria novos polos e redistribui as comarcas do Estado, buscando também facilitar a participação dos servidores e magistrados em eventos e reuniões realizadas nas sedes dos polos. “A nova disposição das comarcas em 11 polos atende a uma reivindicação dos juízes e objetiva facilitar a organização dos serviços e projetos da Corregedoria”, frisou.

As comarcas passam a integrar os seguintes polos:

I – Polo de Bacabal: Bacabal, Codó, Coroatá, Igarapé Grande, Lago da Pedra, Olho d'Água das Cunhãs, Paulo Ramos, Pedreiras, Poção de Pedras, São Luiz Gonzaga do Maranhão, São Mateus, Timbiras, Vitorino Freire;

II – Polo de Balsas: Balsas, Alto Parnaíba, Carolina, Loreto, Riachão, São Raimundo das Mangabeiras, Tasso Fragoso;

III – Polo de Chapadinha: Araioses, Brejo, Buriti, Chapadinha, Magalhães de Almeida, Santa Quitéria, São Bernardo, Tutóia, Urbano Santos;

IV – Polo de Imperatriz: Açailândia, Amarante do Maranhão, Arame, Estreito, Grajaú, Imperatriz, Itinga do Maranhão, João Lisboa, Montes Altos, Porto Franco, São Pedro da Água Branca, Senador La Roque;

V – Polo de Itapecuru Mirim: Anajatuba, Arari, Barreirinhas, Cantanhede, Humberto de Campos, Icatu, Itapecuru Mirim, Morros, Rosário, Santa Rita, Vargem Grande;

VI – Polo de Pinheiro: Alcântara, Bacuri, Bequimão, Cândido Mendes, Carutapera, Cedral, Cururupu, Governador Nunes Freire, Guimarães, Maracaçumé, Mirinzal, Pinheiro, Santa Helena, São Bento, São João Batista, São Vicente Férrer, Turiaçu;

VII – Polo de Barra do Corda: Barra do Corda, Colinas, Dom Pedro, Esperantinópolis, Governador Eugênio Barros, Joselândia, Presidente Dutra, Santo Antônio dos Lopes, São Domingos do Maranhão, Sucupira do Norte, Tuntum;

VIII – Polo de Santa Inês: Bom Jardim, Buriticupu, Matinha, Monção, Olinda Nova do Maranhão, Penalva, Pindaré-Mirim, Pio XII, Santa Inês, Santa Luzia, Santa Luzia do Paruá, Viana, Vitória do Mearim, Zé Doca;

IX – Polo de São João dos Patos: Barão de Grajaú, Buriti Bravo, Mirador, Paraibano, Passagem Franca, Pastos Bons, São Domingos do Azeitão, São Francisco do Maranhão, São João dos Patos;

X – Polo de São Luís: Paço do Lumiar, Raposa, São José de Ribamar, São Luís;

XI – Polo de Timon: Caxias, Coelho Neto, Matões, Parnarama, Timon.

Márcio Rodrigo

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/424005>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

“ É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. ”



Ilustração

RESULTADO | 29 juizados e turmas recursais receberão o Selo Unidade Destaque em Baixa Processual

17

JAN

O total de 29 juizados especiais e turmas recursais da Justiça maranhense receberão premiação do Selo Unidade Destaque em Baixa Processual, em reconhecimento ao desempenho positivo na taxa de congestionamento de baixa processual durante o ano de 2018. A segunda parte dos resultados foi divulgada pelo Planejamento Estratégico da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), dando conta que 14 unidades serão contempladas com a premiação na categoria Ouro – por terem registrado uma taxa de congestionamento menor que 50%; 13 unidades na categoria Prata – por terem registrado uma taxa entre 50% e 60%; e 2 unidades receberão o prêmio na categoria Bronze – aquelas que conseguiram reduzir o percentual da taxa de congestionamento de baixa em pelo menos 10%. A solenidade de entrega da premiação acontece nesse ano, em data a ser definida.

De acordo com os resultados, as unidades vencedoras na categoria Ouro serão a Turma Recursal da Comarca de Presidente Dutra; a Turma Recursal da Comarca de Chapadinha; o 10º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Termo Judiciário de São Luís; o Juizado Especial Cível e Criminal de Balsas; o 9º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Termo Judiciário de São Luís; o Juizado Especial Criminal da Comarca de Imperatriz; a Turma Recursal da Comarca de Pinheiro; o 2º Juizado Especial Criminal do Termo Judiciário de São Luís; o 2º Juizado Especial Cível da Comarca de Imperatriz; o 1º Juizado Especial Cível da Comarca de Imperatriz; o 1º Juizado Especial Criminal do Termo Judiciário de São Luís; o Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Açailândia; o 7º Juizado Especial Cível do Termo Judiciário de São Luís e o Juizado Especial Cível e Criminal do Termo Judiciário de São José de Ribamar.

Na categoria Prata, Serão Contemplados o 3º Juizado Especial das Relações de Consumo do Termo Judiciário de São Luís; o Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras; o 5º Juizado Especial Cível do Termo Judiciário de São Luís; o Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Timon; o Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Bacabal; o 13º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Termo Judiciário de São Luís; o 14º Juizado Cível e das Relações de Consumo do Termo Judiciário de São Luís; o Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Caxias; a Turma Recursal da Comarca de Imperatriz; o 8º Juizado Especial Cível do Termo Judiciário de São Luís; o Juizado Especial Cível e Criminal do Termo Judiciário de Paço do Lumiar; a Turma Recursal da Comarca de Caxias e o Juizado Especial Cível do Termo Judiciário de São Luís.

As duas unidades que conseguiram reduzir em pelo menos 10% a taxa de congestionamento de baixa processual e serão premiadas na categoria Bronze são o 12º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Termo Judiciário de São Luís e o 1º Juizado Especial das Relações do Consumo do Termo Judiciário de São Luís.

No mês de dezembro, a CGJ-MA divulgou o resultado das unidades da Justiça Comum que também serão contempladas com o Selo Unidade Destaque em Baixa Processual do ano de 2018, sendo que 49 unidades judiciais receberão premiação.

Neste caso, serão 7 unidades contempladas com a premiação na categoria Ouro; 9 unidades na categoria Prata; e 33 unidades receberão o prêmio na categoria Bronze.

SELO - O Selo Unidade Destaque em Baixa Processual foi instituído pela Corregedoria Geral da Justiça por meio do Provimento Nº 11/2018, para reconhecer o desempenho das unidades judiciais de 1º Grau no que se refere à diminuição da taxa de congestionamento de baixa processual. A CGJ-MA também instituiu a Semana de Baixa Processual, por meio do Provimento Nº 10/2018, realizadas em formato de mutirão em todas as unidades judiciais de primeiro grau durante os meses de junho e novembro, alcançando quase 60 mil processos baixados nas duas edições deste ano.

A instituição do Selo Unidade Destaque considerou, entre outros, a Política Nacional de Atenção Prioritária da Justiça de 1º Grau; o Planejamento Estratégico da Corregedoria; as metas anuais de produtividade; e o papel da CGJ de zelar pelo aprimoramento da Justiça de 1º Grau.

As duas medidas derivam do Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual, implantado pela Corregedoria com o fim de buscar ações e medidas necessários à melhoria efetiva dos serviços.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/424055>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

 É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



Ilustração.

PRODUTIVIDADE | Juízes estaduais realizaram 1,5 milhão de tarefas processuais em 2018

23

JAN

Os magistrados de 1º Grau do Maranhão alcançaram, em 2018, a marca recorde de 1,5 milhão de tarefas processuais realizadas. Os juízes proferiram 283.594 sentenças; 391.638 decisões; e 826.862 despachos, que finalizaram e/ou impulsionaram as ações judiciais em trâmite no Judiciário estadual maranhense durante o exercício de 2018, segundo dados extraídos do sistema de gerenciamento processual TermoJúris, da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA). O quantitativo registrado superou a produtividade recorde de 1,4 milhão de tarefas obtida em 2017.

Também em 2018, foram realizadas em todo o Estado 267.317 mil audiências e 826 sessões do Tribunal do Júri. Segundo o sistema, o percentual de audiências realizadas em comparação ao número de atos designados alcançou o patamar de 90%. O termo judiciário de São Luís, que possui quatro varas do Tribunal do Júri, realizou 258 sessões de júri popular ao longo do ano.

Para o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, o resultado confirma os esforços e o trabalho realizado junto às unidades judiciais ao longo dos últimos 12 meses. “Estamos implementando ações efetivas nas unidades judiciais para combater a morosidade e contribuir para a redução do acervo processual do Judiciário de 1º Grau, fato que reflete no aumento da produtividade de magistrados e servidores”, explica.

A CGJ implantou, no dia 10 de abril de 2018, o Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual (PETCP), iniciado pela Comarca de Barreirinhas, e trabalhado em diversas outras comarcas e unidades judiciais. No mês de outubro, Barreirinhas recebeu a segunda etapa do Programa, com a implantação de modelo padrão dos serviços judiciários, em mutirão coordenado pela CGJ-MA por meio do Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais – NAUJ.

O PETCP objetiva a diminuição das taxas de congestionamento de julgamento e de baixa processual na Justiça de 1º Grau do Maranhão, e faz parte do Planejamento Estratégico da CGJ-MA, executado nas comarcas com maiores taxas de congestionamento. O Programa também atende ao macrodesafio ligado à celeridade e à produtividade, definido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para ser buscado até 2020 pelo Poder Judiciário.

DURAÇÃO DO PROCESSO – O tempo médio de duração de um processo (fase de conhecimento) na Justiça de 1º Grau do Estado do Maranhão em 2018 - considerando o protocolo e o julgamento pelo juiz -, foi de 1 ano e 7 meses, menor que a média nacional (1 ano e 11 meses). A média nacional consta do último Relatório Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Márcio Rodrigo

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/424108>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

 É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



Ilustração.

RETROSPECTIVA | Corregedoria realizou visitas estratégicas em mais de 20 comarcas em 2018

24

JAN

Em 2018, a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) executou medidas do Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual (PETCP) em 23 comarcas do Estado, inclusive aquelas com as maiores taxas de congestionamento processual, totalizando 47 unidades judiciais atendidas. O programa, que faz parte do Planejamento Estratégico da CGJ-MA, atua por meio da implantação de novas rotinas e fluxos de gestão processual e orientações aos servidores.

Receberam medidas por meio do PETCP as comarcas de São Mateus; Barreirinhas; Vargem Grande; São Bento; Santa Helena; Matões; Parnarama; Amarante do Maranhão; Montes Altos; Tutóia; Santa Luzia do Paruá; Vitória do Mearim; Pinheiro; Açailândia; Bacabal; Buriticupu; Timon; Caxias; Coelho Neto; Chapadinha; Brejo; Barra do Corda; Grajaú e Carolina.

As comarcas atendidas registraram melhorias nos índices, algumas apresentando redução no acervo processual - a exemplo de Vargem Grande (-2234), São Bento (-1683) e Santa Helena (-1683); na taxa de congestionamento de julgamento - como Parnarama (-9,92%), 1ª Vara Cível de Açailândia (-9,28%) e a 2ª Vara de Pinheiro (-9,13%); e na taxa de congestionamento de baixa - como Santa Helena (-13,44%), Vitória do Mearim (-11,75%) e Santa Luzia do Paruá (-10,86%).

LINHA DO TEMPO - Navegue através das setas para saber mais sobre as visitas realizadas pelo corregedor-geral em 2018:

Loading

PROGRAMA - Barreirinhas foi a primeira comarca a receber a visita, em abril de 2018, com a elaboração de plano de ações e algumas medidas imediatas de melhoria. Em outubro, mutirão realizado por meio do Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais (NAUJ) dotou a comarca de um novo modelo padrão de gestão dos serviços judiciários, com o objetivo de impulsionar a demanda e reduzir a taxa de congestionamento no julgamento e baixa de processos.

Ao final, 8.352 processos foram localizados no sistema de gerenciamento processual, e cadastrados os atos praticados nos processos físicos. Outros 539 processos foram movimentados e encaminhados à apreciação do Ministério Público. As prateleiras de acondicionamento dos processos foram identificadas com etiquetas, facilitando a rápida visualização. Ao final dos trabalhos, a nova dinâmica dos serviços deixou o espaço físico organizado e otimizado, permitindo melhor acesso ao acervo processual em tramitação.

MÉTODO - A partir do diagnóstico elaborado com a visita estratégica do corregedor-geral e equipe da CGJ-MA, são propostas medidas iniciais voltadas à melhoria dos resultados da unidade, como triagem e contagem física dos processos; padronização e racionalização de procedimentos da secretaria e gabinete; alteração de layout, entre outros.

O Programa também realiza mutirões e desenvolveu duas semanas de Baixa Processual, quando todas as unidades realizaram esforço concentrado para movimentar os processos julgados, de modo que o trâmite fosse impulsionado ao trânsito em julgado e a baixa processual agilizada, com diminuição do acervo processual em quase 100 mil processos. As unidades que alcançaram os melhores resultados serão agraciadas com o Selo Unidade Destaque em Baixa Processual, nas categorias Ouro, Prata e Bronze. Confira aqui a lista das unidades vencedoras.

O corregedor-geral, desembargador Marcelo Carvalho Silva, avaliou positivamente as atividades de atenção e acompanhamento dos trabalhos junto às comarcas em 2018. “Fiscalizamos, mas sobretudo dialogamos com magistrados, servidores, advogados, promotores de Justiça, defensores públicos, e com a sociedade em geral, na busca pelo aperfeiçoamento do Judiciário maranhense de 1º Grau e na busca por melhores resultados a cada ano”, observa.

PTECP – O Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual é desenvolvido em duas frentes: a primeira dirigida a todas as unidades da Justiça de 1º Grau e consistente na sensibilização e incentivo dos juízes e magistrados a continuarem buscando a diminuição do acervo processual; e a segunda voltada às unidades mais sobrecarregadas/congestionadas, que recebem o

suporte necessário para que tenham condições de alcançar melhores resultados. A implantação e a evolução do programa é acompanhado pelo Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais da Corregedoria Geral da Justiça, composto por juízes e servidores voluntários que atuam em ações de apoio e orientação às unidades sobrecarregadas.

O Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual também atende ao macrodesafio ligado à celeridade e produtividade, definido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para ser alcançado até 2020 pelo Poder Judiciário.

Márcio Rodrigo

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/424123>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



Corregedor Marcelo Carvalho e juizes Raimundo Bogéa e Nirvana Mourão

VISITA ESTRATÉGICA | Comarca de Balsas recebe orientações da Corregedoria Geral da Justiça

15

FEV

2019 07:58

Nesta quinta-feira (14), o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, finalizou a primeira visita estratégica da Corregedoria à comarca de Balsas (774 km de São Luís). Iniciada na terça-feira (12), a visita foi coordenada pelo juiz Raimundo Bogéa, auxiliar da CGJ-MA, com apoio de equipe de servidores. A partir do Diagnóstico das Unidades Judiciais (DUJ's), que mostra o perfil e dados de produção, distribuição e acervo das unidades, a equipe avaliou as principais necessidades de melhoria e orientou os servidores e magistrados a respeito de rotinas e métodos de otimização dos fluxos nas secretarias judiciais.

Na quarta-feira (13), o desembargador Marcelo Carvalho Silva reuniu-se com o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-Subseção Balsas), José Afonso de Lima Júnior, e um grupo de advogados militantes na comarca, que apresentaram as principais demandas da classe em relação aos serviços jurisdicionais de Balsas e região.

Entre as sugestões, os advogados apontaram a necessidade de mais servidores nas unidades, principalmente analistas judiciários, em razão principalmente do elevado acervo e distribuição processual na comarca; demora na apreciação e resolução de processos, a exemplo de embargos; baixa produtividade da Turma Recursal; má qualidade das operadoras de internet na cidade, o que dificulta a utilização do Processo Judicial Eletrônico (PJe); necessidade de ações para regularização fundiária no município, entre outras.

O Relatório da visita identificou boas condições das instalações do Fórum da comarca de Balsas, com estrutura ampla e recém-reformado pela Diretoria de Engenharia do Tribunal de Justiça, abrigando quatro varas, um juizado especial, uma turma recursal e um salão do Júri, contando com acessibilidade, equipamentos adequados, posto de segurança e portaria eletrônica.

Os magistrados e servidores solicitaram a realização de treinamentos do sistema PJe e sobre Rotinas e Gestão de Secretaria; reforma predial para melhorar a disposição do espaço das unidades e construção de sala para custodiados; lotação de mais servidores, além de outros.

Em razão da falta de racionalização e padronização das rotinas de trabalho e inviabilização do cumprimento dos atos judiciais de forma cronológica, a equipe da CGJ-MA sugeriu novas metodologias, ferramentas, rotinas e fluxos processuais para melhor desempenho e aumento da produtividade em cada uma das quatro varas, a exemplo de práticas para melhor acompanhamento dos prazos processuais.

Também foi sugerida a observância da Recomendação N° 2/2018 da CGJ, que dispõe sobre a utilização de ferramentas de mediação digital; e do Provimento N° 16/2018, que trata da destinação de bens apreendidos em procedimentos criminais, com o objetivo de recuperar o espaço das salas utilizadas para guarda de material.

O corregedor-geral, desembargador Marcelo Carvalho Silva, visitou as secretarias e conversou com servidores e magistrados, ressaltando a importância de um bom atendimento ao público e de melhoria na gestão processual das unidades, tendo em vista melhores resultados nos índices de produção do Judiciário de 1º Grau. “É preciso buscarmos cada vez mais novos métodos de trabalho e solucionar dificuldades para que a população receba uma resposta mais rápida das suas demandas junto ao Judiciário”, avalia.

COMARCA – De entrância intermediária, a comarca de Balsas atende atualmente a população de cinco municípios, contando com os termos judiciários de Nova Colinas, Fortaleza dos Nogueiras, São Pedro dos Crentes e Tasso Fragoso (comarca agregada), que totalizam uma população estimada em mais de 125 mil habitantes (IBGE/Cidades).

O acervo ativo nas cinco unidades totaliza aproximadamente 22.500 processos, sendo a maioria na 2ª Vara (6.162). Os juízes titulares da comarca de Balsas são Elaile Silva Carvalho (1ª Vara), Tonny Carvalho Araújo Luz (2ª Vara e diretor do Fórum), Nirvana Maria Mourão Barroso (3ª Vara), José Francisco de Souza Fernandes (4ª Vara) e Pedro Henrique Holanda Pascoal (Juizado).

Assessoria de Comunicação
Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão
asscom_cgj@tjma.jus.br
www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/424342>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

 É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



Corregedor-geral e juiz Raimundo Bogéa reuniram-se com o juiz Fernando Jorge Pereira durante o mutirão

INTERIOR | Corregedoria realiza mutirão de cumprimento processual em Barreirinhas

26

FEV

2019 13:19

Na última semana, a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) efetivou a terceira etapa do Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual (PETCP) na comarca de Barreirinhas, iniciado em abril do ano passado. O trabalho consistiu em força-tarefa para cumprimento de atos de Secretaria, coordenado pelo juiz auxiliar da CGJ-MA Raimundo Bogéa, com a presença do corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, e auxílio de equipe de servidores da CGJ e Fórum de São Luís.

O mutirão consistiu no cumprimento de atos relacionados aos processos parados há mais de 100 dias na secretaria, por ordem cronológica, com a realização de conclusão, certidões, atos ordinatórios, baixa definitiva, trânsito em julgado, mudança de classe processual, entre outros.

O trabalho de enfrentamento da taxa de congestionamento processual em Barreirinhas teve início com o Diagnóstico da Unidade Judicial e Visita Estratégica, para identificação das principais dificuldades no funcionamento da unidade. A partir do diagnóstico, foram propostas medidas iniciais voltadas à melhoria dos resultados da unidade, como triagem e contagem física dos processos; padronização e racionalização de procedimentos da secretaria e gabinete; alteração de layout, entre outros.

Em outubro do ano passado, a Corregedoria promoveu o primeiro mutirão na unidade judicial, para implantação de novo modelo organizacional de gestão processual, atuando na organização interna da secretaria judicial, com a identificação, localização, triagem e separação dos processos. Dados do sistema “Termojuris” do mês de fevereiro indicam que a vara única da comarca possui 11.134 processos em seu acervo.

Segundo o juiz auxiliar Raimundo Bogéa, a última etapa do Programa consistirá em mutirão de análise processual, por meio do Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais (NAUJ), criado dentro do Programa para atuar com juízes voluntários. “O objetivo desse trabalho é contribuir com as unidades judiciais em dificuldade pelo elevado acervo e distribuição de processos, aumentando a eficiência e celeridade dos serviços oferecidos aos jurisdicionados”, observa.

Nessa etapa, atuaram na força-tarefa os servidores José Carlos Ferreira da Silva, Ana Priscila Costa Andrade, Maria Eugênia

Marques Colins, Hayla Araujo Castelo Branco, Marcos Aurélio Silva Ferreira e Anna Carolina Pinheiro Vale. O trabalho foi realizado de terça-feira (12) a quinta-feira (14), tendo em vista problemas de acesso aos sistemas em razão da paralisação da conexão de internet pelo provedor.

PROGRAMA - O PTECP faz parte do Planejamento Estratégico da CGJ-MA, para execução nas comarcas que possuem maiores taxas de congestionamento no Estado. O Programa também atende ao macrodesafio ligado à celeridade e produtividade, definido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para ser buscado até 2020 pelo Poder Judiciário.

Segundo a juíza Kariny Reis, auxiliar da CGJ-MA e responsável pelo Planejamento Estratégico, o Programa consiste na identificação dos principais fatores que impactam no adequado andamento das atividades nas unidades judiciais, com a fixação de metas corretivas e medidas de acompanhamento, apoio e orientação a juízes e servidores, apresentação de diretrizes de gerenciamento e organização interna; sugestão de novas rotinas, padronizações e sistemas incrementais e de um padrão de eficiência para as secretarias judiciais. “Ao final de cada ano, a expectativa é que as unidades atendidas consigam melhorar as taxas de congestionamento de julgamento e de baixa processual, oferecendo à sociedade uma prestação judicial mais célere”, explica.

**Assessoria
Corregedoria
Geral de Justiça
do Poder Judiciário
do Estado do Maranhão**
www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/424470>

Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



Ilustração

FALA AÍ, JUIZ | Juiz Flávio Soares fala sobre Audiência de Custódia

28

FEV

O juiz Flávio Soares é o convidado do quadro "Fala Aí, Juiz". O magistrado explica dúvidas de pessoas da comunidade sobre os objetivos e as regras da Audiência de Custódia. Assista: ^{2019 10:18}

FALA AÍ, JUIZ! Audiência de Custódia



QUADRO - O "Fala Aí, Juiz" aborda temas jurídicos, para explicar à população determinadas decisões judiciais, posicionamentos jurídicos ou normas legais.

Assessoria de Comunicação
Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão
asscom_cgj@tjma.jus.br
www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/424493>

🖨️ Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

“” É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. ””



Desembargadores participaram do lançamento da Central de Análise (Fotos: Josy Lord)

GESTÃO | Corregedoria lança Central de Análise de Desempenho para acompanhar resultados da Justiça de 1º Grau

11

MAR

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) inaugurou, na sexta-feira (8), a Central de Análise de Desempenho, lançando oficialmente a versão 2.0 do sistema Termojúris, que permite a visualização e acompanhamento online de informações sob o aspecto quantitativo de todo o acervo processual das comarcas do Maranhão. O lançamento da Central de Análise de Desempenho teve a participação dos membros da Mesa Diretora do TJMA, desembargadores Joaquim Figueiredo (presidente), Lourival Serejo (vice-presidente) e Marcelo Carvalho Silva (corregedor-geral), dos membros do TJMA, desembargadores José Luiz Almeida (coordenador do Núcleo de Conciliação), Ângela Salazar (coordenadora da CEMULHER), João Santana, José Bernardo Rodrigues e José Jorge Figueiredo (vice-diretor da ESMAM); do defensor público geral do Estado, Alberto Pessoa Bastos; da diretora do Fórum de São Luís, juíza Diva Maria de Barros; do diretor da CGJ-MA, juiz Marcelo Moreira; da diretora Judiciária, Denise Batista; e dos diretores de Informática do TJ e da CGJ, Paulo Rocha e Danielle Mesquita.

A juíza auxiliar da CGJ-MA Kariny Reis (Planejamento Estratégico) apresentou a estrutura da Central de Análise de Desempenho, composta por seis monitores e outros equipamentos de informática que permitirão a análise detalhada dos dados mais relevantes das unidades. “A nova versão auxiliará no diagnóstico e na tomada de decisão pelo gestor da unidade, pois possibilita uma análise detalhada e fornece elementos para que possam ser traçadas estratégias, a partir do acompanhamento de desempenho de magistrados e servidores”, informou.

Na ocasião, o corregedor geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho, ressaltou que as novas funcionalidades do sistema Termojúris foram desenvolvidas dando continuidade a um importante projeto iniciado na gestão da desembargadora Anildes Cruz à frente da CGJ-MA (biênio 2016/2017), coordenado pelo juiz Gladiston Cutrim. “A Desembargadora Anildes deu uma grande

contribuição, investindo nessa ferramenta que agora ganha novas funcionalidades. Agradecemos o apoio da Presidência e o empenho da equipe de servidores que participam deste projeto”, observou.

O presidente do TJ, desembargador Joaquim Figueiredo, avaliou que a medida representa uma importante ferramenta para o Poder Judiciário, possibilitando o acompanhamento integral da prestação jurisdicional e contribuindo na busca por melhorias. “É uma medida que fortalece a atuação do Poder Judiciário perante a sociedade”, avaliou.

O vice-presidente do TJ, desembargador Lourival Serejo, avaliou que a ferramenta eleva o padrão tecnológico do Judiciário maranhense perante outros estados e países. “É uma iniciativa que vai ao encontro da priorização do investimento em tecnologia da informação, que hoje é discutida internacionalmente”, ressaltou.

NOVAS FUNÇÕES – As novas funcionalidades do sistema foram implementadas pela Diretoria de Informática, a partir dos estudos feitos por uma comissão formada pela juíza Kariny Reis e pelos servidores Maycon Wendel Silva, Danielle Mendes Mesquita, Eduardo Ferro Freire, Ivis Ribeiro Silva e Hayla Castelo Branco.

A nova versão do TermoJuris acrescentou relatórios que compilam dados dos sistemas de acompanhamento processual e de pessoal do Judiciário (PJe, Themis, Projudi, VEP, Mentorh), apresentando a evolução do acervo das unidades nos últimos 10 anos, bem como a produtividade de magistrados e servidores. Foram incluídos novos filtros de dados (período, tipo de informação), novas planilhas de exportação, novas variáveis em planilhas existentes, e melhoria nos layouts das telas. No painel Taxa de Congestionamento, foi criada uma extensão da linha temporal de mais dois anos no gráfico de barras de processos distribuídos, julgados e baixados; e de mais seis anos na linha temporal das taxas de congestionamento. Na versão anterior era possível visualizar os dados dos últimos três anos.

A partir de agora, a CGJ, juízes e servidores autorizados terão acesso a planilhas e gráficos que detalham o acervo total, o acervo não julgado e taxa de congestionamento, contendo diversas informações (sistema, número do processo, data de abertura, comarca, unidade, competência, classe CNJ, status do processo), dentre outros. Também será inaugurada uma versão específica para os secretários judiciais, reunindo dados de interesse desses servidores no acompanhamento do serviço de secretaria.

Foi criado ainda um filtro para identificação dos processos conclusos há menos 100 dias, e todos os processos conclusos. Na versão anterior era possível a extração de processos há mais de cem dias. “Uma nova gama de recursos está disponível nesta plataforma 2.0, como mais dados sobre a situação do processo (processos remetidos e processos suspensos e processos aguardando movimentação); aguardando movimentação há menos 100 dias, e todos os processos que aguardam movimentação, complementando a informação que já era disponibilizada na versão inicial”, informou a magistrada.

Melhorias nos painéis indicadores Meta Nacional; Homologação de Acordo; Audiências e Sessões do júri; Produtividade Magistrado, e criação de novos painéis, como o do Diagnóstico de Unidade Judicial – DUJ, são outras novidades elencadas pela Corregedoria.

O DUJ é a ferramenta que permite a análise compilada de dados dos últimos anos, estruturado no ano de 2018 pelo Planejamento Estratégico da Corregedoria, para auxiliar o juiz na gestão da unidade judicial. A ferramenta foi automatizada e agora está disponível para todas unidades.

Foi criada também, uma versão do TermoJuris que será restrita à CGJ. Nela, a mesa diretora do TJ terá uma ampla visualização dos dados das unidades judiciais, de forma agrupada ou individual, com alertas visuais gráficos que auxiliarão o corregedor nas funções de apoio, acompanhamento e fiscalização dos serviços judiciais do 1º Grau.

Assessoria de Comunicação da Corregedoria
Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão
asscom_cgj@tjma.jus.br
www.facebook.com/cgjm

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/424558>

Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

“É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte.”



Mutirão de cumprimento de atos processuais na comarca de Vargem Grande.

ENFRENTAMENTO | Corregedoria realiza mutirão de cumprimento processual na comarca de Vargem Grande

13

MAR

2019.12.03

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) iniciou, na segunda-feira (11), mutirão de cumprimento de atos processuais na comarca de Vargem Grande, por meio do Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais (NAUJ), sob coordenação do juiz auxiliar da CGJ Raimundo Bogéa, com o auxílio de equipe de servidores. O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, acompanha o movimento que representa a segunda etapa do Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual (PETCP).

O mutirão consiste principalmente na realização de triagem, localização, movimentações e atos ordinatórios como certificações e publicações em processos que estavam na Secretaria da unidade judicial. A primeira etapa do Programa de Enfrentamento em Vargem Grande aconteceu em abril do ano passado, com a Visita Estratégica da CGJ-MA e elaboração de plano de ações para a comarca, após identificação das principais dificuldades de funcionamento por meio do Diagnóstico da Unidade Judicial (DUJ). À época, tramitavam mais de 16 mil processos na vara única.

O juiz Raimundo Bogea ressalta que a Secretaria Judicial de Vargem Grande está bem organizada, após a iniciativa da servidora Máisa Carneiro Lima (secretária), que se deslocou à capital para receber orientações da Corregedoria sobre rotinas de fluxo processual.

O trabalho do mutirão objetiva ainda contribuir para agilizar os fluxos na secretaria, para que a unidade consiga fazer uma melhor distribuição de tarefas por servidor e, com isso, agilizar o trâmite dos processos. A equipe do mutirão é composta, além do juiz coordenador, pelos servidores Ana Priscila Andrade, José Carlos Ferreira da Silva, Maria Eugênia Marques Colins, Patrícia Coelho Silva, Hayla Castelo Branco e Francisco Assis Lima de Oliveira, além dos servidores da comarca de Vargem Grande.

PETCP - O Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual (PETCP) da CGJ-MA, que consiste em desenvolver medidas efetivas que possam contribuir para a diminuição das taxas de congestionamento de julgamento e de baixa processual na Justiça de 1º Grau do Maranhão. O PTECP faz parte do Planejamento Estratégico da CGJ-MA para ser executado nas comarcas que possuem maiores taxas de congestionamento no Estado.

O Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais (NAUJ) foi implantado dentro do Programa, para oferecer apoio às unidades judiciais, com o fim de reduzir o acúmulo da demanda judicial e melhorar a qualidade dos serviços prestados pela Justiça de 1º Grau, buscando atuar para reduzir as taxas de congestionamento de julgamento e de baixa.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/424614>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

 É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



Advogados de Vargem Grande e região apresentaram demandas sobre os serviços judiciários

INTERIOR | Advogados de Vargem Grande apresentam demandas ao corregedor-geral da Justiça

15

MAR

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, reuniu-se com advogados que atuam em Vargem Grande e comarcas da região, na quarta-feira (13), que relataram suas demandas em relação aos serviços judiciários. O corregedor-geral acompanhou a realização de mutirão de cumprimento de atos processuais na comarca de Vargem Grande, que acontece até esta sexta-feira (15), sob coordenação do juiz auxiliar da Corregedoria Raimundo Boga, com auxílio de equipe de servidores.

Na reunião, o desembargador frisou que essa é a segunda visita da CGJ a Vargem Grande, que foi incluída para receber medidas de melhoria por meio do Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual (PETCP), criado pela Corregedoria para apoiar as unidades judiciais com maiores acervos na Justiça de 1º Grau.

O desembargador informou que a Presidência do TJMA, por meio da Diretoria de Engenharia, está elaborando projeto de reforma e ampliação da estrutura predial do fórum de Vargem Grande, que deve ser iniciado ainda este semestre. O corregedor encaminhou sugestão para que a comarca seja priorizada no cronograma da Engenharia, objetivando oferecer melhores condições de trabalho aos servidores e advogados.

Outras medidas informadas pelo corregedor em relação à unidade judicial é a designação de juiz substituto para auxiliar o magistrado Paulo de Assis Ribeiro (titular) e realização de mutirão com um grupo de juízes no segundo semestre, considerando o elevado acervo e a alta demanda de distribuição mensal na comarca. “Reconhecemos todas as dificuldades que ainda se apresentam na comarca, mas estamos trabalhando para oferecer uma prestação jurisdicional mais eficiente à população da região”, afirmou.

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB Subseção Chapadinha), Lourival Soares, reconheceu o empenho dos

juízes de Vargem Grande e Chapadinha na prestação de serviços de qualidade, ressaltando o esforço do juiz Paulo de Assis para dar vazão aos processos da Secretaria. “Ficamos satisfeitos com a visita do corregedor nas comarcas do interior, o que representa uma valorização e dignifica o trabalho do Judiciário perante a população e os advogados”, observou.

Assessoria de Comunicação da Corregedoria
Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão
asscom_cgj@tjma.jus.br
www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgi/visualiza/publicacao/424655>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

“ É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. ”



Corregedor-geral apresentou dados sobre o trabalho realizado em 2018, na sessão Plenária do TJMA. (Foto: Josy Lord/CGJMA).

TRANSPARÊNCIA | Corregedor apresenta ao Pleno do TJ o Relatório Anual de Atividades de 2018

20

MAR

Em cumprimento ao art. 6º, inciso XXVIII do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), o ^{2019 11:42}corregedor-geral, desembargador Marcelo Carvalho Silva, apresentou o [Relatório Anual de Atividades referente ao ano de 2018](#) ao Plenário do Tribunal de Justiça, durante a sessão administrativa desta quarta-feira (20). O Código de normas determina que cabe ao corregedor encaminhar ao Plenário, até 31 de março de cada ano, relatório anual das atividades da Corregedoria.

Na oportunidade, o magistrado ressaltou que o Relatório foi disponibilizado aos demais membros em mídia eletrônica (pen drives), com versões em vídeo e no formato de texto já disponibilizadas na página da Corregedoria e no canal da CGJ-MA no Youtube. “Estamos seguindo a política de sustentabilidade e evitando o uso do papel que seria necessário para impressão dos documentos”, ressaltou.

Relatório de Atividades 2018



A primeira parte - “Planejamento e Gestão” - apresenta as ações criadas para buscar o aprimoramento da gestão processual nas unidades da Justiça de 1º Grau, como a implantação do Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento, que criou o Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais (NAUJ) e as Semanas de Baixa Processual, entre outras medidas e instrumentos que buscam garantir uma atenção maior da Corregedoria frente às dificuldades enfrentadas por servidores e magistrados, principalmente do interior. “Com a Presidência do Tribunal, inauguramos o programa televisivo do Poder Judiciário, uma ferramenta muito importante no objetivo de levar o nosso trabalho e informações até o cidadão comum. Uma parceria firmada com o PROCON permitiu a instalação de um posto de atendimento do órgão dentro do Fórum de São Luís, facilitando o acesso do cidadão aos serviços de informação e conciliação” cita o corregedor no documento.

O documento ainda ressalta a regularização e sistematização de diversas situações administrativas e processuais, tanto no âmbito da Justiça de 1º Grau quanto das Serventias Extrajudiciais, buscando desburocratizar determinados atos para tornar mais céleres procedimentos de interesse do cidadão; o apoio às ações da Coordenadoria Estadual da Mulher do TJMA, como as Semanas da Justiça pela Paz em Casa, em respeito ao compromisso de priorizar o combate à violência doméstica e familiar contra a mulher; a realização do “1º Mega Leilão Estadual de Veículos Automotores”, que disponibilizou 562 veículos para alienação, entre caminhões, caminhonetes, motos e reboques, alcançando a venda de 98% dos bens e apurando o total de R\$ 1.645.000,00, entre outras.

JUSTIÇA DE 1º GRAU - A parte sobre “Aprimoramento da Justiça de 1º Grau” mostra as visitas do Corregedor a mais de 20 comarcas durante o ano de 2018, onde foram identificadas as principais dificuldades no funcionamento dos serviços judiciais, com medidas imediatas e orientações sobre novas rotinas e procedimentos de gestão processual. A segunda parte do relatório mostra ainda outras ações, iniciativas e providências que impactam na prestação jurisdicional no 1º Grau.

EXTRAJUDICIAL - A terceira parte - “Extrajudicial e combate ao sub-registro” - agrupa as informações relativas à atuação da Corregedoria Geral junto aos cartórios extrajudiciais – como alterações normativas, medidas de desburocratização de serviços para serem concretizados diretamente nos cartórios; além daquelas ações voltadas à erradicação do sub-registro no Maranhão.

A CGJ estabeleceu regras mais objetivas e específicas quanto à gestão de serventias ocupadas por interinos ou interventores; a Portaria Conjunta Nº 8/2018 determinou que os serventuários extrajudiciais devem encaminhar trimestralmente à Corregedoria as certidões de regularidade trabalhista, previdenciária, social e fiscal, relativas ao recolhimento de valores do FGTS e ao INSS, Imposto de Renda e ISS. Em 2018, a arrecadação das serventias em interinidade alcançou a marca de 9 milhões e 300 mil reais, de acordo com dados do Ferj, um aumento de 153% em relação anterior.

O combate ao sub-registro no estado do Maranhão também foi uma prioridade da Corregedoria em 2018, por meio da ampliação dos postos de registro civil e dos mutirões para emissão do documento.

Por meio do Provimento Nº 18/2018, a Corregedoria estabeleceu que todos os municípios do Maranhão onde exista estabelecimento de saúde que realize a partir de 300 partos por ano devem instalar postos avançados de registro civil. Somente este ano, nove postos de registros civil foram instalados em maternidades da capital e do interior, por meio de parceria com a Secretaria Estadual de Direitos Humanos e as Serventias Extrajudiciais. Também importantes para o combate ao subregistro foram os Provimentos Nº 28/2018 e 32/2018, estabelecendo procedimentos unificados em relação aos pedidos de registro de nascimento tardio, e permitindo que as restaurações de nascimento e casamento possam ser feitas diretamente nas serventias de Registro Civil, independentemente de apreciação judicial. “A nossa Corregedoria passou a integrar o Fórum Fundiário dos Corregedores-Gerais da Justiça da região Matopiba, formado pelos corregedores do Tocantins, do Piauí, e da Bahia, com o objetivo de discutir os problemas fundiários comuns aos quatro estados”, frisa a apresentação.

A parte final do Relatório mostra ações de integração e diálogo da CGJ, como a participação do corregedor-geral nos Encontros

do Colégio de Corregedores Gerais dos Tribunais de Justiça (ENCOGE), visitas e reuniões institucionais para tratar de temas comuns e avançar na busca de soluções compartilhadas.

O Relatório traz ainda as informações sobre as atividades desenvolvidas em 2018 pelo Fórum de São Luís e pelos setores administrativos da Corregedoria Geral da Justiça.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/424731>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

 É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



Ilustração

PRODUTIVIDADE | Cresce o número de sentenças e tarefas processuais na Justiça de 1º Grau do MA

27

MAR

Os magistrados de 1º Grau do Maranhão elevaram em 32,25% a produtividade relacionada ao número de sentenças prolatadas no mês de fevereiro, em relação ao mesmo período de 2018. No acumulado dos dois primeiros meses de 2019, os juízes maranhenses alcançaram um crescimento de 24,49% no julgamento das ações judiciais. Os dados foram extraídos da versão 2.0 do sistema TermoJúris da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), lançada recentemente pelo desembargador Marcelo Carvalho Silva, corregedor-geral da Justiça.

Os juízes também proferiram 60.724 decisões e 179.228 despachos, nos dois primeiros meses do ano, totalizando, com as sentenças, 278.623 tarefas processuais realizadas. Outro dado apresentado é o número de audiências judiciais realizadas de janeiro a fevereiro deste ano, foram 32.718 atos praticados pelos magistrados.

Em 2018, os juízes de 1º Grau registraram 1,5 milhão de tarefas processuais realizadas ao longo de 12 meses. Foram 283.594 sentenças; 391.638 decisões; e 826.862 despachos, que finalizaram e/ou impulsionaram as ações judiciais em trâmite.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, lembra que os magistrados e servidores agora contam com uma ferramenta capaz de apresentar um panorama dos serviços judiciais de cada unidade, permitindo melhor acompanhamento e subsidiando medidas de melhoria. “A preocupação do Poder Judiciário é cada vez mais aprimorar os serviços e melhorar o tempo de resposta ao jurisdicionado, que é o principal objetivo”, observa.

ENFRENTAMENTO - A CGJ implantou, no dia 10 de abril de 2018, o Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual (PETCP), iniciado pela Comarca de Barreirinhas, e trabalhado em diversas outras comarcas e unidades judiciais. Mutirões processuais determinados pelo corregedor são efetivados junto às unidades judiciais por meio do Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais – NAUJ, coordenado pela juíza Kariny Reis Bogéa, responsável pelo Planejamento Estratégico da CGJ.

O PETCP objetiva a diminuição das taxas de congestionamento de julgamento e de baixa processual na Justiça de 1º Grau do Maranhão, e faz parte do Planejamento Estratégico da CGJ-MA, executado nas comarcas com maiores taxas de congestionamento. O Programa também atende ao macrodesafio ligado à celeridade e à produtividade, definido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para ser buscado até 2020 pelo Poder Judiciário.

Márcio Rodrigo

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/424800>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

“É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte.”



ADVOGADOS E CORREGEDOR ASSINARAM TERMO DE COMPROMISSO

ENFRENTAMENTO | Corregedoria adota medidas para melhoria do funcionamento da comarca de São Mateus

11

ABR

Desde a última segunda-feira (08), uma equipe de servidores da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), coordenada pelo Juiz Auxiliar, Raimundo Bogéa, está na Comarca de São Mateus, realizando um trabalho de levantamento do fluxo de processos, tanto da Justiça Comum, quanto do Juizado Especial Cível e Criminal, por meio do Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais (NAUJ). São Mateus também responde pelo Termo Judiciário de Alto alegre do Maranhão. “Vamos também promover ações para que todos os processos do Juizado Cível sejam catalogados e localizados no sistema, até a próxima sexta-feira”, garantiu o juiz.

Na terça-feira (09), o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, esteve reunido com o juiz titular da comarca de São Mateus, Ricardo Augusto Figueiredo Moisés, para tratar de assuntos relacionados à questão estrutural do prédio; número de servidores disponíveis; organização de processos e acervo processual.

Na reunião, o juiz agradeceu o corregedor pelas medidas que já vêm sendo tomadas para melhorar a situação da comarca. O magistrado também agradeceu o apoio da OAB Subseção I Bacabal; do Ministério Público, por meio da Promotoria de Justiça de São Mateus e da Defensoria Pública do Estado. “Fiquei muito feliz em saber que a promotora Alessandra Darub, que é bem atuante, principalmente em projetos sociais, será nossa parceira, e também pela colaboração dos advogados da OAB Bacabal e da Defensoria Pública do Estado, que, graças ao corregedor Marcelo Carvalho, que conversou com o Defensor Geral, foi garantido o envio de alguns defensores para participarem do Mutirão, logo após a correição”, frisou.

ADVOGADOS - Na quarta-feira (10), o desembargador Marcelo Carvalho reuniu-se com a representante da OAB Subseção Bacabal, Andréia Silva Furtado e advogados da região, para tratar das demandas da categoria. A principal reivindicação dos advogados

é quanto ao acúmulo de sentenças, o que foi de imediato determinado pelo corregedor para que se faça primeiro uma Correição Ordinária, durante 15 dias úteis, prorrogáveis por mais 15, e depois um Mutirão. Os advogados se comprometeram em participar fazendo a divulgação e relacionando todos os processos que estejam prontos para serem julgados, mas que ainda deverão passar pela avaliação do juiz titular de São Mateus.

A representante da OAB Bacabal falou que “muitos advogados estão desmotivados pela quantidade de processos parados” e que a ida a São Mateus do corregedor é primordial para que os processos realmente caminhem para a solução. “Na reunião, ele estava aberto às nossas reivindicações e ainda acatou todas as nossas críticas e o melhor foi que assinamos um Termo de Compromisso”, disse a advogada.

Ao final, foi assinada a Carta de São Mateus, contendo os cinco pontos discutidos na reunião com os advogados, assinados pelo corregedor-geral des. Marcelo Carvalho Silva e pela presidente da Subseção da OAB-Bacabal, Andréia da Silva Furtado.

O desembargador Marcelo Carvalho agradeceu o juiz Ricardo Moisés pelo fato de ter aceitado assumir a Comarca de São Mateus. Ele garantiu de imediato melhorias na estrutura do prédio; realização de Correição Ordinária e Extraordinária; suspensão do atendimento ao público por trinta dias, para reestruturar toda a Comarca; a entrega pelos advogados da relação dos processos prontos para sentença. Após a Correição, será realizado um Mutirão para julgar os processos relacionados, que contará com o apoio servidores e juízes.

Heider Lucena

Assessoria de Comunicação da CGJ/MA

(98) 3198-4624

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/424984>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

 É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



Corregedor acompanhou o encerramento do mutirão na comarca

ENFRENTAMENTO | Mutirão da CGJ no Fórum de São Mateus movimentou quase 3 mil processos de Juizado

15

ABR

Na última sexta-feira (12), uma equipe de servidores do Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais (NAUJ), da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), coordenada pelo juiz auxiliar Raimundo Bogéa, encerrou o trabalho de organização e fluxo de processos de competência do Juizado Especial Cível da comarca de São Mateus, assim como do acervo de petições. O trabalho em mutirão atualizou no Sistema ThemisPG 2.995 processos físicos que se encontravam sem movimentação desde 2017, como juntada de AR's e mandados pendentes.

Durante o encerramento dos trabalhos, estiveram presentes o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva; a representante da OAB Subseção Bacabal, Andréia Silva Furtado; e a conselheira estadual da OAB-MA, dra. Marlúcia Viana, representando o presidente da Ordem, Thiago Diaz e advogados da região.

A Conselheira elogiou a iniciativa do presidente do TJ e do corregedor, que buscam melhorar o atendimento do jurisdicionado nas comarcas do interior. “É um momento ímpar para o jurisdicionado desta Comarca. Quem realmente será beneficiado por toda a organização implantada, é a comunidade de São Mateus. O presidente do TJ-MA, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos e o corregedor, desembargador Marcelo Carvalho estão de parabéns por essa medida”, enfatizou.

Na oportunidade, o juiz titular da comarca, Ricardo Augusto Figueiredo Moyses anunciou que será instalada, no próximo dia 29 de abril de 2019, a Correição Geral Extraordinária na secretaria judicial da vara única e nas serventias extrajudiciais da comarca. Durante as atividades correicionais, os prazos processuais serão suspensos e retomados ao término dos trabalhos. O magistrado agradeceu o trabalho feito pelos servidores do NAUJ, diante do elevado acervo processual da comarca de São Mateus. “Assumir a

unidade judicial, como ela está, é um grande desafio. Mas, eu tenho a certeza que, com o apoio que temos recebido da Corregedoria, vamos superar todos eles”, frisou.

O desembargador Marcelo Carvalho Silva agradeceu o empenho de toda a equipe de servidores e aproveitou para anunciar que o presidente do TJ-MA, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos autorizou que em breve será instalada a 2ª Vara de São Mateus. “É com muita alegria e satisfação que divulgo esta notícia em primeira mão pra vocês e posso garantir que, com o apoio do nosso Tribunal, nós vamos melhorar a performance desta Comarca”, encerrou.

Foram responsáveis pelos serviços do mutirão - iniciado na segunda-feira (8) - os servidores Ana Priscila Andrade, Maria Eugênia Marques (9ª Vara Cível da capital), Ana Carolina Pinheiro (5ª Vara Cível), José Carlos Ferreira (4ª Vara Cível) e Ana Patrícia Carvalho (CGJ-MA).

ACERVO - Diagnóstico do sistema “Termojuris”, da Corregedoria da Justiça, indica a existência de 17.153 mil processos no acervo total de processos ativos da comarca de São Mateus, incluindo o termo judiciário de Alto alegre do Maranhão, sendo 10.363 cíveis, 3.872 criminais.

Heider Lucena

Assessoria de Comunicação da CGJ-MA

(98) 3198-4624

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgi/visualiza/publicacao/425024>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

“ É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. ”



ilustração.

MUTIRÃO | Juízes do Maranhão baixaram quase 25 mil processos em três dias

17

MAI

Desde segunda-feira (13) até esta quarta-feira (15), as unidades da Justiça de 1º Grau do Maranhão baixaram o total de ^{2019 09:42} 24.604 processos, que foram arquivados definitivamente e retirados dos acervos. Até esta sexta-feira (17), 263 unidades judiciais, entre varas, juzizados e os plantões judiciários de todo o Estado realizam o procedimento, que faz parte da III Semana de Baixa Processual, instituída pela Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) por meio do Provimento Nº 10/2018, como parte do Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual.

Segundo relatório divulgado pela Corregedoria Geral da Justiça, no primeiro dia do mutirão foram baixados 8.684 processos; no segundo dia 8.438 processos e no terceiro dia 7.482. A baixa processual ocorre com a retirada dos processos judiciais de forma definitiva dos sistemas, em razão de arquivamento.

As 10 unidades que baixaram a maior quantidade de processos nos três primeiros dias do mutirão foram a 2ª Vara de Pinheiro (793); a 1ª Vara de Interdição e Sucessões: Tutela, Curatela e Ausência da Comarca de São Luís (658); a vara única de Carolina (597); a 1ª Vara de Barra do Corda (594); a vara única de Vitória do Mearim (589); a 1ª Vara de Maracaçumé (507); a 2ª Vara de Codó (499); a 6ª Vara da Família de São Luís (468); a vara única de Santo Antônio dos Lopes (466) e a 3ª Vara Cível de São José de Ribamar (454).

As informações diárias sobre a quantidade de processos baixados durante a Semana de Baixa estão sendo divulgados na página da CGJ-MA, no menu [“Downloads”](#). Nas duas edições da Semana de Baixa Processual realizadas pela CGJ no ano passado foram baixadas quase 60 mil ações judiciais.

A Semana de Baixa Processual acontece até esta sexta-feira (17), com o objetivo principal de reduzir o acervo de processos e a taxa de congestionamento nas unidades judiciais de 1º Grau do Maranhão. O esforço concentrado também consiste na realização de intimações e certificações de trânsito em julgado, e são realizados por todos os servidores das unidades, com a supervisão dos juízes titulares, auxiliares ou substitutos, podendo suspender o atendimento ao público durante o período.

Segundo o Provimento Nº 10/2018, assinado pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, a instituição da Semana de Baixa Processual considerou, entre outros, a necessidade de concentrar esforços para uma prestação jurisdicional mais célere; a taxa de congestionamento evidenciada pelo Relatório Justiça em Números 2017/Ano-base 2016, do CNJ; que uma das metas prioritárias do Poder Judiciário é a efetiva redução do estoque de processos; e o princípio constitucional da duração razoável do processo.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgi/visualiza/publicacao/425363>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

 É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



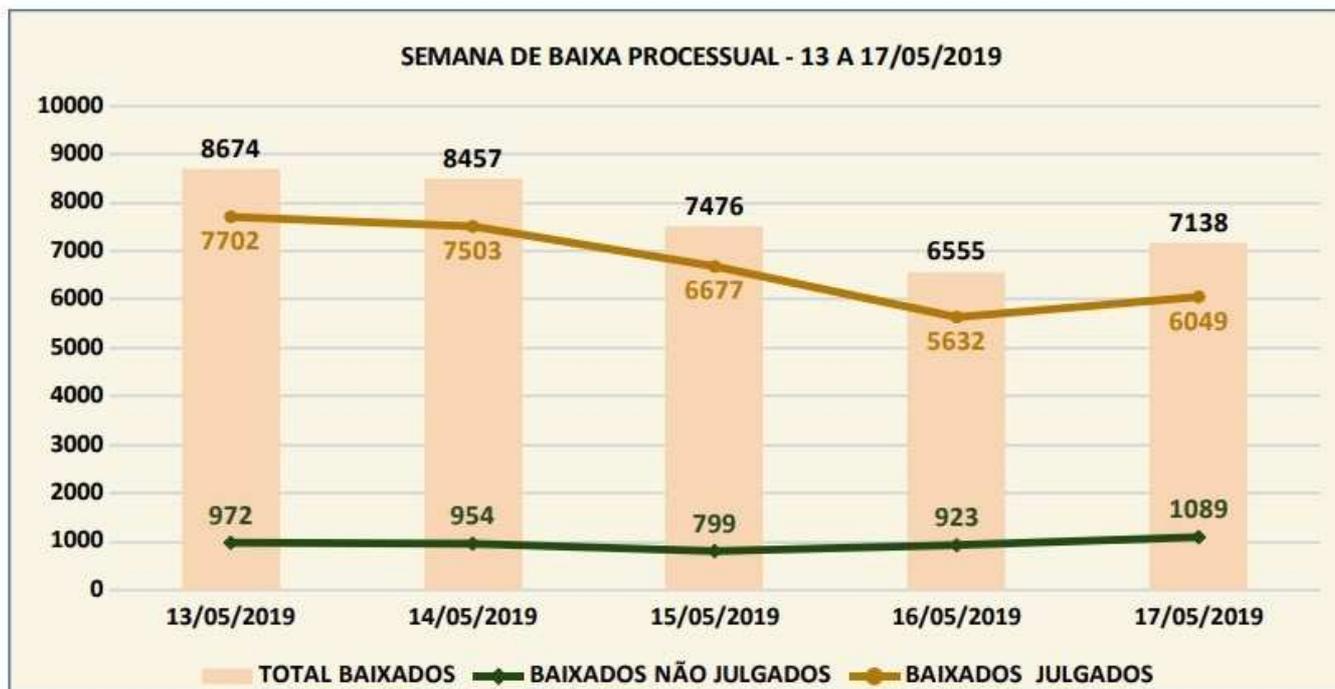
Ilustração

MUTIRÃO | Justiça de 1º Grau do Maranhão retirou mais de 38 mil processos do acervo durante a Semana de Baixa

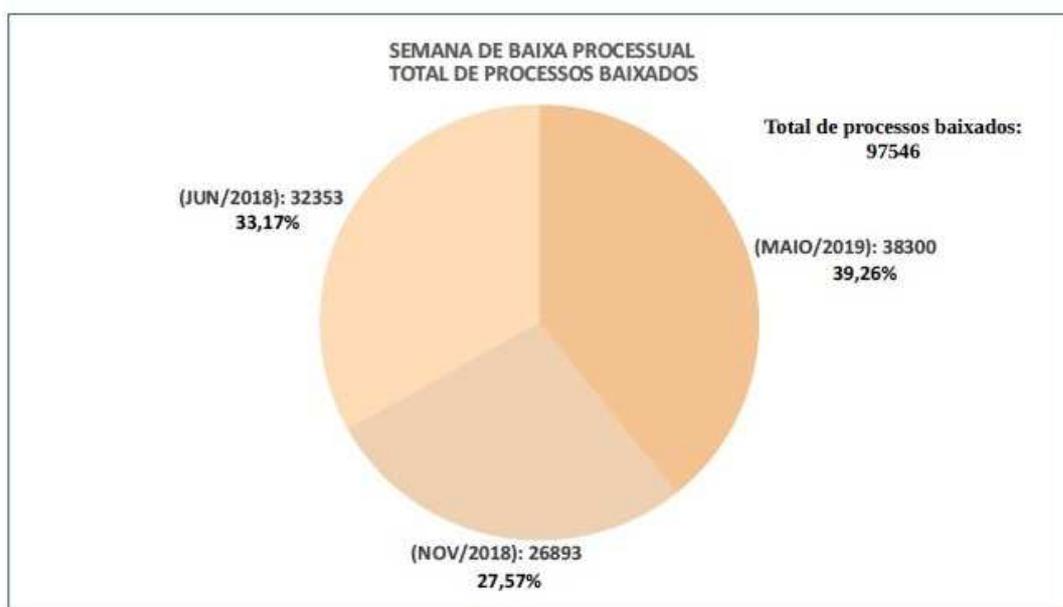
30

MAI

No período de 13 a 17 de maio, a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ/MA) realizou a III Semana de Baixa Processual, com a participação de 272 unidades da Justiça de 1º Grau do Maranhão, entre varas e juizados. Ao todo, as unidades baixaram 38.300 processos judiciais, que foram arquivados definitivamente e eliminados dos acervos e sistemas de controle processual. Essa foi a primeira edição do mutirão realizada em 2019, totalizando 97546 processos baixados somados os resultados das duas edições da Semana de Baixa de 2018.



Segundo relatório da Estatística da CGJ-MA, do total de processos baixados no mutirão, 12,37% foram processos não julgados (4737), enquanto 83,67% foram processos já julgados nas unidades judiciais (33563). Segundo o relatório, o impacto das semanas de baixa sobre o total de processos baixados na Justiça maranhense entre 2018 e 2019 foi de 20,09%.



As 10 unidades judiciais do Estado que baixaram a maior quantidade de processos foram a 2ª Vara de Pinheiro (1127); a 1ª Vara de Interdição e Sucessões de São Luís (1018); a vara única de Carolina (941); a 1ª Vara de Barra do Corda (826); a 1ª Vara de Maracaçumé (773); a 6ª Vara da Família de São Luís (706); a vara única de Vitória do Mearim (662); a 3ª Vara Cível de São Luís (642); a vara única de Parnarama (588) e a vara única de Santo Antonio dos Lopes (570). Os relatórios diários de acompanhamento do mutirão estão disponíveis na página da CGJ (www.tjma.jus.br/cgi), no link "[Institucional/Downloads](#)".

A Semana de Baixa Processual foi instituída pela Corregedoria por meio do Provimento N° 10/2018, como parte do Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual, que prevê visitas, orientações e planos de ação para contribuir com a melhoria no funcionamento das unidades judiciais que enfrentam mais dificuldades, como maior demanda processual e taxas de congestionamento de julgamento e de baixa. O esforço concentrado também consiste na realização de intimações e certificações de trânsito em julgado, e são realizados por todos os servidores das unidades, com a supervisão dos juízes titulares, auxiliares ou substitutos, podendo suspender o atendimento ao público durante o período.

Para a juíza auxiliar da CGJ responsável pelo Planejamento Estratégico, os resultados da primeira Semana de Baixa deste ano demonstram maior esforço de magistrados e servidores no objetivo de retirar processos do acervo, o que contribui também para

melhorar o controle sobre o quantitativo de processos em tramitação nos sistemas do Judiciário maranhense. “O mutirão também objetiva chamar atenção para a importância do procedimento de baixa processual durante todo o ano, o que contribui para a melhoria dos índices de produtividade nas secretarias judiciais”, avalia.

Segundo o [Provimento Nº 10/2018](#), assinado pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, a instituição da Semana de Baixa Processual considerou, entre outros, a necessidade de concentrar esforços para uma prestação jurisdicional mais célere; a taxa de congestionamento evidenciada pelo Relatório Justiça em Números 2017/Ano-base 2016, do CNJ; que uma das metas prioritárias do Poder Judiciário é a efetiva redução do estoque de processos; e o princípio constitucional da duração razoável do processo.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

(98) 3198-4624

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgi/visualiza/publicacao/425530>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



Ilustração

FALA AÍ, JUIZ | Juíza Jaqueline Caracas faz esclarecimentos sobre Registro Civil

10

JUN

2019 11:51

A juíza auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) Jaqueline Caracas, responsável pelo trabalho do órgão junto às Sereventias Extrajudiciais (cartórios), participa do "Fala Aí, Juiz", esclarecendo questões a respeito do registro civil de pessoas naturais. Assista:

FALA AÍ, JUIZ | Registro Civil



Assessoria de Comunicação

asscom_cgj@tjma.jus.br

(98) 3198-4624

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgi/visualiza/publicacao/425664>

Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.



NAUJ | Mutirões na 7ª Vara Cível de São Luís e 2ª Vara Criminal de Ribamar resultam em quase 1200 sentenças judiciais

18

JUN

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) fez um balanço do esforço concentrado realizado na 7ª Vara Cível Comarca de São Luís e na 2ª Vara Criminal de São José de Ribamar, diante da necessidade de reduzir os índices de congestionamento de julgamento e de baixa processual, segundo apontados em diagnóstico feito pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em correição judicial.

Na 7ª Vara Cível foram realizados 15 mutirões semanais, para dar andamento aos processos conclusos para sentença, mas parados há mais de 100 dias na unidade, sendo analisados pela equipe do Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais (NAUJ) o total de 1.313 processos, 874 físicos e 439 eletrônicos. Destes, 966 foram sentenciados, 97 decididos e 250 despachados.

Já na 2ª Vara Criminal de Ribamar, foram realizados cinco mutirões semanais. O NAUJ recebeu 391 processos para analisar, dos quais resultaram 227 sentenças, 113 decisões e 51 despachos.

Os juízes colaboradores do NAUJ direcionaram os esforços para impulsionar os processos conclusos para sentença parados há mais de 100 dias e, em parceria com os servidores das unidades, também movimentaram os processos pendentes de decisões ou despachos há mais de 100 dias.

Após os trabalhos, a 7ª Vara Cível reduziu a taxa de congestionamento de julgamento em 12% e a taxa de congestionamento de baixa em 5%. E na 2ª Criminal de Ribamar, a taxa de congestionamento de julgamento reduziu em 8% e a taxa de congestionamento de baixa caiu 3%.

SECRETARIA – As ações do NAUJ também chegaram à secretaria judicial, onde os procedimentos foram revistos e

reorganizados, com a triagem e localização dos processos por assunto e ato processual, arrumação das prateleiras conforme os prazos, divisão de acompanhamento dos processos por dígito e mudança de apresentação das estantes.

Após concluída a análise, julgamento ou decisão nos processos, é feita a movimentação dos autos no sistema de gerenciamento processual de processos do 1º Grau – Themis Pg. Os trabalhos do mutirão próxima unidade jurisdicional a sediar os trabalhos do NAUJ será a 2ª Vara da Fazenda Pública da capital, cujo mutirão processual deverá ser realizado na primeira semana de julho.

Os mutirões foram realizados pelos juízes e servidores do Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais (NAUJ) da Corregedoria Geral da Justiça no período de novembro do ano passado a maio deste ano, quando também foi implementado um modelo de padronização de rotinas e fluxos de processos físicos e eletrônicos, com o objetivo de racionalizar as atividades e dar vazão à demanda acumulada de processos.

Helena Barbosa

Assessoria de Comunicação da Corregedoria

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/425865>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

 É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



Ilustração

TRANSPARÊNCIA | Corregedoria disponibiliza dados mensais de produtividade para consulta pública

05

JUL

Com o objetivo de observar os princípios de publicidade e transparência, a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) estabeleceu a obrigatoriedade de divulgação mensal, para fins de consulta pública, [dos dados de produtividade de juízes e unidades jurisdicionais de 1º Grau do estado do Maranhão](#). A norma foi disciplinada por meio do [Provimento N° 33/2019](#), assinado pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva.

Segundo o Provimento, é obrigatória a divulgação mensal dos dados de produtividade, coletados através do sistema TermoJuris – ferramenta da CGJ que permite a visualização e acompanhamento online de informações sob o aspecto quantitativo e de produtividade de todas as comarcas do Maranhão, através de dados colhidos dos sistemas de controle processual do Judiciário maranhense. Os dados serão atualizados mensalmente, sendo disponibilizados até o quinto dia útil de cada mês, por meio de link na página inicial da CGJ-MA.

O link para acesso às informações está disponível na [página principal da Corregedoria](#) (www.tjma.jus.br/cgj), apresentando dados individualizados sobre a produtividade mensal de [juízes titulares](#) e [auxiliares](#), com informações do acervo de processos, número de despachos, decisões, sentenças, entre outros. Até o quinto útil do mês subsequente, a Corregedoria também encaminhará para publicação no Diário de Justiça Eletrônico (DJE), [relatório contendo os dados de produtividade mensal de todas as unidades jurisdicionais do Estado](#).

A medida de disponibilizar os dados de produtividade da Justiça de 1º Grau para acesso público leva em consideração a previsão constitucional do acesso à informação como direito fundamental; do acesso a informações sobre atos de governo na disciplina da Administração Pública (art. 37, § 3º, II) e ainda a exigência de publicidade dos julgamentos e fundamentação das decisões judiciais (art. 93, XI).

Além disso, considera que a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão prevê o direito de pedir contas a todo agente público pela sua administração (arts. 14, 15 e 19); e que na Convenção Americana de Direitos Humanos está contido o direito de procurar, receber e difundir informações (art. 13.1). “Considerando que a transparência na gestão pública está diretamente relacionada ao princípio da publicidade, caracterizando-se não só como direito do cidadão, mas também como política pública e princípio democrático; que a prestação jurisdicional tem como destinatária toda a população e a essa é devida ampla divulgação do trabalho do Poder Judiciário”, fundamenta o Provimento.

O documento cita ainda a jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal (STF), segundo a qual o interesse público deve prevalecer na aplicação dos Princípios da Publicidade e Transparência, não extrapolando o poder regulamentar da Administração a edição de portaria ou resolução que apenas discipline a forma de divulgação de informação que interessa à coletividade, com base em princípios constitucionais e na legislação de regência.

Segundo o corregedor-geral da Justiça, a medida visa a garantir o direito de acesso à informação aos cidadãos, que por meio da plataforma poderão acompanhar o trabalho realizado pelos membros do Judiciário de cada comarca do Estado. “Qualquer pessoa do povo poderá consultar as informações sobre os serviços prestados pelo Poder Judiciário, considerando tratar-se de serviço destinado e custeado pela sociedade”, observa.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA)

asscom_cgj@tjma.jus.br

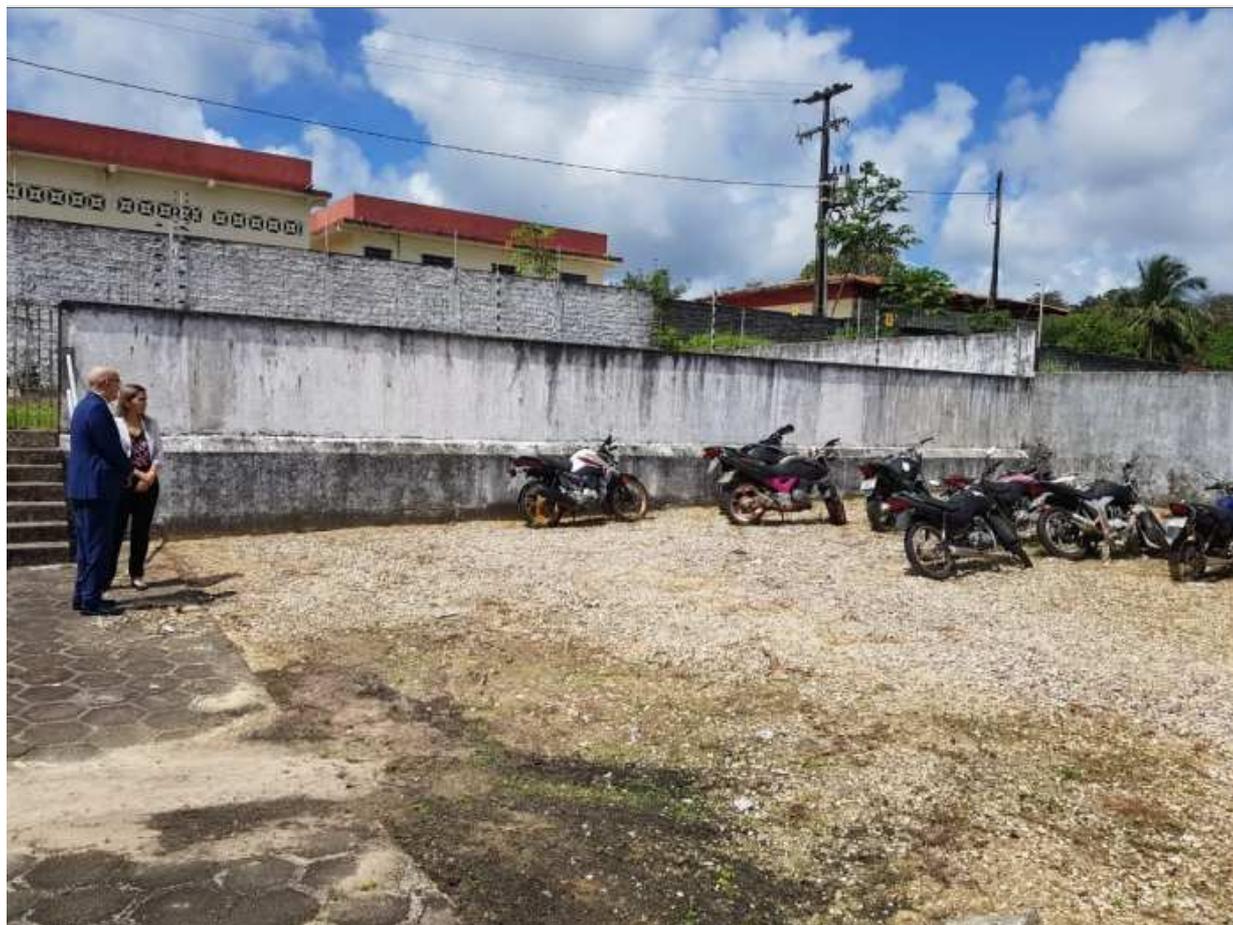
(98) 3198 4624

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/426047>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

 É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



Corregedor durante visita ao fórum de Carutapera

VISITA | Corregedor-geral avalia funcionamento do Fórum de Carutapera

05

JUL

Nesta quarta-feira (3), o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho, visitou as instalações do fórum judicial da comarca de Carutapera (548 km da capital), onde conversou com servidores e com a juíza titular, Glauce Ribeiro da Silva, sobre as condições físicas do prédio e funcionamento dos serviços jurisdicionais. O desembargador também esteve esta semana na comarca de Cândido Mendes, que passa por correição judicial.

Durante a visita, a magistrada e os servidores solicitaram algumas medidas de melhoria, em relação ao apoio tecnológico e estrutural do fórum. Em contato com a presidência e Diretorias do TJMA, foram garantidas melhorias como instalação de cinco novos arcondicionados, oito computadores, no breaks, além de serviços de reparo estrutural e estéticos, com o fim de oferecer melhores condições ambientais de trabalho. “Os serviços judiciais da comarca estão bem organizados pela magistrada e pela Secretaria Judicial, garantindo o acesso da comunidade aos serviços da Justiça”, avaliou.

Devido à dificuldade de acesso verificada pelo corregedor em visitas realizadas desde o início da gestão, ele afirmou que a Corregedoria vai realizar estudo, com base em normas de outros tribunais e da Justiça Federal, para propor à Presidência e ao Pleno do TJMA a criação de gratificação para servidores e magistrados que atuam em comarcas como Carutapera, Arame, Cândido Mendes, Alto Parnaíba e Turiaçu, além da disponibilização de veículos. “A comarca de Carutapera fica próxima ao estado do Pará, uma região com uma série de problemas de acesso e de segurança”, observa.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça

asscom_cgj@tjma.jus.br

(98) 31984624

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgi/visualiza/publicacao/426059>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

“ É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. ”



Corregedor-geral durante mutirão de audiências em Barreirinhas

RESULTADOS | Mutirão em Barreirinhas realizou mais de 1.100 atendimentos e 500 audiências

17

JUL

O Poder Judiciário da Comarca de Barreirinhas divulgou os resultados do mutirão de audiências realizado pela unidade judicial no período de 08 a 12 de julho, coordenado pelo juiz titular, Fernando Jorge Pereira. Foram realizadas 509 audiências criminais, cíveis, e do juizado, proferidas 222 sentenças e atendidas mais de 1.100 pessoas nos cinco dias de mutirão, que aconteceram simultaneamente em 11 salas do Instituto Federal do Maranhão (IFMA Campus Barreirinhas).

As audiências de instrução de processos criminais contaram com o suporte dos juízes Artur Gustavo do Nascimento (Juizado Cível e Criminal de Pedreiras), Denise Pedrosa (4a Vara de Santa Inês), Edilza Barros (1a Vara Criminal de Imperatriz), José Augusto Sá Leite (2a Vara de Rosário), e Tonny Carvalho Araújo Luz (titular da 2a Vara de Balsas), que foram designados para a força-tarefa por meio do Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais (NAUJ), da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA).

Foram realizadas 183 audiências de instrução e julgamento criminais, 71 audiências de conciliação, instrução e julgamento do Juizado Especial Cível, 234 audiências preliminares do Juizado Especial Criminal, e 21 audiências de conciliação de natureza cível, totalizando 509 audiências e resultando em 222 sentenças, sendo que nos demais processos foram realizadas instrução e prolatados atos diversos, como decisões e despachos. Atuaram junto ao magistrado os promotores de Justiça e Conciliadores, sendo que trabalharam nessa condição os servidores da Justiça Comum e da Promotoria de Justiça. “Foi um grande trabalho em equipe, com total

suporte dos servidores do Judiciário de Barreirinhas e de outros servidores indicados pelos juízes que auxiliaram junto ao mutirão”, ressaltou Fernando Jorge.

Para o funcionamento do evento, foram disponibilizadas 11 (onze) salas de audiências, todas com pleno funcionamento do acesso à rede mundial de computadores com conexão aos sistemas Themis PG e PJe, dentre elas, sete com sistema de audiovisual, equipadas pelo Tribunal de Justiça (TJMA), por meio da Diretoria de Informática.

Também atuaram no mutirão em Barreirinhas advogados constituídos e dativos. “Como não existe Defensoria Pública no Município, para mais de 60% dos processos criminais foram nomeados advogados dativos voluntários, sendo 31 o total de participantes. Os mesmos foram recrutados em um Programa que existe na Comarca de Barreirinhas concebido em dezembro de 2018 e em vigor desde fevereiro de 2019, inscrito no Prêmio Innovare, inclusive”, destacou o magistrado.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, participou do encerramento do mutirão e do casamento comunitário realizado no dia 11, onde ressaltou os impactos da iniciativa no funcionamento da comarca de Barreirinhas, especialmente a celeridade processual. “É uma medida que atende aos anseios da comunidade de resolver mais rapidamente suas demandas perante o Poder Judiciário”, frisou.

APOIO – O juiz Fernando Jorge Pereira ressaltou o apoio para o mutirão da Corregedoria Geral de Justiça, através do Programa de Enfrentamento à Taxa de Congestionamento; do Tribunal de Justiça do Maranhão, através da Diretoria de Informática e Divisão de Patrimônio; a Escola Superior da Magistratura (ESMAM), com a realização de um Curso de Formação de Conciliadores, no período de 24 a 28 de junho em Barreirinhas, no mesmo IFMA; a Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão, com a designação de promotores de Justiça; a Delegacia de Polícia Regional de Barreirinhas, com a notificação das partes no momento da lavratura do T.C.O. - diminuindo a necessidade de expedição de mandados e cumprimento por oficiais de Justiça; o IFMA, com a cessão de toda a estrutura física para a realização do evento: salas e auditório, onde foi realizado o Casamento Comunitário com a participação de 75 casais; e a Polícia Militar, que atuou na segurança do evento.

“Agradecemos a todos os que participaram na concepção, execução e realização deste evento. Sua importância para a Comarca de Barreirinhas diz respeito, sobretudo, à necessidade de se dar resposta aos reclames da sociedade, com celeridade e efetiva prestação jurisdicional”, finalizou Fernando Jorge.

Michael Mesquita

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgi/visualiza/publicacao/426185>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

“É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte.”



Equipe de juízes do mutirão processual

SÃO LUÍS | Juízes atuam em mutirão processual para reduzir taxa de congestionamento processual na 1ª Vara Cível e 2ª Vara da Fazenda Pública

NAUJ

18

JUL

A Corregedoria Geral da Justiça mobilizou um grupo de juízes para atuarem em um Mutirão Processual na 1ª Vara Cível e na 2ª Vara da Fazenda Pública de São Luís, no período de 15 a 19 de julho, a fim de reduzir a taxa de congestionamento processual nessas unidades jurisdicionais que enfrentam alta demanda, conforme apontou relatório do Conselho Nacional de Justiça em inspeção judicial realizada em 2017.

O Mutirão Processual, iniciado na segunda-feira, já está sendo concluído na 1ª Vara Cível de São Luís e segue até sexta-feira na 2ª Vara da Fazenda Pública. Nas duas unidades, os juízes do mutirão analisam e julgam processos cuja instrução foi concluída e estão prontos para a emissão da sentença há mais de 100 dias, que foram selecionados pela secretaria judicial dessas unidades e encaminhados à equipe do mutirão.

Na 1ª Vara Cível foram encaminhados 369 processos conclusos e analisados 307, resultando em 232 sentenças, 20 decisões e 55 despachos, que impulsionaram o andamento das ações na unidade. Na 2ª Vara da Fazenda Pública, o grupo recebeu 101 processos para analisar e julgar, até o fim do mutirão.

O mutirão processual é coordenado pela juíza Suely De Oliveira Santos Feitosa, do Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais –

NAUJ, criado pela Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, com o objetivo é implementar ações de apoio e de orientação às unidades judiciais da justiça de 1º grau.

Também integram a força-tarefa os juízes Milvan Gedeon Gomes e Márcio Aurélio Cutrim Campos (auxiliares de entrância final), Douglas Lima da Guia (Comarca de Cururupu), Nivana Pereira Guimarães, Kalina Alencar Cunha Feitosa, Azarias Cavalcante Alencar e Diego Duarte Lemos (substitutos), indicados na Portaria nº 3083/2019, assinada pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva.

Este ano, a CGJ-MA já realizou mutirões processuais na 7ª Vara Cível e na 2ª Vara Criminal de Ribamar, onde também foi implementado um modelo de padronização de rotinas e fluxos de processos físicos e eletrônicos, com o objetivo de racionalizar as atividades e dar vazão à demanda acumulada de processos.

Helena Barbosa
Assessoria de Comunicação
Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão
asscom_cgj@tjma.jus.br
www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/426207>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

“ É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. ”



TRANSPARÊNCIA



Ilustração.

TRANSPARÊNCIA | CGJ-MA disponibiliza dados de produtividade do mês de julho para consulta pública

06

AGO

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) disponibilizou na internet [os dados de produtividade de juízes e unidades jurisdicionais de 1º Grau para consulta pública](#), atualizados até o mês de julho de 2019. A obrigatoriedade da divulgação mensal das informações de produtividade foi estabelecida pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, por meio do [Provimento Nº 33/2019](#), em respeito aos princípios da publicidade e transparência.

Segundo o Provimento, é obrigatória a divulgação mensal dos dados de produtividade, coletados através do sistema TermoJuris – ferramenta da CGJ que permite a visualização e acompanhamento online de informações sob o aspecto quantitativo e de produtividade de todas as comarcas do Maranhão, através de dados colhidos dos sistemas de controle processual do Judiciário maranhense. Os dados são disponibilizados até o quinto dia útil de cada mês, por meio de link na página inicial da CGJ-MA.

Os links para acesso às informações estão disponíveis na página principal da Corregedoria (www.tjma.jus.br/cgj), apresentando dados individualizados sobre a produtividade mensal de juízes titulares e [auxiliares](#), com informações do acervo de processos, número de despachos, decisões, sentenças, entre outros. Até o quinto útil do mês, a Corregedoria também encaminha para [publicação no Diário de Justiça Eletrônico \(DJE\) relatório contendo os dados de produtividade mensal de todas as unidades jurisdicionais do Estado](#).

TAXAS – Dentre as informações divulgadas mensalmente pela Corregedoria estão o acervo processual total das unidades; quantidade de processos conclusos há mais de 100 dias; quantidade de processos distribuídos, baixados; bem como sentenças, decisões

e despachos.

A ferramenta também apresenta os índices das taxas de congestionamento de julgamento e de baixa de cada unidade. A taxa de congestionamento de julgamento representa o percentual de casos que permaneceram pendentes de solução ao final do período considerado, em relação ao que tramitou; enquanto a taxa de congestionamento de baixa indica o percentual de casos que permaneceram pendentes de baixa ao final do período considerado, em relação ao total que tramitou.

PUBLICIDADE - A medida de disponibilizar os dados de produtividade da Justiça de 1º Grau para acesso público leva em consideração a previsão constitucional do acesso à informação como direito fundamental; do acesso a informações sobre atos de governo na disciplina da Administração Pública (art. 37, § 3º, II) e ainda a exigência de publicidade dos julgamentos e fundamentação das decisões judiciais (art. 93, XI).

Além disso, considera que a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão prevê o direito de pedir contas a todo agente público pela sua administração (arts. 14, 15 e 19); e que na Convenção Americana de Direitos Humanos está contido o direito de procurar, receber e difundir informações (art. 13.1). “Considerando que a transparência na gestão pública está diretamente relacionada ao princípio da publicidade, caracterizando-se não só como direito do cidadão, mas também como política pública e princípio democrático; que a prestação jurisdicional tem como destinatária toda a população e a essa é devida ampla divulgação do trabalho do Poder Judiciário”, fundamenta o Provimento.

O documento cita ainda a jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal (STF), segundo a qual o interesse público deve prevalecer na aplicação dos Princípios da Publicidade e Transparência, não extrapolando o poder regulamentar da Administração a edição de portaria ou resolução que apenas discipline a forma de divulgação de informação que interessa à coletividade, com base em princípios constitucionais e na legislação de regência.

Segundo o corregedor-geral da Justiça, a medida visa a garantir o direito de acesso à informação aos cidadãos, que por meio da plataforma poderão acompanhar o trabalho realizado pelos membros do Judiciário de cada comarca do Estado. “Qualquer pessoa do povo poderá consultar as informações sobre os serviços prestados pelo Poder Judiciário, considerando tratar-se de serviço destinado e custeado pela sociedade”, observa.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça

asscom_cgj@tjma.jus.br

(98) 31984624

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgi/visualiza/publicacao/429783>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

“” É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. “”



Corregedor acompanha mutirão de sentenças na 4ª Vara Criminal de Santa Inês

NAUJ | Corregedoria realiza mutirão de sentenças criminais na 4ª Vara de Santa Inês

14

AGO

Com o objetivo de reduzir as taxas de congestionamento processual e a quantidade de pendências em ações criminais da 4ª Vara de Santa Inês, a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) está realizando desde a última segunda-feira (12) até a próxima sexta-feira (16), um mutirão de sentenças criminais na unidade, com a designação de quatro juízes e quatro servidores de outras unidades judiciais. O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, acompanha os trabalhos do mutirão e do treinamento sobre digitalização de processos para servidores no Fórum de Santa Inês.

Foram designados para o mutirão os juízes Mirella Cezar Freitas (2ª Vara de Itapecuru-Mirim), Jorge Antônio Sales Leite (Vara da Família de Bacabal), Gláucia Helen Maia de Almeida (2ª Criminal de Bacabal) e Alexandre Antonio José de Mesquita (3ª Vara de Santa Inês). A força-tarefa para prolação de sentenças criminais faz parte do Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual, por meio do Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais (NAUJ).

O mutirão foi solicitado pela juíza Denise Pedrosa Torres, titular da 4ª Vara de Santa Inês, unidade com competência exclusivamente criminal que foi instalada em setembro de 2017, recebendo quase três mil processos redistribuídos das varas de origem, pendentes de instrução e julgamento. Segundo o pedido da magistrada, dificuldades relacionadas ao quadro deficitário de servidores e à expressiva quantidade de processos criminais instruídos pela 4ª Vara ou recebidos de outras unidades geraram um elevado quantitativo de processos conclusos para sentença, o que eleva também os índices de congestionamento processual da unidade judicial.

A magistrada justificou a necessidade do mutirão em relação principalmente aos processos de réus soltos, que registram significativo número de conclusos há mais de 100 dias – para sentença de mérito. “Importante ressaltar que a unidade está dando prioridade aos processos de réus presos, os quais se encontram absolutamente em dia, sem qualquer atraso, inclusive na prolação de

sentenças”, informou.

Em 2018, a 4ª Vara Criminal de Santa Inês realizou 678 audiências de instrução e julgamento, com a realização de um mutirão de 200 audiências no mês de agosto, e um total de 1.204 sentenças. Este ano, já foram realizadas 244 audiências, o que também deve elevar o quantitativo de processos conclusos para sentença.

Segundo o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, os mutirões em unidades criminais serão realizados pela CGJ-MA até o final da atual gestão (abril/2020), com prioridade para as unidades com maior quantitativo de presos provisórios, como medida de enfrentamento da situação de excesso de prisões provisórias, número que chega a mais de 330 mil no Brasil. “Pedimos aos juízes o levantamento dos presos provisórios de suas unidades, porque temos a preocupação em reduzir os índices elevados de pessoas que ficam presas por períodos excessivos, muitas vezes causados pela própria legislação”, observa.

NAUJ – Instituído pelo Provimento N° 20/2018, o NAUJ tem as atribuições de auxiliar a unidade jurisdicional atendida, contribuindo para que os feitos sejam impulsionados, mediante a análise e a consequente movimentação dos processos; apresentar sugestão de padronização de rotinas e fluxos processuais, contribuindo para otimizar a tramitação dos processos nas secretarias judiciais e nos gabinetes; organizar e coordenar a realização de forças-tarefas; apresentar de sugestões a serem adotadas pelas unidades jurisdicionais, objetivando racional gerenciamento de rotinas e fluxos de processos e melhoria do ambiente organizacional; entre outras.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça

asscom_cgj@tjma.jus.br

(98) 3198-4624

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/429936>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

“ É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. ”



METAS NACIONAIS DE PRODUTIVIDADE



Ilustração.

META 1 | CGJ recomenda aos juízes prioridade no cumprimento da Meta Nacional do CNJ

19

AGO

A Corregedoria Geral da Justiça [recomendou](#) aos juízes de Direito de 1º Grau do Estado do Maranhão, que empreendam esforços para o cumprimento da Meta 1/2019 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. No documento, o desembargador Marcelo Carvalho Silva, corregedor-geral da Justiça, informa sobre quais processos integram a meta, indica as ferramentas de acompanhamento mensal de produtividade, e ressalta a importância da priorização do cumprimento desses processos.

O acompanhamento mensal deve ser realizado pelo sistema TermoJuris, que segue atualizado pelo Glossário de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2019. Um [Ofício Circular](#), remetido pela Coordenadoria de Planejamento Estratégico da CGJ, reforça a orientação e segue com uma [Nota Explicativa](#) da Divisão de Estatística da Corregedoria.

A Meta 1 do CNJ consiste em julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

A nota informa, dentre outros, que o acompanhamento da Meta 1 deve ser diferente da análise dos processos relacionados à Gratificação por Produtividade Judiciária – GPJ, em virtude das peculiaridades. O período de vigência é uma delas, na GPJ são consideradas as ações distribuídas de janeiro a novembro de cada ano; já a Meta 1, janeiro a dezembro.

Segundo a juíza Kariny Reis Bogéa, outros pontos devem ser considerados. Para as unidades judiciais com quatro metas da GPJ, é exigido o cumprimento integral de apenas três destas, podendo recair sob a Meta 1 o alcance facultativo de 90%, que para o CNJ não representa o êxito da exigência.

“Para as unidades com cinco metas da GPJ, o exemplo é parecido, tendo em vista que esta requer o cumprimento em 100% de

apenas três, e facultado para as outras duas os percentuais de 90% e 80%, onde uma delas poderá recair sobre a Meta 1 do CNJ, que pode implicar no recebimento da GPJ sem o cumprimento da Meta Nacional”, exemplifica a magistrada.

Ainda de acordo com a juíza, as turmas recursais também podem confundir o alcance da Meta Nacional, já que a GPJ requer o cumprimento de 90% dos processos relacionados à Meta 1, que para o CNJ não significa o seu alcance total.

INCLUSÕES E EXCLUSÕES – A Nota da Divisão de Estatística da CGJ orienta também quanto aos processos que estão inseridos na Meta 1. “Processos distribuídos, independentemente do ano da distribuição, que estavam na condição de suspensão, sobrestamento ou arquivamento provisório e que, no ano de 2019, tornaram a tramitar ou passaram a se enquadrar nos critérios de meta, entram na contagem dos processos aptos para julgamento da referida meta, ou seja, do rol da distribuição”, assinala o documento.

De outro lado, informa que estão excluídos da contagem dessa meta, os processos distribuídos em 2019 ou em anos anteriores, que entraram em suspensão, sobrestamento ou arquivamento provisório; bem como os que estavam nessa condição, tornaram a tramitar, mas ainda em 2019 foram novamente suspensos, sobrestados ou arquivados de forma provisória, também não fazem parte dos processos que integram a Meta 1.

Márcio Rodrigo

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça

asscom_cgj@tjma.jus.br

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/430018>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

 É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



Juízes e servidores participaram de mutirão de sentenças na 4ª Vara de Santa Inês

NAUJ | Mutirão na 4ª Vara de Santa Inês resultou em quase 70 sentenças e mais de 45 despachos e decisões

20

AGO

2019-09-12

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) realizou na última semana um mutirão de sentenças criminais na 4ª Vara de Santa Inês, com o objetivo de reduzir o quantitativo de ações criminais concluídas para sentença. No período de 12 a 16 de agosto, os cinco juízes participantes do mutirão proferiram 110 atos processuais, sendo 67 sentenças, 36 despachos e 7 decisões. A força-tarefa para prolação de sentenças faz parte do Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual, por meio do Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais (NAUJ).

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, acompanhou o trabalho realizado pelos juízes Mirella Cezar Freitas (2ª Vara de Itapecuru-Mirim), Jorge Antônio Sales Leite (Vara da Família de Bacabal), Glaucia Helen Maia de Almeida (2ª Criminal de Bacabal) e Alexandre Antonio José de Mesquita (3ª Vara de Santa Inês), designados para o mutirão.

O mutirão foi solicitado pela juíza Denise Pedrosa Torres, titular da 4ª Vara de Santa Inês, que também proferiu atos processuais no período e realizou audiências. A magistrada avalia que o mutirão foi muito proveitoso para atualização dos serviços da unidade – que foi instalada em setembro de 2017 com cerca de 3.500 processos redistribuídos das varas de origem, pendentes de instrução e julgamento. “Estamos com dois anos de muito trabalho, e hoje conseguimos atualizar a unidade tanto em relação aos processos de réus soltos quanto de réus presos”, informa.

No ano passado, a 4ª Vara realizou um mutirão de audiências de instrução e julgamento, o que elevou a quantidade de processos prontos para sentença. Hoje, a 4ª Vara conta com um acervo de 1925 processos, sendo 507 pendentes de julgamento. “O trabalho dos juízes foi importante porque proferiram sentenças de mérito, um trabalho complexo que traz um resultado excelente para a unidade e

os serviços à sociedade”, avalia.

NAUJ – O mutirão de sentenças criminais foi proporcionado pela Corregedoria por meio do Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais (NAUJ), instituído pelo Provimento N° 20/2018, como parte do Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual.

O Núcleo tem as atribuições de auxiliar as unidades jurisdicionais atendidas, contribuindo para que os feitos sejam impulsionados, mediante a análise e a conseqüente movimentação dos processos; apresentar sugestão de padronização de rotinas e fluxos processuais, contribuindo para otimizar a tramitação dos processos nas secretarias judiciais e nos gabinetes; organizar e coordenar a realização de forças-tarefas; apresentar de sugestões a serem adotadas pelas unidades jurisdicionais, objetivando racional gerenciamento de rotinas e fluxos de processos e melhoria do ambiente organizacional; entre outras.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça

asscom_cgj@tjma.jus.br

(98) 31984624

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgi/visualiza/publicacao/430023>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

“ É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. ”



METAS NACIONAIS DE PRODUTIVIDADE



Ilustração

PRODUTIVIDADE | Judiciário maranhense já ultrapassa 100% de cumprimento nas Metas 2 e 3 do CNJ

28

AGO

O Poder Judiciário do Maranhão já cumpriu mais de 100% das Metas 2 e 3 definidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para 2019. Os resultados foram destacados nesta quarta-feira (28), durante a 2ª Reunião Preparatória para o XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizada no CNJ, onde foram demonstrados os resultados parciais do cumprimento das oito Metas Nacionais de 2019.

Em relação à Meta 3 – que determina o aumento do Índice de Conciliação do Justiça em Números em dois pontos percentuais em relação ao ano anterior –, o Tribunal de Justiça do Maranhão está entre os três tribunais do país com os maiores percentuais de cumprimento, sendo o primeiro no âmbito estadual, com o índice de 424,75%. O resultado se deve à política de conciliação adotada pelo TJMA na gestão do desembargador José Jaquim Figueiredo dos Anjos, por meio do Núcleo de Solução de Conflitos, presidido pelo desembargador José Luiz Almeida e coordenado pelo juiz Alexandre Lopes de Abreu.

Em relação à Meta 2 - Identificar e julgar até 31/12/2019, pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2015 no 1º Grau, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2016 no 2º Grau, e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2016 nos Juizados e Turmas Especiais Recursais -, somente no período de janeiro a junho deste ano, a Justiça Comum de 1º Grau já cumpriu 107,01%; os Juizados Especiais cumpriram 110,35% e as Turmas Recursais cumpriram 104,07%.

Em relação ao mesmo período do ano de 2018, os resultados mostram um aumento de 99,31% no cumprimento da Meta 2 na

Justiça Comum; de 99,40% nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais de 92,22%.

REUNIÃO PREPARATÓRIA – Com foco na produtividade, celeridade, conciliação, violência doméstica e familiar, entre outros temas, os números levantados até junho registram o esforço dos tribunais em todos os ramos de Justiça para alcançar os percentuais previstos, de acordo com os dados parciais apresentados nesta quarta-feira (28) no CNJ. Na Meta 1, pela qual todos os segmentos devem julgar mais processos do que os distribuídos, já foram julgados 9 milhões de processos, contra 9,4 milhões distribuídos.

De acordo com os dados fornecidos pelos tribunais ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foram distribuídos aproximadamente 6,4 milhões de processos na Justiça Estadual e julgados 5,8 milhões; na esfera federal, foram distribuídos 1.304.086 e julgados 1.302.764 processos. Até o final do ano, a expectativa é que sejam distribuídos 20 milhões de processos no total, sendo julgada a mesma quantidade.

Em relação ao julgamento de processos mais antigos, os segmentos também apresentam um bom percentual de cumprimento da meta até junho. Na Justiça Eleitoral, por exemplo, em 1º e 2º graus, os tribunais já cumpriram a meta em 73,51% em julgamento de processos do período até 31/12/2017; enquanto a Estadual, em 1º grau, chegou a 87,24%, mas, nos processos de 2º grau, já registra 109,53%. A Justiça do Trabalho, em 1º e 2º graus, para o período até 31/12/2017, já cumpriu 86,99% da meta estipulada.

Quanto à Meta 3, que visa estimular a conciliação nos segmentos da Justiça Federal, do Trabalho e Estadual, 3,7 milhões de casos foram solucionados via conciliação de conflitos, evitando a judicialização. O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) já alcançou 424,76% de cumprimento da meta; o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) fez 190,8%; e o Tribunal Regional do Trabalho 19 (TRT19/Alagoas) alcançou 118,42% da meta, até junho.

Aplicável à Justiça Estadual, Federal, Eleitoral, Militar e STJ, a Meta 4 prevê a priorização do julgamento dos processos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais. A Justiça Militar Estadual apresentou o melhor desempenho entre os segmentos: 110% de cumprimento das auditorias militares e está com 93% de cumprimento no 2º grau. Além disso, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO), Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE) e os Tribunais Regionais Federais da 3ª e 4ª Regiões já possuem mais de 100% de cumprimento na meta.

Com informações do CNJ

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça

asscom_cgj@tjma.jus.br

(98) 3198-4624

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgi/visualiza/publicacao/430150>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

 É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



Corregedor acompanha mutirão de sentenças em São Mateus

NAUJ | Grupo de juízes e servidores atua em mutirão de sentenças no Fórum de São Mateus

05

SET

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), por meio do Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais (NAUJ) está realizando, até esta sexta-feira (6), um mutirão de sentenças na comarca de São Mateus, com o objetivo de reduzir o quantitativo de processos pendentes de julgamento e melhorar a qualidade dos serviços judiciais na unidade. O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, que acompanha os trabalhos, assinou Portaria designando cinco juízes e cinco assessores jurídicos para atuarem no mutirão.

Nos três primeiros dias da força-tarefa - que teve início na segunda-feira (2) -, os magistrados e servidores proferiram aproximadamente 450 sentenças em processos cíveis, criminais, de juizado e relacionados a empréstimos consignados. Atuam nos trabalhos os juízes Alexandre José de Mesquita (3ª Vara de Santa Inês), Bruno Barbosa Pinheiro (Bom Jardim), Jorge Antonio Leite (Vara da Família de Bacabal), Mirella Cezar Freitas (2ª Vara de Itapecuru-Mirim) e Pablo Carvalho (São Domingos do Azeitão); e os respectivos assessores Thiago Sabino, Francisco de Castro Neto, Cícero da Silva Neto, Alanna da Silveira e Alanna Sousa Lima.

O juiz titular de São Mateus, Ricardo Augusto Figueiredo Moyses, justificou a necessidade do mutirão em razão do volume processual da comarca, que no início deste ano superava 18 mil processos, dos quais mais de 11 mil estavam pendentes de julgamento. Este ano, foram proferidas na unidade cerca de três mil sentenças, o que reduziu para cerca de nove mil o número processos pendentes de julgamento.

O juiz informa que as medidas da Corregedoria, com a nomeação de juiz substituto e a realização de mutirões na comarca, estão contribuindo para a redução do acervo e possibilitando a atualização dos processos distribuídos nos últimos três anos. “Ressalto a atuação dos juízes João Vinícius Aguiar, Gabriel Caldas e Francisco Crisanto de Moura (substituto), assim como da equipe da comarca, para o alcance de um bom resultado de melhoria dos serviços prestados”, observa.

A designação de um juiz substituto e a realização do mutirão de sentenças em São Mateus foram compromissos firmados pelo corregedor-geral, desembargador Marcelo Carvalho Silva, com representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-Subseção Bacabal) no início deste ano, diante do elevado acervo de processos e dificuldades relacionadas ao quadro insuficiente de servidores. “O próximo passo será a realização de um mutirão para cumprimento dos atos processuais e em seguida um novo mutirão de juízes”, afirmou.

A OAB/Subseção de Bacabal divulgou [nota pública](#) parabenizando os magistrados, servidores e a Corregedoria pela atuação na comarca de São Mateus.

EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS – No mutirão, os magistrados também atuam no julgamento de processos que tratam de empréstimos consignados. Na última semana, o corregedor-geral recomendou aos juízes Direito de todo o Estado o julgamento dos feitos relacionados a empréstimos consignados suspensos pelo IRDR nº 53.983/2016. No documento, o corregedor excetua os casos que discutam questões relacionadas ao ônus das perícias para comprovação de autenticidade das assinaturas de contratos bancários.

Segundo ele, além de garantir uma resposta às partes dos processos, a medida objetiva aumentar a produtividade da Justiça de 1º Grau com o andamento de cerca de 38 mil processos envolvendo empréstimos consignados, melhorando o desempenho em relação à Meta 1 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). “A paralisação desses processos desde 2016 em razão do IRDR tem prejudicado pessoas idosas, analfabetas e de baixa renda com os descontos em seus benefícios”, assinala.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça

asscom_cgj@tjma.jus.br

(98) 3198 4624

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/430239>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

“ É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. ”



Corregedor em São Mateus

NAUJ | Mutirão de juízes e servidores no Fórum de São Mateus sentenciou quase 850 processos

11

SET

2019 10:31

O mutirão de sentenças realizado por iniciativa da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), no período de 2 a 6 de setembro na comarca de São Mateus, resultou na prolação de 848 sentenças em processos cíveis, criminais, de juizado e relacionados a empréstimos consignados. A força-tarefa foi realizada por meio do Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais (NAUJ), com o objetivo de reduzir o quantitativo de processos pendentes de julgamento e melhorar a qualidade dos serviços judiciais na unidade.

O mutirão foi instituído por Portaria assinada pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, designando os juízes Alexandre José de Mesquita (3ª Vara de Santa Inês), Bruno Barbosa Pinheiro (Bom Jardim), Jorge Antonio Leite (Vara da Família de Bacabal), Mirella Cezar Freitas (2ª Vara de Itapecuru-Mirim) e Pablo Carvalho (São Domingos do Azeitão); e os respectivos assessores Thiago Sabino, Francisco de Castro Neto, Cícero da Silva Neto, Alanna da Silveira e Alanna Sousa Lima.

O juiz titular de São Mateus, Ricardo Augusto Figueiredo Moyses, justificou a necessidade do mutirão em razão do volume processual da comarca, que no início deste ano superava 18 mil processos, dos quais mais de 11 mil estavam pendentes de julgamento.

Segundo o magistrado, o mutirão representou uma medida positiva em vários aspectos para o trabalho da comarca, com a redução das taxas de congestionamento – especialmente de julgamento –, e por oferecer uma resposta à sociedade, principalmente às partes de processos que aguardavam por uma solução de casos antigos. Ele também ressalta a redução do tempo médio na duração dos processos e a liberação de espaço físico, contribuindo ainda com a ampliação da digitalização dos processos para cumprimento de sentença por meio do PJe. “As medidas da Corregedoria na comarca, com a nomeação de juiz substituto e a realização de mutirões, estão contribuindo para a redução do acervo e possibilitando a atualização dos processos distribuídos nos últimos três anos”, avalia.

A designação de um juiz substituto e a realização do mutirão de sentenças em São Mateus foram compromissos firmados pelo corregedor-geral, desembargador Marcelo Carvalho Silva, com representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-São Mateus) no início deste ano, diante do elevado acervo de processos e dificuldades relacionadas ao quadro insuficiente de servidores. “O próximo passo será a realização de um mutirão para cumprimento dos atos processuais e em seguida um novo mutirão de juízes”, afirma o corregedor-geral.

Assessoria de Comunicação
Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão
asscom_cgj@tjma.jus.br
www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgi/visualiza/publicacao/430334>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

 É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



Equipes de juízes sentenciam processos durante mutirão

MUTIRÃO | Juízes atuam em mutirão na 1ª Vara Cível, 2ª e 3ª da Fazenda Pública para sentenciar processos

11

SET

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, por meio do Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais (NAUJ), identificou ^{2019 11:30} três unidades para receberem mutirões processuais para agilizar o julgamento dos processos pendentes: 1ª vara cível, 2ª e 3ª vara da fazenda pública de São Luís.

O acervo total dessas varas, juntas, segundo dados do sistema Termojuris, da Corregedoria Geral da Justiça, corresponde a 36.843 processos, distribuídos entre 1ª vara cível (7.579), 2ª vara da fazenda pública (15.485) e 3ª vara da fazenda pública (13.779).

Por meio desse sistema, a Corregedoria, com base nos dados entre processos distribuídos e julgados, acompanha a taxa de congestionamento processual nas unidades. Essa taxa é o indicador de litigiosidade da vara que mede o percentual de processos que ficaram represados sem solução, comparativamente ao total tramitado no período de um ano. Quanto maior esse índice, maior a dificuldade da unidade em lidar com o estoque de processos existente.

Os mutirões começaram em maio deste ano pela 1ª vara cível. Seguiram pela 2ª vara da fazenda pública e esta semana chegaram à 3ª vara da fazenda pública do fórum “Desembargador Sarney Costa”, no Calhau. Segundo informações do NAUJ, foram selecionados para serem julgados 391 processos na 1ª vara cível e 373 já foram analisados. Na 2ª vara da fazenda pública foram encaminhados 719 e analisados 349. Os trabalhos na 3ª vara da fazenda pública começaram no dia 9 e vão até o dia 13 de setembro, com 360 processos

encaminhados para serem analisados.

O corregedor geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, designou um grupo de juízes de direito para auxiliar o NAUJ junto a essas três unidades no julgamento dos processos e emissão de sentenças nos processos dentre os mais antigos que estão prontos para julgamento.

A juíza Suely de Oliveira Santos Feitosa, foi designada para coordenar o NAUJ - Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais da Corregedoria Geral da Justiça, que tem como objetivo implementar ações de apoio às unidades judiciais identificadas pelo grau de criticidade em relação à taxa de congestionamento processual.

JUÍZES – além da coordenadora, o NAUJ conta com o apoio de um grupo de juízes que atuam no julgamento dos processos, formado por Josane Araújo Farias Braga, José Jorge Figueiredo dos Anjos Júnior, Douglas Lima da Guia, Rogério Pelegrini Tognon Rondon Sara Fernanda Gama; Francisco Ferreira Lima, Milvan Gedeon Gomes, Márcio Aurélio Cutrim Campos, Nivana Pereira Guimarães, Kalina Alencar Cunha Feitosa, Azarias Cavalcante Alencar, João Paulo Mello; Diego Duarte Lemos, João Paulo Mello, Francisco Ferreira De Lima, Gisa Fernanda Nery Mendonça Benício e Aureliano Coelho Ferreira.

Helena Barbosa
Assessoria de Comunicação
Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão
asscom_cgj@tjma.jus.br
www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/430343>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

“É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte.”



Corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, acompanha os trabalhos do mutirão.

NAUJ | Corregedoria realiza mutirões de sentenças na 2ª Vara Criminal e 2ª Vara Cível de Bacabal

12

SET

Desde a última segunda-feira (9), um grupo de juízes e servidores estão atuando em dois mutirões de sentenças realizados pela Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) na 2ª Vara Criminal e na 2ª Vara Cível da comarca de Bacabal. A força-tarefa para impulsionamento dos julgamentos com a prolação de sentenças segue até esta sexta-feira (13), com o objetivo de reduzir o quantitativo de processos pendentes de julgamento nas duas unidades. A medida faz parte do Program de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual da CGJ, por meio do Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais (NAUJ).

O Corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, que acompanha os trabalhos dos mutirões, editou portaria designando os juízes Sheila Silva Cunha (Parnarama), Selecina Henrique Locatelli (São Luiz Gonzaga), Marcelo Moraes Rêgo De Souza (Zé Doca), Flávia Pereira Da Silva Barçante (Codó), Silvio Alves Nascimento (Colinas) E Marcello Frazão Pereira (Bacabal), E Os Servidores Rosa Lina De Sousa Moura Santos, Karla Arianny De Araújo Nobre, Paulo Henrique Rodrigues Veras e Daniel Bezerra Façanha para atuarem no mutirão da 2ª Vara Cível.

Segundo o juiz João Paulo Melo, titular da 2ª Vara Cível, a necessidade do mutirão surgiu em razão do aumento do número de processos na unidade após reestruturação nas competências das varas judiciais de Bacabal, ocorrida no final de 2018, que aumentou o acervo de processos pendentes de julgamento na unidade judicial. Em 2018, a 2ª Vara Cível proferiu 797 sentenças e recebeu 915 novos casos. Este ano, a unidade já proferiu 1004 sentenças, contando com 2235 processos pendentes de julgamento.

Com a redistribuição de processos, a 2ª Vara Cível recebeu processos de fazenda pública e cível e comércio de outras unidades, o que aumentou o acervo de não julgados, envolvendo casos de improbidade administrativa, ações tributárias, usucapião, desapropriações, entre outros. Segundo o juiz, a maioria dos processos recebidos tratam de casos volumosos e complexos juridicamente, que demandam maior trabalho intelectual. “Com isso, a unidade ficou com o maior acervo processual da comarca de Bacabal, superando 4.500 processos no final do ano passado”, explica.

Na 2ª Vara Criminal, o mutirão de sentenças conta com o trabalho dos juízes Marcelo Elias Matos e Oka (auxiliar de entrância final), Marcelle Adriane Farias Silva (Santa Luzia), Anelise Nogueira Reginato (Coroatá), Larissa Rodrigues Tupinambá Castro (Pedreiras), e os servidores Luiz Felipe Mitri da Costa, Rejane Vieira Santos, Kássio Galeno Barbosa de Sousa e Gustavo Garcia Silva.

De acordo com a juíza Gláucia Helen Maia de Almeida, titular da 2ª Vara Criminal de Bacabal, o mutirão objetiva atualizar os

processos pendentes de julgamento na unidade, que foi instalada em dezembro do ano passado, recebendo os processos criminais redistribuídos das outras unidades. Segundo ela, o objetivo é que cerca de 300 processos sejam movimentados ou julgados durante os trabalhos do mutirão. “Pretendemos atualizar a unidade, com o fim de dar continuidade ao trabalho com uma rotina mais padronizada”, esclarece.

**Assessoria
de
Comunicação
Corregedoria
Geral
da**

asscom_cgj@tjma.jus.br

**ião
www.facebook.com/cgjma**

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/430368>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.



Fórum de São Mateus

CELERIDADE | Mutirão de cumprimento realizou quase 1500 atos processuais na comarca de São Mateus

25

SET

Com o objetivo de otimizar a tramitação e melhorar a prestação jurisdicional, a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) designou a realização de mutirão de cumprimento na comarca de São Mateus, ocorrido no período de 16 a 20 de setembro, com a realização de 1437 movimentações processuais em mais de 800 processos judiciais. Esse foi o terceiro mutirão designado pela CGJ-MA em São Mateus este ano, considerando a situação das taxas de congestionamento e do elevado acervo processual na unidade judicial.

Para o mutirão de cumprimento, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, assinou Portaria designando os servidores Adélia Rodrigues Mendes (2ª Vara de Itapecuru-Mirim), Carlos Alves Mendes (Cândido Mendes), Jeorgeana Alves Pinto (Monção), Tujara Pinheiro Martins (3ª Vara de Santa Inês) e Charlene Viana Magalhães (Diretoria do Fórum de Bacabal), disponibilizados pelos juízes titulares das respectivas unidades.

Segundo o juiz titular da comarca de São Mateus, Ricardo Augusto Figueiredo Moyses, o mutirão de cumprimento teve o objetivo de dar andamento aos mandamentos proferidos durante o mutirão de sentenças realizado no período de 2 a 6 de setembro, quando foram proferidas quase 850 sentenças de mérito em processos cíveis, criminais, de juizado e relacionados a empréstimos consignados. Os servidores realizaram atos como publicações, expedição de mandados, carga e vista de processos, expedição de ofícios e cartas precatórias determinados nas sentenças judiciais.

Segundo o magistrado, a medida contribui com a melhoria da taxa de congestionamento de baixa na unidade, permitindo que os processos alcancem uma fase mais próxima do arquivamento, além de ajudar a manter a rotina de trabalho na Secretaria Judicial, uma vez que os servidores não se ocuparam com os serviços de cumprimento. “Além disso, a força-tarefa ajudou a reduzir o número de processos aguardando na Secretaria, reduzindo o tempo médio de duração dos processos entre a distribuição e a baixa, permitindo que estejam mais próximos da fase de arquivamento”, avalia o magistrado.

O juiz ressalta o esforço e a atenção da Corregedoria, por meio do Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual e do Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais (NAUJ), à situação da comarca de São Mateus, promovendo medidas no sentido de garantir uma melhor prestação jurisdicional e uma resposta mais rápida à sociedade. “Agradecemos aos juízes que disponibilizaram os servidores para realização desse trabalho e à sensibilidade do corregedor com a situação da nossa comarca”, ressalta o magistrado.

Segundo dados do sistema TermoJuris, a comarca de São Mateus conta atualmente com um acervo de 15.700 processos, tendo baixado cerca de 1600 processos em 2019.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça

asscom_cgj@tjma.jus.br

(98) 3198-4624

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgi/visualiza/publicacao/430506>

🖨️ Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

“” É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. ””



Ilustração

TRANSPARÊNCIA | CGJ lança aplicativo com informações mensais de produtividade dos juízes do Maranhão

27

SET

Com o objetivo de observar os princípios da publicidade e transparência, o Poder Judiciário do Maranhão disponibilizou nesta quinta-feira (26), a versão aplicativo da ferramenta Termojuris, que apresenta os dados mensais de produtividade de todas as unidades judiciais de 1º Grau do Maranhão. O aplicativo está disponível na URL <https://termojuriscliente.tjma.jus.br> (versão Web), assim como nas lojas de aplicativos do Android (Play Store) e iOS (App Store*).

O lançamento do aplicativo dá continuidade a projeto iniciado na gestão da desembargadora Anildes Cruz à frente da CGJ-MA, com a criação do sistema Termojuris para melhor acompanhamento do trabalho das unidades judiciais do Estado. Também segue a medida disciplinada por meio do [Provimento Nº 33/2019](#), assinado pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva em julho deste ano, que estabeleceu a obrigatoriedade de divulgação mensal, para fins de consulta pública, dos dados de produtividade de juízes e unidades jurisdicionais de 1º Grau do estado do Maranhão.

As informações são disponibilizadas e atualizadas mensalmente, através de link disponível na página principal da Corregedoria (www.tjma.jus.br/cgi), apresentando dados individualizados sobre a produtividade mensal de juízes titulares e auxiliares, com informações do acervo de processos, número de despachos, decisões, sentenças, entre outros. Até o quinto útil do mês subsequente, a Corregedoria também encaminha para publicação no Diário de Justiça Eletrônico (DJE), relatório contendo os dados de produtividade mensal de todas as unidades jurisdicionais do Estado.

A ferramenta também apresenta os índices das taxas de congestionamento de julgamento e de baixa de cada unidade. A taxa de congestionamento de julgamento representa o percentual de casos que permaneceram pendentes de solução ao final do período considerado, em relação ao que tramitou; enquanto a taxa de congestionamento de baixa (arquivamento definitivo) indica o percentual de casos que permaneceram pendentes de baixa ao final do período considerado, em relação ao total que tramitou.

PUBLICIDADE - A medida de disponibilizar os dados de produtividade da Justiça de 1º Grau para acesso público leva em consideração a previsão constitucional do acesso à informação como direito fundamental; do acesso a informações sobre atos de governo na disciplina da Administração Pública (art. 37, § 3º, II) e ainda a exigência de publicidade dos julgamentos e fundamentação das decisões judiciais (art. 93, XI).

O Provimento Nº 33/2019 cita ainda a jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal (STF), segundo a qual o interesse público deve prevalecer na aplicação dos Princípios da Publicidade e Transparência, não extrapolando o poder regulamentar da Administração a edição de portaria ou resolução que apenas discipline a forma de divulgação de informação que interessa à coletividade, com base em princípios constitucionais e na legislação de regência.

Segundo o corregedor-geral da Justiça, a medida visa a garantir o direito de acesso à informação aos cidadãos, que por meio das plataformas podem acompanhar o trabalho realizado pelos membros do Judiciário de cada comarca do Estado. “Qualquer pessoa do povo poderá consultar as informações sobre os serviços prestados pelo Poder Judiciário, considerando tratar-se de serviço destinado e custeado pela sociedade”, observa.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça

asscom_cgj@tjma.jus.br

(98) 31984624

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgi/visualiza/publicacao/430536>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

“ É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. ”



NAUJ | Corregedoria apresenta resultados parciais dos mutirões realizados nas varas

09

OUT

A Corregedoria Geral da Justiça informou os resultados obtidos, até o mês de setembro, com os mutirões processuais realizados junto às unidades jurisdicionais da região metropolitana de São Luís identificadas com taxa de congestionamento processual elevada.

Segundo o relatório técnico do NAUJ, o grupo de juízes colaboradores que atuam nos mutirões, com o apoio dos servidores do próprio núcleo, já analisaram 2.799 processos nos mutirões realizados até o último mês. Desse total, 651 em setembro, dos quais resultaram 480 sentenças proferidas; 58 decisões e 113 despachos. Mais 527 processos aguardam análise.

O relatório publicado pelo Núcleo de Apoio às Unidades Jurisdicionais (NAUJ) é assinado pelo servidor Toni Frazão Ramos e apresenta os números parciais das atividades que estão sendo realizadas nas unidades da 1ª e 13ª Vara Cível, 2ª e 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Ilha de São Luís. Essas unidades necessitaram do esforço concentrado de juízes para impulsionar os processos de alta complexidade, que demandam uma média de tempo para apreciação maior do que o normal em relação aos demais processos.

De acordo com o relatório, no período de 20 de maio a 30 de setembro deste ano, foram analisados 386 processos na 1ª Vara Cível e, concomitantemente, 578 processos na 2ª Vara da Fazenda Pública, enquanto na 3ª vara da Fazenda Pública foram analisados 109 processos no período de 9 a 30 de setembro. Na última semana, foram julgados mais 22 processos físicos da 13ª Vara Cível, em cuja unidade também estão sendo apreciados 222 feitos virtuais no Processo Judicial Eletrônico (PJe).

Assessoria de Comunicação da Corregedoria
Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão
asscom_cgj@tjma.jus.br
www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgi/visualiza/publicacao/430685>

🖨️ Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

“ É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. ”



Treinamento do TERMOJURIS para servidores da CGJMA.

TERMOJURIS | Servidores da Corregedoria recebem treinamento sobre sistema de acompanhamento da produtividade judicial

09

OUT

A Corregedoria Geral da Justiça, por meio da Coordenadoria de Planejamento e Aprimoramento da Justiça de 1º Grau, promoveu nesta terça-feira (08) um treinamento interno a respeito das funcionalidades do sistema TermoJuris para servidores que atuam nos setores administrativos da CGJ-MA. O objetivo da capacitação é possibilitar maior autonomia aos setores da Corregedoria, com um melhor aproveitamento da ferramenta, que disponibiliza dados de produtividade de todas as unidades judiciais do 1º Grau do estado, detalhando número de sentenças, despachos, taxas de congestionamento e permitindo a exportação de dados.

Segundo a juíza auxiliar da Corregedoria Kariny Reis (Planejamento), a capacitação será ampliada para secretários judiciais e magistrados, com o objetivo de ampliar o uso dessa importante ferramenta de gestão da unidade. Os próximos treinamentos estão agendados para os dias 25 de outubro (magistrados) e 1º de novembro (secretários judiciais), no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau).

Para a capacitação, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, designou a equipe formada pela juíza Kariny Reis e pelos servidores Danielle Mendes Mesquita Melo (Assessoria de Informática), Eduardo Henrique Ferro Freire (Supervisor de Planejamento), Hayla Vanessa Araujo Castelo Branco (Planejamento) e Maycon Wendel Correa Silva (Divisão de Estatística).

Segundo a juíza Kariny Reis, o objetivo da capacitação é contribuir para que os servidores e magistrados possam trabalhar

explorando as funcionalidades do sistema, abordando tópicos sobre exportação de planilhas, análise da evolução da unidade judicial e dos dados mais relevantes; acompanhamento das Metas Nacionais; utilização de filtros e outros recursos disponíveis. “A ferramenta pode contribuir muito com o acompanhamento e melhoria do funcionamento das unidades judiciais, e a participação dos servidores e magistrados nessas capacitações é muito positiva”, avalia.

TERMOJURIS - A versão 2.0 do sistema Termojúris permite a visualização e acompanhamento online de informações sob o aspecto quantitativo de todo o acervo processual das comarcas do Maranhão. A ferramenta de pesquisa permite a busca de dados captados dos sistemas de gerenciamento processual do Poder Judiciário – VEP, Projudi, Themis e PJe.

As informações do Termojuris estão disponíveis também ao público em geral, atualizadas mensalmente, através de link disponível na página principal da Corregedoria (www.tjma.jus.br/cgj), com dados individualizados sobre a produtividade mensal de juízes titulares e auxiliares, com informações do acervo de processos, número de despachos, decisões, sentenças, entre outros. Até o quinto útil do mês subsequente, a Corregedoria também encaminha para publicação no Diário de Justiça Eletrônico (DJE), relatório contendo os dados de produtividade mensal de todas as unidades jurisdicionais do Estado.

A Corregedoria também lançou a versão aplicativo da ferramenta Termojuris, que está disponível na URL <https://termojuriscliente.tjma.jus.br> (versão Web), assim como nas lojas de aplicativos do Android (Play Store) e iOS (App Store*).

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/430688>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

 É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



Ilustração

NAUJ | CGJ-MA regulamenta mutirões para reduzir taxa de congestionamento processual

11

OUT

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) regulamentou os procedimentos para os mutirões de análise processual realizados pelo Núcleo de Apoio a Unidade Judicial (NAUJ), na comarca da Ilha de São Luís, que abarca os municípios de São Luís (sede), São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa.

O [Provimento nº 46/2019](#), assinado pelo desembargador Marcelo Carvalho Silva, corregedor-geral da Justiça em 9 de outubro, definiu o fluxo de trabalho do Núcleo de Apoio à Unidade Judicial (NAUJ), criado no ano passado pela atual gestão da CGJ-MA para implementar ações de apoio e de orientação às unidades judiciais da justiça de 1º grau do Estado do Maranhão.

Desde o início da atuação, o grupo de juízes do NAUJ que trabalha em regime de mutirão, com o apoio dos servidores da corregedoria, já analisou 2.799 processos este ano. Desse total, 651 no mês de setembro, dos quais resultaram 480 sentenças proferidas; 58 decisões e 113 despachos.

TRANSPARÊNCIA - O provimento segue a orientação da política nacional de atenção prioritária ao 1º grau de jurisdição, instituída pela Resolução 194 do Conselho Nacional de Justiça, e os índices de congestionamento processual nas unidades judiciais de 1º grau no Estado do Maranhão, disponibilizados ao público pelo Sistema Termojuris na página da transparência da Corregedoria.

De acordo com o provimento, cabe ao corregedor-geral selecionar as unidades que serão atendidas nos mutirões de análise processual, estabelecendo o período em que as atividades serão realizadas e designando os magistrados que atuarão em regime de auxílio à unidade beneficiada.

A data do início das atividades na unidade será comunicada pela Corregedoria com antecedência mínima de 15 dias e a unidade beneficiada deverá encaminhar os processos conclusos para sentença ao NAUJ. Na sequência, é feita a movimentação no sistema “remessa à corregedoria”, observada a ordem cronológica de conclusão e priorizados os processos mais antigos, com antecedência mínima de 10 dias do início dos trabalhos.

Ainda de acordo com o Provimento, após o recebimento dos processos em lotes, o juiz coordenador do NAUJ distribuirá os processos para cada juiz designado, ajustando prazo para devolução ao Núcleo. Caso seja constatada a complexidade da matéria, poderá ser ajustado prazo complementar para devolução dos processos pelo juiz designado.

Recebidos os processos no NAUJ, os servidores farão a juntada da sentença, decisão ou despacho aos autos físicos, seguida da movimentação no sistema de acompanhamento processual Themis PG, intimando as partes interessadas pelo Diário Eletrônico, encaminhando, em seguida, o processo à unidade beneficiada por meio de protocolo.

Caso o processo seja devolvido sem análise, o juiz encarregado deverá apresentar justificativa no prazo de cinco dias. Não sendo apresentada ou não acolhida essa justificativa, o corregedor-geral deverá analisar a conveniência da designação do magistrado para outros mutirões.

Helena Barbosa

Assessoria de Comunicação da Corregedoria

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/430714>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

“ É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. ”



BAIXA | Mais de 16 mil processos são arquivados em dois dias da Semana de Baixa Processual

17

OUT

2019.11.33

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) divulgou um relatório parcial dos trabalhos da “IV Semana de Baixa Processual” que está sendo realizada de 14 a 18 de outubro, com o objetivo de reduzir a taxa de congestionamento de baixa de processos em tramitação em varas, juizados e turmas recursais da Justiça estadual. Das 283 unidades jurisdicionais com processos pendentes de baixa identificadas pelo órgão, 244 (86, 22%) já baixaram processos.

De acordo com a Divisão de Estatística da CGJ-MA, somente entre os dias 14 e 15 de outubro, foram baixados 16.320. Desse total, 89,67% (14.634), foram processos julgados e 10,33% (1.686) foram de processos não julgados. Os não julgados incluem processos com distribuição cancelada; os não recorridos no devido prazo legal e arquivados provisoriamente, cartas precatórias, dentre outras situações jurídicas.

Segundo levantamento da Assessoria de Informática da Corregedoria, o acervo total de processos pendente de baixa correspondia a 1 milhão 234 mil 194 processos, no dia 13 de outubro, antes do início dos trabalhos da semana. Do total de processos pendentes de baixa, 776.536 eram não julgados e 457.658 julgados.

Na página de transparência da CGJ-MA, registra uma Taxa de Congestionamento de Baixa nos processos sob a responsabilidade dos juízes titulares em todas as unidades de 67,61%, índice que a Corregedoria pretende reduzir, durante esta semana.

A Taxa de Congestionamento de Baixa é um dos principais indicadores utilizados pelo Poder Judiciário para acompanhar a movimentação processual em suas unidades. Mede o percentual de processos que ficaram acumulados sem solução, comparados ao total tramitado no período de um ano. Quanto maior o índice, maior a dificuldade da unidade em lidar com seu acervo de processos.

O movimento de baixa finaliza o processo nos casos em que há decisões que transitaram em julgado; de remessa para outros órgãos judiciais vinculados a tribunais diferentes ou para as instâncias superiores ou inferiores ou arquivamento definitivo dos autos.

CONSULTAS – O interessado pode acompanhar as informações diárias sobre a quantidade de processos baixados durante a Semana de Baixa na página da CGJ-MA na internet - menu “Downloads”. Nas duas edições da Semana de Baixa Processual realizadas pela no ano passado foram baixadas quase 60 mil ações judiciais.

A semana de Baixa Processual faz parte do “Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual”, instituído pelo corregedor-geral, desembargador Marcelo Carvalho Silva, no [Provimento Nº 10/2018](#). Por meio desse programa, equipe da Corregedoria visita as comarcas, orienta juízes e servidores e implementa planos de ação para contribuir com a melhoria no funcionamento das unidades judiciais que enfrentam mais dificuldades, como maior demanda processual e taxas de congestionamento de julgamento e de baixa.

Helena Barbosa
Assessoria de Comunicação
Corregedoria Geral da Justiça
asscom_cgj@tjma.jus.br
(98) 3198-4324

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/430794>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

 É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



Ilustração

MUTIRÃO | Unidades judiciais de 1º Grau do Maranhão baixaram mais de 76 mil processos durante as Semanas de Baixa deste ano

Resultado representa um aumento de 33,91% na média semanal de processos baixados em 2018 e 2019, em relação a 2015/2017

22

OUT

2019 12:58

As unidades judiciais de 1º Grau do Maranhão baixaram o total de 76.022 processos judiciais durante as duas edições da Semana de Baixa Processual deste ano, editadas pela Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) nos meses de junho e outubro. Na última Semana de Baixa, realizada no período de 14 a 18 de outubro, foram arquivados definitivamente e retirados dos acervos judiciais 37.722 processos, oriundos de 278 unidades judiciais de todo o Estado. Na primeira Semana de Baixa, realizada no mês de junho, foram baixados 38.300 processos.

Segundo os resultados da II Semana de Baixa Processual, as 10 unidades que baixaram a maior quantidade de processos durante o mutirão foram a Vara única de São Mateus (1687); a 2ª Vara Especial de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (1574); o Juizado Especial Cível e Criminal de Balsas (1151); o 1º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de São Luís (831); a Vara única de Vitória do Mearim (819); a Vara única de Barreirinhas (764); a 10ª Vara da Fazenda Pública de São Luís (759); a 2ª Vara de Pinheiro (729); a 3ª Vara da Família de São Luís (720) e o 6º Juizado Especial Cível de São Luís (642). [O ranking completo](#) com os números de cada unidade está disponível em anexo.

Com a realização das Semanas de Baixa em 2018 e 2019, houve um aumento da média semanal de processos baixados na Justiça de 1º Grau do Maranhão. De 2015 a 2017, a média semanal (dias úteis) de processos baixados foi de 6.316 processos; enquanto nos anos de 2018 e 2019, a média semanal foi de 8.458 processos baixados, o que representa um aumento de 2.142 processos (33,91%) baixados a cada semana.

Segundo o relatório da II Semana de Baixa de 2019, os processos baixados dentre os julgados representaram 80,01% (33.200 processos) do total de baixados, enquanto 11,99% foram processos não julgados (4.522).

Em 2018, as unidades judiciais de 1º Grau do Maranhão baixaram o total de 59.246 processos judiciais durante as duas edições da Semana de Baixa Processual, realizadas nos meses de junho e novembro. Os relatórios completos do trabalho de cada dia das unidades durante a Semana de Baixa estão disponíveis na página da CGJ-MA (www.tjma.jus.br/cgj), no link “[Institucional/Downloads](#)”.

PROVIMENTO - A Semana de Baixa Processual foi instituída pela CGJ-MA por meio do [Provimento Nº 10/2018](#), com parte do Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual, com o objetivo principal de reduzir o acervo de processos e a taxa de congestionamento nas unidades judiciais de 1º Grau do Maranhão. O esforço concentrado também consiste na realização de intimações e certificações de trânsito em julgado, e são realizados por todos os servidores das unidades, com a supervisão do juízes titulares, auxiliares ou substitutos.

Para o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, os resultados deste ano demonstram o maior engajamento dos magistrados e servidores no projeto, aumentando em mais de 15 mil os processos arquivados durante os mutirões. “Reconhecemos o empenho das equipes em reduzir os acervos processuais retirando os processos arquivados, o que vai implicar na melhoria da prestação jurisdicional, na celeridade e nos índices de produtividade dessas unidades”, avalia.

Segundo o Provimento Nº 10/2018, a instituição da Semana de Baixa Processual considerou, entre outros, a necessidade de concentrar esforços para uma prestação jurisdicional mais célere; a taxa de congestionamento evidenciada pelo Relatório Justiça em Números 2017/Ano-base 2016, do CNJ; que uma das metas prioritárias do Poder Judiciário é a efetiva redução do estoque de processos; e o princípio constitucional da duração razoável do processo.

Assessoria de Comunicação da Corregedoria Geral da Justiça

asscom_cgj@tjma.jus.br

(98) 31984624

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/430855>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

 É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



Equipe de juízes do mutirão, com o diretor da secretaria da CG-MA, juiz Marcelo Moreira

META 2 | Mutirão de Sentenças na 4ª Vara de Pedreiras julga 227 processos antigos em uma semana

23

OUT

O “Mutirão de Sentenças” realizado na 4ª Vara do Judiciário de Pedreiras, no período de 14 a 18 de outubro, superou a ^{2019 11:34}meta de produtividade prevista no impulsionamento dos processos mais antigos em tramitação na unidade, que estavam pendentes de julgamento. Durante o resultado do esforço concentrado de oito juízes, foram proferidas 227 sentenças, 18 despachos e 16 decisões.

O resultado foi informado pela juíza Gisa Mendonça de Sousa Benício, titular da 4ª vara e coordenadora do mutirão. Durante os julgamentos, foram priorizados – e julgados - 173 processos incluídos na Meta 2 do Judiciário Nacional para 2019, de identificar e julgar, até 31 de dezembro deste ano, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2015 na Justiça de 1º grau (varas e juizados).

“O mutirão ajudou a julgar processos que se encontravam há muito tempo pendente de julgamento, bem como a atingir a meta institucional 2, porque nós sentenciamos ao todo 227 processos que estavam já há algum tempo conclusos para sentença e outros que foram instruídos para que chegasse ao ponto de julgamento e, com isso, alcançamos a meta de julgar os processos mais antigos. Sem um mutirão não haveria condições de, tão cedo, atingir essa meta”, enfatizou a juíza.

Foram julgados, em uma semana, 173 processos incluídos na Meta 2, reduzindo o acervo dos mais antigos e permanecendo apenas em torno de quatro processos a serem julgados. O método de trabalho aplicado no mutirão ajudou a solucionar a demanda acumulada. “De certa forma, o trabalho do mutirão foi tranquilo, nós fizemos a triagem dos processos por assunto, para que facilitasse para os colegas na hora de analisar cada matéria”, explicou a magistrada.

O mutirão foi realizado após o levantamento, na última correição extraordinária realizada na unidade, de 22 de abril a 2 de maio deste ano, de quantidade elevada de processos paralisados, pendentes de despachos, decisões e sentenças, há mais de 100 dias. Atualmente, a 4ª Vara possui 2.946 processos em seu acervo total. A juíza ressaltou que aguarda a chegada na comarca de um analista judiciário para reforçar a equipe de assessores da vara, com a expectativa de zerar todo o acervo de autos prontos para a emissão de sentença, até o final do ano.

A juíza agradeceu o apoio da CGJ-MA no mutirão ao juiz Marcelo Moreira, diretor da secretaria da Corregedoria Geral da Justiça, que representou o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, em visita aos trabalhos (foto).

EQUIPE - Sete juízes auxiliaram a titular, sentenciando os processos durante o mutirão: Marco Ramos Fonseca (1ª Vara); Artur Gustavo (Juizado Cível e Criminal); Larissa Tupinambá Castro (3ª Vara) Tereza Palhares Nina (Juizado Cível e Criminal de Pinheiro); Rodrigo Nina (1ª Vara de Pinheiro); Vanessa Pereira Lopes (1ª Vara Cível de Bacabal) e Marcelle Farias Silva (1ª Vara de Santa Luzia).

Helena Barbosa

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/430869>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

 É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



Servidores e magistrados atuaram em mutirão na comarca de Bacabal na última semana

FORÇA-TAREFA | Mutirão de sentenças movimentou quase 300 processos na 1ª Vara Cível de Bacabal

29

OUT

2019 13:01

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) realizou, no período de 21 a 25 de setembro, um mutirão de sentenças na 1ª Vara Cível de Bacabal, com o objetivo de impulsionar os processos e reduzir a quantidade de pendências de julgamento, contribuindo com a melhoria das taxas de congestionamento e com o tempo de resposta à sociedade. Em uma semana, os juízes e servidores participantes da força-tarefa movimentaram 288 processos, com a prolação de 162 sentenças em processos antigos.

O mutirão foi solicitado pela juíza Vanessa Ferreira Pereira Lopes, titular da unidade, com o objetivo de atualizar as rotinas da unidade, após uma reestruturação nas competências das varas da comarca, com a instalação da 2ª Vara Criminal, no ano passado.

Para o mutirão, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, assinou Portaria designando os juízes Flávia Pereira Barçante (3ª Vara de Codó), Marcelle Farias Silva (Santa Luzia), Sheila Silva Cunha (Parnarama), Sílvio Alves Nascimento (1ª Vara de Colinas), Marcelo Frazão (1ª Vara de Bacabal) e Carlos Eduardo de Arruda Montalverne (2ª Vara de Codó) e os servidores Daniel Façanha (Codó), Rejane Vieira Santos (Santa Luzia), Rosa Lima Moura Santos (Parnarama) e Valêry Arraes (Codó).

Em visita à unidade na última sexta-feira (25), a juíza auxiliar da Corregedoria Francisca Galiza, representando o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, ressaltou que o objetivo dos mutirões é contribuir com o trabalho das unidades, reduzindo o acervo de processos pendentes de julgamento. “Agradecemos a todos os servidores e magistrados que estão colaborando com o trabalho de outras unidades durante os mutirões, dessa forma contribuindo com a melhoria da prestação jurisdicional no nosso Estado”, disse.

Segundo a juíza titular da 1ª Vara Cível de Bacabal, Vanessa Ferreira Lopes, o trabalho realizado em conjunto por juízes e

magistrados teve enfoque principalmente em processos pertencentes a metas, com a prolação de sentenças, decisões e despachos, conferindo redução no acervo e melhorando a prestação jurisdicional na comarca e na unidade. “Agradecemos aos magistrados, servidores e ao apoio da Corregedoria, que com este projeto tem levado ajuda e melhoria à celeridade processual na Justiça de 1º Grau”, frisou.

Segundo dados do Termojuris, disponíveis para consulta pública na página da CGJ-MA, a 1ª Vara Cível de Bacabal conta atualmente com um acervo total de 3.461 processos, sendo 537 conclusos há mais de 100 dias.

NAUJ – Os mutirões de sentença da Corregedoria são realizados por meio do Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais, criado pela CGJ-MA por meio do Provimento Nº 20/2018, como parte do Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual.

O Núcleo tem as atribuições de auxiliar as unidades jurisdicionais atendidas, contribuindo para que os feitos sejam impulsionados, mediante a análise e a consequente movimentação dos processos; apresentar sugestão de padronização de rotinas e fluxos processuais, contribuindo para otimizar a tramitação dos processos nas secretarias judiciais e nos gabinetes; organizar e coordenar a realização de forças-tarefas; apresentar de sugestões a serem adotadas pelas unidades jurisdicionais, objetivando racional gerenciamento de rotinas e fluxos de processos e melhoria do ambiente organizacional; entre outras.

Assessoria de Comunicação da Corregedoria Geral da Justiça

asscom_cgj@tjma.jus.br

(98) 3198-4624

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/430947>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

 É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



Treinamento para juízes e servidores no Fórum de São Luís (Fotos: Josy Lord)

TERMOJURIS | Magistrados e servidores do Fórum de São Luís participam de treinamento sobre sistema de acompanhamento da produtividade judicial

As inscrições para o treinamento da próxima sexta-feira (8) estão abertas pelo email planejamento_cgj@tjma.jus.br

04

NOV

Cerca de 30 servidores e magistrados do Fórum Des. Sarney Costa participaram na última sexta-feira (1º), um ^{2019 09:40} treinamento interno a respeito das funcionalidades do sistema Termojuris, promovido pela Corregedoria Geral da Justiça, por meio da Coordenadoria de Planejamento e Aprimoramento da Justiça de 1º Grau. O objetivo da capacitação é possibilitar maior autonomia às unidades judiciais, com um melhor aproveitamento da ferramenta, que disponibiliza dados de produtividade de todas as unidades judiciais do 1º Grau do estado, detalhando número de sentenças, despachos, taxas de congestionamento e permitindo a exportação de dados.

Segundo a juíza auxiliar da Corregedoria Kariny Reis (Planejamento), a capacitação tem o objetivo de ampliar o uso dessa importante ferramenta de gestão da unidade, estimulando a utilização pelas unidades judiciais. O próximo treinamento está agendado para 8 de novembro, no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau). As inscrições ainda estão abertas e podem ser feitas pelo email planejamento_cgj@tjma.jus.br.

Para a capacitação, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, designou a equipe formada pela juíza Kariny Reis e pelos servidores Danielle Mendes Mesquita Melo (Assessoria de Informática), Eduardo Henrique Ferro Freire (Supervisor de Planejamento), Hayla Vanessa Araujo Castelo Branco (Coordenadoria de Planejamento) e Maycon Wendel Correa Silva (Divisão de Estatística).

Segundo a juíza Kariny Reis, o treinamento aborda as funcionalidades do sistema, com tópicos sobre exportação de planilhas,

análise da evolução da unidade judicial e dos dados mais relevantes; acompanhamento das Metas Nacionais; glossário; utilização de filtros por sistema, por status, por ordem cronológica, por classe do CNJ; além de exemplos de ações que ajudaram a reduzir as taxas de congestionamento e a aumentar o índice de cumprimento das metas do CNJ. “A ferramenta pode contribuir muito com o acompanhamento e melhoria do funcionamento das unidades judiciais, e a participação dos servidores e magistrados nessas capacitações é muito positiva”, avalia.

TERMOJURIS - A versão 2.0 do sistema TermoJúris permite a visualização e acompanhamento online de informações sob o aspecto quantitativo de todo o acervo processual das comarcas do Maranhão. A ferramenta de pesquisa permite a busca de dados captados dos sistemas de gerenciamento processual do Poder Judiciário – VEP, Projudi, Themis e PJe. O sistema foi criado durante a gestão da desembargadora Anildes Cruz à frente da Corregedoria, trabalho continuado na atual gestão.

As informações do TermoJuris estão disponíveis também ao público em geral, atualizadas mensalmente, através de link disponível na página principal da Corregedoria (www.tjma.jus.br/cgj), com dados individualizados sobre a produtividade mensal de juízes titulares e auxiliares, com informações do acervo de processos, número de despachos, decisões, sentenças, entre outros. Até o quinto útil do mês subsequente, a Corregedoria também encaminha para publicação no Diário de Justiça Eletrônico (DJE), relatório contendo os dados de produtividade mensal de todas as unidades jurisdicionais do Estado.

Assessoria de Comunicação da Corregedoria Geral da Justiça

asscom_cgj@tjma.jus.br

(98) 3198-4624

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/431033>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

 É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



PROGRAMA DE ENFRENTAMENTO DA TAXA DE CONGESTIONAMENTO PROCESSUAL

Ilustração

NAUJ | Juízes e servidores movimentaram mais de 3.500 processos em mutirões na capital

06

NOV

A Corregedoria Geral da Justiça divulgou [relatório com os resultados obtidos](#), até o mês de outubro, com os ^{2019.16:48} mutirões processuais realizados junto às unidades jurisdicionais da região metropolitana de São Luís identificadas com taxa de congestionamento processual elevada, por meio do Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais (NAUJ) da CGJ-MA, criado para atuar em esforço concentrado com o objetivo de reduzir as taxas de congestionamento processual. Desde o início dos mutirões (maio de 2019), foram movimentados 3.514 processos, que resultaram em 2542 sentenças, 408 decisões e 564 despachos.

O Núcleo de Apoio funciona na capital com a colaboração de juízes e servidores, entre secretários judiciais e assessores, sob a coordenação da juíza Josane Araujo Farias Braga. A equipe é composta por juízes auxiliares da capital, de entrância intermediária (voluntários) e juízes substitutos.

Segundo o relatório técnico do NAUJ, o grupo de juízes colaboradores que atuam nos mutirões, com o apoio dos servidores do próprio núcleo, analisaram somente no mês de outubro o total de 710 processos, dos quais resultaram 523 sentenças proferidas; 87 decisões e 100 despachos.

O relatório publicado pelo Núcleo de Apoio às Unidades Jurisdicionais (NAUJ) é assinado pelo servidor Toni Frazão Ramos e apresenta os números parciais das atividades que estão sendo realizadas nas unidades da 2ª, 3ª e 5ª Varas da Fazenda Pública, 13ª Vara Cível da Comarca da Ilha de São Luís e 1ª Vara Criminal de São José de Ribamar, unidades que necessitaram do esforço concentrado de juízes para impulsionar os processos de alta complexidade, que demandam uma média de tempo para apreciação maior do que o normal em relação aos demais processos.

De acordo com o relatório, no mês de outubro deste ano foram analisados 153 processos na 2ª Vara da Fazenda Pública; 304 processos na 3ª Vara da Fazenda Pública; 25 processos na 5ª Vara da Fazenda Pública; 92 processos na 13ª Vara Cível e 136 na 1ª Vara Criminal de São José de Ribamar, unidades que continuam a contar com a atuação dos mutirões.

O NAUJ também concluiu os mutirões na 7ª Vara Cível, na qual foram movimentados 1313 processos, sendo 966 sentenças; 1ª Vara Cível, onde foram analisados 390 processos, com 303 sentenças; e na 2ª Vara Criminal de São José de Ribamar, onde analisaram 391 processos, com 227 sentenças.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça

asscom_cgj@tjma.jus.br

(98) 3198-4624

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgi/visualiza/publicacao/431120>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

“ É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. ”



Fórum de Itapecuru-Mirim

ITAPECURU-MIRIM | Mutirão de servidores de cinco comarcas dará cumprimento aos processos

07

NOV

Um “Mutirão de Cumprimento de Processos” será realizado na 2ª Vara da Comarca de Itapecuru-Mirim, no período de 11 a 14 de novembro de 2019, com a participação de servidores de cinco comarcas. O objetivo é impulsionar os processos que se encontram parados na secretaria judicial. O atendimento ao público e advogados e a distribuição processual serão mantidos durante o mutirão.

Segundo informações da secretaria judicial, deverão ser movimentados cerca de 400 processos físicos cíveis e criminais, registrados no sistema Themis PG, e aproximadamente 350 virtuais cíveis cadastrados no Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJE). O acervo da 2ª Vara de Itapecuru-Mirim é de 3.665 processos, segundo dados do sistema TermoJuris, da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ_MA).

Durante o mutirão, servidores da comarca, com o apoio de mais cinco servidores designados pela Corregedoria, vão efetuar o cumprimento de despachos, decisões, sentenças do magistrado e juntadas de documentos aos autos, a fim de movimentar os processos.

Segundo a secretária judicial da 2ª Vara, Raquel Goudard da Silveira, coordenadora do mutirão, todos os processos selecionados para o mutirão foram identificados em lotes e separados em uma sala, onde serão analisados e cumpridos. Da equipe de servidores, quatro vão trabalhar com processos físicos - dois com os criminais e dois com os cíveis - e um com os do PJE.

Vão auxiliar no mutirão os servidores Carlos Alves Mendes (Cândido Mendes), Marcus Rocha da Silva (3ª Vara de Pedreiras), Olga Oliveira Santos (Olho D'Água das Cunhãs), Helder da Costa Silva (1ª Vara de Coroatá) e Clenilton da Silva Pacheco (Santa Rita).

Helena Barbosa

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgi/visualiza/publicacao/431125>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

 É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



Fórum de Coroatá

JULGAMENTO | CGJ realiza mutirão criminal na 1ª Vara de Coroatá para sentenciar processos

08

NOV

A Corregedoria Geral da Justiça, por meio do Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais (NAUJ), realiza no período de 11^{2019 09:26} a 14 de novembro, um Mutirão Criminal na 1ª Vara da Comarca de Coroatá, com o objetivo de julgar processos antigos já conclusos, que já passaram da fase da instrução e estão prontos para julgamento e emissão de sentença.

A previsão da juíza Anelise Reginato, titular da 1ª Vara e coordenadora do mutirão, é de que sejam produzidas ao menos 100 sentenças, tendo em vista que, em alguns casos, devido à complexidade do processo, os juízes que participarão do mutirão terão que ouvir depoimentos das partes envolvidas já registrados nos autos e analisar as provas, antes de proferir as decisões terminativas nos processos.

Vão participar do esforço concentrado, além da titular, os juízes Duarte Henrique Ribeiro de Souza (2ª Vara de Coroatá), Gláucia Helen Maia de Almeida (2ª Vara Criminal da Comarca de Bacabal), Mirella Cezar Freitas (Vara de Itapecuru Mirim), Marcelle Adriane Farias Silva (1ª Vara de Santa Luzia) e Marcello Frazão Pereira (1ª Vara Criminal da Comarca de Bacabal), designados pela Corregedoria Geral da Justiça pra auxiliar nos julgamentos.

Os processos incluídos no esforço concentrado de julgamento são anteriores a 2017 e já estavam em tramitação quando a juíza ingressou na vara. O processo mais antigo data de 2008. “Esses processos estavam com a fase instrução já finalizada, mas pendentes de sentença, por isso se encontravam parados”, informou a juíza.

TAXAS - Segundo informações do sistema Termojuris, na página de transparência da CGJ-MA, a 1ª Vara de Coroatá possui um acervo total de 8.020 processos, 880 deles conclusos há mais de cem dias. Diante do acúmulo da demanda não solucionada, a

Corregedoria Geral da Justiça recomendou a redução de 5% das taxas de congestionamento de julgamento e de baixa, para dar impulso à demanda processual.

Segundo a juíza, os esforços realizados já resultaram na redução de 10% das taxas de congestionamento de julgamento e de baixa dos processos. Para evitar o acúmulo da demanda, a juíza adota a sistemática de emitir a sentença no mesmo dia em que realiza a última audiência da fase de instrução. Agora, com o apoio do grupo de juízes, a expectativa é reduzir, ainda mais a demanda, com a realização do mutirão.

Helena Barbosa
Assessoria de Comunicação
Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão
asscom_cgj@tjma.jus.br
www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgi/visualiza/publicacao/431143>

Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

“ É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. ”



Ilustração.

SENTENÇAS | Mutirão julga processos pendentes na Comarca de Parnarama

11

NOV

O Judiciário de Parnarama deu início, nesta segunda-feira, 11, a um mutirão judicial para julgamento de 200 processos ^{2019 14:34} antigos em tramitação na vara única da comarca. Foram selecionados para serem julgados os processos que já estão preparados para sentenças e decisões, com mais de 100 dias de conclusão dos autos.

Durante o mutirão estarão em julgamento os processos da Fazenda Pública, Procedimento Comum, Alvará Judicial, Mandado de Segurança, Inventário e Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa.

Nesta segunda-feira (11), os processos serão entregues a um grupo de juízes e aos seus assessores, que irão elaborar as sentenças e decisões e a secretaria judicial da comarca dará o devido cumprimento, o mais breve possível, para impulsionar o processo.

A meta estipulada para o mutirão é prolatar decisões ou sentenças em todos os processos que serão submetidos ao mutirão. "Ao final do mutirão, esperamos diminuir nossas taxas de julgamento e congestionamento, para ficarmos abaixo dos índices atuais, bem como, não teremos mais processos conclusos com mais de 100 dias pendentes de sentença ou decisões", explicou a juíza.

Inicialmente, os processos foram conferidos pela secretaria judicial. Em seguida, foram sanadas as pendências para ficarem no ponto de serem proferidas as sentenças ou decisão.

Concluída essa etapa, os processos foram divididos em cinco lotes de 25 processos cada e distribuídos em ordem aleatória entre os juízes. A equipe de colaboradores é formada por Karlos Alberto Ribeiro Mota (Icatu), Carlos Eduardo Arruda Mont'Alverne (2ª Vara de Codó), Pablo Carvalho e Moura (Timbiras), Flávia Pereira da Silva Barçante (3ª Vara de Codó) e Alexandre Magno Nascimento Andrade (Igarapé Grande). Colaboram auxiliares os trabalhos os servidores: Alanna Sousa Lima (Timbiras), Daniel Bezerra Façanha (3ª Vara de Codó), Valery Arraes Arruda (2ª Vara de Codó), Hyonny Costa Pinheiro (Dom Pedro) e Daniela Magalhães Paulino (Igarapé Grande).

NAUJ - O mutirão conta com o apoio administrativo do Núcleo de Apoio às Unidades Jurisdicionais (NAUJ), da Corregedoria Geral da Justiça, que implementa ações de apoio e de orientação às unidades judiciais da Justiça de 1º grau, visando reduzir o índice de

congestionamento processual e imprimir maior celeridade ao andamento das ações em trâmite no Judiciário.

Helena Barbosa
Assessoria de Comunicação
Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão
asscom_cgj@tjma.jus.br
www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgi/visualiza/publicacao/431182>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

“ É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. ”



Ilustração

JUSTIÇA DE 1º GRAU | Unidades Judiciais reduziram em 15% a taxa de congestionamento de baixa em menos de dois anos

11

NOV

A Coordenadoria de Planejamento Estratégico da Corregedoria emitiu relatório com dados que apontam a redução da ^{2019 15:19} Taxa de Congestionamento de Baixa em 15,05% em comparação aos dados de janeiro de 2018 (76,43%). Atualmente, segundo o relatório, a média geral desta taxa é de 64,93%. O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, comemorou o resultado e ressaltou que as melhorias nos serviços da Justiça de 1º Grau refletem diretamente na prestação jurisdicional.

O documento também indica que houve crescimento de 85% das unidades judiciais que conquistaram a redução da taxa de congestionamento de baixa processual, se comparados com os dados do último dia 30 de abril. Das unidades que estavam na faixa mais crítica da taxa de congestionamento, 66,96% das unidades conseguiram reduzir o percentual.

Segundo a juíza Kariny Reis, coordenadora de Planejamento Estratégico da CGJ, 242 unidades judiciais conseguiram reduzir a taxa de congestionamento processual, alcançando índices inferiores a 80%. “Por outro lado, reduzimos, consideravelmente, de 115 para 38, o número de unidades que possuem uma taxa de congestionamento de baixa na faixa mais crítica, dado que nos traz muita alegria e orgulho do trabalho desenvolvido pelos magistrados e servidores de todo o Maranhão”, comemora.

PROGRAMA – Desde o início da atual gestão, a CGJ-MA implantou o Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual, desenvolvido em duas frentes - uma dirigida a todas as unidades de 1º Grau, sensibilizando e incentivando magistrados e servidores a continuarem buscando a diminuição do acervo, e outra voltada para as unidades mais

sobrecarregadas/congestionadas, que recebem o suporte necessário para que tenham condições de alcançar melhores resultados, por meio de visitas estratégicas, planos de ação e mutirões com servidores e magistrados.

Também foi instituído o Núcleo de Apoio a Unidade Judicial da Corregedoria Geral da Justiça, composto pelo Corregedor-Geral da Justiça, pelo juiz diretor da Secretaria, pelo juiz de Planejamento Estratégico, pelos juízes auxiliares e servidores da Corregedoria Geral da Justiça, além de juízes e servidores designados pelo Corregedor-Geral da Justiça, preferencialmente lotados em unidades menos congestionadas.

Considerando que a taxa de congestionamento de baixa processual impacta negativamente os resultados da justiça maranhense, foi instituída a Semana de Baixa Processual em toda a Justiça de 1º grau, com a realização de quatro edições em 2018 e 2019 e a baixa definitiva de quase 135 mil processos. Acada ano, é conferido pelo Corregedor-geral da Justiça o Selo Unidade Destaque em Baixa Processual, categorias ouro, prata e bronze.

Márcio Rodrigo

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça

asscom_cgj@tjma.jus.br

(98) 31984624

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgi/visualiza/publicacao/431183>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

 É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



OUTUBRO | Corregedoria disponibiliza produtividade de juízes de Direito para consulta pública

12

NOV

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) divulgou, para conhecimento público, o resultado da apuração da produtividade, atualizado até o mês de outubro, dos juízes e unidades judiciais da comarca da Ilha (São Luís, São José de Ribamar, Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar) e das comarcas de entrância intermediária e inicial da Justiça de 1º grau.

O resultado, em ordem alfabética, dos nomes dos juízes seguidos da vara ou juizado onde atua, do número de sentenças, decisões e despachos proferidos, assim como a produtividade das unidades judiciais da Ilha de São Luís, da entrância intermediária e da entrância final, com as taxas de congestionamento de julgamento; de congestionamento de baixa; número de processos distribuídos, baixados e conclusos e o acervo total de processos existentes em cada uma, está disponível no link TermoJuris da página da CGJ na internet. Para acessar, clique [AQUI](#).

A divulgação cumpre o Provimento de nº 33/2019, de iniciativa do corregedor geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, que determina a divulgação mensal obrigatória, para fins de consulta pública, de dados de produtividade de juízes e unidades jurisdicionais do Estado do Maranhão, coletados pelo sistema de gerenciamento processual TermoJuris. Essa ferramenta eletrônica permite a visualização e acompanhamento pela internet de informações sobre a produtividade de todas as comarcas do Maranhão, através de dados colhidos dos sistemas de controle processual do Judiciário maranhense.

A Corregedoria Geral da Justiça também encaminha, até o quinto útil do mês seguinte ao apurado, para publicação no Diário de Justiça Eletrônico (DJE), o relatório contendo os dados de produtividade mensal de todas as unidades jurisdicionais do Estado.

APP – A Corregedoria lançou a versão aplicativo da ferramenta TermoJuris, que apresenta os dados mensais de produtividade de todas as unidades judiciais de 1º Grau do Maranhão. O aplicativo está disponível na URL <https://termojuriscliente.tjma.jus.br> (versão Web), assim como nas lojas de aplicativos do Android (Play Store) e iOS (App Store*).

O lançamento do aplicativo dá continuidade a projeto iniciado na gestão da desembargadora Anildes Cruz à frente da CGJ-MA, com a criação do sistema TermoJuris para melhor acompanhamento do trabalho das unidades judiciais do Estado.

Assessoria de Comunicação
Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão
asscom_cgj@tjma.jus.br
www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgi/visualiza/publicacao/431199>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

 É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



Nova etapa de treinamento aconteceu no Fórum de São Luís na última sexta-feira (8)

SÃO LUÍS | Servidores e magistrados passam por nova etapa de treinamento do TermoJuris

12

NOV

Na última sexta-feira (8), a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) promoveu mais uma do treinamento interno para magistrados e servidores do Fórum Des. Sarney Costa, abordando as funcionalidades do sistema TermoJuris - que disponibiliza dados de produtividade de todas as unidades judiciais do 1º Grau do estado, detalhando número de sentenças, despachos, taxas de congestionamento e permitindo a exportação de dados. As capacitações objetivam possibilitar maior autonomia às unidades judiciais, com um melhor aproveitamento da ferramenta.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, designou a equipe formada pela juíza Kariny Reis e pelos servidores Danielle Mendes Mesquita Melo (Assessoria de Informática), Eduardo Henrique Ferro Freire (Supervisor de Planejamento), Hayla Vanessa Araujo Castelo Branco (Coordenadoria de Planejamento) e Maycon Wendel Correa Silva (Divisão de Estatística).

Para a juíza Arianna Rodrigues de Carvalho Saraiva, da comarca de Dom Pedro, o TermoJuris é uma ferramenta de gestão que há muito tempo o Judiciário Maranhense necessitava, uma vez que a forma como são apresentados os números auxiliam o magistrado e os servidores no acompanhamento da produtividade da unidade jurisdicional, ainda mais com a possibilidade de identificação das deficiências a serem combatidas. “O curso para orientação de manuseio do sistema é de fundamental importância, por tornar acessível aos magistrados todas as suas funcionalidades em prol de uma prestação jurisdicional célere e, mais importante ainda, eficiente”, avaliou.

Segundo a juíza auxiliar da Corregedoria Kariny Reis (Planejamento), a iniciativa de realizar os treinamentos objetiva ampliar o

uso do TermoJuris como ferramenta de gestão das unidades, estimulando a utilização pelas unidades judiciais.

O treinamento aborda as funcionalidades do sistema, com tópicos sobre exportação de planilhas, análise da evolução da unidade judicial e dos dados mais relevantes; acompanhamento das Metas Nacionais; glossário; utilização de filtros por sistema, por status, por ordem cronológica, por classe do CNJ; além de exemplos de ações que ajudaram a reduzir as taxas de congestionamento e a aumentar o índice de cumprimento das metas do CNJ. “A ferramenta pode contribuir muito com o acompanhamento e melhoria do funcionamento das unidades judiciais, e a participação dos servidores e magistrados nessas capacitações é muito positiva”, avalia.

TERMOJURIS - A versão 2.0 do sistema TermoJúris permite a visualização e acompanhamento online de informações sob o aspecto quantitativo de todo o acervo processual das comarcas do Maranhão. A ferramenta de pesquisa permite a busca de dados captados dos sistemas de gerenciamento processual do Poder Judiciário – VEP, Projudi, Themis e PJe. O sistema foi criado durante a gestão da desembargadora Anildes Cruz à frente da Corregedoria, trabalho continuado na atual gestão.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça

asscom_cgj@tjma.jus.br

(98) 3198-4624

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/431201>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

“ É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. ”



Ilustração (Carlos Sales/ASCOM TJ)

PUBLICIDADE | Corregedoria disponibiliza hot site que detalha projetos e ações

13

NOV

Com o objetivo estratégico de ampliar o acesso do cidadão às informações do Poder Judiciário, a Corregedoria Geral da Justiça disponibilizou o [hotsite da Gestão Estratégica no Portal do Poder Judiciário](#), no qual são apresentados para consulta pública todos os programas, projetos e ações desenvolvidos pela Corregedoria Geral da Justiça.

Entre as informações disponibilizadas, o hotsite reúne na aba “Projetos” as informações de 16 projetos desenvolvidos pela Corregedoria, buscando estimular a interação e a participação da sociedade nas iniciativas do órgão. Entre as atividades, estão disponíveis informações sobre a Casa da Justiça; Casamentos Comunitários; Mega Leilão de Veículos Automotores; Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais (NAUJ); Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual; Digitalizar Já; Jurado Voluntário; Reconhecer é Amar; Semana de Baixa Processual; Construindo a Justiça, entre outros. “O hotsite é uma ferramenta importante porque apresenta ao público os dados atualizados da Justiça de 1º Grau, acompanhamento do cumprimento de metas, atualizações de projetos e muitas outras informações de interesse público”, ressalta a juíza auxiliar da Corregedoria responsável pelo Planejamento Estratégico, Kariny Reis.

Outra aba do hotsite é “Estatística”, que disponibiliza informação sobre a evolução da taxa de congestionamento processual; índice de virtualização; além do acompanhamento da evolução do cumprimento das metas pelas unidades judiciais da Justiça de 1º Grau – tanto em relação às metas definidas pela Corregedoria quanto pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Os dados estatísticos mostram a evolução no período de janeiro a agosto de 2019, que demonstram o aumento do cumprimento das metas em comparação ao mesmo período do ano de 2018. O índice de virtualização mostra a evolução da migração dos processos

físicos para o sistema PJe, que já contabiliza mais de 18 mil processos migrados. Outra informação é a evolução das taxas de congestionamento de julgamento e de baixa processual atualizados com dados até 04 de novembro do corrente ano, que mostram a gradativa diminuição do número de unidades judiciais com percentuais de congestionamento processual acima de 80% e, conseqüentemente, o aumento das unidades com percentuais abaixo de 80%. A última aba do hot site (Planos de Gestão) apresenta os planos de gestão da CGJ.

PROVIMENTOS - O hot site reúne todos os provimentos editados pela CGJ-MA desde 1989, organizados pelos servidores Ana Priscila Andrade (secretária judicial da 9ª Vara Cível da capital) e Eurico da Rocha Santos Ramos (analista judiciário da CGJ). “A ampliação do acesso à informação também é um dos objetivos estratégicos, além de ser obrigação do Poder Público prestar contas das atividades à sociedade”, avalia o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva.

BOAS PRÁTICAS – Outra aba disponível no hot site da Gestão Estratégica da CGJ é o Banco de Boas Práticas - um instrumento de registro sistemático e de divulgação, interna e externa, das melhores ideias e práticas aplicadas no Poder Judiciário maranhense.

A finalidade do Banco de Boas Práticas é identificar, catalogar e disseminar as boas práticas do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, promover o compartilhamento e a socialização do capital intelectual dos integrantes do Judiciário, assegurar uma troca contínua de experiências de trabalho entre as diversas unidades judiciárias e contribuir para a melhoria dos serviços prestados, visando a motivar e valorizar os magistrados e servidores.

O banco de boas práticas foi idealizado a partir da constatação de que magistrados e servidores vêm desenvolvendo de forma exitosa, em suas unidades de lotação, projetos e ações inovadoras, de cunho social e de gestão, o que motivou a Corregedoria-Geral da Justiça a propor a criação de um espaço de sistematização e socialização dessas práticas e ações inovadoras dos integrantes do Poder Judiciário maranhense;

Entende-se por boa prática a atividade, ação ou experiência, cujo resultado importe melhorias em processo de trabalho, satisfação do público-alvo, alcance das metas estratégicas, servindo de referência para a reflexão e aplicação em outras organizações, podendo ser divulgada e incentivada, preservados os princípios éticos relacionados aos direitos dos autores.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça

asscom_cgj@tjma.jus.br

(98) 3198-4624

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/431222>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

 É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



METAS NACIONAIS DE PRODUTIVIDADE



Ilustração

PRODUTIVIDADE | Justiça de 1º Grau já cumpriu mais de 100% das metas 2, 3 e 6 do CNJ

14

NOV

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ_MA) divulgou os resultados obtidos na atividade jurisdicional da Justiça Estadual de 1º Grau, apurados no período de janeiro a outubro deste ano, quanto aos percentuais de cumprimento das metas do Poder Judiciário Nacional para 2019, com saldo positivo na evolução dos índices de julgamento de processos. Dentre as metas de desempenho estabelecidas pelo CNJ, as Metas 2, 3 e 6 já foram cumpridas integralmente pela Justiça de 1º Grau, e as Metas 1 e 4 apresentam cumprimento próximo de 100%. Os dados de acompanhamento das Metas Nacionais passaram a ser disponibilizados pela Corregedoria, com atualização mensal, no [hotsite da Gestão Estratégica](#), disponível no Portal do Poder Judiciário.

A evolução positiva do desempenho da Justiça de 1º Grau é extraída do Relatório de Cumprimento de Metas (RCM), elaborado pela Divisão de Estatística da Corregedoria, com base nos dados do [Painel de Resultados das Metas Nacionais do CNJ](#).

META 2 - De acordo com o relatório, a Meta 2 - "Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2015 no 1º grau e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2016 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais" - já foi cumprida totalmente.

No período de janeiro a outubro, quanto ao desempenho da Justiça comum de 1º Grau o percentual de cumprimento da Meta 2 passou de 56,88% em 2018, para 111,10% em 2019 - um aumento de 95,32%. No âmbito dos Juizados Especiais, o índice alcançando neste ano está em 110,77% - um aumento de 98,72%; e nas Turmas Recursais o cumprimento da Meta está em 109,44% - um aumento de em 99,70% em relação ao mesmo período do ano passado.

CONCILIAÇÃO - Também foi cumprida a Meta 3 - "Aumentar o indicador Índice de Conciliação em dois pontos percentuais em relação ao ano anterior". O percentual exigido para cumprimento dessa meta, estipulado em 100%, foi de 293,19% no Judiciário maranhense.

Em todo o ano de 2018 foi alcançado o índice de 36,23% de conciliação com 75.349 acordos pré-processuais e processuais realizados. Em 2019, até outubro, esse índice, que deveria ser, de no mínimo, 38,23%, subiu para 112,07%, com a celebração de 215.301 acordos. Os resultados também se devem à política de conciliação do Poder Judiciário, por meio do Núcleo Permanente de Solução de Conflitos do TJMA.

META 6 – Em relação à Meta 6 - "Julgar, até 31/12/2019, 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau", no quadro comparativo entre os 10 primeiros meses de 2018 e 2019, o percentual de cumprimento da meta passou de 34,51% em 2018 para 100,46% em 2019, representando um aumento de 191,1% nesse percentual.

EXPECTATIVA - Segundo a juíza Kariny Reis, coordenadora de planejamento estratégico da CGJ-MA, as unidades de 1º Grau obtiveram um resultado excelente, havendo a expectativa de que possam ser ainda melhores no final do ano. "Nós tivemos um resultado superior ao que tivemos em todo o ano de 2018, nas varas, juizados especiais e turmas recursais. Como ainda estamos em novembro, esse resultado ainda pode ser melhor. Nós temos um mês e meio ainda para considerar que vai ser feito", disse a juíza, se referindo à quantidade de processos de conhecimento julgados, em relação ao que foi distribuído.

Em relação à Meta 2, os juízes também conseguiram avançar no cumprimento. "Em 2019, nós conseguimos registrar um aumento de 90,89% em relação a 2018. Nosso percentual de cumprimento está em 111,10% - meta batida", comemora o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva.

Estão sendo cumpridas, gradativamente, a Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente), e a Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2019, 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até 31/12/2016, em especial a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão).

METAS 1 e 4 - Apesar de a demanda processual incluída na Meta 1 ter sofrido um acréscimo, com a entrada dos processos reativados que passaram a ser considerados no cálculo, até outubro deste ano houve um aumento de 9,10% em relação ao ano de 2018 no cumprimento da meta da Justiça Comum. No ano passado, o percentual de cumprimento da meta foi de 85,63%. Este ano, já está em 93,43%. Em relação aos Juizados Especiais, o índice está em 99,99%; e nas Turmas Recursais está em 89,70%.

Em relação à Meta 4, foi detectado em 2019 um percentual de cumprimento de 94,45% na Justiça Comum de janeiro a outubro, que representa um aumento de 24,03% em relação ao mesmo período de 2018.

ATUAÇÃO - Desde o início da atual gestão, em dezembro de 2017, a Corregedoria Geral da Justiça adotou uma série de projetos e medidas de apoio ao desempenho da Justiça de 1º Grau, como o Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual - pelo qual o corregedor-geral, desembargador Marcelo Carvalho Silva, realizou visitas estratégicas em várias comarcas, com a atuação de equipe da CGJ para identificar as principais dificuldades e adotar medidas de melhoria, como elaboração de plano de ação e orientações sobre gestão processual.

Outra medida derivada foi a instituição das Semanas de Baixa Processual e do Selo Unidade Destaque - que resultaram na redução de redução da Taxa de Congestionamento de Baixa em 15,05% em comparação aos dados de janeiro de 2018, com a realização de quatro edições em 2018 e 2019 e a baixa definitiva de quase 135 mil processos. O Selo Unidade Destaque premia as unidades que alcançaram os melhores resultados na baixa processual.

Também foi instituído o Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais (NAUJ), com a atuação de juízes e servidores na realização de mutirões de sentenças e de cumprimento nas unidades judiciais que enfrentam maiores dificuldades, contribuindo com a elevação da produtividade.

Além, disso, o sistema TermoJuris foi aprimorado para permitir um melhor acompanhamento do cumprimento das metas, inclusive apresentando uma projeção do número de processos que cada unidade precisa julgar a cada mês para atingir cada uma das metas do CNJ.

Helena Barbosa

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça

asscom_cgj@tjma.jus.br

(98) 3198-4624

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgi/visualiza/publicacao/431237>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

 É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



MÉRITO | Corregedoria institui prêmio de Reconhecimento de Produtividade para juízes e servidores

19

NOV

A Corregedoria Geral da Justiça instituiu premiação de Reconhecimento de Produtividade para magistrados e servidores pelo Cumprimento de Metas Nacionais para o Judiciário Brasileiro, que representam o compromisso dos tribunais brasileiros com o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, buscando proporcionar à sociedade serviços judiciários mais ágeis, com maior eficiência e qualidade.

A premiação foi instituída no âmbito da Corregedoria e será concedido anualmente às unidades jurisdicionais - varas, juizados e turmas recursais - maranhense que atenderem aos requisitos definidos no [Provimento nº 52/2019](#), assinado pelo corregedor-geral da Justiça, Marcelo Carvalho Silva.

O Reconhecimento de Produtividade pelo Cumprimento de Metas do Conselho Nacional de Justiça será conferido às unidades jurisdicionais que atingirem 100% de uma ou mais das Metas Nacionais de produtividade definidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Os troféus serão entregues em solenidade especialmente designada para este fim, e as unidades agraciadas serão destacadas no portal eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão - na página da Corregedoria Geral da Justiça. E os dados estatísticos deverão ser contabilizados de 1º de janeiro a 31 de dezembro do ano corrente.

Segundo a juíza Karine Reis, coordenadora de planejamento estratégico, a ideia de reconhecer o mérito dos magistrados e servidores partiu da verificação de que as unidades empreenderam esforços para aumentar os percentuais de cumprimento das metas de

produtividade ao longo da gestão, como ficou constatado no [Relatório de Cumprimento de Metas](#), divulgado pela Divisão de Estatística da CGJ-MA.

De acordo com os dados desse relatório, os resultados obtidos no julgamento de processos, apurados de janeiro a outubro deste ano, indicam que a Justiça de 1º Grau cumpriu integralmente as Metas 2, 3 e 6 estabelecidas pelo Judiciário Nacional. Já as Metas de número 1 e 4 apresentam cumprimento próximo de 100%.

PRIORIDADE - Ao propor o reconhecimento do mérito dos colaboradores, o corregedor-geral da Justiça considerou a Resolução do CNJ (nº 194/2014), que instituiu a Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, com o objetivo de estruturar e implementar medidas concretas e permanentes com vistas à melhoria dos serviços judiciários prestados pela primeira instância dos tribunais brasileiros. De acordo com as estatísticas do Relatório Justiça em Números (CNJ), o primeiro grau de jurisdição é o segmento mais sobrecarregado do Poder Judiciário e o que presta serviços judiciários mais aquém da qualidade desejada.

O desembargador considerou ainda a necessidade de incremento dos percentuais de cumprimento das Metas Nacionais de produtividade pelas unidades judiciais do Estado, além da necessidade contínua de implantação de medidas que resultem melhorias na gestão judiciária e o aprimoramento da prestação jurisdicional da jurisdição de primeiro grau.

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão divulga, mensalmente, para conhecimento público, o resultado da apuração da produtividade dos juízes e unidades judiciais da comarca da Ilha (São Luís, São José de Ribamar, Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar) e das comarcas de entrância intermediária e inicial da Justiça de 1º grau em todo o Estado, no sistema TermoJuris, disponível na internet.

APP – A Corregedoria também lançou a versão aplicativo do TermoJuris, com os dados mensais de produtividade de todas as unidades judiciais de 1º Grau do Maranhão, disponível na versão web em <https://termojuriscliente.tjma.jus.br>, assim como nas lojas de aplicativos do Android (Play Store) e iOS (App Store*).

Helena Barbosa
Assessoria de Comunicação
Corregedoria Geral da Justiça
asscom_cgj@tjma.jus.br
(98) 3198-4624

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/431274>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

“ É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. ”



Mutirão em Santa Luzia do Paruá impulsiona e finaliza processos judiciais.

AGILIDADE | Mutirões processuais em Santa Luzia do Paruá resultam em mais de R\$ 2 milhões em acordos judiciais

20

NOV

A Comarca de Santa Luzia do Paruá, 403 km da Capital, realiza neste mês de novembro, mutirões de audiências com ^{2019 08:11} foco na agilidade, homologação de acordos e baixa processual. O magistrado João Paulo de Sousa Oliveira, titular da comarca, coordena os trabalhos realizados em diversas salas do fórum.

No período de 4 a 11, a comarca realizou 111 audiências em processos relacionados a benefícios de pensão por morte; auxílio-maternidade; aposentadoria especial; auxílio-doença; aposentadoria por invalidez; aposentadoria por tempo de contribuição e benefício assistencial, dentre outros.

O juiz João Paulo Oliveira explica que o quantitativo de audiências realizadas só foi possível em razão da presença do procurador do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, Rui Marcos Nunes Lima, que atuou na defesa da autarquia. “Com o esforço dos servidores da comarca, e a presença do procurador federal, conseguimos impulsionar mais de uma centena de processos que aguardavam audiência”, ressaltou.

O magistrado frisa também, que o mutirão atingiu R\$ 2,3 milhões de reais em concessão de benefícios, incluindo no cálculo, valores retroativos, referente a ações ajuizadas entre os anos de 2012 e 2018. “Em 90% dos casos houve acordo, o que nos alegra”,

comemorou.

JUIZADO ESPECIAL – O segundo mutirão do mês de novembro, em Santa Luzia do Paruá, aconteceu de 11 a 14, com processos do Juizado Especial Cível. Foram realizadas 208 audiências em salas simultâneas, com o apoio de conciliadores.

Foram impulsionados e finalizados, processos referentes a empréstimos bancários; ações contra empresas de telefonia; concessionária de energia; cobranças entre particulares; inscrição indevida em cadastro de restrição de créditos; e ações de cobrança contra a Fazenda Pública.

No mutirão do juizado, o índice de acordo também foi superior a 90%.

Márcio Rodrigo

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/431283>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

 É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



IDEIAS | Corregedoria Geral da Justiça cria Banco de Boas Práticas do Judiciário para magistrados e servidores

25

NOV

A Corregedoria Geral da Justiça instituiu o Banco de Boas Práticas (BBP/CGJM), com a finalidade de identificar, catalogar e disseminar ideias e práticas aplicadas no Poder Judiciário do Maranhão, motivar e valorizar os magistrados e servidores. O Banco de Boas Práticas está disponível na internet, ^{2019 10:51} [na página da Gestão Estratégica da Corregedoria-Geral da Justiça](#), no portal eletrônico do Tribunal de Justiça do Maranhão (www.tjma.jus.br/cgj).

A medida foi instituída por meio do [Provimento N° 51/2019](#), assinado pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva. O "Banco de Boas Práticas" é um instrumento de registro sistemático e de divulgação - interna e externa -, das melhores ideias e práticas aplicadas no Poder Judiciário maranhense, com o objetivo de assegurar uma troca contínua de experiências de trabalho entre as diversas unidades judiciárias e contribuir para a melhoria dos serviços prestados.

Considera-se uma boa prática a atividade, ação ou experiência cujo resultado importe melhorias em processo de trabalho, satisfação do público-alvo, alcance das metas estratégicas, servindo de referência para a reflexão e aplicação em outras organizações, podendo ser divulgada e incentivada, preservados os princípios éticos relacionados aos direitos dos autores.

As ideias e práticas devem atender aos seguintes objetivos de viabilizar o andamento célere de processos; alcançar os objetivos estratégicos do Plano Estratégico do TJMA; promover a legitimação do Judiciário perante o cidadão e servir de referência para aplicação em outras unidades federadas.

INSCRIÇÃO - As ideias e práticas deverão ser cadastradas no Banco de Boas Práticas por meio de [formulário eletrônico](#)

disponibilizado nessa página. As inscrições de ideias e de práticas poderão ser realizadas por juízes e servidores, individual ou coletivamente. No ato da inscrição das ideias e das práticas, deverão ser descritas as ações necessárias para implantá-las. Como forma de reconhecimento dos autores da boa prática, após aprovação, esta será anotada na ficha funcional do magistrado ou servidor.

As práticas inscritas passarão por análise prévia, realizada pela da Divisão de Projetos, Padronização e Rotinas e, se constatada a conformidade ao disposto no art. 1º, § 2º, do Provimento, serão disponibilizadas no Banco de Boas Práticas da Corregedoria-Geral da Justiça do Maranhão, após a aprovação do Corregedor-Geral da Justiça.

Helena Barbosa
Assessoria de Comunicação
Corregedoria Geral da Justiça
asscom_cgj@tjma.jus.br
(98) 3198-4624

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/431377>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

 É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



PROGRAMA DE ENFRENTAMENTO DA TAXA DE CONGESTIONAMENTO PROCESSUAL

Ilustração.

REFORÇO | Juízes de Direito vão atuar em mutirão processual na Comarca da Ilha

17

DEZ

A Corregedoria Geral da Justiça realiza até a próxima quinta-feira, 19, mutirão processual em unidades judiciais da Comarca da Ilha. Por meio do Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais – NAUJ, juízes de Direito vão atuar na 1ª Vara Criminal de São José de Ribamar; e em São Luís na 13ª Vara Cível; 3ª e 5ª varas da Fazenda Pública.

Foram selecionados para serem julgados, os processos que já estão preparados para sentenças e decisões, com mais de 100 dias de conclusão dos autos. Em julgamento, demandas criminais, ações ordinárias e sumárias, Alvará Judicial, Mandado de Segurança e Ação Civil Pública, dentre outros.

Foram designados para o mutirão os juízes Josane Braga, coordenadora do NAUJ; Aureliano Ferreira, 2ª Vara Cível de Açailândia; Douglas Lima da Guia, Comarca de Cururupu; José Jorge dos Anjos Júnior, 3ª Vara Criminal de Imperatriz; Mirella Cezar Freitas, 2ª Vara de Itapecuru-Mirim; Selecina Locatelli, Comarca de São Luís Gonzaga; Sara Fernanda, auxiliar de Entrância Final; Francisco Ferreira de Lima, auxiliar de Entrância Final; Milvan Gedeon Gomes, auxiliar de Entrância Final; Márcio Aurélio Cutrim Campos, auxiliar de Entrância Final; e os juízes substitutos Nivana Pereira Guimarães; Kalina Alencar Cunha Feitosa; Azarias Cavalcante Alencar; e Diego Duarte Lemos.

Segundo a magistrada que coordena os trabalhos, a meta estipulada para o mutirão é prolatar decisões ou sentenças em todos os processos que serão submetidos ao mutirão. "Ao final do mutirão, esperamos diminuir as taxas de julgamento e congestionamento", explica a juíza Josane Braga.

NAUJ - O Núcleo de Apoio às Unidades Jurisdicionais (NAUJ), da Corregedoria Geral da Justiça, foi criado pelo Provimento n. 20/2018 e implementa ações de apoio e de orientação às unidades judiciais da Justiça de 1º grau, visando reduzir o índice de congestionamento processual e imprimir maior celeridade ao andamento das ações em trâmite no Judiciário.

Márcio Rodrigo
Assessoria de Comunicação
Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão
asscom_cgj@tjma.jus.br
www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/431648>

🖨️ Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

“ É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. ”



METAS NACIONAIS DE PRODUTIVIDADE



EFICIÊNCIA | Unidades judiciais alcançam quatro metas nacionais do Judiciário em 2019

16

JAN

A Corregedoria-Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) divulgou o [“Relatório de Cumprimento das Metas”](#) do ^{2020 15:49}Judiciário Nacional para a primeira instância da Justiça Comum estadual (1º grau), que aponta o alcance de quatro das seis metas pelos juízes de direito, nas unidades jurisdicionais, incluindo varas, juizados especiais e turmas recursais, em 2019.

De acordo com o relatório divulgado pela Coordenadoria de Planejamento e Aprimoramento da Justiça de 1º Grau da CGJ-MA, os percentuais dos julgamentos realizados nas unidades jurisdicionais alcançaram os percentuais estabelecidos para as metas 1 (com 100,69%), 2 (112,71%), 3 (237,47%) e 6 (106,01%).

Conforme os dados apresentados no quadro evolutivo do 1º grau, houve melhoria expressiva do desempenho dos juízes no cumprimento das metas, entre 2018 e 2019. Ano passado, a Corregedoria, magistrados e servidores concentraram todos os esforços e realizaram o acompanhamento mensal do desempenho no [sistema Termojuris](#), que é disponibilizado ao público para consultas via internet.

META 1 - Merece destaque o resultado alcançado na Meta 1, de julgar número de processos superior à quantidade de processos distribuídos, que desde 2014 não era cumprida, com um aumento no percentual de 15,02% entre aqueles dois últimos anos.

META 2 - O resultado alcançado no cumprimento dessa meta de julgamento de pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2015 no 1º grau, até 31/12/2019, também merece especial destaque, com o percentual de 112% de cumprimento. Foi superado em 54,51 % o percentual registrado em 2018.

META 3 - Os números apontam que o melhor resultado foi verificado na meta de aumentar o índice de Conciliação em dois

pontos percentuais em relação ao ano anterior. O resultado alcançado foi de 237,47%. Em 2018, os juízes alcançaram um percentual de 36,23% em 75.349 conciliações pré-processuais e processuais realizadas. Em 2019, as conciliações na fase pré-processual e os acordos da fase processual subiram para 225.998, chegando ao percentual de 90,78%.

META 6 - O excelente desempenho foi seguido pela Meta 6 (Julgar, até 31/12/2019, 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau), quando os índices de cumprimento da meta passaram de 38,34% em 2018 para 106,01% em 2019. De 2018 para o ano passado, o aumento no cumprimento da meta foi de 176,49%. Foi a primeira vez que a meta foi cumprida nos últimos seis anos.

O corregedor geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, considerou os resultados como fruto da dedicação e compromisso dos magistrados e servidores maranhenses. “É um resultado que reflete o esforço que foi realizado por magistrados e servidores e a expectativa é de que no ano corrente se alcance um resultado ainda melhor, no cumprimento de todas as metas”, disse o magistrado.

ESTRATÉGIAS - Em relação às metas 4 (julgamento de ações de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública) e 8 (julgamento de feminicídio e casos de violência doméstica) - não alcançadas -, a Corregedoria do Judiciário vai realizar estudo detalhado e apresentar estratégias a serem adotadas para que essas também possam ser alcançadas este ano, informou a juíza Kariny Reis, coordenadora do planejamento estratégico da CGJ-MA.

Helena Barbosa

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/431826>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

 É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



Ilustração.

NAUJ | Juízes de Direito vão impulsionar processos judiciais durante mutirão na Comarca da Ilha

20

JAN

A Corregedoria Geral da Justiça realiza até a próxima sexta-feira, 24, mutirão processual em unidades judiciais da Comarca da Ilha. Por meio do Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais – NAUJ, juízes de Direito vão atuar na 1ª Vara Criminal de São José de Ribamar; e em São Luís na 5ª, 8ª, 9ª e 10ª varas da Fazenda Pública; e no Juizado Especial da Fazenda Pública. 2020 13:07

Foram selecionados para serem julgados, os processos que já estão preparados para sentenças e decisões, com mais de 100 dias de conclusão dos autos.

A CGJ designou para o mutirão os juízes Josane Braga, coordenadora do NAUJ; Urbanete Silva, Comarca de Esperantinópolis; Sara Gama, Francisco Ferreira de Lima, Milvan Gedeon Gomes, Gisele Rondon e Rogério Pelegrini Rondon, todos juízes auxiliares de Entrância Final.

Também foram designados para atuar nesse mutirão, os juízes de Direito Substitutos, Nivana Guimarães, Kalina Feitosa, Azarias Cavalcante Alencar e Diego Duarte Lemos.

Segundo a magistrada que coordena os trabalhos, a meta estipulada para o mutirão é prolatar decisões ou sentenças em todos os processos submetidos ao mutirão. "Ao final do mutirão, esperamos diminuir as taxas de julgamento e congestionamento", explica a juíza Josane Braga.

NAUJ - O Núcleo de Apoio às Unidades Jurisdicionais (NAUJ), da Corregedoria Geral da Justiça, foi criado pelo Provimento n. 20/2018 e implementa ações de apoio e de orientação às unidades judiciais da Justiça de 1º grau, visando reduzir o índice de congestionamento processual e imprimir maior celeridade ao andamento das ações em trâmite no Judiciário.

Márcio Rodrigo

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgi/visualiza/publicacao/431845>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

 É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



Fonte: Divisão de Estatística da CGJ-MA

SOLUÇÃO | Justiça de 1º Grau registra menor taxa de congestionamento de baixa processual em cinco anos

22

JAN

A gestão da Justiça de 1º Grau fechou o ano de 2019 com a menor Taxa de Congestionamento de Baixa processual (TCB) nas unidades jurisdicionais registrada nos últimos cinco anos: 64,55%. O relatório demonstra que a melhoria do indicador se deu a partir de 2018, período em que a Corregedoria Geral da Justiça implantou o Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual, com o objetivo de diagnosticar os fatores impactantes e fixar medidas corretivas nas unidades com mais dificuldades. De janeiro de 2018 a dezembro de 2019, a taxa de congestionamento de baixa caiu de 76,43% para 64,55%, o que representa um impacto de 15,54%.

O resultado da evolução da taxa de congestionamento de baixa processual foi divulgado pela Coordenadoria de Planejamento Estratégico da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA), com base no [relatório da Divisão de Estatísticas](#). O resultado abrange todas as 280 varas judiciais, juizados especiais e turmas recursais da Justiça estadual do Maranhão, onde tramitam cerca de 1.215.776 processos, de acordo com dados do sistema TermoJuris.

Segundo os dados do relatório, 85% (239) das unidades conseguiram reduzir a taxa de congestionamento de baixa entre 30 de abril e 31 de dezembro de 2019, período em que a evolução desse indicador passou a ser priorizada, por recomendação do corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva.

Em abril de 2019, 115 unidades ainda se encontravam com percentual igual ou maior a 80% de taxa de congestionamento. No final do ano, apenas 40 unidades - o que representa uma redução de 65,21%. De outro lado, aumentou o número de unidades que conseguiram baixar o percentual da taxa de congestionamento para menos de 80%. Passaram de 165, em abril, para 240, em dezembro.

Para o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, o importante resultado demonstra o impacto das

medidas de apoio e acompanhamento implantadas por meio do Programa de Enfrentamento, com a realização de visitas estratégicas, planos de ação, orientações e mutirões realizados nas comarcas que apresentavam dificuldades. “Ressaltamos o empenho de servidores e magistrados das unidades, assim como o trabalho das equipes da Corregedoria que atuam nesse acompanhamento, resultando em melhorias do serviço jurisdicional prestado a toda a sociedade maranhense”, avaliou.

PROGRAMA – Na solução da demanda, os juízes contaram com o apoio da Corregedoria, que implantou o Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual, com o fim de auxiliar os juízes na busca por soluções para melhorar os serviços judiciais, com a elaboração de plano de ações para as unidades, medidas de apoio e acompanhamento dos resultados. Equipes da Corregedoria visitam as comarcas, orientam juízes e servidores e implementa medidas para contribuir com a melhoria no funcionamento das unidades judiciais que enfrentam mais dificuldades, com maior demanda processual e taxas de congestionamento de julgamento e de baixa.

Uma das vertentes do Programa de Enfrentamento foi a instituição da “Semana de Baixa Processual” em toda a Justiça de 1º Grau, por meio do [Provimento Nº 10/2018](#), com a realização de mutirões específicos de baixa processual. Em quatro edições do projeto, em 2018 e 2019, mais de 136 mil processos foram baixados.

Também foi instituído o “Núcleo de Apoio a Unidade Judicial – NAUJ”, integrado pelo Corregedor-Geral da Justiça, juízes e servidores, para auxiliar as unidades com dificuldades na concentração da demanda através da realização de mutirões de sentenças e de cumprimento processual.

Os dados estatísticos de cada unidade jurisdicional são acompanhados pela CGJ-MA por meio do sistema TermoJuris, que permite a visualização e acompanhamento de informações acerca do acervo processual das comarcas do Maranhão, em tempo real, para a mesa diretora do Tribunal de Justiça, juízes e secretários judiciais.

TAXA – Conforme parâmetros estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Taxa de Congestionamento de Baixa é um dos indicadores da efetividade da Justiça que mede a variação entre o total de casos novos que ingressaram, os casos solucionados e baixados e o estoque pendente ao final do ano anterior ao ano-base. Quando há redução dessa taxa, significa que os juízes e servidores conseguiram dar vazão à demanda judicial.

São considerados baixados os processos arquivados definitivamente ou que houve decisões que transitaram em julgado e iniciou-se ao cumprimento ou execução da sentença.

Assessoria de Comunicação
Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão
asscom_cgj@tjma.jus.br

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/431859>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

 É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



METAS NACIONAIS DE PRODUTIVIDADE



Ilustração.

PRODUTIVIDADE | Varas e Juizados do Maranhão alcançam Meta 1 com mais de 300 mil processos julgados em 2019

23

JAN

Em 2019, a Justiça de 1º Grau do Maranhão alcançou a [Meta 1](#) do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que prevê o julgamento ^{2020 14:30} de quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente. O índice de cumprimento da Justiça Comum estadual (1º Grau) alcançou 100,69%, e dos Juizados Especiais 106,85%. Os dados constam de [relatório](#) divulgado pela Coordenadoria de Planejamento e Aprimoramento da Justiça de 1º Grau da Corregedoria Geral da Justiça – CGJ/MA.

Os dados de 2019 demonstram o melhor resultado dos últimos cinco anos, representando uma evolução expressiva, com crescimento de 15,02% (1º Grau) e 8,02% (Juizados Especiais) em relação ao mesmo período de 2018.

A Justiça de 1º Grau recebeu, no passado, 202.981 mil novos processos e julgou 242.125 mil ações. A juíza Kariny Reis, coordenadora do planejamento estratégico da CGJ, explica que o número de processos julgados é maior que o volume recebido no ano, ressaltando que os magistrados conseguiram sentenciar muitos processos distribuídos antes de 2019.

“Analisando a série histórica, foi o melhor resultado desde 2014, o que se deve ao esforço empreendido por magistrados e servidores. Nos últimos dois anos, o corregedor-geral, desembargador Marcelo Carvalho Silva, desenvolveu ações estratégicas, acompanhando resultados e apoiando as unidades para a melhoria dos índices de julgamento no Estado, o que efetivamente foi alcançado”, frisa a magistrada.

Os Juizados Especiais receberam 60.466 processos em 2019, e julgaram 60.171 ações. O chefe da Divisão de Estatística da

CGJ, Maycon Silva, lembra que o número de julgados foi menor que o de processos recebidos, em razão de duas variáveis que são utilizadas no cálculo.

O servidor pontua que são considerados os processos suspensos e reativados no período, chamados de entradas e saídas. “As ações de empréstimos consignados, que estavam suspensas pelo IRDR, ocasionaram grande fluxo nas entradas e saídas nos Juizados Especiais, mas no resultado final foi julgado 6,85% a mais do que o necessário para o alcance da meta”, finaliza Maycon Silva.

Acesse o [Relatório completo](#) divulgado pelo Planejamento Estratégico da CGJ.

Márcio Rodrigo

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/431888>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

 É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



Ilustração.

RESULTADO | CGJ vai premiar 141 unidades judiciais com o Selo Unidade Destaque em Baixa Processual

24

JAN

O total de 141 unidades judiciais da Justiça maranhense alcançaram a premiação do Selo Unidade Destaque em Baixa Processual, em reconhecimento ao desempenho positivo na taxa de congestionamento de baixa processual durante o ano de 2019. O resultado, divulgado nesta sexta-feira, 24, pelo Planejamento Estratégico da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), informa que na categoria Ouro serão premiadas 50 unidades judiciais – por terem registrado uma taxa de congestionamento menor que 50%; na categoria Prata, 41 unidades – que alcançaram uma taxa entre 50% e 60%; e outras 50 na categoria Bronze – que reduziram a taxa em pelo menos 10%. A solenidade de entrega dos certificados está prevista para o próximo mês de março, em data a ser divulgada.

De acordo com os resultados, as unidades vencedoras na categoria Ouro são as comarcas de Cururupu; São Raimundo das Mangabeiras; Penalva; a 3ª Vara de Santa Inês; 5ª Vara da Família de São Luís; 2ª Vara da Mulher de São Luís; Vara da Família de Bacabal; Vara da Infância de Timon; 1ª e 2ª varas da Família de Imperatriz; 1ª Vara de Buriticupu; 1 e 2ª varas de Santa Luzia; 1ª Vara Cível de Timon; Central de Inquiridos de São Luís; 2ª Vara da Infância de São Luís; e 1ª Vara de João Lisboa.

Também alcançaram a categoria Ouro, a Turma Recursal de São Luís; Juizado e Turma Recursal de Balsas; 7º Juizado Cível de São Luís; 3º Juizado Cível de São Luís; 2º Juizado Cível de Imperatriz; Juizado e Turma Recursal de Pinheiro; 13º Juizado Cível de São Luís; 9º Juizado Cível de São Luís; Turma Recursal de Chapadinha; 3º Juizado Criminal São Luís; 10º Juizado Cível de São Luís; Juizado de Pedreiras; 6º Juizado Cível de São Luís; 2ª Juizado Criminal de São Luís; Juizado Especial de Santa Inês; 11º Juizado Cível de São Luís; 5º Juizado Cível de São Luís; 1º Juizado Cível de Imperatriz; Juizado Especial de Caxias; Juizado Especial de Açailândia;

12º Juizado Cível de São Luís; Juizado Especial de Bacabal; 2º Juizado Cível de São Luís; 1º Juizado Criminal de São Luís; Juizado Especial de Paço do Lumiar; Juizado Criminal de Imperatriz; Turma Recursal de Bacabal; 1º Juizado Cível de São Luís; 14º Juizado Cível de São Luís; Juizado Especial de Timon; e Juizado Especial de Trânsito da Capital.

Das 41 unidades que alcançaram o Selo Prata, 35 são da Justiça de 1º Grau Comum e seis do Sistema dos Juizados Especiais, por terem registrado uma taxa de baixa processual entre 50% e 60%. Na categoria Bronze, foram contempladas 49 unidades do 1º Grau Comum e o Juizado da Fazenda Pública de São Luís, que conseguiram reduzir, pelo menos em 10% a taxa de congestionamento de baixa.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, avalia o aumento do número de unidades que alcançaram a melhoria da taxa de congestionamento de baixa em relação em 2018 (78). “Neste ano, tivemos um excelente resultado pelo esforço conjunto de nossos juízes e servidores, que reflete na melhoria qualidade dos serviços jurisdicionais na Justiça de 1º Grau”, frisa.

SELO - O Selo Unidade Destaque em Baixa Processual foi instituído pela Corregedoria Geral da Justiça por meio do Provimento Nº 11/2018, para reconhecer o desempenho das unidades judiciais de 1º Grau no que se refere à diminuição da taxa de congestionamento de baixa processual. A CGJ-MA também instituiu a Semana de Baixa Processual, por meio do Provimento Nº 10/2018, realizadas em formato de mutirão em todas as unidades judiciais de primeiro grau durante os meses de junho e novembro, alcançando mais de 76 mil processos baixados nas duas edições do ano passado.

A implementação do Selo Unidade Destaque considerou, entre outros, a Política Nacional de Atenção Prioritária da Justiça de 1º Grau; o Planejamento Estratégico da Corregedoria; as metas anuais de produtividade; e o papel da CGJ de zelar pelo aprimoramento da Justiça de 1º Grau.

As duas medidas derivam do Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual, implantado pela Corregedoria com o fim de buscar ações e medidas necessários à melhoria efetiva dos serviços.

PRIMEIRA EDIÇÃO – Em 2018, durante solenidade realizada no Fórum Des. Sarney Costa, no dia 22 de fevereiro, 24 unidades foram premiadas na categoria Ouro; 22 na Prata; e 35 na Bronze, totalizando 78 unidades premiadas.

Acesse o Resultado Final do Selo de Baixa Processual 2019:

- [Relatório Justiça Comum](#)

- [Relatório Juizados e Turmas Recursais](#)

Márcio Rodrigo

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgj/visualiza/publicacao/431903>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

 É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 



Ilustração

ENFRENTAMENTO | CGJ promove mutirões para impulsionar processos em São Mateus, Santa Helena, Itapecuru-Mirim e Turiaçu

27

JAN

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) autorizou a realização de mutirões para impulsionar a tramitação de processos judiciais nas comarcas de São Mateus, Santa Helena, 2ª Vara de Itapecuru-Mirim e Turiaçu durante o primeiro trimestre de 2020. A pedido dos juízes responsáveis pelas unidades judiciais, os mutirões foram autorizados pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, com o objetivo de melhorar a prestação jurisdicionais nas unidades.

Em cada unidade, grupos de juízes e servidores atuarão por meio do Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais (NAUJ), dando suporte efetivo às unidades mais sobrecarregadas, com base no acervo, distribuição e taxas de congestionamento de julgamento e de baixa. O NAUJ foi instituído pela CGJ-MA como parte do Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual, criado para desenvolver ações efetivas que contribuam com a redução das taxas de congestionamento de julgamento e de baixa.

Nas comarcas de Itapecuru-Mirim, São Mateus e Santa Helena, os mutirões priorizarão a prolação de sentenças, despachos e decisões, enquanto na comarca de Turiaçu a força-tarefa vai movimentar os trabalhos de secretaria judicial. “Considerando a realização do mutirão de cumprimento de processos que estavam parados na secretaria judicial desta unidade, em novembro de 2019, um acervo excepcional de processos veio concluso, implicando no acúmulo de processos no gabinete da unidade judicial”, justificou a juíza Mirella Freitas, titular da 2ª Vara de Itapecuru-Mirim.

Em 2019, a Corregedoria promoveu, por meio do NAUI, mutirões de sentença e secretaria em diversas unidades da capital e do interior, com o objetivo de otimizar a tramitação dos processos e o tempo de resposta. “Com essa medida, alcançamos resultados inéditos no cumprimento de metas e redução das taxas de congestionamento”, avalia o corregedor-geral da Justiça.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça

asscom_cgj@tjma.jus.br

(98) 3198-4624

Para acompanhar as notícias do Poder Judiciário, siga o nosso [Twitter](#) e curta nossa página no [Facebook](#).

Versão para impressão. Original pode ser encontrado em <http://www.tjma.jus.br/cgi/visualiza/publicacao/431929>

 Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

 É permitida a reprodução do conteúdo publicado neste espaço, desde que citada a fonte. 

ANEXO 2

Relatório do NAUJ da Comarca da Ilha de São Luís

Biênio 2018-2019



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

**RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES
NÚCLEO DE APOIO ÀS UNIDADES JUDICIAIS - NAUJ
JUÍZA COORDENADORA JOSANE ARAUJO FARIAS BRAGA**

**SÃO LUÍS
2019**



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

**RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES
NÚCLEO DE APOIO ÀS UNIDADES JUDICIAIS - NAUJ
JUÍZA COORDENADORA JOSANE ARAUJO FARIAS BRAGA**

*Relatório apresentado à
Corregedoria Geral de
Justiça, referente aos
trabalhos realizados pela
Núcleo de Apoio às
Unidades Judiciais na
Comarca da Ilha.*

**SÃO LUÍS
2019**



ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

1 - APRESENTAÇÃO

Com o aumento considerável da demanda processual em todas as Comarcas do Estado, é inevitável o crescimento desarrazoável da taxa de congestionamento, que se dá, por várias razões, inclusive fatores internos, como quantidade insuficiente de servidores e magistrados, não aplicação de ferramentas de gestão, orçamento limitado, carga excessiva de trabalho, grande quantidade de recursos, dentre outros.

Diante deste cenário complexo, o Corregedor Geral da Justiça, Desembargador Marcelo Carvalho Silva, buscou soluções estratégicas para conseguir reverter esta situação, para assim, proporcionar condições de trabalho adequadas aos servidores da Justiça de 1ª grau.

Nesse sentido o Planejamento Estratégico da Corregedoria Geral da Justiça, criou o Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual - PTECP, que tem o objetivo de desenvolver ações efetivas que possam contribuir com a diminuição das taxas de congestionamento de julgamento e de baixa processual na Justiça de 1º Grau do Estado do Maranhão.

Dentre as ações que este programa buscou para enfrentar o problema da elevada taxa de congestionamento está a criação de um grupo composto por magistrados e servidores que pudessem apoiar as unidades de 1º Grau congestionadas, como solução de boas práticas para as secretarias judiciais, assim como impulsionar os processos do gabinete, diminuindo o acervo ativo da unidade.

O Corregedor Geral da Justiça, Desembargador Marcelo Carvalho Silva, considerando a política nacional de atenção prioritária ao 1º grau de jurisdição, instituída pela Res. 194, CNJ; os índices de congestionamento processual nas unidades judiciais de 1º grau; assim como a necessidade de se desenvolver uma padronização de rotinas e fluxo de movimentação de processos físicos e/ou eletrônicos nas Secretarias Judiciais e Gabinetes de magistrados, instituiu, no dia 01 de novembro de 2018, por meio do Provimento nº 20/2018-CGJ, o *Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais - NAUJ*.



ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Portanto, criou-se uma ferramenta que tem o objetivo de implementar ações de apoio e de orientação às unidades judiciais da justiça de 1º grau e de otimizar a tramitação dos processos, além de atuar na efetivação de medidas de suporte de análise processual às unidades judiciais mais sobrecarregadas.

Assim, a partir do diagnóstico realizado pelo Planejamento Estratégico da Corregedoria Geral da Justiça, foi possível identificar a realidade processual de todas as unidades de 1ª grau do Poder Judiciário do Estado do Maranhão. Contudo, percebeu-se que para a melhor obtenção de resultados esperados no programa de enfrentamento, o NAUJ teria que se dividir em duas frentes de trabalho para atuar de forma efetiva em todas as comarcas do estado. Com isso, formou-se o grupo que atuaria nas Comarcas do interior e o outro que atuaria no Termo Judiciário da Ilha de São Luís, este segundo, será o foco deste relatório.

Nesse contexto, restou demonstrado pelo diagnóstico as unidades do Termo Judiciário da Ilha de São Luís que estavam com elevadas taxas de congestionamento de julgamento e de baixa processual. São elas: 1ª e 13ª Varas Cíveis da Comarca de São Luís, 2ª, 3ª e 5ª Varas da Fazenda Pública da Comarca de São Luís e as 1ª e 2ª Vara Criminal de São José de Ribamar.

Todas estas unidades foram incluídas no cronograma anual de atividades do Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais - NAUJ.

Importante destacar que também foram incluídas no cronograma as unidades jurisdicionais citadas no relatório correicional do Conselho Nacional de Justiça e, que, devido à urgência, iniciou-se simultaneamente as atividades na 7ª Vara Cível da Comarca de São Luís e na 2ª Vara Criminal de São José de Ribamar.

Nesse sentido, o presente relatório visa demonstrar o trabalho desempenhado pelo Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais - NAUJ, nas unidades judiciais do Termo Judiciário da ilha de São Luís, bem como, apresentar por meio de gráficos os resultados obtidos durante a realização das suas atividades.



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

2- DA COMPOSIÇÃO DA EQUIPE DO NÚCLEO DE APOIO ÀS UNIDADES JUDICIAIS

De acordo com o PROV - 202018, o Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais teve suas atividades no formato de esforço concentrado, e, por sua força de trabalho ser estruturada em regime de colaboração, vários magistrados e servidores contribuíram e, ainda, contribuem com a diminuição da taxa de congestionamento das unidades elencadas acima.

Nesse contexto, a equipe é composta por juízes auxiliares da capital, de entrância intermediária (voluntários) e juízes substitutos, bem como, servidores efetivos e comissionados:

Magistrados

Josane Araujo Farias Braga - Coordenadora

- 1. Alistelman Mendes Dias Filho*
- 2. Anderson Sobral de Azevedo*
- 3. Ana Gabriela Costa Everton*
- 4. Antonio Elias de Queiroga Filho*
- 5. Aureliano Coelho Ferreira*
- 6. Azarias Cavalcante Alencar*
- 7. Daniela de Jesus Bonfim Ferreira*
- 8. Diego Duarte Lemos*
- 9. Douglas Lima da Guia*
- 10. Edilza Barros Ferreira Lopes Viégas*
- 11. Ernesto Guimarães Alves*
- 12. Francisco Ferreira de Lima*
- 13. Gisa Fernanda Nery Mendonça Benício*
- 14. Glaucia Helen Maia de Almeida*
- 15. João Paulo Mello*
- 16. Jorge Antonio Sales Leite*



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

17. *José Jorge Figueiredo dos Anjos Júnior*

18. *Kalina Alencar Cunha Feitosa*

19. *Karlos Alberto Ribeiro Mota*

20. *Laysa De Jesus Paz Martins Mendes*

21. *Marcelle Adriane Farias Silva*

22. *Márcio Aurélio Cutrim Campos*

23. *Marco Aurélio Barrêto Marques*

24. *Mário Márcio de Almeida Sousa*

25. *Milvan Gedeon Gomes*

26. *Mirella Cezar Freitas*

27. *Nivana Pereira Guimarães*

28. *Pedro Guimarães Júnior*

29. *Raul José Duarte Goulart Júnior*

30. *Rogério Pelegrini Tognon Rondon*

31. *Samira Barros Heluy*

32. *Sara Fernanda Gama*

33. *Selecina Henrique Locatelli*

34. *Suely de Oliveira Santos Feitosa*

35. *Ticiany Gedeon Maciel Palácio*

36. *Urbanete de Angiolis Silva*

37. *Vanessa Ferreira Pereira Lopes*

Servidores

1. *Adélia Regina Schimidt - Assessor de juiz*

2. *Alane Moraes da Conceição - Assessor de juiz*

3. *Amanda Maria Assunção Moura - Assessor de juiz*

4. *Ana Flávia Abreu Bezerra dos Santos - Assessor de juiz*

5. *Ana Lina Furtado de Matos - Assessor de juiz*



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

6. *Bernardina Celestina Pires de Mendonça - Assistente de informação*
7. *Cláudia de Cássia Ribeiro Baganha - Secretária*
7. *Clycio Luiz Ribeiro Soares - Assessor de juiz*
8. *Conceição de Maria Carvalho de Andrade - Analista judiciária*
9. *Hellen Cristina Lima Rosa - Assessor de juiz*
10. *Jadher da Silva Porto - Analista Judiciário*
11. *Jozenilda Maria Silva Veras - Técnico Judiciário*
12. *Larissa Araújo dos Santos - Assessor de juiz*
13. *Pedro Sampaio Pereira - Assessor de juiz*
14. *Thiago Cunningham - Técnico Judiciário*
15. *Toni Frazão Ramos - Secretário de Administração*
16. *Vinicius Sousa Abreu - Assessor de juiz*

3. DA METODOLOGIA DE TRABALHO REALIZADO PELO NÚCLEO DE APOIO ÀS UNIDADES JUDICIAIS DO TERMO JUDICIÁRIO DA ILHA DE SÃO LUÍS

A metodologia desenvolvida pelo Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais, seguiu orientação do Planejamento Estratégico da Corregedoria Geral da Justiça, que, sob a coordenação da Dra. *Josane Araujo Farias Braga*, Juíza de Direito titular da 2ª Vara da Comarca de Vitorino Freire, buscou seguir todas as orientações repassadas de forma criteriosa.

Para o bom desempenho das atividades, foram fixados alguns pontos iniciais e relevantes, entre a coordenação do NAUJ e Planejamento Estratégico da CGJ, como:

- a) a realização dos trabalhos em formato de força-tarefa, conforme referido provimento, objetivando principalmente a realização de mutirões para análise de processos aptos para julgamento e parados há mais de 100 (cem) dias;



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

- b) elaboração pela Corregedoria de um cronograma com datas previstas da realização dos mutirões semanais, no qual os magistrados informariam suas disponibilidades para participação;
- c) a realização das atividades com estrutura física e servidores próprios, equipe de apoio judicial e equipe de apoio de secretaria, com atividades desenvolvidas no sétimo andar no Fórum Des. Sarney Costa.

Além desses pontos, foi necessário estabelecer critérios entre a unidade escolhida e o NAUJ, em busca de otimizar o fluxo de trabalho interno e externo, melhorando a comunicação e dando celeridade ao desenvolvimento regular das atividades.

Os procedimentos adotados pela unidade judicial selecionada, a fim de melhorar o fluxo de trabalho interno do NAUJ foram os seguintes:

- a) realizar triagem dos processos físicos conclusos para sentença parados há mais de 100 dias, separando por assunto e ordem cronológica de julgamento, conforme orientação do art. 12 do CPC/2015;
- b) relacionar os processos físicos triados por assunto em quantidade mínima de 10(dez);
- c) encaminhar os processos para o NAUJ via sistema Themis PG;
- d) enviar por e-mail a relação dos processos encaminhados para o NAUJ em formato de arquivo (xls), contendo número antigo e nomes das partes;

Já os procedimentos adotados pela equipe do NAUJ foram os seguintes:

- a) conferir os processos encaminhados juntamente com um servidor da unidade judicial contemplada;
- b) cadastrar na planilha analítica do NAUJ os dados dos processos que servirão de controle e acompanhamento interno para aferir metas;



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

- c) distribuir igualmente os processos por listagem aos magistrados para controle interno;
- d) no ato da devolução dos processos pelos magistrados, conferir e dar baixa na lista de controle interno;
- e) solicitar aos assessores e magistrados que salvem os arquivos na rede do NAUJ;
- f) movimentar os processos no sistema Themis PG;
- g) publicar o inteiro teor dos despachos no Diário de Justiça Eletrônico;
- h) alimentar e dar baixa nos processos devolvido com despacho de magistrados na planilha analítica;
- l) devolver à Vara de origem para cumprimento dos atos judiciais.

Imperioso destacar que inicialmente o objetivo do Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais era sentenciar o maior número de processos físicos conclusos parados há mais de 100 (cem) dias nas unidades, em um tempo razoável. Todavia, a equipe de análise processual percebeu-se que os processos, em sua maioria, eram de alta complexidade em razão da matéria e, que, demandariam um maior tempo de análise, acarretando uma redução de processos analisados em relação ao tempo de permanência na unidade, mas que em contrapartida, seriam decisões bem estruturadas e fundamentadas.

4. DO TRABALHO REALIZADO PELO NÚCLEO DE APOIO ÀS UNIDADES JUDICIAIS

4.1- DO TRABALHO NA 7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA ILHA DE SÃO LUÍS

4.1.1 - Das atividades desenvolvidas para melhoria da rotina e fluxo de processos de trabalho

O Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais, desenvolveu suas atividades na 7ª Vara Cível por meio de esforço concentrado, em um total de 15(quinze) mutirões semanais,



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

conforme portarias em anexo, realizados no período compreendido entre os meses de novembro de 2018 a maio de 2019.

Conforme determinado pelo Exmo. Corregedor Geral da Justiça, foi repassado à secretária judicial e para o assessor, que somente os processos conclusos para sentença e parados há mais de 100(cem) dias poderiam ser encaminhados para análise, pois esse seria o foco da atuação do NAUJ na unidade.

Ressalta-se que houve vários processos devolvidos com despacho/decisão, que, ou por questão de divergência de entendimento ou por falha na triagem realizada pela equipe da 7ª Vara Cível, não puderam ter sua lide resolvida.

Considerando que a unidade judicial, a época do início dos trabalhos, encontrava-se com o acervo altíssimo de processos conclusos parados há mais de 100(cem) dias, e, tendo em vista que o NAUJ atuaria somente nos processos conclusos para sentença deste acervo, ficou acordado com a unidade que em contrapartida a equipe do gabinete, analisaria os processos conclusos para despacho/decisão paralisados há mais de 100(cem) dias, pois, assim, teria duas frentes de trabalho simultâneas analisando o acervo conclusivo acumulado.

Imperioso destacar que a atuação do NAUJ, mesmo tendo seu foco unicamente na análise de processos, incentivou os servidores em um processo de reorganização da unidade mostrando um efeito colateral motivacional.

Nesse sentido, sob a coordenação do magistrado titular, foi organizado um novo fluxo para rotina de secretaria e gabinete. Para este fim, foram realizadas algumas reuniões com os servidores, magistrado e membro do NAUJ, sendo definidas algumas atividades iniciais para o fim de reorganizar a unidade, como: relocalização de processos, triagem e localização dos processos por assunto e ato processual, organização das prateleiras da secretaria observando os prazos, divisão de acompanhamento dos processos por dígito, mudança no layout, entre outros.

Passado essa fase inicial, foi discutido e definido um planejamento estratégico (anexo) a longo prazo, onde constam metas individuais para todos os servidores da unidade, que serão acompanhadas semanalmente, sendo que no gabinete, ficou definido que



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

obrigatoriamente todos os assessores e analistas devem, dentro do mês, analisar todas as matérias existentes, no intuito de não priorizar alguns processos, mas sim, todo o acervo ativo.

4.1.2- Dos Resultados dos trabalhos de Análise Processual da 7ª Vara Cível da Comarca da Ilha de São Luís

O Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais, desenvolveu suas atividades na 7ª Vara Cível da Capital por meio de esforço concentrado, visando diminuir a demanda reprimida do acervo de processos físicos conclusos para julgamento.

Conforme cronograma definido pelo Planejamento Estratégico da Corregedoria Geral da Justiça, o NAUJ iniciou seus trabalhos na referida unidade no dia 19 de novembro de 2018, e, segundo, o sistema Termojuris, a taxa de congestionamento processual era bastante elevada, chegando ao percentual de **86,11%** a de julgamento, e a de baixa **89,89%**.

Importante ressaltar que mesmo tendo o foco na análise de processos conclusos para julgamento, vários foram devolvidos com despacho/decisão, que, por questão de divergência de entendimento ou por falha na triagem realizada pela equipe da 7ª Vara Cível, não puderam ter sua lide resolvida.

Os trabalhos desenvolvidos na unidade tiveram uma particularidade que todos os processos físicos conclusos para julgamento foram encaminhados para o NAUJ, sendo devolvidos a contento, e, mesmo assim a unidade ainda permanecia congestionada. Com isso, a solução foi analisar os processos eletrônicos que se acumulavam no sistema PJE, seguindo os mesmos critérios antes estabelecidos.

Nesse contexto, importante frisar o acervo ativo geral, especificando o quantitativo de processos físicos e virtuais, que se seguem: o acervo ativo a época do início dos trabalhos era de **8.944 (oito mil novecentos e quarenta e quatro)** processos, dos quais **5.496 (cinco mil quatrocentos e noventa e seis)** eram físicos, com um total de **2.022 (dois mil e vinte e dois)** sem julgamento. Em relação aos processos eletrônicos, o acervo total era



ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

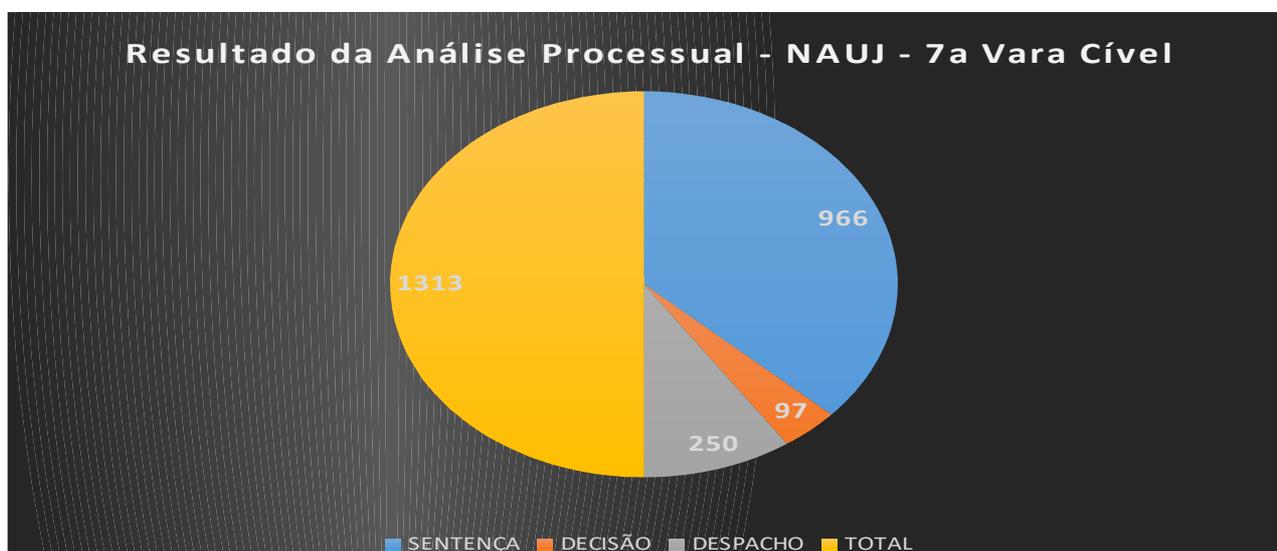
de **3.448** (três mil quatrocentos e quarenta e oito), sendo que **2.857**(dois mil oitocentos e cinquenta e sete) se encontravam sem julgamento.

Segue gráfico demonstrativo dos dados iniciais da unidade:



Nessa senda, foram analisados pela equipe do NAUJ o total de **1.313**(mil trezentos e treze) processos, sendo **874** (oitocentos e setenta e quatro) físicos e **439** (quatrocentos e trinta e nove) eletrônicos. Destes **966** (novecentos e sessenta e seis) foram sentenciados, **97** (noventa e sete) decididos e **250** (duzentos e cinquenta) despachados.

Segue gráfico do resultado da análise processual atingida na unidade:

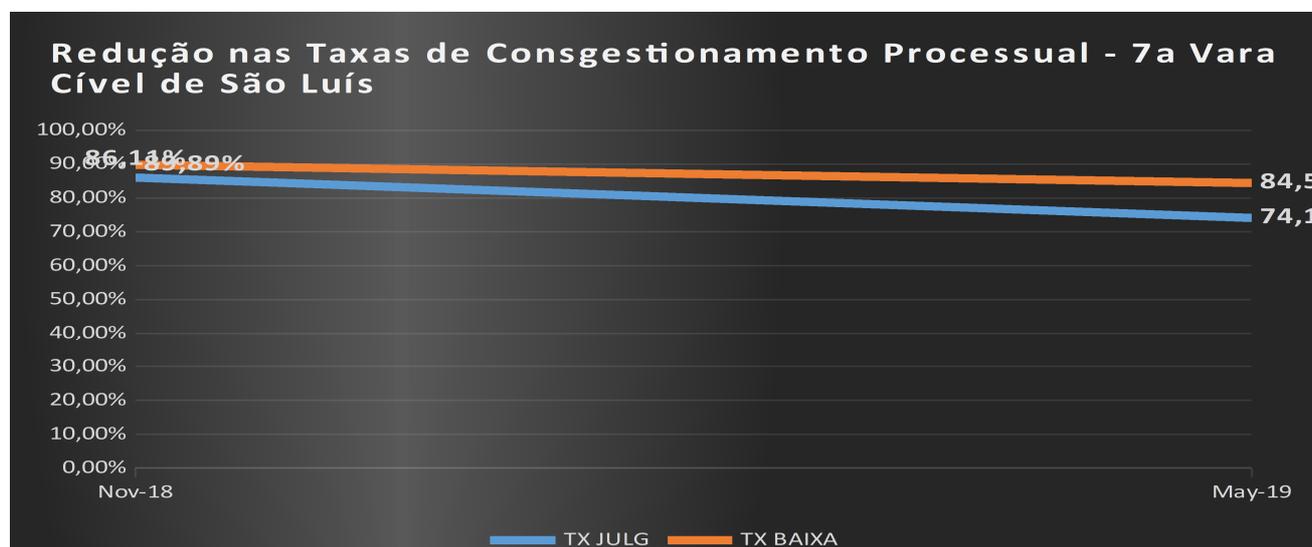




ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Desse modo, os resultados obtidos fizeram com que as referidas taxas processuais baixassem, sendo que, a taxa de congestionamento de julgamento ficou em 74,18%, registrando uma queda de **11,93%**, e a taxa de congestionamento de baixa, diminuiu **5,39%**, ficando com 84,50%, conforme dados realizados no sistema TermoJuris no dia 06 de junho de 2019.

Segue gráfico comparativo dos percentuais:



Importante ressaltar que esse resultado teve importante contribuição da equipe da 7ª Vara Cível da Capital, tendo em vista que o gabinete continuou a análise dos processos eletrônicos, e a secretaria, cumprindo os expedientes e realizando a baixa processual, contribuiu ainda mais com a redução das taxas de congestionamentos.

4.1.2- Dos Resultados dos trabalhos da Equipe de Secretaria do NAUJ na 7ª Vara Cível da Comarca da Ilha de São Luís

O Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais tem um diferencial muito importante que é uma equipe de secretaria dinâmica, formada por apenas 4 (quatro) servidores, que desenvolvem atividades administrativas, além de realizar as movimentações nos sistemas



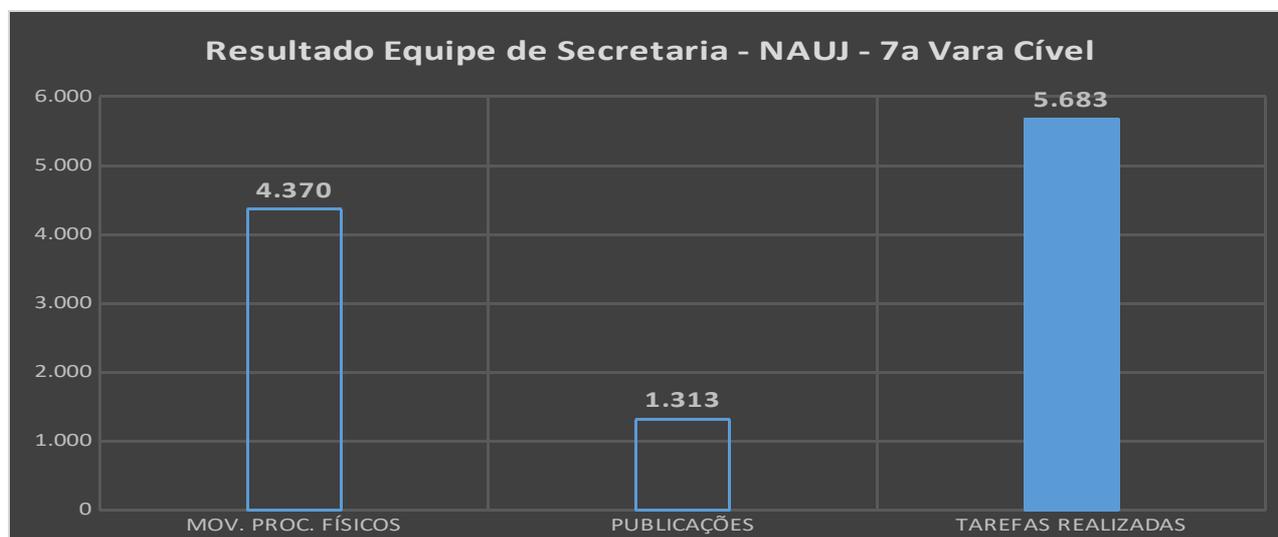
ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Themis Pg e PJe. Outrossim, envia os despachos/decisões/sentenças para o Diário de Justiça Eletrônico, efetivando a prestação jurisdicional oferecida pelo núcleo de forma célere.

Nesse sentido, os trabalhos de secretaria realizados pela equipe do NAUJ na 7ª Vara Cível, além de contribuir com a melhoria no fluxo de processos de trabalho da unidade, conseguiu realizar várias movimentações no sistema Themis Pg, como recebimento de processo, lançamento do despacho/decisão/sentença, envio para o diário de justiça, registro da edição de publicação do ato processual do magistrado no diário de justiça e encaminhamento para a vara de origem, finalizando, assim, o fluxo do processo do ato do magistrado.

A equipe de secretaria do NAUJ, em relação aos processos físicos, realizou o total de 4.370 (quatro mil trezentos e setenta) movimentações no sistema Themis Pg, e, foram publicados no Diário de Justiça Eletrônico 1.113 (mil cento e treze) despachos/decisões/sentenças. Contudo, nos Processos Judiciais Eletrônicos, a equipe realizou uma única tarefa, que foi o envio dos atos dos magistrados para o Diário de Justiça, resultando em 439 (quatrocentos e trinta e nove) publicações, com isso, a equipe obteve o total de **5.683 (cinco mil seiscentos e oitenta e três)** tarefas realizadas no período em que desenvolveu suas atividades na 7ª Vara Cível de São Luís.

Segue gráfico demonstrativo do resultado atingido:





ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

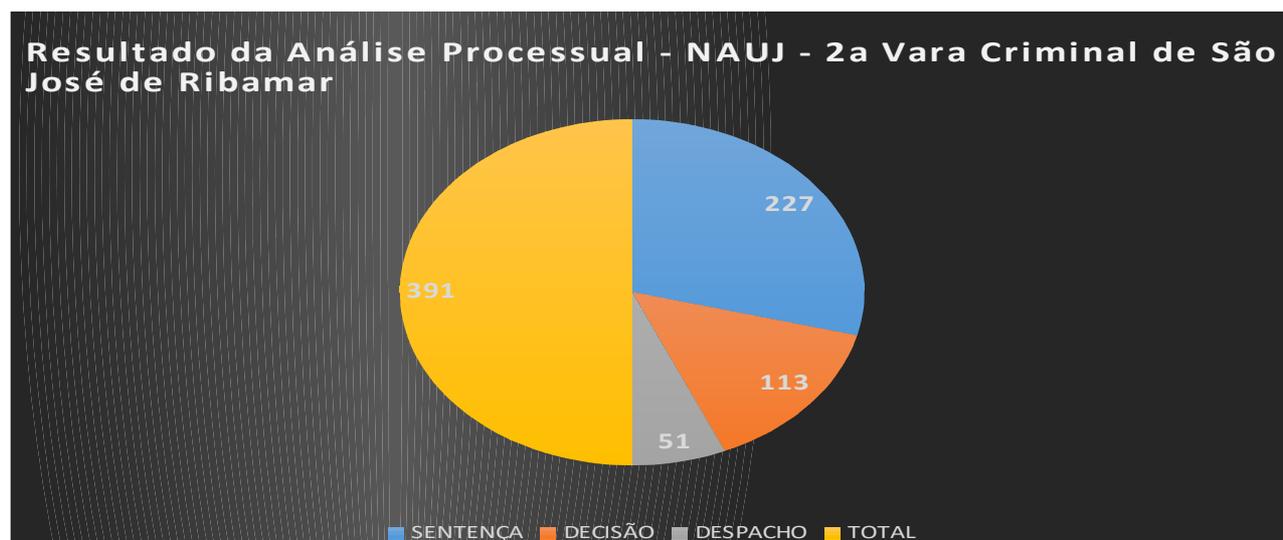
5 - DOS TRABALHOS DE ANÁLISE PROCESSUAL REALIZADOS NA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR

O Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais, desenvolveu suas atividades na 2ª Vara Criminal por meio de esforço concentrado, os quais foram realizados um total de 5 (cinco) mutirões semanais, conforme portarias em anexo, realizados no período compreendido entre os meses de dezembro de 2018 e maio/junho de 2019.

A unidade judicial à época do início dos trabalhos apresentava elevada taxa de congestionamento processual, sendo que a de julgamento era de **79,33%**, e a de baixa **94,71%**.

Nesse contexto, foram encaminhados para a sede do NAUJ um total de **391 (trezentos e noventa e um)** processos, que teoricamente estariam aptos para julgamento, dos quais resultaram em **227 (duzentos e vinte e sete)** sentenças, **113 (cento e treze)** decisões e **51 (cinquenta e um)** despachos.

Segue gráfico ilustrativo dos resultados obtidos:



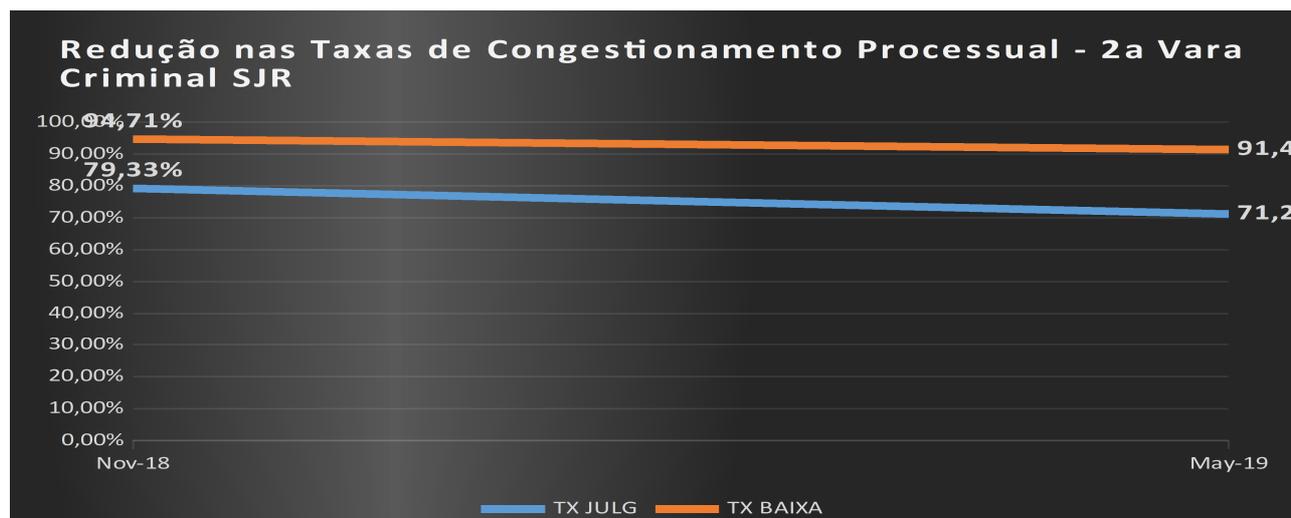
Desse modo, com a análise processual realizada pela equipe do NAUJ a unidade conseguiu reduzir sua taxa de congestionamento de julgamento para **71,23%**, registrando uma



ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

queda de mais de **8%** e a taxa de congestionamento de baixa, diminuiu **3,31%**, ficando com 91,40% conforme dados realizados no sistema Termojuris no dia 11 de junho de 2019.

Segue gráfico comparativo dos percentuais:



5.1- Dos Resultados dos trabalhos da Equipe de Secretaria do NAUJ na 2ª Vara Criminal de São José de Ribamar

O Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais tem um diferencial muito importante que é uma equipe de secretaria, formada por 4 (quatro) servidores, que ajudam nas questões administrativas, além de realizar as movimentações nos sistemas Themis Pg e PJe. Outrossim, envia os despachos/decisões/sentenças para o Diário de Justiça Eletrônico, efetivando a prestação jurisdicional oferecida pelo núcleo de forma célere.

Os trabalhos de secretaria realizados pela equipe do NAUJ na 2ª Vara Criminal de São José de Ribamar, ficaram restritos somente a movimentações no sistema Themis Pg, como recebimento de processo, lançamento do despacho/decisão/sentença, e encaminhar para a vara de origem os autos, não sendo possível o envio ao Diário de Justiça Eletrônico em virtude da matéria.

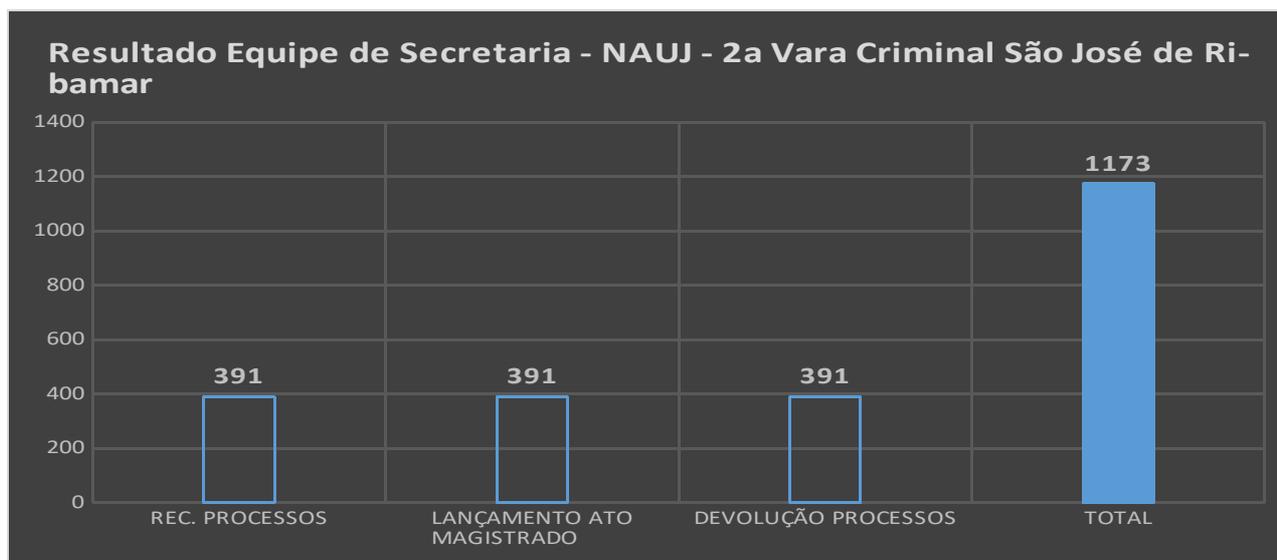
Todavia, a equipe desempenhou sua atividade de forma dinâmica efetivando a entrega da prestação jurisdicional com rapidez, chegando a um total de **1.173 (mil cento e**



ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

setenta e três) tarefas realizadas, sendo 391 (trezentos e noventa e um) recebimentos de processos, 391 (trezentos e noventa e um) lançamento de ato do magistrado e 391 (trezentos e noventa e um) envio a Vara de origem.

Segue gráfico demonstrativo do resultado:



6- DOS TRABALHOS DE ANÁLISE PROCESSUAL REALIZADOS NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO LUÍS

O Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais, desenvolveu suas atividades na 1ª Vara Cível da Capital por meio de esforço concentrado, visando diminuir a demanda reprimida do acervo de processos físicos conclusos para julgamento.

Conforme cronograma definido pelo Planejamento Estratégico da Corregedoria Geral da Justiça, o NAUJ iniciou seus trabalhos na referida unidade no dia 20 de maio do corrente ano, simultaneamente com a 2ª Vara da Fazenda Pública, e, segundo, o sistema TermoJuris, a taxa de congestionamento processual era bastante elevada, chegando ao percentual de **82,76%** a de julgamento, e a de baixa **87,62%**.

Importante ressaltar que mesmo tendo o foco na análise de processos conclusos para julgamento, vários foram devolvidos com despacho/decisão, que, por questão de

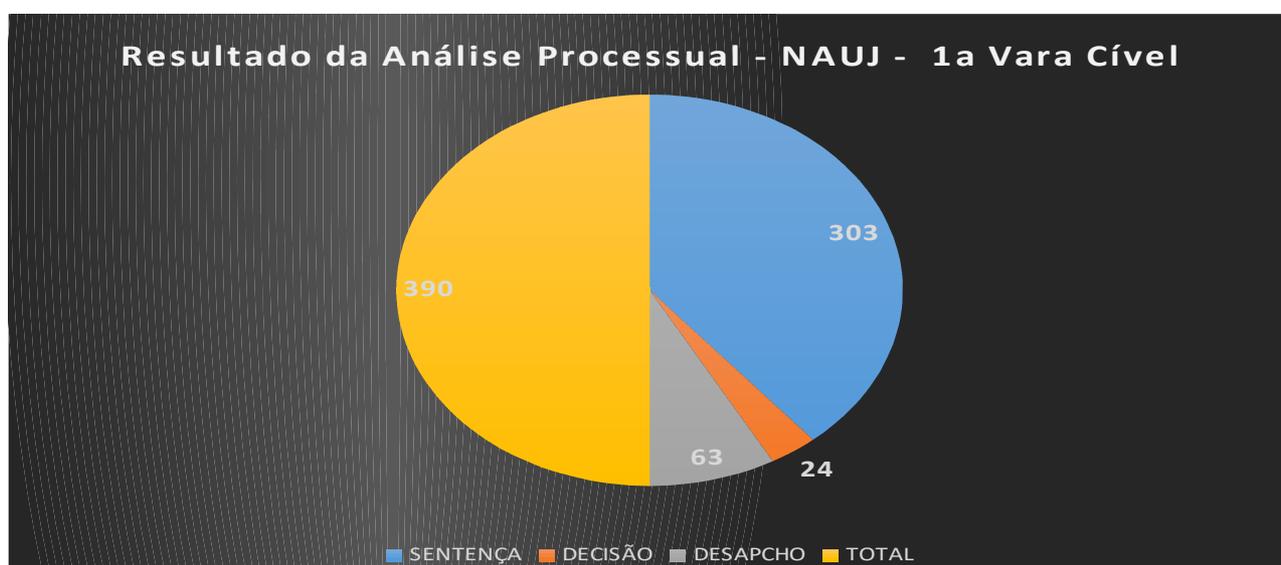


ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

divergência de entendimento ou por falha na triagem realizada pela equipe da 1ª Vara Cível da Capital, não puderam ter sua lide resolvida.

Foram encaminhados para a sede do NAUJ um total de **390 (trezentos e noventa)** processos, que teoricamente estariam aptos para julgamento, dos quais resultaram em **303 (trezentos e três)** sentenças, **24 (vinte e quatro)** decisões e **63 (sessenta e três)** despachos.

Segue gráfico ilustrativo dos resultados obtidos:

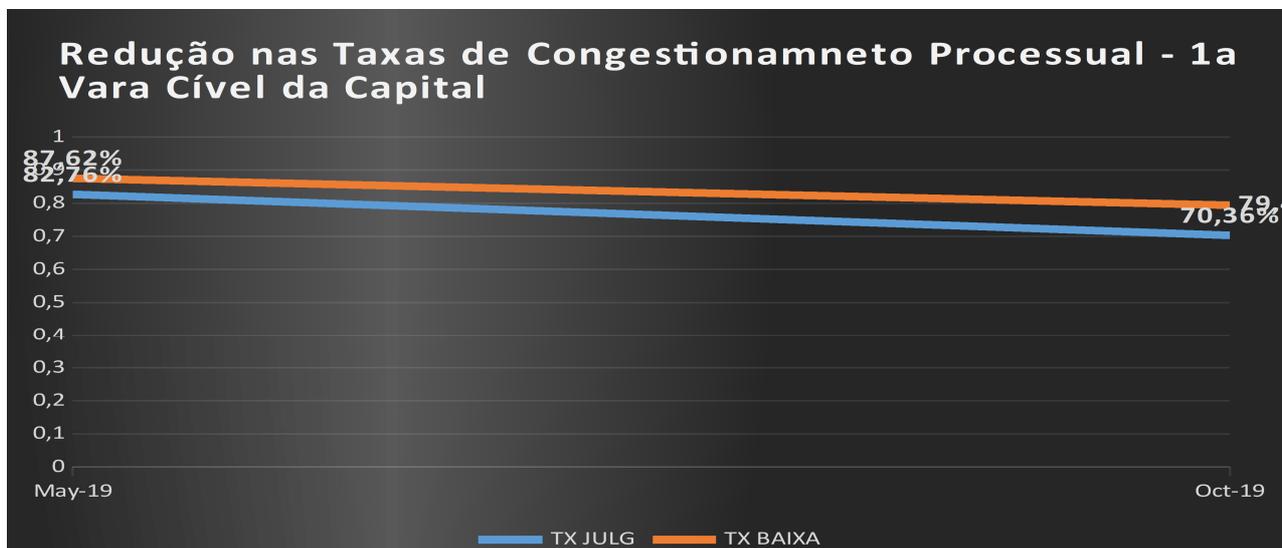


Desse modo, com a análise processual realizada pela equipe do NAUJ a unidade conseguiu reduzir sua taxa de congestionamento de julgamento para 70,36%, registrando uma queda de mais de **17,62%** e a taxa de congestionamento de baixa, diminuiu **10,27%**, ficando com 79,46% conforme dados realizados no sistema TermoJuris referente a outubro, mês de encerramento das atividades.

Segue gráfico comparativo dos percentuais:



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**



Importante ressaltar que esse resultado teve importante contribuição da equipe da 2ª Vara da Fazenda Pública, tendo em vista que o gabinete continuou a análise dos processos eletrônicos, e a secretaria, cumprindo os expedientes e realizando a baixa processual, contribuindo ainda mais com a redução das taxas de congestionamentos.

6.1- Dos Resultados dos trabalhos da Equipe de Secretaria do NAUJ na 1ª Vara Cível de São Luís

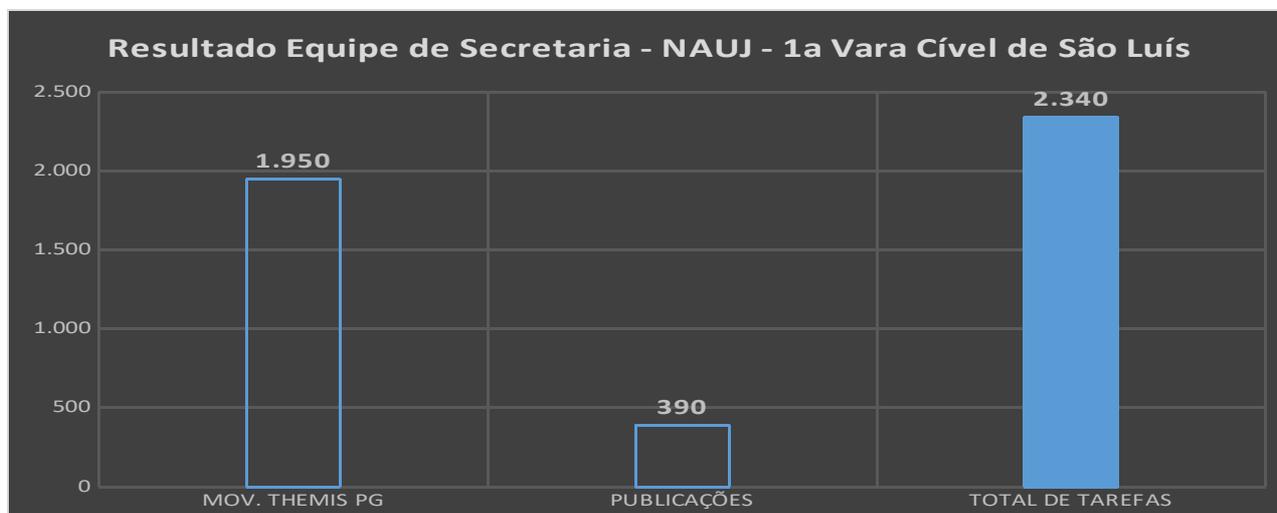
Com os trabalhos de secretaria realizados pela equipe do NAUJ na 1ª Vara Cível, conseguiu realizar várias movimentações no sistema Themis Pg, como recebimento de processos, lançamento do despacho/decisão/sentença, envio para o diário de justiça, registrar a edição de publicação do ato processual do magistrado no diário de justiça e encaminhar para a vara de origem, finalizando assim, o fluxo do processo do ato do magistrado.

Nesse sentido, a equipe de secretaria do NAUJ, realizou o total de **2.340 (dois mil trezentos e quarenta)** tarefas na referida unidade, sendo que 1.950 (mil novecentos e cinquenta) foram movimentações no sistema Themis Pg, e, 390 (trezentos e noventa) publicações dos despachos/decisões/sentenças no Diário de Justiça Eletrônico.

Segue gráfico demonstrativo do resultado atingido:



ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



7- DOS TRABALHOS DE ANÁLISE PROCESSUAL REALIZADO NA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE SÃO LUÍS

O Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais, desenvolveu suas atividades na 2ª Vara da Fazenda Pública da Capital por meio de esforço concentrado, visando diminuir a demanda reprimida do acervo de processos físicos conclusos para julgamento.

Conforme cronograma definido pelo Planejamento Estratégico da Corregedoria Geral da Justiça, o NAUJ iniciou seus trabalhos na referida unidade no dia 20 de maio do corrente ano, e, segundo, o sistema TermoJuris, a taxa de congestionamento processual era bastante elevada, chegando ao percentual de **91,60%** a de julgamento, e a de baixa **93,33%**.

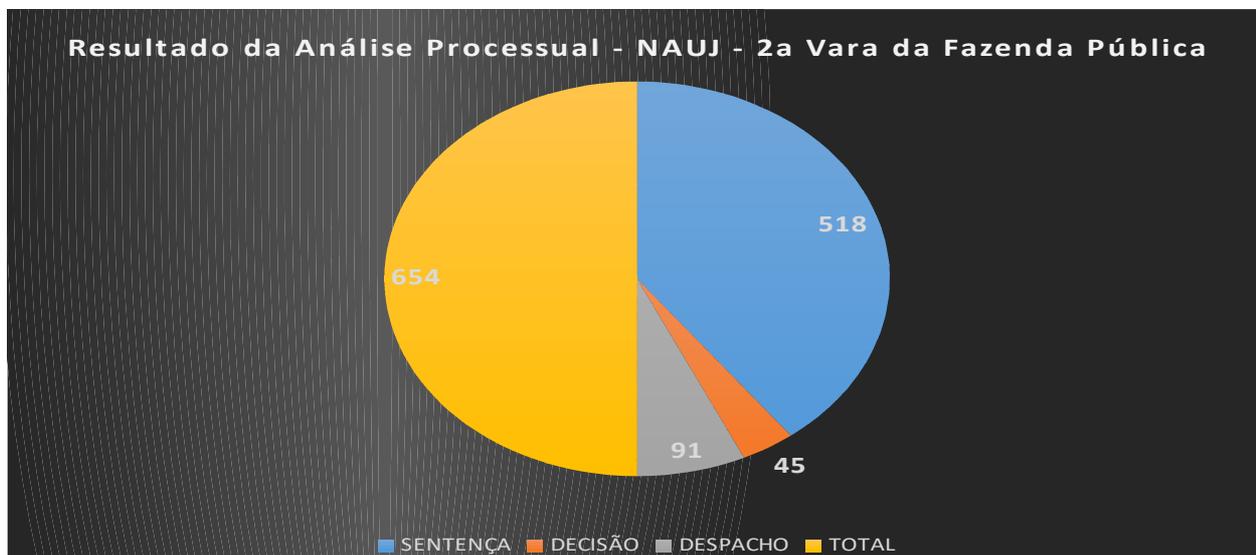
Importante ressaltar que mesmo tendo o foco na análise de processos conclusos para julgamento, vários foram devolvidos com despacho/decisão, que, por questão de divergência de entendimento ou por falha na triagem realizada pela equipe da 2ª Vara da Fazenda Pública, não puderam ter sua lide resolvida.

Foram encaminhados para a sede do NAUJ um total de **654 (seiscentos e cinquenta e quatro)** processos, que teoricamente estariam aptos para julgamento, dos quais resultaram em **518 (quinhentos e dezoito)** sentenças, **45 (quarenta e cinco)** decisões e **91 (noventa e um)** despachos.

Segue gráfico ilustrativo dos resultados obtidos:

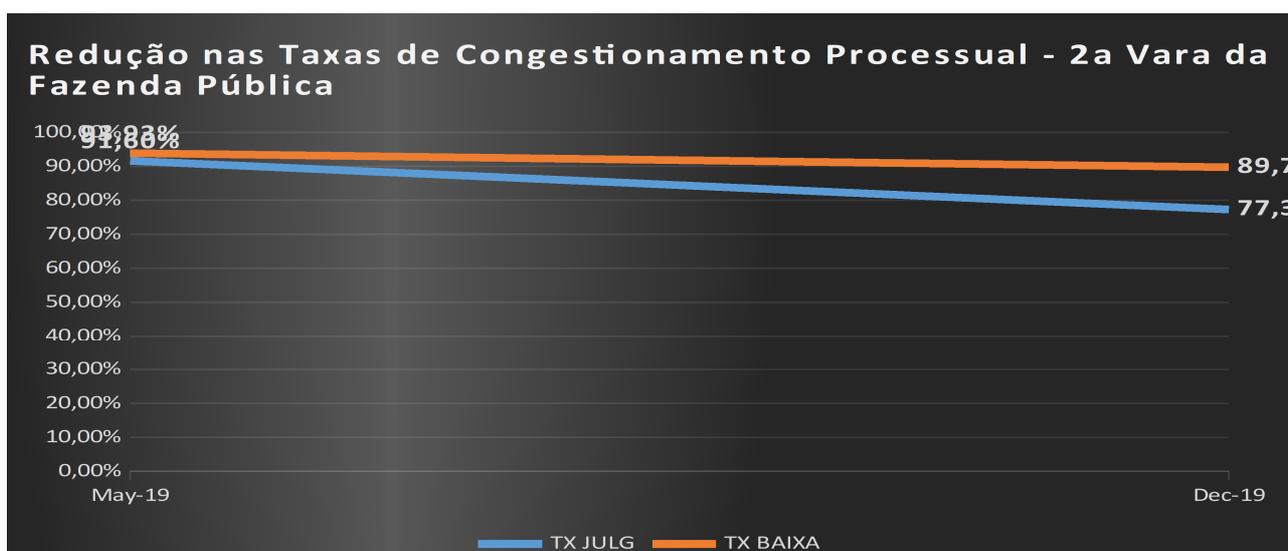


ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



Desse modo, com a análise processual realizada pela equipe do NAUJ a unidade conseguiu reduzir sua taxa de congestionamento de julgamento para 77,34%, registrando uma queda de mais de 18,44% e a taxa de congestionamento de baixa, diminuiu 4,69%, ficando com 89,72% conforme dados realizados no sistema TermoJuris no dia 13 de dezembro de 2019.

Segue gráfico comparativo dos percentuais:





ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Importante ressaltar que esse resultado teve importante contribuição da equipe da 2ª Vara da Fazenda Pública, tendo em vista que o gabinete continuou a análise dos processos eletrônicos, e a secretaria, cumprindo os expedientes e realizando a baixa processual, contribuindo ainda mais com a redução das taxas de congestionamentos.

7.1- Dos Resultados dos trabalhos da Equipe de Secretaria do NAUJ na 2ª Vara da Fazenda Pública de São Luís

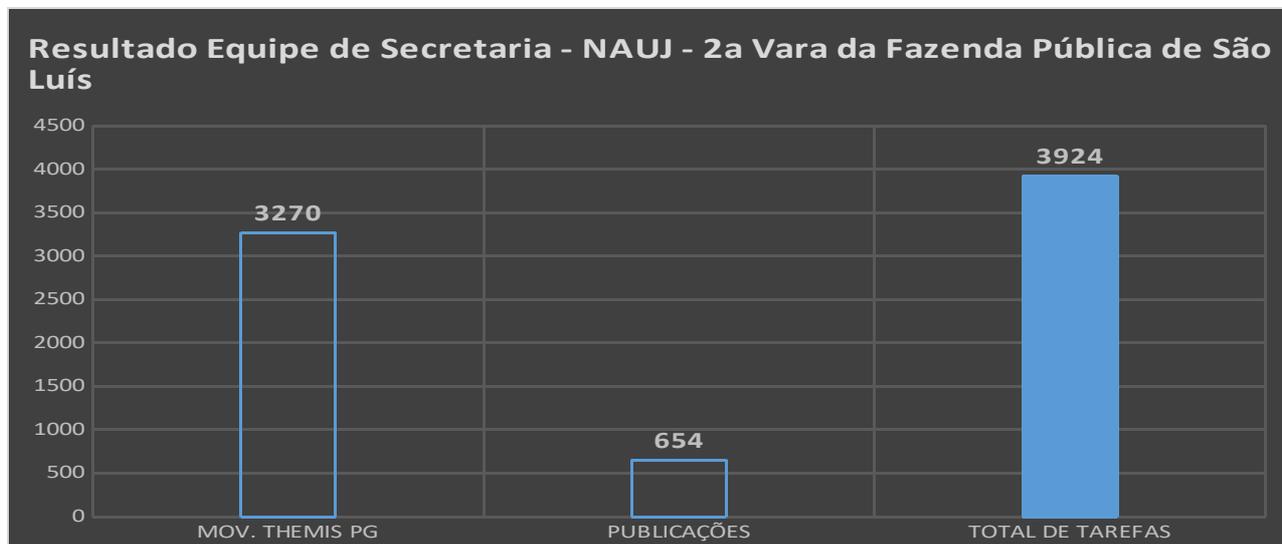
Com os trabalhos de secretaria realizados pela equipe do NAUJ na 2ª Vara da Fazenda Pública, conseguiu-se realizar várias movimentações no sistema Themis Pg, como recebimento de processo, lançamento do despacho/decisão/sentença, envio para o diário de justiça, registro da edição de publicação do ato processual do magistrado no diário de justiça e encaminhamento para a Vara de origem, finalizando assim, o fluxo do processo do ato do magistrado.

Nesse sentido, a equipe de secretaria do NAUJ, realizou o total de **3.924 (três mil e novecentas e vinte e quatro)** tarefas na referida unidade, sendo que 3.270 (três mil duzentos e setenta) foram movimentações no sistema Themis Pg, e, 654 (seiscentos e cinquenta e quatro) publicações dos despachos/decisões/sentenças no Diário de Justiça Eletrônico.

Segue gráfico demonstrativo do resultado atingido:



ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



8- DOS TRABALHOS DE ANÁLISE PROCESSUAL REALIZADOS NA 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE SÃO LUÍS.

O Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais, desenvolveu suas atividades na 3ª Vara da Fazenda Pública da Capital por meio de esforço concentrado, visando diminuir a demanda reprimida do acervo de processos físicos conclusos para julgamento.

Conforme cronograma definido pelo Planejamento Estratégico da Corregedoria Geral da Justiça, o NAUJ iniciou seus trabalhos na referida unidade no dia 09 de setembro do corrente ano, e, segundo, o sistema Termojuris, a taxa de congestionamento processual era bastante elevada, chegando ao percentual de **78,37%** a de julgamento, e a de baixa **81,15%**.

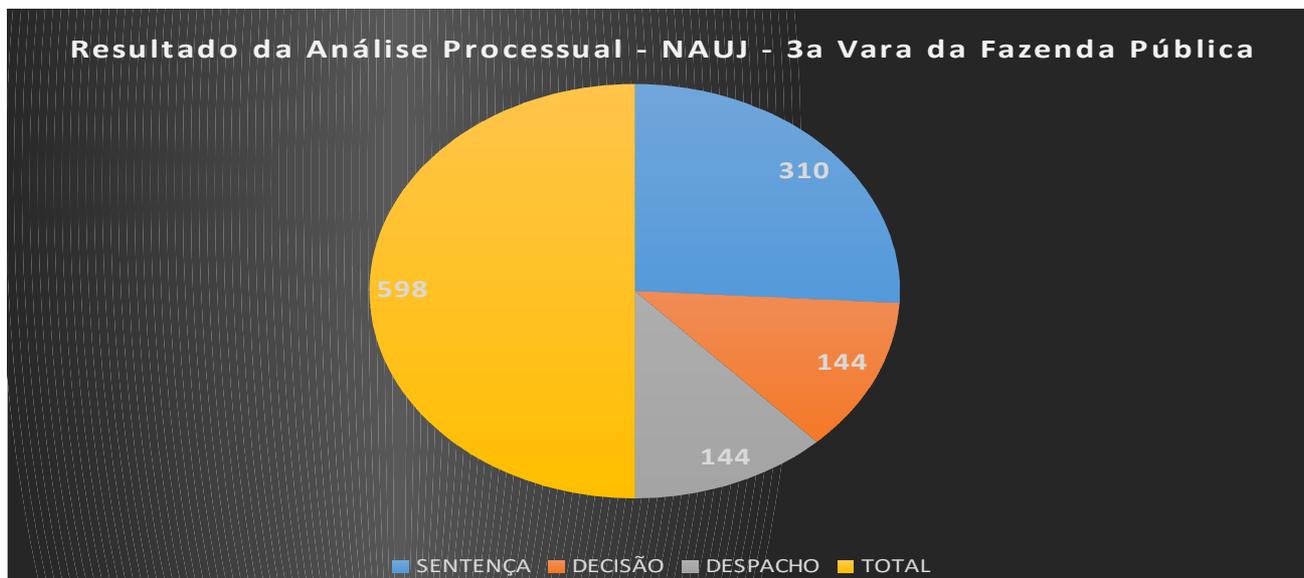
Importante ressaltar que mesmo tendo o foco na análise de processos conclusos para julgamento, vários foram devolvidos com despacho/decisão, que, por questão de divergência de entendimento ou por falha na triagem realizada pela equipe da 3ª Vara da Fazenda Pública, não puderam ter sua lide resolvida.

Foram encaminhados para a sede do NAUJ um total de **598 (quinhentos e noventa e oito)** processos, que teoricamente estariam aptos para julgamento, dos quais resultaram em **310 (trezentas e dez)** sentenças, **144 (cento e quarenta e quatro)** decisões e **144 (cento e quarenta e quatro)** despachos.



ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Segue gráfico ilustrativo dos resultados obtidos:



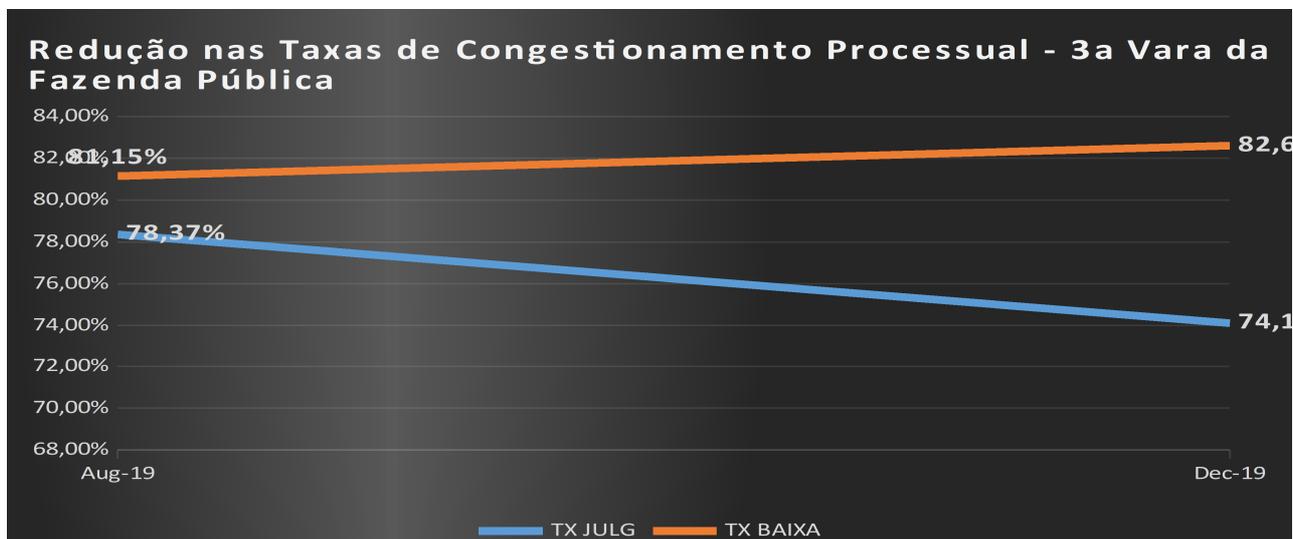
Desse modo, com a análise processual realizada pela equipe do NAUJ, referida unidade conseguiu reduzir sua taxa de congestionamento de julgamento para 74,13%, registrando uma queda de mais de **5,72%**, enquanto que a taxa de congestionamento de baixa, teve um aumento de **1,80%**, ficando com 82,61% conforme dados realizados no sistema Termojuris no dia 13 de dezembro de 2019.

Importante ressaltar que 48,16% dos processos encaminhados pela unidade judicial, não estavam aptos para julgamento, sendo um dos fatores que contribuíram, para uma menor redução na taxa de congestionamento de julgamento e, um leve aumento na taxa de baixa processual.

Segue gráfico ilustrativo dos resultados obtidos:



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**



8.1- Dos Resultados dos trabalhos da Equipe de Secretaria do NAUJ na 3ª Vara da Fazenda Pública de São Luís

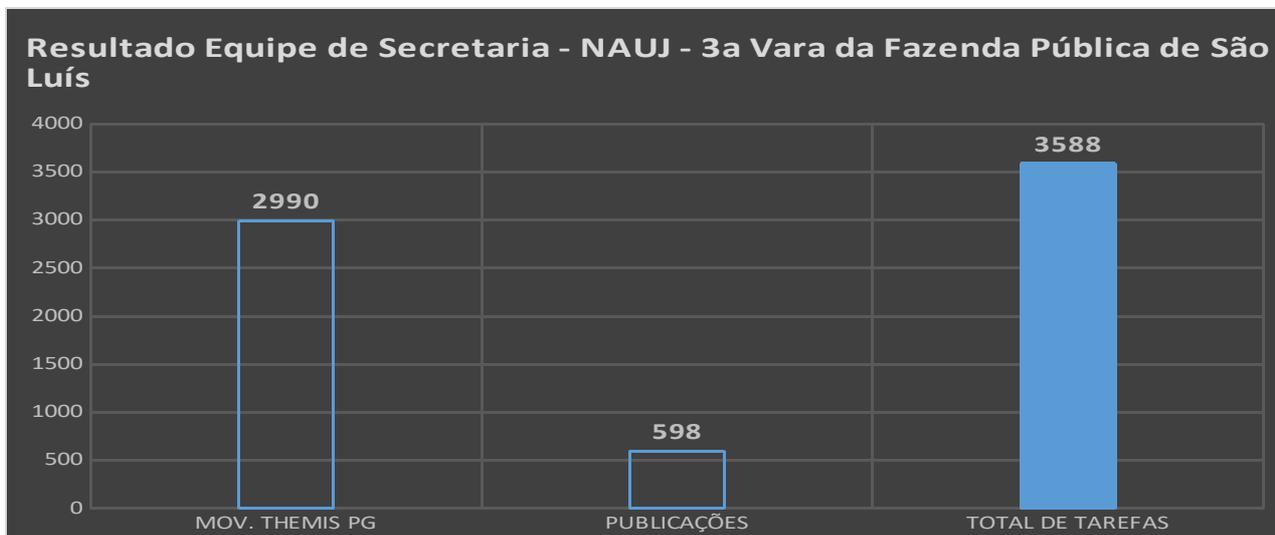
Com trabalhos de secretaria realizados pela equipe do NAUJ na 3ª Vara da Fazenda Pública, conseguiu-se realizar várias movimentações no sistema Themis Pg, como recebimento de processos, lançamento do despacho/decisão/sentença, envio para o diário de justiça, registro da edição de publicação do ato processual do magistrado no diário de justiça e encaminhamento para a Vara de origem, finalizando assim, o fluxo do processo do ato do magistrado.

Nesse sentido, a equipe de secretaria do NAUJ, realizou o total de **3.588 (três mil quinhentos e oitenta e oito)** tarefas na referida unidade, sendo que 2.990 (dois mil novecentos e noventa) foram movimentações no sistema Themis Pg, e 598 (quinhentos e noventa e oito) publicações dos despachos/decisões/sentenças no Diário de Justiça Eletrônico.

Segue gráfico demonstrativo do resultado atingido:



ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



9 - DOS TRABALHOS DE ANÁLISE PROCESSUAL REALIZADOS NA 13ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO LUÍS

O Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais, desenvolveu suas atividades na 13ª Vara Cível de São Luís por meio de esforço concentrado, visando diminuir a demanda reprimida do acervo concluso para julgamento.

Conforme cronograma definido pelo Planejamento Estratégico da Corregedoria Geral da Justiça, o NAUJ iniciou seus trabalhos na referida unidade no dia 23 de setembro do corrente ano, e, segundo, o sistema Termojuris, a taxa de congestionamento processual era bastante elevada, chegando ao percentual de **77,65%** a de julgamento, e a de baixa **77,41%**.

Importante ressaltar que mesmo tendo o foco na análise de processos conclusos para julgamento, alguns foram devolvidos com despacho/decisão, que, por questão de divergência de entendimento ou por falha na triagem realizada pela equipe da 13ª Vara Cível, não puderam ter sua lide resolvida.

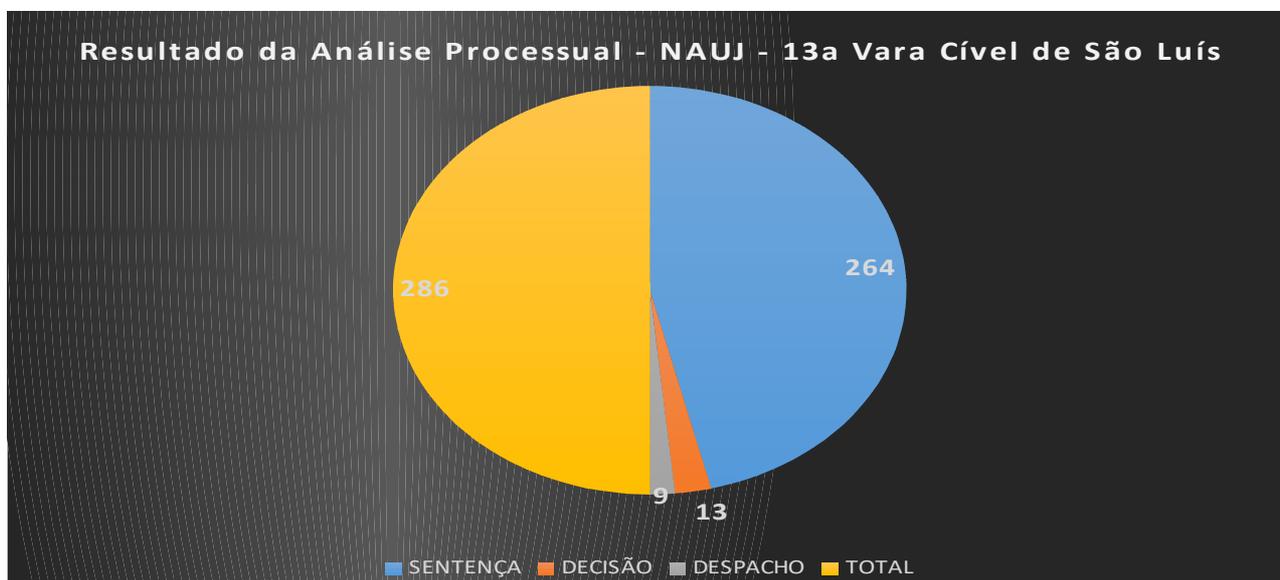
O diagnóstico realizado pelo Planejamento Estratégico da CGJ, identificou que a elevada taxa de congestionamento processual, advinha dos processos judiciais eletrônicos parados há mais de cem dias. Contudo, existia uma pequena quantidade de processos físicos sem julgamento que ao serem analisados reduziriam um pouco as taxas de congestionamento.



ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Nesse contexto, foram encaminhados para a sede do NAUJ 25 (vinte e cinco) processos físicos e, liberado o acesso de 261 (duzentos e sessenta e um) processos eletrônicos para análise, totalizando **286 (duzentos e oitenta e seis)** processos, que teoricamente estariam aptos para julgamento, dos quais resultaram em 264 (duzentos e sessenta e quatro) sentenças, **13 (treze)** decisões e **9 (nove)** despachos.

Segue gráfico ilustrativo dos resultados obtidos:

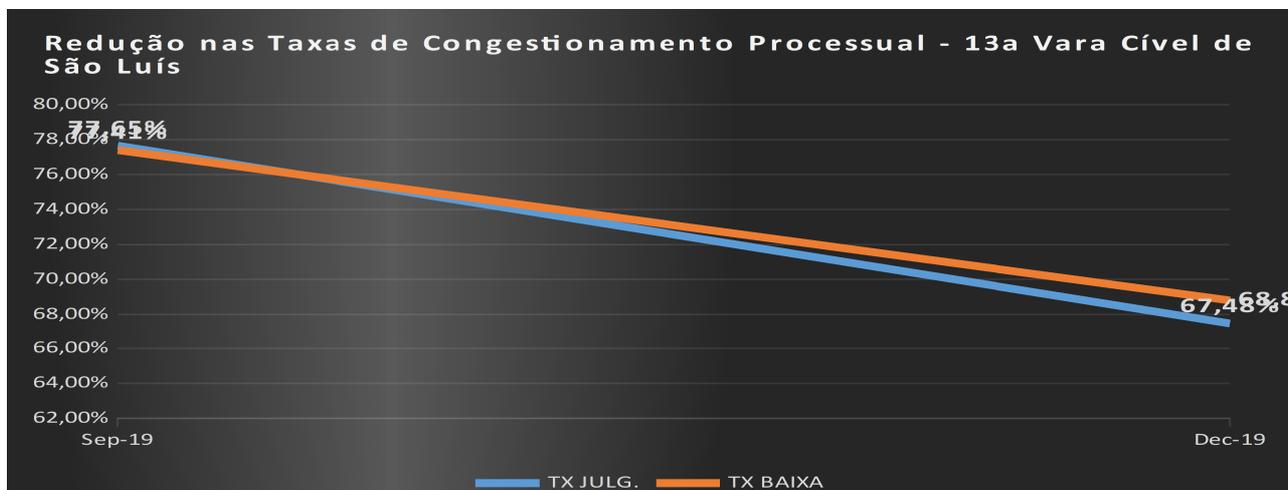


Desse modo, com a análise processual realizada pela equipe do NAUJ a unidade conseguiu reduzir sua taxa de congestionamento de julgamento para 67,48%, registrando uma queda de mais de **15%** e a taxa de congestionamento de baixa, diminuiu **12,50%**, ficando com 68,81% conforme dados realizados no sistema TermoJuris no dia 16 de dezembro de 2019.

Segue gráfico ilustrativo dos resultados obtidos:



ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



Importante ressaltar que esse resultado teve importante contribuição da equipe da 13ª Vara Cível, tendo em vista que o gabinete continuou a análise de outros processos, e a secretaria, cumprindo os expedientes e realizando a baixa processual, corroborando ainda mais com a redução das taxas de congestionamentos.

9.1 - Dos Resultados dos trabalhos da Equipe de Secretaria do NAUJ na 13ª Vara Cível da Comarca da Ilha de São Luís

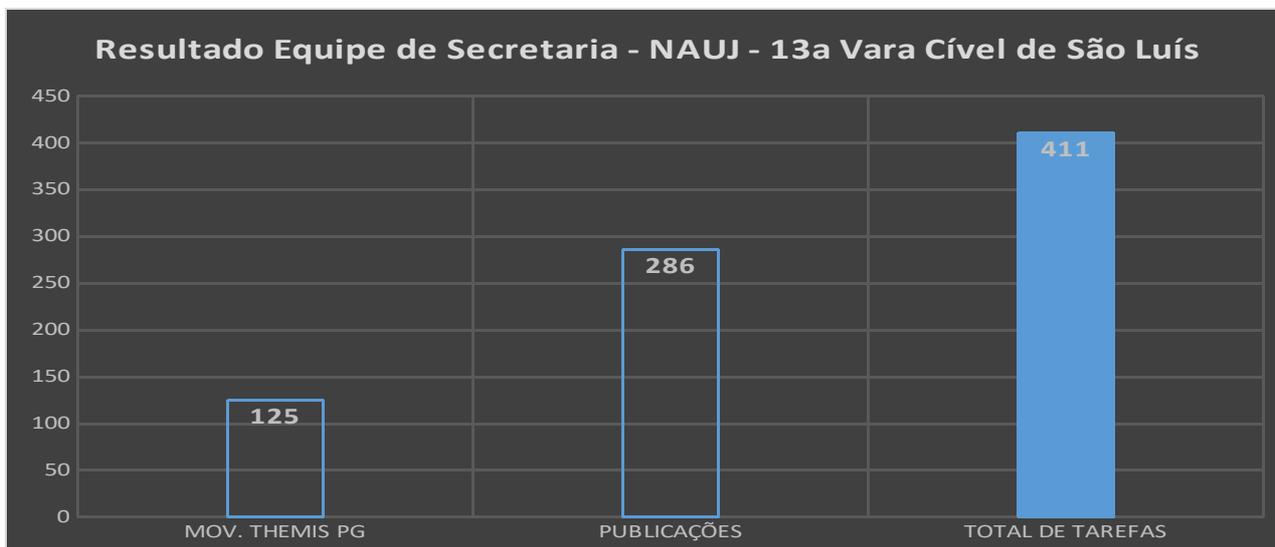
Com os trabalhos de secretaria realizados pela equipe do NAUJ na 13ª Vara Cível, conseguiu-se realizar várias movimentações no sistema Themis Pg, como recebimento de processo, lançamento do despacho/decisão/sentença, envio para o diário de justiça, registrar a edição de publicação do ato processual do magistrado no diário de justiça e encaminhar para a vara de origem, finalizando assim, o fluxo do processo do ato do magistrado.

A equipe de secretaria do NAUJ, em relação aos processos físicos, realizou o total de 125 (cento e vinte e cinco) movimentações no sistema Themis Pg, sendo publicados no Diário de Justiça Eletrônico 25 (vinte e cinco) despachos/sentenças. Contudo, nos Processos Judiciais Eletrônicos, a equipe realizou uma única tarefa, que foi o envio dos atos dos magistrados para o Diário de Justiça, resultando em 261 (duzentos e sessenta e uma) publicações, com isso, a equipe obteve o total de **411 (quatrocentas e onze)** tarefas realizadas no período em que desenvolveu suas atividades na 13ª Vara Cível de São Luís.



ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Segue gráfico demonstrativo do resultado atingido:



10- DOS TRABALHOS DE ANÁLISE PROCESSUAL REALIZADOS NA 5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE SÃO LUÍS

O Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais, desenvolveu suas atividades na 5ª Vara da Fazenda Pública da Capital por meio de esforço concentrado, visando diminuir a demanda reprimida do acervo concluso para julgamento.

Conforme cronograma definido pelo Planejamento Estratégico da Corregedoria Geral da Justiça, o NAUJ iniciou seus trabalhos na referida unidade no dia 21 de outubro do corrente ano, e, em razão da grande quantidade de processos recebidos e do curto espaço de tempo, não seria possível finalizar as atividades no ano de 2019.

Foi constatado pelo sistema TermoJuris, que a referida unidade estava com a taxa de congestionamento processual elevada, chegando ao percentual de **78,56%** a de julgamento, e a de baixa **81,06%**.

Importante ressaltar que mesmo tendo o foco na análise de processos conclusos para julgamento, alguns foram devolvidos com despacho/decisão, que, por questão de divergência de entendimento ou por falha na triagem realizada pela equipe da 5ª Vara da Fazenda Pública, não puderam ter sua lide resolvida.

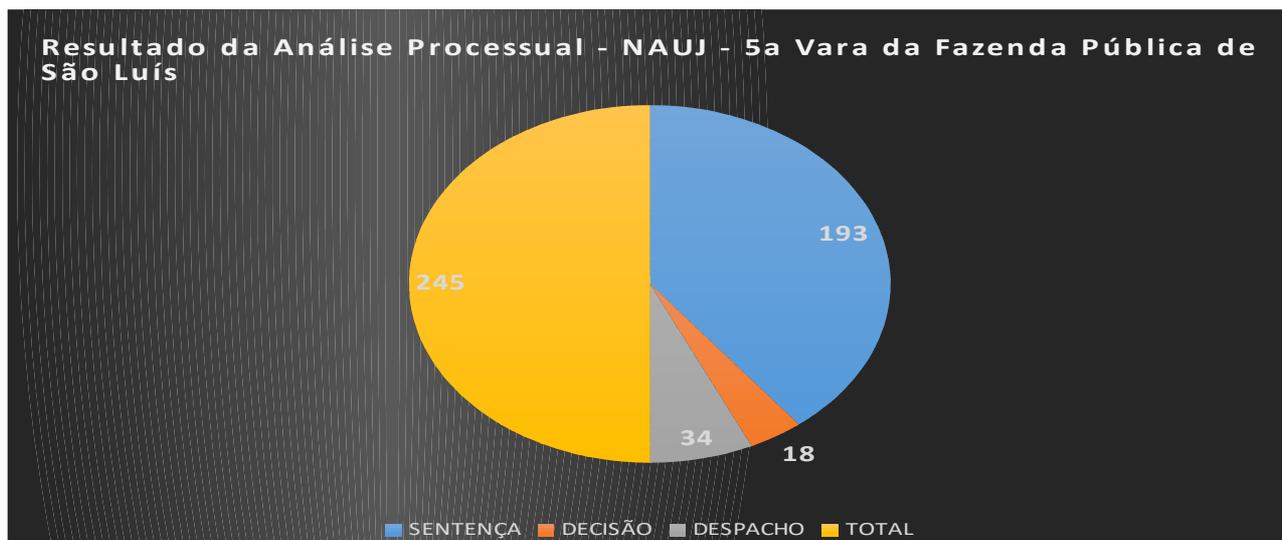


ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

O diagnóstico realizado pelo Planejamento Estratégico da CGJ, identificou que na referida unidade havia poucos processos físicos concluídos para julgamento, enquanto que no sistema PJE existia um número considerável de processos com o status adequado para o envio ao NAUJ.

Nesse contexto, foram encaminhados para a sede do NAUJ a quantidade de 82 (oitenta e dois) processos físicos e, liberado o acesso de 300 (trezentos) processos eletrônicos para análise, totalizando 382 (trezentos e oitenta e dois) processos. Até o momento foram analisados **245 (duzentos e quarenta e cinco)** processos, sendo 193 (cento e noventa e três) sentenças, 18 (dezoito) decisões e 34 (trinta e quatro) despachos.

Segue gráfico ilustrativo dos resultados obtidos:

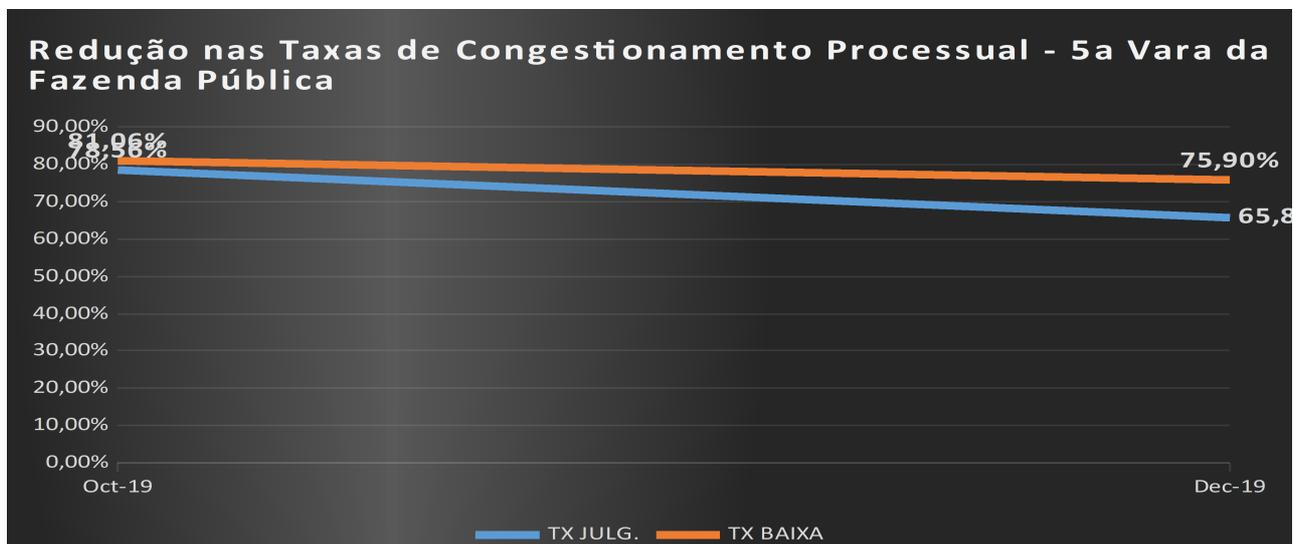


Desse modo, com a análise processual realizada pela equipe do NAUJ a unidade conseguiu reduzir sua taxa de congestionamento de julgamento para 65,8%, registrando uma queda de mais de **19%** e a taxa de congestionamento de baixa, diminuiu **7%**, ficando com 75,9% conforme dados realizados no sistema Termojuris no dia 13 de dezembro de 2019.

Segue gráfico ilustrativo dos resultados obtidos:



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**



Importante ressaltar que esse resultado teve importante contribuição da equipe da 5ª Vara da Fazenda Pública, tendo em vista que o gabinete continuou a análise de outros processos, e a secretaria, cumprindo os expedientes e realizando a baixa processual, corroborando ainda mais com a redução das taxas de congestionamentos.

10.1- Dos Resultados dos trabalhos da Equipe de Secretaria do NAUJ na 5ª Vara da Fazenda Pública de São Luís

Com os trabalhos de secretaria realizados pela equipe do NAUJ na 5ª Vara da Fazenda Pública, conseguiu-se realizar várias movimentações no sistema Themis Pg, como recebimento de processo, lançamento do despacho/decisão/sentença, envio para o diário de justiça, registrar a edição de publicação do ato processual do magistrado no diário de justiça e encaminhar para a vara de origem, finalizando assim, o fluxo do processo do ato do magistrado.

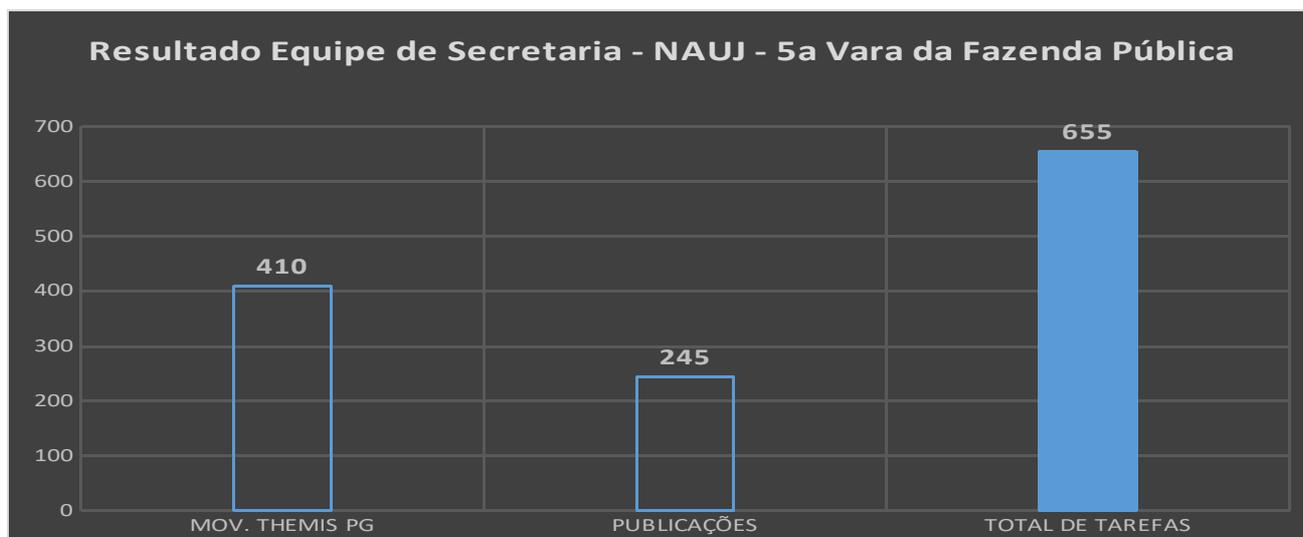
A equipe de secretaria do NAUJ, em relação aos processos físicos, realizou o total de 410 (quatrocentos e dez) movimentações no sistema Themis Pg, sendo publicados no Diário de Justiça Eletrônico 82 (oitenta e dois) despachos/decisões/sentenças. Contudo, nos Processos Judiciais Eletrônicos, a equipe realizou uma única tarefa, que foi o envio dos atos dos magistrados para o Diário de Justiça, resultando em 163 (cento e sessenta e tres)



ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

publicações, com isso, a equipe obteve o total de **655 (seiscentos e cinquenta e cinco)** tarefas realizadas no período em que desenvolveu suas atividades na 5ª Vara da Fazenda Pública de São Luís.

Segue gráfico demonstrativo do resultado atingido:



11- DOS TRABALHOS DE ANÁLISE PROCESSUAL REALIZADOS NA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR

O Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais, desenvolveu suas atividades na 1ª Vara Criminal de São José de Ribamar por meio de esforço concentrado, visando diminuir a demanda reprimida do acervo de processos físicos conclusos para julgamento.

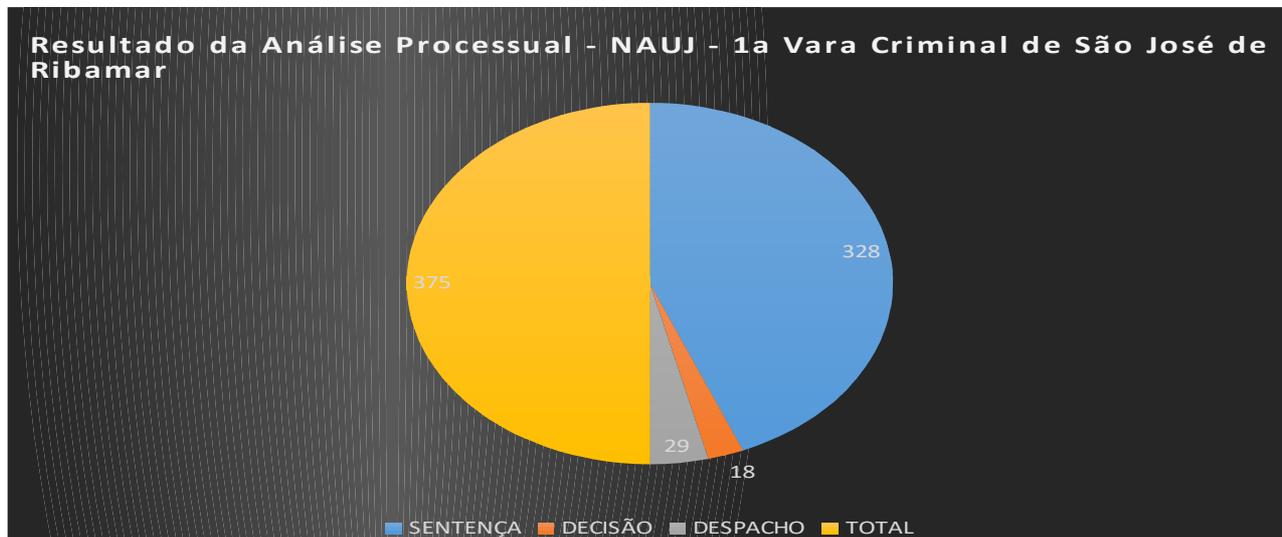
Conforme cronograma definido pelo Planejamento Estratégico da Corregedoria Geral da Justiça, o NAUJ iniciou seus trabalhos na referida unidade no dia 07 de outubro corrente ano, e, segundo, o sistema TermoJuris, a taxa de congestionamento processual era bastante elevada, chegando ao percentual de **77,73%** a de julgamento, e a de baixa **72,41%**.

Nesse contexto, foram encaminhados para a sede do NAUJ um total de **375 (trezentos e setenta e cinco)** processos, que teoricamente estariam aptos para julgamento, dos quais resultaram em 328 (trezentos e vinte e oito) sentenças, 18 (dezoito) decisões e 29 (vinte e nove) despachos.

Segue gráfico ilustrativo dos resultados obtidos:

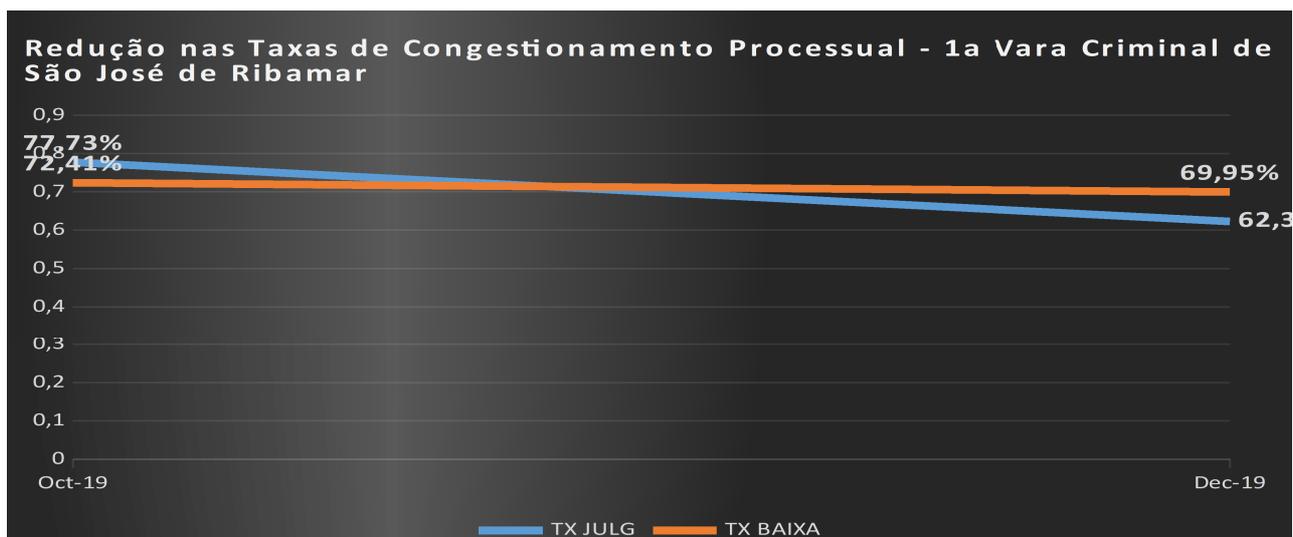


ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



Desse modo, com a análise processual realizada pela equipe do NAUJ a unidade conseguiu reduzir sua taxa de congestionamento de julgamento para 62,33%, registrando uma queda de mais de **25%** e a taxa de congestionamento de baixa, diminuiu **4%**, ficando com 69,95% conforme dados realizados no sistema TermoJuris no dia 13 de dezembro de 2019.

Segue gráfico ilustrativo dos resultados obtidos:





**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

11.1- Dos Resultados dos trabalhos da Equipe de Secretaria do NAUJ na 1ª Vara Criminal de São José de Ribamar

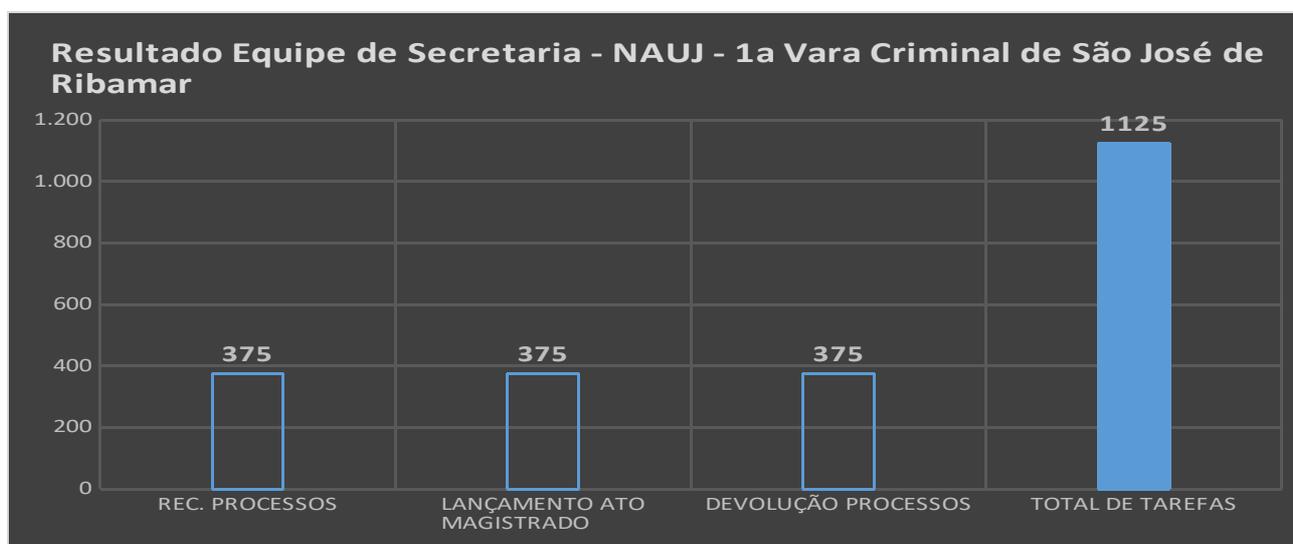
Com os trabalhos de secretaria realizados pela equipe do NAUJ na 2ª Vara da Fazenda Pública, conseguiu-se realizar várias movimentações no sistema Themis Pg, como recebimento de processo, lançamento do despacho/decisão/sentença, envio para o diário de justiça, registrar a edição de publicação do ato processual do magistrado no diário de justiça e encaminhar para a vara de origem, finalizando assim, o fluxo do processo do ato do magistrado.

Todavia, a equipe desempenhou sua atividade de forma dinâmica efetivando a entrega da prestação jurisdicional com rapidez, chegando a um total de **1.125 (mil cento e vinte e cinco)** tarefas realizadas, sendo 375 (trezentos e setenta e cinco) recebimentos de processos, 375 (trezentos e setenta e cinco) lançamento de ato do magistrado e 375 (trezentos e setenta e cinco) envios à Vara de origem.

Segue gráfico demonstrativo do resultado atingido:



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**



12- DOS RESULTADOS DAS ATIVIDADES DO NÚCLEO DE APOIO ÀS UNIDADES JUDICIAIS

12.1- DO RESULTADO GERAL DA ANÁLISE PROCESSUAL REALIZADA PELA EQUIPE DO NÚCLEO DE APOIO ÀS UNIDADES JUDICIAIS

Finalmente, apresentamos os resultados totais dos processos analisados pelo NAUJ:

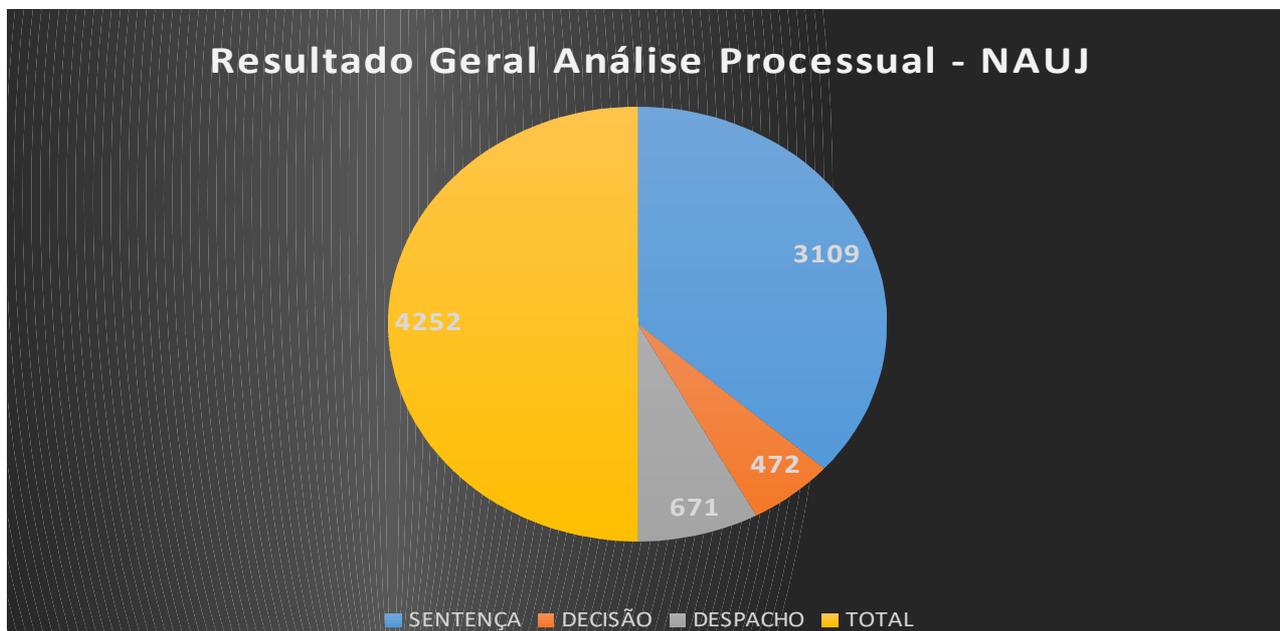
Total = 4.252 (quatro mil duzentos e cinquenta e dois) processos, sendo:

- 3.109 (três mil centos e nove) sentenças;
- 472 (quatrocentos e setenta e dois) decisões e
- 671 (seiscentos e setenta e um) despachos.

Segue gráfico do total geral dos processos analisados pela comissão:



ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



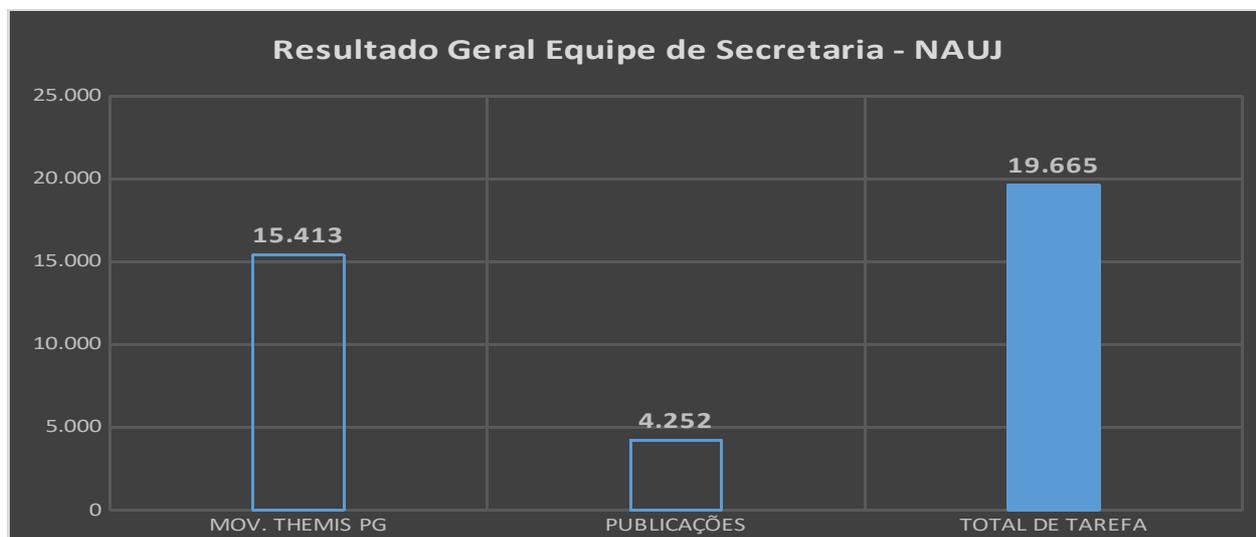
12.1.2- DO RESULTADO GERAL DA EQUIPE DE SECRETARIA DO NÚCLEO DE APOIO ÀS UNIDADES JUDICIAIS

A equipe de secretaria do Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais atingiu o total de **19.665** (**dezenove mil, seiscentos e sessenta e cinco**) tarefas, sendo 15.413 (quinze mil, quatrocentos e treze) movimentações no sistema Themis Pg e 4.252 (quatro mil, duzentos e cinquenta e duas) publicações no Diário Eletrônico de Justiça.

Segue gráfico de produtividade geral dos trabalhos de secretaria da comissão:



ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA





**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

Responsáveis Técnicos

Josane Araujo Farias Braga

Juíza de Direito titular da 2ª Vara de Vitorino Freire e Coordenadora do Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais

Toni Frazão Ramos

*Servidor do Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais
Matrícula 176289*

ANEXO 3

Fotos

FOTOS



Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais – NAUJ
Comarca da Ilha de São Luís



Mutirão de Secretaria – NAUJ
Comarca de São Mateus



Mutirão de Análise Processual - NAUJ
Comarca de Bacabal



Visita Estratégica
Comarca de Vargem Grande



Mutirão de Secretaria – NAUJ
Comarca de São Mateus



Mutirão de Secretaria – NAUJ
Comarca de Barreirinhas



Visita Estratégica
Comarca de Caxias



Mutirão de Secretaria – NAUJ
Comarca de Vargem Grande



Visita Estratégica
Comarca de Barreirinhas



Visita Estratégica
Comarca de São Bento



Visita Estratégica
Comarca de Montes Altos



Visita Estratégica
Comarca de Paulo Ramos



Visita Estratégica
Comarca de Tutóia



Mutirão de Análise Processual – NAUJ
Comarca de Santa Inês



Central de Análise de Desempenho da Justiça de 1º Grau
Sala do Planejamento Estratégico da Corregedoria Geral da Justiça



Central de Análise de Desempenho da Justiça de 1º Grau
Sala do Planejamento Estratégico da Corregedoria Geral da Justiça



Treinamento sobre o sistema Ternojuris
Sala do Planejamento Estratégico da Corregedoria Geral da Justiça



Treinamento sobre o sistema Ternojuris
Auditório do Fórum Desembargador Sarney Costa



Solenidade de Entrega do Selo Unidade Destaque em Baixa Processual
Auditório do Fórum Desembargador Sarney Costa



Solenidade de Entrega do Selo Unidade Destaque em Baixa Processual
Auditório do Fórum Desembargador Sarney Costa